

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

V29 | N.10 | Outubro 2012



ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

REITOR/DIRETOR DA REVISTA
ANÍSIO BRASILEIRO DE FREITAS DOURADO

VICE-REITOR
SÍLVIO ROMERO MARQUES

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO
EDILSON FERNANDES DE SOUZA

EDITOR
DENIS ANTÔNIO DE MENDONÇA BERNARDES

SECRETARIA
MIRIAM VILA NOVA MAIA E THALLITA GONDIM COSTA DOS SANTOS

COMISSÃO EDITORIAL
ALLENE CARVALHO LAGE, ANTONIO MOTTA, DENIS ANTÔNIO DE MENDONÇA BERNARDES,
DJANYSE BARROS MENDONÇA VILLARROEL, HELOÍSA MARIA MENDONÇA DE MORAIS,
LOURIVAL HOLANDA, MARCOS FERREIRA COSTA LIMA, SOLANGE GALVÃO COUTINHO

CONSELHO CIENTÍFICO
ANA MAE BARBOSA (USP), GIANE DA PAZ FERREIRA DA SILVA (UFPE),
JOSÉ DIAS DOS SANTOS (UFPE), JOSÉ MAURÍCIO DOS SANTOS FILHO (UFPE),
LUIZ COSTA LIMA (PUC/RJ), MARIA ELIETE SANTIAGO (UFPE),
MÁRIO DE FARIA CARVALHO (UFPE), MAURÍCIO ALVES DA MOTTA SOBRINHO (UFPE),
MIGUEL ÂNGELO LAPORTA NICOLELIS (UNIVERSIDADE DE DUKE/EUA),
ROGÉRIO LUIZ COVALESK (UFPE), SÉRGIO ALVES DE SOUZA (UFPE),
SURANYIT KUMAR SAHA (WALLES UNIVERSITY), SUZANA NOVICK (UNIVERSIDADE DE BUENOS AIRES),
TÂNIA BACELAR DE ARAUJO (UFPE), THEOTÔNIO DOS SANTOS (UFRJ)

COMISSÃO DE REDAÇÃO DO Nº 29
DENIS ANTÔNIO DE MENDONÇA BERNARDES
DIMAS VERAS BRASILEIRO, DJANYSE BARROS MENDONÇA VILLARROEL, FLÁVIA CAMPOS FARIA,
MIRIAM VILA NOVA MAIA E THALLITA GONDIM COSTA DOS SANTOS

Catálogo na fonte:
Bibliotecária Joselly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

Estudos universitários, revista de cultura / [Pró-Reitoria de Extensão da UFPE].
- Vol. 1, n. 1, (1962)-. - Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1962-
v.

Edição especial de 50 anos da Revista.
Trimestral, jul/set. 1962-out./dez. 1974; semestral, jan./jun 1975-jul./dez. 1985;
irregular, 1997-2003; semestral, 2009-
Edições de jul. 1962 - ago. 1964 tem o título: Estudos universitários,
revista da Universidade do Recife.
Inclui referências bibliográficas.
ISSN 0425-4082 (broch.).

1. Ensino superior - Periódicos. 2. Memória coletiva. I. UNIVERSIDADE FEDERAL
DE PERNAMBUCO. Pró-Reitoria de Extensão.

378

CDD (22. ed.)

UFPE (BC2012-080)

Design Gráfico

Bureau de Design da UFPE

PAULA K. SANTOS / SOLANGE COUTINHO

Capa: Paula K. Santos

Fotos da capa: Acervo UFPE

Coordenação Geral

WELLINGTON PINHEIRO DOS SANTOS

Impressa nas oficinas gráficas da Editora Universitária

- Universidade Federal de Pernambuco -

Av. Acadêmico Hélio Ramos, 20 Cidade Universitária Recife em agosto de 2012,
sendo Diretora da Editora Universitária Maria José de Matos Luna

EDITORIAL

A *Estudos Universitários* foi, na tradição cultural da Universidade Federal de Pernambuco, sempre um lugar privilegiado para se sentir o estado de ânimo de um momento da produção acadêmica. Com a marca aguerrida de seu fundador, Paulo Freire – emblemática e instigadora figura, a revista traduziu e revitalizou, no modo tônico do protesto ou do projeto, o pulso do presente. A vida acadêmica era assim regularmente passada *em revista*. Textos, publicações, debates – operações ainda há pouco, complementárias. Daí nossa satisfação, superando revezes e contingências adversas, em entregar a público este dossiê. Nele está inscrito o esforço de um grupo que crê e aposta na produção intelectual como resistência cultural. Nada mais prejudicial à cultura que resignar-se ao real. Deixar-se desencorajar pelas dificuldades das injunções políticas e sociais que em certas circunstâncias parecem estreitar o campo das realizações.

A Universidade, ainda recentemente, exibia sinais de revitalização em revistas ocupadas em dar vazão à produção e aos debates. *Pórtico*, *Vidas Secas*, entre outras que a memória acadêmica guarda de tempos mais dinâmicos. Na atualidade, Revistas como *Investigações* dão prosseguimento à tarefa de colocar em análise as coisas culturais.

Não poderia deixar de lembrar a pugnacidade de Denis Bernardes: desde que nomeado editor (2010) assumiu a *Estudos Universitários*, deu nova direção e alargou o conceito da revista: ele agregou então um substancial grupo de pesquisadores, de escritores, de críticos, de criadores, num coro polifônico de variadas vozes e registros de transferência de informação científica produzida pela Universidade. Vencidas as dificuldades a *Estudos Universitários* voltou com outro fôlego, fortalecida pelo Conselho editorial.

Atento, tanto à produção interna como às inquietações da sociedade, Denis publicou os dossiês sobre “Juventude”, “Acervos e Memórias” e “Drogas”. Fez mais. Deixou duas edições prontas para serem encaminhadas ao prelo: a que ora apresentamos, dedicada aos cinquenta anos da revista e, outra, cujo dossiê versa sobre mulheres, gênero e estudos rurais, a ser publica em breve. Na tentativa da apreensão do real social Denis soube colocar a serviço da Revista dois instrumentos graves: a Memória e o Projeto; a capacidade de voltar a ver o legado do conhecimento deixado pelos que nos precederam e a aposta no projeto, no forjar o possível – o que queremos deixar ao presente e aos pósteros. É ainda uma fidelidade freireana esta insubordinação ao real, quando em concerto, ao imaginário acadêmico se soma o cuidado em tatear a sensibilidade aos problemas sociais do presente. Se foi grande o gesto desse generoso editor, menor não é o empenho que sua memória nos pede, na consecução do Projeto.

Enfim, quando um intelectual como Denis Bernardes é subtraído de nosso convívio fica o susto. Também um imediato vazio. Sobretudo quando foi uma figura excepcional – capaz de conciliar competência acadêmica e competência humana. Pesquisador sempre empenhado em ver claro, discernir, em meio às formas protéticas do complexo cultural, as possibilidades do presente. Sobre a dor da perda, acredito que Denis merece um luto colorido – de real agradecimento pelo convívio. A Universidade Federal de Pernambuco, mas não apenas, há de lembrar-se dele com reconhecimento e orgulho. Porque Denis foi um homem movido pelo entusiasmo. Um Quixote que não conheceu a idade do tédio.

Dois registros que homenageiam Denis confirmam essa expectativa. O primeiro escrito por Emilia Maria M. Morais - professora aposentada do Departamento de Filosofia da UFPB. O segundo nos foi enviado pelos membros do Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais/NUDOC-UFPE, o qual passou a se chamar Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais Professor Denis Bernardes.

Lourival Holanda

DENIS BERNARDES, MEU AMIGO

Denis Antônio de Mendonça Bernardes nasceu em 1947, era o sétimo dos onze filhos do médico alagoano Diógenes Jucá Bernardes e de Dona Hermé de Mendonça Bernardes. Veio para o Recife aos 16 anos, onde concluiu seu curso secundário; ainda na adolescência, em Maceió, iniciou a grande amizade com seu “irmão” por mútua opção, o cientista político Gildo Marçal Brandão, só interrompida pelo falecimento de Gildo, em fevereiro de 2010. A partir de 1963, como secundarista, Denis participou ativamente da JEC (Juventude Estudantil Católica) e de sua guinada em direção aos ideais socialistas; nesses primeiros anos de Recife, compartilhou moradia com o cearense Tito Alencar de Lima (posteriormente, Frei Tito), na Casa dos Permanentes da JEC regional, um pensionato mantido pela Ação Católica, situado na Rua dos Coelhos. Em 1966, no início de seu curso de graduação em História, teve ainda uma rápida passagem, junto à AP (Ação Popular), pela militância política mais direta.

Como aluno da graduação, Denis logo se vinculou ao que a UFPE poderia lhe oferecer de mais consistente, o historiador José Antônio Gonsalves de Mello e a equipe de professores que ele dirigia: Maria de Lourdes de Lima Ramos, Enilda Regina Silva e Vera Lúcia da Costa Acioli. Com esse grupo, ao qual aderiu a colega Natália Maia, manteve constantes laços profissionais e fraternos. Natália se lembra que ele tinha a “unanimidade dos afetos” da turma formada em 1969;

ressalta ainda o cuidado com que Denis cultivava suas amizades, “celebradas nos carnavais de sonhos e fantasias em Olinda e no Recife Antigo”. Enilda Regina se recorda da concisão e objetividade da escrita do seu ex-aluno desde os primeiros trabalhos universitários. Quanto a José Antônio Gonsalves de Mello, Denis o considerava, não apenas um primeiro, mas um decisivo exemplo do que deveria ser o ofício do historiador. Dele guardaria sobretudo o testemunho do pesquisador dedicado e incansável que construiu uma obra única, pioneira e fartamente documentada sobre o período colonial em Pernambuco: *Tempo dos Flamengos* e *Gente da Nação*, dentre outros, são livros para honrar e engrandecer qualquer universidade do primeiro mundo. Lembrando ainda de todo o trabalho do seu professor na catalogação dos documentos da Torre do Tombo, em Lisboa, aplainando um muito pedregoso terreno para futuros historiadores, Denis gostava de dizer e enfatizar: se tivermos sorte, talvez em 100 anos, a UFPE possa receber um legado equivalente ao que lhe deixou José Antônio.

Logo que concluiu a graduação, Denis recebeu da UFPE uma bolsa como tutor do Colégio de Aplicação. Em 1971, iniciou sua primeira estadia na França; trabalhou sob a orientação de Frédéric Mauro, e redigiu uma “maîtrise” sobre a pré-industrialização do Nordeste. Travou ainda contato com a obra de Pierre Vilar que foi a segunda maior referência em sua formação. Através de suas pesquisas sobre a Catalunha, Vilar construía a obra que se impunha para Denis como um paradigma de rigor historiográfico. José Antônio Gonsalves de Mello e Pierre Vilar navegaram por parâmetros metodológicos muito distintos e até mesmo opostos; acolher o legado de ambos tinha a ver com a lucidez e a generosidade de Denis; firmando sua autonomia, nunca pautou considerações teóricas por quaisquer outras exigências que não primassem pela qualidade da pesquisa histórica: não se afastou dos mais experientes por discordar de suas opções ideológicas, assim como não se aproximou dos menos competentes apenas porque poderiam se encontrar mais próximos de suas próprias posições políticas.

Quando retornou da França para a UFPE, em 1975, Denis vinculou-se como professor ao Colégio de Aplicação, pois o Departamento de História, por razões pouco claras, nunca se empenhou para contratá-lo, não levando em conta que perderiam sobretudo os alunos. Em seguida, por alguns anos, Denis deu aulas de História Econômica, no Departamento de Economia, período em que pesquisou sobre a cultura do algodão no período colonial, em Pernambuco, e sobre o Nordeste, repensado a partir da “questão regional”. Pouco tempo depois, transferiu-se para o Departamento de Serviço Social que o acolheu nos anos de sua plena fecundidade intelectual. Entre o final dos anos 70 e o início da década de 80, foi editor e colaborador da revista *Vidas Secas*.

Em 1982, inicia a sua segunda estadia na França e a exaustiva pesquisa que se transformaria em sua tese de doutorado, defendida na USP, em 2002, sob a orientação de István Jancsó. Nesse ínterim, dedica-se intensamente às aulas, ao trabalho de orientação dos alunos e à pesquisa. Em 1983, publicaria pela Global o seu primeiro livro: *Um império entre Repúblicas*. Do século XIX, entre os períodos colonial e imperial, duas personalidades históricas mereciam a confessa admiração de Denis: José Bonifácio, o estrategista da integridade geográfica do Brasil e Frei Caneca, o revolucionário indomado, de 1817 e 1824, que clamava pela República e por uma pátria de homens iguais, antes mesmo da Independência; como herdeiros da Ilustração, prezava em ambos a condenação da escravidão, a defesa enfática do trabalho livre e a valorização da educação. Sobre o primeiro publicou um longo artigo: *A visão do passado colonial do Brasil no pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva*, 2006; sobre o segundo, destacamos dois artigos, dentre alguns outros: *A Idéia do Pacto Social e o Constitucionalismo em Frei Caneca*, 1997 e *O papel de Frei Caneca na independência do Brasil*, 2000.

Entre os livros que publicou ou organizou, temos ainda: *A praxis política e a economia em Pernambuco*, 1988 (junto com Antônio Paulo Rezende); *Recife, o caranguejo e o viaduto*, 1996; *José Antonio Gonsalves de Mello: Da Inquisição ao Império*, 2004; *EDUFPE 50 anos: Histórias e perspectivas*, 2006 (junto com Antônio Paulo Rezende e Gilda Lins de Araújo); *Memórias de criação da Cidade Universitária e da Universidade do Recife*, 2007; *Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco*, 2008. Em 2010, contribuiu com uma obra coletiva, publicada pela UNESP e organizada por Aníbal Bragança e Márcia Abreu, que foi agraciada com o prêmio Jabuti de Comunicação em 2011: *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*; seu artigo intitulava-se: *Impressos e Liberdade, notas para uma historiografia da tipografia em Pernambuco (1817-1850)*. Entretanto, seu mais alentado estudo, avaliado como uma pesquisa historiográfica de primeira linha pelo historiador Fernando Novais, conforme depoimento público em sua defesa de doutorado, *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*, só foi publicado pela Hucitec, em 2006.

Nos últimos anos, Denis Bernardes dedicou-se à investigação sobre as lutas sociais e sindicais em Pernambuco, sobre a fundação do Estado e da Nação brasileiros, sobre a memória da Escola de Serviço Social de Pernambuco, e sobre as questões urbanas, coordenando o projeto *Recife em transformação, modos de morar e de construir*, patrocinado pelo Funcultura. Supervisionou também pesquisas acadêmicas vinculadas à WATERLAT, rede internacional de investigação e ação direcionada ao controle e à distribuição da água na América Latina e no Caribe.

Desde 2010, tornou-se editor da *Revista Estudos Universitários* da UFPE, em sua nova fase, e membro do Conselho Interdisciplinar de Pesquisa e Editoração da Fundação Biblioteca Nacional. Aficionado pela literatura, sua cultura era bastante ampla nesse domínio; acreditava que nenhuma boa interpretação histórica dispensaria o conhecimento da literatura produzida no tempo e no espaço que se focalizava; limitamo-nos a citar apenas duas de suas paixões na sua segunda pátria, a França: Honoré de Balzac e Charles Baudelaire; e três de suas paixões na literatura produzida no Brasil: Graciliano Ramos, Jorge de Lima e Murilo Mendes.

Mais significativo do que todos os títulos e cargos era o modo franco, alegre e espontâneo com que, apesar da postura reservada, Denis se relacionava com todas as pessoas. Quando nos despedimos dele, na reitoria da UFPE, testemunhamos os depoimentos emocionados dos seus amigos, colegas e alunos a quem ele tanto se dedicou; muito particularmente, tocou-nos o depoimento de Fabiana Morais Cavalcanti que, ainda muito criança, acompanhando a mãe, Margarida Morais, na casa de Olinda, onde ajudava nos trabalhos domésticos, começou a descobrir os primeiros livros porque Denis os colocava em suas mãos infantis. Foi desse primeiro contato que saiu sua vocação para o estudo e a disposição para, alguns anos mais tarde, tentar a universidade até se tornar uma pós-graduada em Letras.

Denis Bernardes exerceu como poucos a virtude da amizade. Sempre reconheceu e foi reconhecido por seus leais amigos que não foram poucos. Citei apenas alguns. Apesar de ele ter se afastado das crenças e práticas religiosas, para finalizar, como exemplo, relembremos dois dos seus grandes amigos de juventude, vinculados à Igreja Católica. Nomes que se faz muito oportuno evocar nesse momento de implantação da Comissão da Verdade, em âmbito Nacional e Estadual. O primeiro, Frei Tito de Alencar Lima, cujo martírio, decorrente das torturas que sofreu, Denis honrou através do nome que escolheu para o seu filho primogênito: Tito André. O segundo exemplo, símbolo desse reconhecimento das afinidades eletivas que Denis tanto doou quanto recebeu ao longo de sua vida, ilustramos com um raro e muito precioso documento histórico.

O Pe. Antônio Henrique Pereira Neto, entre os anos de 1963 e 1968, ofertou uma bíblia a seu amigo, na época, o estudante Denis Antônio. Na dedicatória, não datada, Henrique selecionou um trecho do livro de Jeremias, 23,9:

*Parte-se dentro de mim o coração,
e se me abalaram todos os ossos.
Assemelha-me a um ébrio,*

*qual homem prostrado pelo vinho,
por causa do Senhor e de SUA PALAVRA SANTA.
A Denis, do filho do Pai,
a. henrique*

Aqui se encerra a dedicatória, escrita a partir da tradução dos monges beneditinos de Maredsous, Bélgica; as letras maiúsculas e minúsculas estão reproduzidas tal como ficaram registradas no exemplar das edições Ave Maria.

Na tradição semítica, a embriaguez é uma metáfora do conhecimento iniciático. E o próprio Cristo, segundo as palavras que pronunciara na última ceia com os seus discípulos, associou o vinho, sumo transfigurado da videira, ao sangue sacrificial. Assim, essa passagem do antigo testamento, sob o prisma da iniciação e dos mistérios cristãos, figura como uma antevisão, pois nela se inscreve o destino do próprio Henrique, que morreu sob brutal tortura e teve a mais genuína passagem, também como um mártir do amor crístico, nos anos de chumbo da ditadura militar no Brasil! Que Antônio Henrique tenha intuído o seu trágico destino e legado perene quando escreveu para Denis Antônio, foi porque muito mais do que laços juvenis ou o nome de batismo os aproximava. Assim como a Frei Tito, reunia-os, sobretudo, o sólido vínculo das três dimensões a que cada um deles, a seu próprio modo ou desígnio, estaria ligado para sempre: a liberdade, a história e a amizade.

Emilia Maria M. de Moraes

Profa. aposentada do Departamento de Filosofia da UFPB

Recife, 19 de setembro de 2012

UMA HOMENAGEM DO NUDOC A DENIS BERNARDES

Na manhã do domingo 02 de setembro, no salão nobre da Reitoria, velamos nosso querido colega Denis Bernardes, que partia para sua definitiva morada, nas Alagoas que o viram nascer. Várias pessoas procuraram expressar, na ocasião, diferentes facetas de Denis: o mestre, no sentido amplo da palavra, amigo de professores e alunos; o intelectual sofisticado e crítico, que praticava o ensino ofertando aulas primorosas e fazia da pesquisa uma maneira de estar ligado às grandes questões da sociedade no sentido de responder a essas demandas. Que, vinculado ao Departamento de Serviço Social, não media esforços para acolher alunos de outros departamentos e estar nas suas bancas, particularmente os de História, fazendo observações críticas ou elogiosas de maneira sempre propositiva e amiga, indicando caminhos e sugerindo questões. Aquela pessoa preocupada com as bibliotecas, com as publicações da Editora Universitária da UFPE, da qual participou ativamente montando o projeto de sua recuperação quando estava fadada ao desaparecimento, vislumbrando seu papel como difusora dos trabalhos de toda a comunidade universitária, inclusive os alunos da Pós-graduação, numa certeza ousada de que a qualidade dos resultados merecia divulgação; o companheiro do movimento sindical e das lutas democráticas, batalhando na ADUFEPE por melhores condições de trabalho e por uma Universidade pública, gratuita e de qualidade; e mais recentemente, um intelectual preocupado com a retomada da revista

Estudos Universitários, assumida com igual empenho pela Pró-reitoria de Extensão, e aí também um aspecto marcante de Denis, sua visão de que o Ensino e a Pesquisa só se desenvolvem plenamente quando em conjunto com um trabalho de Extensão, inserindo a sociedade na universidade, voltando esta, de maneira específica, para um compromisso com o social.

Mas é importante também lembrar Denis como historiador. Que tanto trabalhou o século XIX como o XX, buscando entender momentos cruciais de nossa história, valorizando a imbricação da política com a sociedade, com a economia, com a cultura, mantendo-se fiel a uma visão de mundo que, se para alguns parece démodé, para ele permanecia ampla o suficiente para dar conta de uma análise da realidade de forma mais coerente e menos incompleta, sem perder de vista a totalidade. Que buscava, como diz em *O viaduto e o Caranguejo*, mostrar as mazelas do que se considerava ser o desenvolvimento urbano nos tempos da ditadura. Que escreveu um livro marcante, *O Patriotismo Constitucional em Pernambuco 1820-1822*, e que, ainda recentemente, vinha estudando e escrevendo a respeito dessa grande figura da nossa história que foi Frei Caneca.

Digna de nota, também, mais uma faceta de sua personalidade: era um apaixonado pela questão do cuidado com os documentos, fonte fundamental para a preservação da memória e do fazer histórico. Foi dessa forma que, em 2005, estivemos juntos, Denis Bernardes, Luiz Momesso, Christine Dabat, Marc Hoffnagel, Dacier de Barros, Fátima Lucena e Socorro Abreu, para pormos em prática uma ideia muito cara a nós todos, cultivada com especial carinho por ele desde os anos 80, que era a criação, na universidade, de um Centro de Documentação sobre os sindicatos e os movimentos sociais de Pernambuco. Foram várias as reuniões e os contatos para que, por fim, nascesse o Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais da UFPE, que hoje dispõe de crescente acervo sobre esses movimentos provenientes de doações de algumas pessoas, entre as quais o próprio Denis. Foi ele quem intermediou a vinda para o NUDOC da documentação da organização de esquerda Política Operária, um dos poucos acervos existentes da referida organização no Brasil, e que nos parabenizou efusivamente quando conseguimos, através de um aluno, a guarda do material da Ação Católica Rural, referência de resistência e luta no campo em nossa região.

Assim era Denis Bernardes, pessoa que, como todos nós, apesar dos limites e possíveis fragilidades, é particularmente lembrada por seu empenho, desde jovem, na resistência à ditadura e na busca da construção de uma outra sociedade, livre da dominação do capital. Objetivos esses que nortearam a sua

vida e que nos tocam profundamente. Sua coerência, seu compromisso, sua simplicidade, sua dedicação, seu companheirismo. Sua fala mansa, seus gestos amplos, sua generosidade.

Então, a esse nosso querido colega, amigo e companheiro de sonhos e de direção do Núcleo de Documentação, a homenagem do NUDOC, que a partir de agora passa a se chamar Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais Professor Denis Bernardes.

NUDOC

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

A presente edição da revista *Estudos Universitários* representa o esforço de celebrar criticamente o cinquentenário desse periódico criado nos conturbados anos 1960. Seus idealizadores, o reitor João Alfredo e o educador Paulo Freire, estavam preocupados em desenvolver uma série de projetos de modernização político-pedagógicos e estruturais que possibilitassem a Universidade do Recife (UR – atual UFPE) realizar sua “missão social dentro da realidade brasileira”. Neste sentido foi criado o Serviço de Extensão Cultural (1962) cujas ações desdobraram-se, sobretudo, na Rádio Universidade (1962-63), na revista de cultura *Estudos Universitários* (1962) e nos programas de educação de jovens e adultos vinculados ao sistema Paulo Freire de Educação (1962-64). A revista de cultura da UR foi confiada à secretaria do então professor de literatura brasileira Luiz Costa Lima. Naqueles anos Costa Lima e seus colaboradores construíram uma linha editorial marcada pelo que acreditavam ser “uma preocupação ativa com a atualidade brasileira” (LIMA, 1962, v. 1, p.6). Neste sentido, foram tragados pelos embates político-sociais da época. Este número busca mapear as multiplicidades históricas dos anos 1950-60, sublinhando as tensões que constituem o campo de embates do qual faz parte a primeira fase da *Estudos Universitários* (1962-63).

Ao longo de meio século a revista passou por quatro fases, sendo a primeira (1962-63) vinculada ao Reitor João Alfredo, à secretaria-executiva de Luiz

Costa Lima e à colaboração da equipe Paulo Freire de extensão. Na sequência o periódico é retomado sob a liderança de César Leal (secretário, depois editor) entre os anos 1966-85, com diretor assistente Newton Sucupira e direção dos seguintes reitores em ordem cronológica: Murilo Guimarães, Marcionilo Lins, Paulo Frederico do Rego Maciel, George Browne Rego. Sua terceira fase, ainda animada pelo editor Cesar Leal, atravessou o reitorado de Mozart Neves Ramos, com direção de George Browne Rego e diretor associado Jarbas Maciel. A quarta fase, constituída durante o reitorado de Amaro Henrique Pessoa Lins, teve início em 2004/2009 com a retomada da revista pela então comissão editorial especial composta por Agostinho Rosas, Denis Antônio de Mendonça Bernardes, Dimas Brasileiro Veras, Djanyse Barros de Arruda Mendonça, Maria Eliete Santiago, Solange Coutinho (presidente). A partir de 2010 é confiada aos cuidados do professor Denis Bernardes na qualidade de editor. Em 2011, com o novo reitorado, Denis Bernardes permanece na editoria e o reitor Anísio Brasileiro de Freitas Dourado assume a direção da *Estudos Universitários*.

Desde então a revista tem pautado temas e problemas vinculados a nossa história do tempo presente. Foi assim que se constituíram os dossiês sobre “juventude” (2010, N. 07, V.26), “acervos e memórias” (2011, N.08, V.27), “drogas” (2011, N.09, V.28) e, agora, as memórias da revista, nesta edição especial de aniversário. São questões que apontam para velhos desafios de nossa atualidade e que devem alimentar investigações, ações sociais e debates públicos em seus mais diversos espaços de realização. Pensa-se, pois, estar contribuindo com a formação e a investigação científica a partir de estudos e pesquisas interdisciplinares cujo rigor acadêmico não redunde em academicismo.

Neste volume o leitor encontrará trabalhos e documentos relacionados aos anos 1960, tempos em que foi lançada a revista *Estudos Universitários*. No artigo que abre este número, “A hora e a vez da *Estudos Universitários*”, Dimas Veras e Rebeca Guedes, descrevem a interdição da revista *Estudos Universitários* e do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (SEC/UR) entre os anos 1962-64. O resultado desta abordagem é uma narrativa na qual é mapeado o cotidiano intelectual vivido pelos universitários e educadores que faziam a *Estudos Universitários*. Dando continuidade a este número os professores Evson Malaquias e Edelson Júnior, do Centro de Educação da UFPE, analisam a greve estudantil de 1961, iniciada na Faculdade de Direito do Recife, fato que influenciou a criação do SEC/UR no ano seguinte. Na tentativa de descrever o imaginário social da época os autores tendem a destacar a efervescência sócio-política do Recife dos anos 1960. Os estudos seguem com o artigo do professor do Departamento de

História da UFPE, Flávio Weinstein Teixeira, que discorre em “Uma geração interrompida” sobre o campo cultural do Recife nos anos 1960, a partir das inovações propostas pelo grupo de intelectuais colaboradores do SEC/UR e da revista Estudos Universitários. O artigo oferece elementos para melhor compreensão do quadro de renovação cultural e intelectual do Recife bruscamente interrompido pelo golpe de 1964 e toda repressão que o sucede. Mais adiante o NUDOC/UFPE¹, através dos professores Socorro Abreu e Luiz Momesso, nos oferece o texto “Contexto histórico de Pernambuco no pré-64”. Nesse estudo a segunda metade do século XX é apresentada como um período rico em projetos, organização e lutas dos trabalhadores e das esquerdas num Brasil marcado por contradições e por conflitos com os setores conservadores e antidemocráticos. Por fim, a doutoranda do núcleo Teoria e História da Educação do programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE, Fabíola Beltrão de Souza apresenta em seu artigo “A Universidade de Pernambuco e as práticas instituídas sobre a educação (1957-1961)”, um cenário universitário brasileiro dos anos 1950-60 dividido entre uma educação confessional e uma educação laica e republicana. Os projetos antagônicos de educação são retomados a partir do concurso para a Cátedra de História e Filosofia da Educação da Escola de Belas Artes, disputada pelos professores Paulo Reglus Neves Freire e Maria do Carmo Tavares de Miranda.

Na seção Memórias reunimos documentos relevantes à primeira fase da Estudos universitários e ao contexto histórico no qual surgiu a revista. Nela, são apresentadas as Atas da Comissão Designativa presidida pelo reitor João Alfredo com fins de apuração das responsabilidades dos servidores sob inquérito e sindicância com base no Ato institucional nº1 de 1964. Também, uma série de reportagens publicadas no Jornal do Commercio, de autoria da jornalista Fabianna Freire Pepeu, sobre a vinda de Sartre ao Recife por ocasião do I Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária (1960). Embora a Estudos Universitários ainda não passasse de uma ideia, os futuros colaboradores da revista surgem como protagonistas do encontro que mudou a história cultural e intelectual do Recife. Dá-se prosseguimento à sessão reunindo artigos publicados no mesmo jornal nos meses que antecedem o lançamento da revista. O leitor ainda se deparará com recentes crônicas de Arthur Carvalho e com o sumário dos cinco primeiros volumes desse periódico com o expediente com o qual circulou (1962-1963). Para completar, segue a transcrição do discurso proferido pelo reitor João Alfredo em agosto de 1962, por ocasião do lançamento da revista de cultura da Universidade do Recife (atual Universidade Federal de Pernambuco).

1 Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais

Os textos que compõem a seção ensaios apresentam um traço em comum que se destaca: a narrativa livre de quem viveu e sentiu de perto o cotidiano do SEC e da revista Estudos Universitários em pleno contexto de crescente repressão. Os ensaios são: Meio século de uma revista interrompida (de Abdias Moura); Sonho, pesadelo e retomada (de Juracy Andrade); Abaixo a censura _Viva a blindagem (de Marcius Cortez); O Serviço de Extensão Cultural e a revista Estudos Universitários (de Almeri Bezerra de Mello) e Jomard, Luiz, Gilberto, Paulo *et al.*: Fragmentos de Memória (de Roberto Motta). Ademais, “completam a revista as resenhas dos livros “Orgia - Os Diários de Tulio Carella, Recife 1960” e “UFPE: Instituição, Gestão e Política e seu Bastidores”.

Os estudos, ensaios e documentos estão dispostos de modo que possam introduzir o leitor no rico e contraditório universo de criação de então. Buscou-se, pois, desmontar a máquina de esquecimento acionada pelo golpe de 1964 reunindo os documentos e as narrativas que sobreviveram ao processo sistemático de repressão. Neste sentido, recuperar as memórias da Estudos Universitários e do Recife dos anos 1960 se fez como uma história a contrapelo tal como aquela proposta no século passado por Walter Benjamin. Afinal, o trabalho que se pôs em jogo foi o de recuperar os vestígios de uma geração interrompida, redesenhando experiências, histórias e utopias interdidas após o ataque ao regime democrático brasileiro em abril de 1964.

Boa leitura!

Denis Antônio de Mendonça Bernardes e equipe.

ESTUDOS

A HORA E A VEZ DA ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Dimas Brasileiro Veras¹

Rebeca Santos de Amorim Guedes²

RESUMO

O presente artigo visa compreender os processos que resultaram na interdição da revista Estudos Universitários e do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (SEC/UR) entre os anos 1962-64. A partir dos conceitos da história cultural analisaram-se, pois, as fontes sobre o tema, entendendo o caso do SEC/UR como primeira experiência sistemática de extensão no Brasil. O resultado desta abordagem é uma descrição densa na qual são mapeadas as práticas, as representações e as apropriações agenciadas coletivamente pelos universitários e pelos movimentos de educação e cultura popular que colaboraram com o Serviço de Extensão e sua revista de cultura.

Palavras-chave: Revista Estudos Universitários. Serviço de Extensão Cultural. Educação e cultura popular.

1 Professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH-UFPE).

2 Formada em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Teoria da Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE.

ABSTRACT

This article aims to understand the process which banned the magazine Estudos Universitários and the Serviço de Extensão Cultural of the Universidade do Recife (SEC / UR) between the years 1962-64. It was based on the concepts of cultural history that sources on the subject were analyzed, considering the SEC case as the first systematic experience of extension program in Brazil. The result of this approach is a thick description in which the practices, the representations and the appropriations are collectively managed by the university staff and by cultural and education actions which collaborated with the Serviço de Extensão and its magazine.

Keywords: Estudos Universitários Magazine. Serviço de Extensão Cultural. Popular education.

O futuro? Já sei de cor:
Só me interessa a metamemória
Perdida nos cosmos
A minha pátria é o jardim das delícias
Sebastião Uchoa Leite

Era, então, 1963. Os membros do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (SEC/UR), mais conhecidos como “Equipe Paulo Freire de Extensão”, andavam planejando os rumos do grupo para o ano seguinte. Na época, os educadores Paulo Freire e Jomard Muniz de Britto encontravam-se entre Brasília e Recife, ocupados com o Plano Nacional de Alfabetização (PNA) e com a Comissão Nacional de Cultura Popular³.

O grupo estava frequentemente sob a proteção do secretário do SEC/UR, o Padre Almerly Bezerra. A confiança dos pares e a experiência asseguravam sua liderança na crescente ausência de Paulo Freire. Dentre os trabalhos daquele, destacavam-se o periodismo no jornal Última Hora, a participação nas experiências piloto do sistema Paulo Freire de Educação com o Movimento de Cultura Popular (MCP), a liderança eclesial da Juventude Universitária Católica (JUC), bem como a docência com Freire na Escola de Serviço Social.

Naquele mesmo ano iniciaram-se as denúncias públicas de subversão contra o grupo de extensão e suas principais atividades. As ofensivas levariam meses

3 A presente narrativa histórica foi construída a partir das seguintes fontes: Boletins de atividade do SEC (1962-1964); revista Estudos Universitários (1962-64); Jornal do Commercio (1962-64); Diário de Pernambuco (1962-64); Dissertação de mestrado em vias de publicação, defendida em 2010 pelo autor Dimas Brasileiro Veras no PPGH-UFPE - *Sociabilidades letradas no Recife: a revista Estudos Universitários (1962-1964)*.

mais tarde à interdição do SEC/UR, enquadrado em “prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária” previstos pelo Artigo 8º do Ato Institucional Nº 1 de 1964.

O SEC/UR abriu as portas dois anos antes inspirado nos movimentos de educação e cultura popular surgidos no Recife em 1960. A institucionalidade da extensão era desde então articulada pela primeira vez no país de maneira sistemática e planejada e compunha um conjunto de reformas que visavam modernizar o ensino superior no Brasil.

Os membros do SEC/UR apontavam para aquilo que concebiam como “objetivos primordiais da Universidade”: a “formação cultural”, a “propagação do ensino e do esclarecimento público”, bem como a “efetiva participação da UR no esforço de soerguimento regional [...] proporcionando constante integração de professores e alunos na comunidade” (Boletim de atividade do SEC, 1962, nº 1 p. 5)⁴. Os objetivos eleitos pelos jovens extensionistas - “Agir junto ao povo”, “desenvolvimento da cultura e da mentalidade regionais”, “estudo da realidade e cultura brasileira e dos problemas da região” - sublinham uma modalidade de ação e enunciação coletiva próprias àquele período. Assim, para entender como colocaram em prática e se apropriaram destas representações culturais, faz-se importante pontuar inicialmente as frentes de ações que corroboraram com sua interdição em 1964: a Rádio Universidade, a revista Estudos Universitários e o sistema Paulo Freire de educação.

A Rádio Universidade iniciou seus trabalhos definitivamente em setembro de 1963 sob a direção do escritor José Laurenio. Seu *slogan* era: “uma rádio a serviço da democratização da cultura”. Sua base era educativa e contemplava programas como recitais de pianos; campanhas de alfabetização radiofônicas; música popular brasileira; cursos de idiomas; debates públicos sobre a universidade, a economia, o movimento estudantil, a cultura-ciência-educação; recitais de violão; coros de óperas (árias); momento internacional; folclore brasileiro e internacional; arte e espetáculo (Literatura, Teatro, Cinema e Pintura - Boletim de atividades, nº 5-6, 1964, s/p). Observa-se, neste programa, a dupla articulação entre o arrojo formal erudito e as formas de expressão popular cuja conjugação marca o debate intelectual da época. Todos os programas são igualmente atravessados pelo objetivo de formar e informar para o exercício da cidadania e da diversidade cultural-regional (representa-

4 Ao todo foram produzidos cinco *Boletins de atividades do SEC*. Nestes se encontram planos de ações, oficinas, registros de reuniões, planos de aula e curso, registro de atividades de ensino, pesquisa e extensão, comunicados, dentre outros documentos cuidadosamente datilografados pelo mecanógrafo Severino Vieira.

tada principalmente pelo par erudito-popular e nacional-regional). Daí uma programação na qual se buscava assegurar os canais de comunicação social com inserção do Movimento de Cultura Popular (responsável pela “Campanha de Alfabetização”), o Movimento Estudantil (representado pelo DCE/UR), a comunidade acadêmica da UR (nos programas “A universidade em foco” e “Cultura-Ciência-Educação”), os produtores culturais da cidade (“Arte e Espetáculo”), bem como os entusiastas, produtores ou não, da música erudita e popular (Boletim de atividades, nº 5-6, 1964, s/p).

A revista Estudos Universitários entra em circulação em agosto de 1962. Nesta primeira fase foram enfatizadas três frentes de investigação: educação popular e sistema Paulo Freire de educação; realidade brasileira e sociologia do desenvolvimento; cultura popular e crítica da cultura brasileira. Nesta perspectiva, representaram o intelectual, a escola e a cultura como possibilidade de reflexão crítica e de transformação social. Ademais, ao longo do ano de 1963 as movimentações adquiriram velocidade e aqueles objetivos propostos inicialmente ganhavam novos contornos à medida que as práticas e as representações extensivas impunham novas dinâmicas à *educação como prática da liberdade*. O desenvolvimento do Sistema Paulo Freire e, mais especificamente, dos círculos de cultura, foram o cerne desta entropia produtiva.

Como exercício da educação popular, os círculos de cultura ofereciam uma opção à sala de aula. Assim, propunham uma disposição pedagógica do lugar do aprendizado menos vertical do que horizontal, com preferências pela cultura local e pelos ruídos da fala e do sotaque, em franca oposição à gramática ou cartilha do opressor (FREIRE, 2007).

Na época, Paulo Freire e o reitor João Alfredo falavam de “extensão popular”. Mais tarde a categoria conceitual de “Extensão” seria questionada pelo próprio Paulo Freire em “Extensão ou Comunicação?” (*Extensión ou comunicación?* publicado em 1969, no Chile). Além do mais, observa-se que há hoje uma tendência crescente em se retomar o termo “extensão popular”, tal qual produção de uma práxis extensiva contrária ao academicismo e ao assistencialismo que possibilita aos estudantes e às classes populares vivenciarem a autonomia, a participação e a produção de trabalho coletivo.

No calor de 1963-64, as representações de extensão ganhavam forma com o desenvolvimento do Sistema Paulo Freire de Educação e com as demais ações do SEC/UR. Para isto, os agentes extensionistas trabalharam duramente, desdobrando-se entre os cursos comunitários, o sistema Paulo Freire de educação, a Rádio Universidade, a revista Estudos Universitários, as visitas técnicas

a universidades para promover novos serviços de extensão (Rio de Janeiro, Goiana, Aracaju, João Pessoa, Natal, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, São Luís), bem como a supervisão do Plano Nacional de Alfabetização (PNA) e da Comissão Nacional e Regional de Cultura Popular⁵.

Eram, então, tempos decisivos para a história recente do Brasil. Nos anos 1950-60, de fato, se desenvolveram-se forças que norteariam mudanças significativas no cotidiano dos brasileiros, inclusive no que concerne à modernização dos espaços urbanos e das forças produtivas. Não obstante, a historiografia tem destacado no campo político a mobilização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e seu desempenho marcante nas eleições do Grande Recife. Chama atenção, também, a criação no final dos anos 1950 da coligação de esquerda “Frente do Recife”, elegendo sucessivamente dois prefeitos - Miguel Arraes (1959) e Pelópidas Silveira (1962) - e um governador - Miguel Arraes (1962). No âmbito dos movimentos sociais sobressaem-se as reivindicações das Ligas Camponesas, a mobilização dos movimentos de educação e cultura popular, o Movimento de Cultura Popular (MCP), bem como a luta dos moradores de mocambos, onde vivia parte significativa dos trabalhadores recifenses. Com os moradores dos mocambos se deram as primeiras ações de cultura e educação popular orientadas por Paulo Freire e por sua equipe.

O Recife já não “era um aposento antigo e desabitado” e as experiências do SEC/UR faziam parte de um mosaico de vivências culturais que também transformavam o corpo da cidade. A publicação da Estudos Universitários faz parte desta efervescência cultural. Este quadro de transformações se inicia com a parcial redemocratização após a crise do Estado Novo e se prolonga até o advento do Regime Militar. O dinamismo cultural passava pelas rádios da cidade e pelos seus programas de auditório - rádio Tamandaré, rádio *Jornal do Commercio* e a inovadora Rádio Universidade. Também sacudiam a cidade as peças do teatro amador e estudantil, bem como do Teatro Popular do Nordeste e da peças militantes do Movimento de Cultura Popular. Os cinéfilos frequentavam os inúmeros cineclubes se apropriando das novas linguagens e problemáticas do cinema moderno (da Nouvelle Vague ao Cinema Novo) e escreviam as crônicas de cinema nos principais jornais. O artista e militante do PCB, Abelardo da Hora, animava as experimentações do Atelier Coletivo, semente do Movimento de Cultura Popular. Enquanto isso, as ruas eram tomadas pela crescente comunidade universitária e pelas mobilizações do movimento estudantil, pelas publica-

5 Através dos quais o Governo Federal busca homogeneizar e institucionalizar as mobilizações e os saberes nômades agenciados pelos movimentos de educação e cultura popular da época.

ções artesanais do coletivo Gráfico Amador, pela melomania da Orquestra Sinfônica do Recife (regida pelo maestro Vicente Fittipaldi) e das sociedades musicais, bem como os salões de fotografia, os cadernos literários dominicais e os movimentos de educação e cultura popular (sobretudo o Movimento de Cultura Popular).

Passados cinquenta anos, faz-se relevante entender os processos que resultaram na interdição da Estudos Universitários e do SEC/UR nas vésperas do golpe civil-militar de 1964, assim como sua relação com o desenvolvimento do campo cultural e intelectual do Recife. É importante destacar que a Estudos Universitários e seus produtores fazem parte das tensões sociais e culturais apresentadas nos parágrafos anteriores e que a interrupção dos trabalhos do SEC/UR está marcada pelo processo crescente de cerceamento de liberdades e direito que se inicia nas vésperas do golpe.

A *revista de cultura da UR* foi lançada em agosto de 1962, por ocasião 16º aniversário da Universidade, e atendia à demanda produtiva de quem ensina e pesquisa indissociavelmente do exercício diário da cidadania: “seu surgimento fazia parte de um ambicioso projeto de reforma universitária” (LIMA, 2004/2009, p. 23). Para isto, o seu secretário-executivo, o crítico literário Luiz Costa Lima, pôde contar com a contribuição dos antigos membros do Gráfico Amador: Orlando da Costa Ferreira, que usava suas competências para dar um design sóbrio e sofisticado ao periódico; Gastão de Holanda, José Laurenio, João Alexandre Barbosa e Sebastião Uchoa Leite, que apoiavam os fazeres editoriais e as revisões necessárias. O editor ainda contou com colaboradores provenientes da Juventude Católica e de outros círculos culturais da cidade. Assinavam os resumos em francês e em inglês da revista: Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Juracy Andrade, Pierre Furter, Jacques Decourcelle, José Laurenio de Melo, Jarbas Maciel, G. Licari (doravante confiados a estes três últimos nomes). A Estudos Universitários contava também com os correspondentes Angel Crespo (Espanha) e Eduardo Portella (Guanabara).

A Estudos Universitários inaugura, pois, uma forma de periodismo interdisciplinar e crítico na mesma linha de publicações como o periódico *Tempo Brasileiro* e, mais adiante, a revista da *Civilização Brasileira*. Por outro lado, ensejava um espaço de publicação aos novos escritores, intelectuais e produtores culturais que dinamizavam o campo cultural da cidade. O crítico e teórico Luiz Costa Lima esteve pouco mais de um ano à frente desta empreitada periodista. Neste curto intervalo de tempo, coordenou a publicação de cinco volumes que reuniram colaborações nacionais e internacionais. A revista contava com três seções: Ensaio, Estudos e Resenhas. Nos Ensaio, colaboradores consagrados,

como Gilberto Freyre, Maria do Carmo Tavares de Miranda, Claudio Souto, Celso Furtado, Paulo Freire, Orlando da Costa Ferreira, Zvedei Barbu, Heron de Alencar, Eduardo Portella, Paulo Gaspar, José Rafael de Menezes, Abdias Moura, dividiam espaço com aspirantes à consagração intelectual, como Luiz Costa Lima, João Alexandre Barbosa, Jarbas Maciel, Vamireh Chacon, Aurenice Cardoso, Nelson Nogueira Saldanha, Décio Pignatari, Haroldo e Augusto de Campos, Erthos de Souza, Jomard Muniz de Britto, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Juracy Andrade, Affonso Romano Sant'anna, Benedito Nunes, Gadiel Perruci, Leandro Konder, Pierre Fürter, Francisco A. Bandeira de Mello, Pilar Gómez Bedate. Este quadro de colaboradores se amplia com as seções Estudos e Resenhas: Walter da Costa Porto, José Osman de Freitas, Calazans Fernandes, Marcius Frederico Cortez, Marcos Vinícios Vilaça, Willis Leal, Alfredo Guevara, Sten Bjorild, Afonso Ávila, Eduardo Wanderley Filho, Mike Sund, Arthur Eduardo de Carvalho, Adão Pinheiro.

Meses antes do lançamento, Luiz Costa Lima destacava nos principais jornais da cidade que o primeiro volume teria como tema “a missão da Universidade dentro da realidade brasileira”, enfatizando que a revista necessitaria “da colaboração e da responsabilidade de todos que fazem cultura no ambiente nordestino” (JC – 13/05/62). Na introdução do primeiro volume propôs uma representação de cultura como “ato de coragem”, “desafio da existência”, “aventura de risco”, “anti-fuga” inseparável “de uma preocupação ativa com a atualidade brasileira” (LIMA, 1962, v. 1, p. 6). Esta perspectiva crítica acompanhou todos os cinco volumes desta primeira fase da Estudos Universitários.

Os cinco volumes que circularam entre 1962-63 foram cuidadosamente analisados em trabalhos já publicados ou em vias de publicação. Por hora, faz-se oportuno apontar como os debates que resultaram na interdição da revista apenas indiretamente remeteram ao conteúdo da mesma. Assim, destaca-se um primeiro volume sobre Universidade e Sociedade que tem como primeiro ensaio “Reflexões sobre a pré-revolução Brasileira” de Celso Furtado (então diretor da SUDENE), seguido de Paulo Freire refletindo sobre “O professor universitário como um educador”. O segundo volume está marcado por uma crítica cultural que se propõe formal e sociológica. Mais adiante um terceiro volume debatendo temas diversos do cotidiano político dos anos 1960: capitalismo, socialismo e cristianismo; revolução cubana; historiografia soviética e conceito de homem; educação brasileira; inflação; greve; modelos modernos de partido, dentre outros temas. Por fim, o quarto volume é dedicado ao sistema Paulo Freire de Educação, doravante seguido pelo quinto volume debatendo o pensamento marxista. No entanto, os assuntos listados acima não permearam o cerne da crítica à revista. Os fatos que desencadearam demissão

de Luiz Costa Lima e a interdição do periódico não diferem em absoluto do caso da Rádio Universidade. Esta última fora acusada de “infiltração comunista” por conceder quinze minutos diários à “Campanha de alfabetização” do Movimento de Cultura Popular. No caso da Estudos Universitários, a tensão iniciara-se a partir da disputa em torno de quais autores e quais temas deveriam ser abordados, não obstante, uma crítica à Gilberto Freyre publicada no volume V tenha permeado o desfecho deste primeiro ciclo da revista.

Enquanto os membros do SEC/UR reuniam-se para definir o futuro do grupo ao longo do ano de 1964, Freyre vituperava que o reitor João Alfredo permitia que “comunistas” e “para-comunistas” tomassem a Rádio Universidade, os projetos de alfabetização de jovens e adultos e o periódico de cultura da UR. Começava-se a fechar, então, o círculo de debates iniciados com a criação do SEC/UR e da Estudos Universitários. Ao longo do ano 1962/64 colonistas dos principais jornais do Recife dividiram-se ao expor sua opinião sobre as atividades de extensão da UR. Estes embates públicos em jornais compunham o cotidiano intelectual da época. São as páginas viradas de uma cultura intelectual que em parte se perdeu. Para fins da presente proposta de análise encontra-se inicialmente o debate entre Cesar Leal e Luiz Costa Lima em torno da proposta “realista” da revista e sua consequente defesa de uma crítica atenta aos elementos formais e sociológicos da cultura. Porém a discussão tende a desaguar em outras questões em voga na época: movimento concretista, regionalismo e nacionalismo, alienação, jdanovismo (realismo socialista) e cultura erudita e popular.

Ainda no ano de 1962 são publicadas, também, resenhas sobre atividades de extensão por Pierre Fürter, Lauro de Oliveira e o próprio reitor João Alfredo. Destas contribuições citamos as palavras do professor visitante Pierre Fürter:

A grande tentação da universidade brasileira, é entretanto, crer que o Brasil está só hoje a enfrentar problemas e que estes problemas são únicos. Eis o que acarreta não somente um nacionalismo exacerbado, mas ainda pior um regionalismo muito pretensioso. Para um suíço, é surpreendente descobrir que o Brasil, país federalista, conhece as mesmas dificuldades de comunicação decorrendo não da diversidade linguística, mas da ausência de uma tradição intelectual comum, mesmo de um temor irracional do diálogo. (JC – 18/11/62, 2º Caderno, p. 2).

Ao sair em defesa das ações de extensão da Universidade do Recife, Pierre Furter se mostrava atento aos limites do discurso nacionalista e regionalista que fundamentava os principais debates da época. Ademais, a rápida estada

do suíço fora o suficiente para perceber os indícios de como intelectuais “nacionalistas” e adeptos de um “regionalismo muito pretensioso” se articulavam e dispunham na dinâmica do campo intelectual e cultural da cidade: “ausência de uma tradição intelectual comum, mesmo de um temor irracional do diálogo”.

No ano seguinte, o professor Glaucio Veiga publicou no 2º caderno do JC um artigo intitulado “Erupção e revolução”. No trabalho, o docente da Faculdade de Direito do Recife (FDR) retoma a crítica levantada por pesquisadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros a Paulo Freire e agentes do SEC por ocasião da “Semana do Nordeste”, realizada em maio de 1963 na PUC do Rio de Janeiro. O tom com que retoma os questionamentos isebianos a Paulo Freire é permeado por sua crítica mordaz: “Os inautênticos não fazem revolução. Provocam erupções. E mostrarei que não se deve confundir revolução com sarna política.” (JC – 02/06/63 – p. 2). A revista Estudos Universitários ainda seria tema de artigos jornalísticos de Sebastião Uchoa Leite, Cesar Leal, Gilberto Freyre, Luiz Costa Lima, Gadiel Perruci, dentre outros. O episódio que ficou conhecido publicamente como “crise da revista da Universidade” foi determinante para a prematura interrupção do periódico. Na época, estavam a fechar o quinto volume da Estudos Universitários, quando Gilberto Freyre publicou o artigo “Em torno de uma Revista de Cultura” (JC – 27 /10/63, p. 02). Na matéria, o sociólogo criticava o plano editorial da revista – tido por “bizantino” “técnico-literário”, “técnico-alfabetizante”, “sectário” – e sugeria alguns nomes para colaborar com os próximos números: Froes da Fonseca, Tavares Miranda, Newton Sucupira, Luiz Delgado, Silvio Rabelo, Gonçalves de Mello, Maria Antônia Mac Dowell, Osvaldo Gonçalves de Lima, Amaro Quintas, René Ribeiro, Estevão Pinto e Mário Lacerda.

Em texto homônimo Costa Lima respondeu às indagações de Freyre. Para se defender da acusação de linha editorial “extremista”, o editor da Estudos Universitários fez um balanço dos volumes publicados, enumerando os temas abordados e ironizando o ensaio que Gilberto Freyre publicara no primeiro volume:

Na seção mais importante, a de ensaios, foram publicados trinta e cinco trabalhos, assim diferenciados: Literatura. Total: nove, sendo oito ensaios publicados no nº. 2 e um no nº. 3. Educação. Total: sete, publicados nos números 1, 3 e 4. Arte em geral. Total: 5, números 1, 2 e 3. Historiografia. Total: 2, números 1 e 3. Sociologia. Total: 2, números 1 e 4. Economia: Total: 2, números 1 e 3. Política. Total: 2, números 3 e 4. Sobre a própria obra. Total: 1, número 1, ensaio do prof. Gilberto Freyre. Na segunda seção da revista, foram publicados doze trabalhos, assim distribuídos: Literatura. Total: 4. Política. Total: 3. Historiografia. Total: 2. Cinema. Total: 2. arte. Total: 1. (JC – 01/11/63, p. 02 – grifos nossos).

Luiz Costa Lima também reafirmou o convite aos intelectuais da cidade, destacando que:

a única coisa que exigimos de Estudos Universitários é seriedade intelectual e o propósito de não contribuir para deformação da nossa realidade. Ora, por que excluiríamos esses nomes quando, ao contrário, eles nos ajudariam do nosso declarado propósito? (JC – 01/11/63, p. 02)

O primeiro editor da Estudos Universitários não deixa de se perguntar igualmente sobre o que Gilberto Freyre teria contra um “método” ou “sistema” educacional desenvolvido na Universidade do Recife pelo professor da casa. No entanto, os fatos que levaram à interdição da revista são ainda mais ambíguos, como pode se observar em texto publicado pelo próprio Luiz Costa Lima em 2009, por ocasião de retomada editorial da Estudos Universitários:

Para quem conheça os artigos que Gilberto Freyre publicava, alguns meses antes do golpe, no *Diário de Pernambuco*, não estranhará que eles contribuíssem de modo decidido para que o Recife letrado se dividisse entre os partidários do sociólogo de Apipucos e os “comunistas” do SEC. Mesmo pessoas que eram amigas de Paulo Freire e vieram a apoiá-lo quando começou a ser perseguido pelos golpistas vitoriosos, então ainda se pronunciavam a favor de Gilberto Freire. Pois bem, diante de um artigo seu em que acusava os “comunistas” infiltrados nos jornais de escolherem fotografias em que ele aparecia “feio”, depois de transcrever a passagem capital, eu fazia uma brincadeira que reconheço de extrema maldade. Se ainda se tratasse de um astro do cinema, era o que mais ou menos dizia, ainda se explicava a manifestação de narcisismo, etc, etc. Até parece que era eu próprio que procurava um estopim. A verdade é que em poucos dias a batalha estava iniciada. Por maior que fosse o apoio que sempre recebera da Reitoria, terá sido dela que veio a ordem de o número 5 ser recolhido, a página que continha o comentário expurgada e eu convocado para comparecer a uma reunião de emergência. (Foram muito poucos os números inteiros que escaparam da censura. A própria cópia da coleção dos cinco números que Dimas Veras teve a gentileza de me enviar não contém a folha censurada). Das pessoas que participaram da reunião, lembro-me apenas do próprio Reitor, de Rui Antunes e da professora de filosofia Maria do Carmo Miranda. Lembro-me de meu ex-mestre de Direito Penal, mesmo porque só nele encontrei apoio. Em troca, a professora Maria do Carmo mostrava toda sua indignação de conservadora “enragée” contra o desrespeito ao mais ilustre intelectual da terra. Diga-se de passagem: minha desastrada manifestação de coragem (de coragem ou simples bravata?) não teria tido a consequência

que teve se eu tivesse ouvido a recomendação sensata de Sebastião: "olha bem, Luiz, isso vai dar confusão". Mas não o ouvi. Por maior que fosse o empenho de Rui Antunes e, posso imaginar, a simpatia do Reitor, minha demissão era inevitável. (LIMA, 2004/2009, p. 25-26, grifo nosso).

A "crise da revista da Universidade" resultou no afastamento de Luiz Costa Lima e na interrupção dos trabalhos da Estudos Universitários. Em solidariedade, o Diretório Central dos Estudantes (DCE/UR) publicou nota apontando o jovem crítico como "figura incansável do Serviço de Extensão Cultural da U.R., tão bem identificado com os anseios da cultura de nosso povo". (JC – 13/12/63, última página). Doravante chegaria a hora e a vez do Serviço de Extensão Cultural, do Movimento de Cultura Popular, dos Centros de Cultura Popular da UNE, das ligas camponesas e de outros grupos.

Para fins de conclusão caberia pontuar como as práticas e as representações que atravessam os embates do campo intelectual estão pautadas em disputas de interesses conjugados a multiplicidades nas quais se incluem questões subjetivas como a vaidade, como também as questões de classes. Em segundo lugar, é válido assinalar a influência pessoal ou arbitrária sobre determinadas instituições, bens, espaços, recursos públicos e expressões públicas como dispositivo que ordena e regula o jogo da política intelectual e sua produção de verdades e consagração.

Se para Glaucio Veiga aqueles que faziam a Estudos Universitários não passavam de "intelectuais esquerdistas", outros os denunciariam por "prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária". Esta representação construída pela *intelligentsia* conservadora do Recife, que associava o Serviço de Extensão ao comunismo revolucionário, foi decisiva para o fechamento do processo pioneiro de institucionalização da extensão iniciado por Paulo Freire e pelo reitor João Alfredo através da Universidade do Recife. O desfecho foi dado no dia primeiro de abril de 1964 com a invasão do SEC/UR, a criação de uma comissão designativa para apurar a responsabilidade dos servidores, seguido dos Inquéritos Policial Militar (IPMs), das prisões e perseguições aos agentes extensionistas, bem como do posterior afastamento do reitor João Alfredo. A demissão do secretário-executivo da Estudos Universitários no final de 1963 foi, portanto, apenas o início do torvelinho. O Ato institucional nº 1 significou aposentadorias, prisões, perseguições políticas, exílios. O campo cultural e intelectual do Recife teve seus canais de produção, de circulação e de recepção cerceados e amiúde fechados num processo de desmantelamento intelectual com repercussão até os dias atuais. João Alexandre Barbosa fala de uma "província

estrangulada”. A partir daí o clima de revanche e injúria pública reinaria nos jornais da cidade. Aposentados e afastados os supostos educadores “subversivos”, buscou-se silenciar os ruídos causados pela mobilização educacional, embora estudantes e professores permanecessem na luta.

Passados 50 anos do lançamento da Estudos Universitários e do Serviço de extensão Cultural da Universidade do Recife, a precariedade do campo educacional, a desvalorização dos profissionais da educação e o analfabetismo são ainda realidade no Brasil. Neste quadro, Paulo Freire é escolhido no ano de 2012 como patrono da educação brasileira. Uma vez que os problemas que há 50 anos desafiaram os antigos membros do SEC/UR se perpetuam e se resignificam ao longo da história brasileira, quais são os novos e quais objetivos devem ser retomados pelos novos produtores da Estudos Universitários? Como se atrelar à potência que perpassa sua criação sem com isto cair num saudosismo ou num anacronismo celebrante? Como reescrever criticamente as memórias da Estudos Universitários e de seus produtores, de modo que se possa aprender com a história e com suas singularidades e multiplicidades temporais? Como, portanto, se apropriar e dar novo sentido à máquina de guerra periodista montada por Luiz Costa Lima e Paulo Freire nos anos 1960, tendo como novo escopo os desafios impostos pelo século XXI?

REFERÊNCIAS

Boletim do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, Recife, nº 1,2,3,4,5,6, 1962-1964.

CORTEZ, Marcius. *O Golpe na Alma*. São Paulo: Pé-de-chinelo Editorial, 2008.

Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife. Recife, vols. 1,2,3,4,5: Universidade do Recife, Imprensa Universitária, 1962-1963.

Estudos Universitários: Revista de cultura da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, v. 24/25, nº 5/6: UFPE, 2004/2009.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da Liberdade*. 30 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *O movimento e a linha: presença do Teatro do Estudante e d'O Gráfico Amador no Recife (1946-1964)*. Recife: UFPE, 2007.

_____. *Cultura e sociedade: variações em torno da modernidade artística*. In: ARAÚJO, Rita de Cássia e BARRETO, Túlio Velho Barreto. *1964: o golpe passado a limpo*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2007.

VERAS, Dimas Brasileiro; MENDONÇA, Djanyse Barros de Arruda. *Educação popular e reforma universitária: Paulo Freire e a criação do Serviço de Extensão Cultural da*

Universidade do Recife (1962-1964). In: **Estudos Universitários: revista de cultura da Universidade Federal de Pernambuco**. Recife, v. 24/25, n. 5/6: UFPE, 2004/2009.

VERAS, Dimas Brasileiro. **Sociabilidades letradas no Recife: a revista Estudos Universitários (1962-1964)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

WEBER, Silke. **A educação como foco de projetos político-sociais em Pernambuco**. In BARRETO, Túlio Velho; ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa (org.). **1964: O golpe passado a limpo**. Recife: Massangana, 2007.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE: “NOSSA CASA OU NOSSO TÚMULO”. GREVE ESTUDANTIL DE 1961 E A UNIVERSIDADE DO RECIFE¹

Evson Malaquias de Moraes Santos²
Edelson de Albuquerque Silva e Júnior³

Os últimos anos de democracia burguesa que antecederam o golpe civil-militar de 64 foram bastante agitados na Universidade do Recife – e que se desdobraram no Brasil inteiro. Os estudantes dessa universidade, particularmente os da Faculdade de Direito, foram protagonistas de um dos momentos mais ricos e conturbados na política nacional: a greve de maio/junho de 1961. Esse acontecimento chegou a ser caracterizado por Ana Maria César como o “maio de 1968” brasileiro. Por maior precisão de definição, acrescentaríamos, estavam ou foram incluídas nessa greve: a Universidade Rural e Católica, por problemas próprios; a Escola de Engenharia e a Faculdade de Direito, por terem sido cercadas pelo Exército brasileiro.

Conforme a autora, “em Pernambuco, nós nos antecipamos em sete anos a um dos maiores movimentos do século”, em maio de 1961. “O Movimento do Recife embora detonado por incidente interno, tinha raízes mais profundas”

1 Esse artigo é uma homenagem ao excelente professor e pesquisador Denis Bernardes. Agradeço a ele a confiança em minha pessoa ao solicitar este artigo para esta revista, e desejo do fundo do coração que ele descanse em paz.

2 Professor do Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional da UFPE.

3 Mestre em Educação pela Pós-Graduação de Educação UFPE.

(CÉSAR, 2009, p. 20), afirma a autora em seu livro *a Faculdade Sitiada*. A greve dos estudantes de Direito do Recife, em 1961, envolveu o Exército e a Presidência da República.

Ressalta, outrossim, César que “enquanto o Movimento de Paris vem sendo estudado e analisado exaustivamente, o Movimento do Recife caiu não só no esquecimento, mas até no desconhecimento. Pouco se sabe, quase nada se escreveu” (CÉSAR, 2009, p.20).

Se Ana Maria César qualifica a greve dos estudantes da Faculdade de Direito de maio e junho de 1961 como o “maio de 68”, Cavalcanti (1978) identifica-a como um “ensaio para a tomada do poder, o que não foi feito naquelas horas mas veio consumir-se na gestão de João Goulart” (CAVALCANTI, 1978, p. 294). Loureiro (2009), de forma similar a Paulo Cavalcanti, identifica a greve estudantil como “grave crise institucional”, “força despropositada” e “clima de alarme” por iniciativa do presidente Jânio Quadros. Conforme esse autor, Jânio Quadros objetivava “desestabilizar as instituições republicanas”. E mais, para Loureiro (2009), o conflito com João Goulart foi mais importante para aumentar a cisão entre o Congresso e a Presidência do que a greve estudantil.

Mas temos que concordar com Ana Maria César em que esse acontecimento político-educacional precisa ser investigado com mais profundidade e sob vários olhares, até incluindo a análise da Universidade nesse contexto. Este artigo pretende iniciar essa colaboração de estudos, apesar de modesto.

Neste artigo, pretendemos abordar analiticamente essa greve na relação com o tempo histórico como na sua relação com a Universidade do Recife. Essa abordagem se diferenciará da autora anteriormente citada porque esta apenas narra os acontecimentos, fato a fato, e inclui entrevistas com seus participantes e documentos oficiais diversos – não analisa a greve em sua conexão com a Universidade (nas participações de seus órgãos), da mesma forma que os outros autores citados anteriormente. Além disso, não somos adeptos da sua leitura ao associar esta greve ao maio de 68, pois, além de vários argumentos plausíveis contrários a esse argumento, o movimento estudantil, mesmo com todo esse maravilhoso fervor, mantinha a lógica da temporalidade histórica: reverência ao patriarca, à autoridade fálica (catedráticos e ao Exército). Esse movimento não incluía o questionamento de valores centrais da sociedade, mas os educacionais e a própria figura do diretor Soriano Neto.

Na primeira greve estudantil da Universidade do Recife, de 9 a 19 de setembro de 1947, quatorze anos antes da greve de 1961, os estudantes faziam

apelos glamorosos e enaltecedores ao reitor Joaquim Amazonas, fundador da universidade, quanto ao Conselho Universitário que ele presidia, tais como: “jurista nato”, o movimento está nas “mãos de V. Magnificência”, “apaziguará a família” universitária. Assim chamamos a atenção para a pesquisa que redundou em livro cujo título leva o mesmo nome⁴:

Novos apelos de compreensão jurídica são feitos com a finalidade de sensibilizar o reitor quando destaca que o Magnífico Reitor “compreenderá, como jurista nato que é, nosso ponto de vista” e “depõe os destinos desse movimento nas mãos de V. Magnificência” e assume “confiança”, porque se sabe que V. Magnificência agirá como “um juiz imparcial e magnânimo, deixará, em lugar invulnerável e seguro, a honra da classe acadêmica e apaziguará a família universitária pernambucana. Nunca tantos confiaram num só” (SANTOS, 2010, p. 140 grifo nosso).

Essa tensão entre reconhecimento simbólico da autoridade, aprisionamento ao imaginário de ordem patriarcal na sociedade, e no mandarinato dos catedráticos, e rebeldia ante essas representações foram algumas constantes no movimento estudantil – certamente, até a década de 70⁵.

Esse período histórico do “maio de 68” brasileiro estava assentado na era do presidente Jânio Quadros (31/01/1961 - 25/08/1961), sucessor de Juscelino Kubitschek (31/01/1956 a 31/01/1961), que pregava ideologicamente uma luta contra a corrupção, saneamento do câmbio e defendia medidas austeras nos gastos públicos (com apoio dos EUA) e, ao mesmo tempo, aproximava-se do mercado comunista (o que desagradava aos EUA). No campo social e educacional, o ressurgimento das Ligas Camponesas⁶, das greves urbanas, da instalação da LDB constitui outras temáticas presentes na realidade histórica vivida. Por outro lado, docentes da universidade estavam engajados no Movimento de Cultura Popular e, posteriormente à greve, no Serviço de Extensão Cultural – criado pelo reitor João Alfredo e por Paulo Freire.

4 Conferir o livro de Evson Malaquias de M. Santos: A primeira greve estudantil da UFPE, de 9 a 19 de setembro de 1947: Da tutela patriarcal à construção ambígua de sua autonomia. Recife: EDUFPE, 2010.

5 O mais correto seria, talvez, reconhecer que houve movimentos de ascensão de autonomia e refluxo do mesmo diante das ordens simbólicas e imaginárias patrimoniais em vários momentos históricos. Essa temporalização ainda não a fizemos e, portanto, não arriscaremos apresentá-la aqui nesse momento.

6 As Ligas Camponesas surgem após a redemocratização do Estado Novo. O seu fortalecimento se dá na década de 50. Em Janeiro de 1955, cria-se em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, a SAAP, Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco. Em setembro desse mesmo ano realiza-se o Primeiro Congresso de Camponeses de Pernambuco. (cf. GASPAR, Lúcia. *Ligas Camponesas*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 6 ago. 2012).

Posto tudo isso, compreendemos que a história implica imaginário, sujeitos, símbolos e, como tal, manifesta uma forma de ser e de fazer ser. Há uma dimensão consciente e inconsciente do fazer histórico, conseqüentemente, criamos nossas instituições ao mesmo tempo em que somos dominados por elas. Como bem colocou Nobert Elias, “os homens vivem dentro de um mundo de símbolos que eles mesmos criaram” (ELIAS, 1998, p.36). Compreendemos a história, também, como alteridade, criação,

Porque o que se dá em e pela história não é seqüência determinada do determinado, mas emergência da alteridade radical, criação imanente, novidade não trivial [...] e é somente a partir dessa alteridade radical ou criação que podemos pensar verdadeiramente a temporalidade e o tempo (CASTORIADIS, 2000, p. 220).

Cornelius Castoriadis, discutindo sobre o estruturalismo cultural, observa que as sociedades “frias” nada mais são que “modos diferentes da historicidade” (CASTORIADIS, 2000, p. 221). Ora, o “‘caráter estático’, ‘repetitivo’, ‘a-histórico’ ou ‘atemporal’ dessa classe de sociedades é somente sua maneira própria de ter instituído sua própria temporalidade histórica” (CASTORIADIS, 2000, p. 222).

Sendo assim, “a história é sempre história para nós – o que não significa que tenhamos o direito de mutilá-la a nosso bel-prazer, nem de submetê-la ingenuamente às nossas projeções, visto que, precisamente, o que nos interessa na história é nossa *alteridade autêntica*, os outros possíveis do homem em sua singularidade absoluta” (CASTORIADIS, 2000, p. 196).

Da mesma forma, quando analisa a cultura, aquele autor a define como

“tudo aquilo que, no domínio público de uma sociedade, transpõe o simples funcional ou instrumental e apresenta uma dimensão invisível, ou melhor, imperceptível, positivamente investida pelos indivíduos de dada sociedade. Em outras palavras, aquilo que, nesta sociedade, está ligado ao imaginário *stricto sensu*, ao imaginário poético, tal como ele se encarna em obras e condutas que vão além do funcional. Não é necessário dizer que a distinção do funcional e do poético não é material (não está nas “coisas”) (CASTORIADIS, 2002, p. 227).

A compreensão da história, no Brasil, implica, como já expusemos anteriormente, entender a dimensão criadora de suas formas e emergências outras. Em nosso entendimento, isso significa dizer que, em nosso caso particular, a “forma” e as “emergências outras” são a luta processual e dinâmica do poder patrimonial e da luta de seus contrários, instituinte/instituído, elementos de ruptura e de reprodução social/econômica e ideológica. Prisoneiras desse imaginário, a

cooptação, a tutela, a hierarquização, a personalização resistem e dão formas às “novas” formas de poder nas relações e representações socioafetivas.

Como não há sociedade sem instituições, estas se materializam nas organizações sociais (em suas normas explícitas e implícitas, na definição de finalidades e nos objetivos da organização, etc.) e recorrem a símbolos (anel de formatura, título de catedrático, título honoríficos etc.) – se, na modernidade, na lente weberiana, se estabelece a burocracia impessoal, na patrimonial, os laços de dependência são de ordem afetiva e de favores (a hierarquia prevalece).

Ora, o patrimonialismo brasileiro, bem estudado por Raimundo Faoro, em que pesem críticas ao seu desenvolvimento e à concepção que perpassa toda a formação brasileira, governando as ações e as formas das nossas instituições, é constitutivo de nosso imaginário criador. Ao indicarmos a “existência” do patrimonialismo, imediatamente remontamos ao patriarcalismo, forma de fazer ser o poder patrimonial – apesar de não se resumir nele ou se deduzir dele.

Por patriarcalismo, entendemos que os laços sociais são estabelecidos por dependência, instituindo o companheirismo (compromissos pessoais) em vez do estatuto (impessoalidade), que estabelece o poder em seu nome. O mesmo, para sobreviver de forma original, sem máscara, precisa do espaço da comunidade doméstica, pois é nela que a “autoridade a) do mais forte e b) do mais experiente, isto é, dos homens sobre as mulheres e as crianças, (...) se efetiva” (WEBER, 1994, p. 245). As relações se estabelecem pela dádiva: a prestação de favor. Ela pode se desenvolver para formas de laços de dominação patrimonial, com serviço de obrigação pessoal.

Vários cientistas brasileiros, das áreas das humanidades, vêm chamando a atenção para os aspectos do patrimonialismo social brasileiro (FAORO, 1976; HOLANDA, 1994), do formalismo educacional e do Estado brasileiro (SANDER, 1977; CARVALHO, 1990), da meritocracia holista na sociedade brasileira, com implicações na organização e na política administrativa - diferindo da americana e da japonesa (BARBOSA, 1999). Essa última autora observa que a meritocracia brasileira estava fundada no favor e na hierarquia. Personalidades ilustres da República pediam favores de toda ordem ao ministro da Fazenda, Rui Barbosa, ferindo as leis meritocráticas vigentes e o direito (BARBOSA, 1999).

Na mesma perspectiva, Tojal e Carvalho (1997) advogam que, na República Velha, “o Estado era, então, propriedade de alguns poucos, que a noção de público não tinha qualquer significado para a maior parte da população” e

que, “se não havia público, não havia separação entre público e privado, não havia cidadão, mas servidor de algum patrão”. Era restrita, concluem esses autores, a ideia de direito e de cidadania. Para eles, o que existia, na verdade, era uma dominação patrimonialista, “com um reduzido aparelho burocrático, de maneira geral escolhido de dentro das relações de parentesco ou amizade dos herdeiros de poder”; e afirmam ainda que, após a queda da República Velha, o Estado que era mediado pelo patrão, “agora se apresenta diretamente ao povo, construindo e promovendo uma democracia de massas e um conjunto de profundas mudanças estruturais”. A era Juscelino Kubistchek não rompeu com as lógicas simbólicas passadas, continuam esses autores, citando Fiori: “vigia uma política clientelista que caracterizava o sistema político brasileiro” (TOJAL; CARVALHO, p. 61-63).

De tudo o que foi posto anteriormente, podemos elencar que há na sociedade brasileira uma lógica simbólica assentada num imaginário social que estabelece relações sociais e de poder numa estrutura de hierarquia social, de caráter tutelar, e outras formas (o que implica não somente proteção e dependência, mas perseguições, quando assim o desejar o patriarca), com forte distinção social e estrutura hierarquizadora materializada na organização social, que ultrapassaram vários regimes políticos e governos, e que a universidade pública não está “protegida” dessas significações. Apesar dos discursos de “ruptura” com esses valores, o que existe, como já destacamos, é uma aliança das forças políticas-sociais-econômicas, pois mantêm a lógica heterônoma e reificadora do núcleo desse imaginário.

Se aceitarmos as análises de vários cientistas sociais quando definem a sociedade brasileira como (ou está) patrimonial, quais as significações instituintes que foram produzidas pela Universidade do Recife? Se o reitor e vários docentes estavam envolvidos com o êxito do Movimento de Cultura Popular, MCP (1960), que chegou a defender uma Universidade Popular, podemos deduzir de que a universidade estava no rumo de ressignificações patrimoniais na sua organização catedrática? Se a greve de 1961 teve repercussões nacionais, chegando até a ser comparada com o “maio de 68”, teria forças para alterar a lógica de valores patrimoniais na UR?

Recorreremos às fontes de jornais, às pesquisas históricas sobre esse período, às atas do Conselho Universitário da Universidade do Recife e ao livro da autora referida anteriormente. Os jornais foram analisados quanto às categorias temáticas e semânticas, apreendendo os sentidos produzidos pelos estudantes e docentes catedráticos enquanto sujeitos na sua relação com a instituição educacional quanto na instituição da ordem social que orientava

as suas condutas – da mesma forma, as atas do Conselho, levando em conta os catedráticos e a relação de poder que é constituído entre eles e os outros.

Organizamos nosso artigo em quatro partes: na primeira, apresentamos o contexto político-ideológico; na segunda, o MCP e a Universidade do Recife; na terceira, Jânio Quadros e a Universidade do Recife; na quarta, um conciso relato da greve estudantil de 1961 e a sua relação com os órgãos universitários e o governo federal: a) alegações dos estudantes para a greve; b) a reação do diretor Soriano Neto, do CTA e da Congregação da Faculdade de Direito; c) Relatório da Comissão de Sindicância da Presidência da República (julho de 1951): “descrença, desinteresse, desrespeito” entre docentes e discentes; d) a greve dos estudantes de 1961 e o Conselho Universitário; e) o reitor João Alfredo e a greve estudantil de 1961; f) as ambiguidades da autonomia estudantil.

CONTEXTO POLÍTICO-IDEOLÓGICO

Juscelino Kubistchek e Jânio Quadros (JQ) são simultaneamente autores e objetos da história dessa época – ambos populistas e anticomunistas. Jânio Quadros, particularmente, adiciona o tempero da luta contra a corrupção e moralização como pretensão e projeto de governo. Essa posição política dele, desde que assumiu a prefeitura de São Paulo, nos idos de 1953, aos 36 anos: “um dos seus primeiros atos foi promover demissões em massa de funcionários, iniciando uma cruzada moralizadora” (Dicionário... apud CPDOC, 2012). A mídia teve papel importante na política nesse contexto: rádio, TV e impressos. Por exemplo, nos anos de 54, existiam 34 mil aparelhos de televisão; em 1960, 598 mil aparelhos. Jânio Quadros e seus aliados utilizaram muito este veículo de comunicação – inclusive pra tratar da greve. Cid Sampaio chega a utilizar a TV para fazer apelo aos estudantes para que se encerre a greve. O Exército faz censura aos meios de comunicação de massa sobre a greve: passariam pelo crivo dele as matérias. Os editoriais dos jornais nacionais e locais fazem dura crítica à greve – associando-a, normalmente, aos comunistas (CÉSAR, 2009).

A ascensão de JQ à Presidência da República envolve um contexto de conturbação política e ideológica: disputas entre capitalismo e socialismo; “integração” dos países periféricos na ordem do capitalismo norte-americano; ascensão das massas camponesas na política; criação de um capitalismo cultural com rádios, TVs e imprensa com nova concepção; criação do CPC, do Movimento de Cultura Popular; e o que é mais importante, o populismo e o nacionalismo como forma de fazer política, incluindo as massas urbanas e rurais. O povo foi inventado como sujeito histórico.

Conforme o *Dicionário Histórico Biográfico* (2012), Jânio Quadros, “enquanto desenvolvia uma política interna considerada conservadora, e plenamente aceita pelos Estados Unidos, procurou afirmar no plano externo os princípios de uma política independente e aberta a relações com todos os países do mundo”. Uma das medidas populares que JQ tomou no plano ideológico foi a elaboração do projeto antitruste, prevendo punição aos empresários, sendo considerados “crimes”: “i) o da retenção de estoques com fins especulativos; ii) a formação de monopólios ou de oligopólios com o propósito de majorar preços; iii) o parcelamento de empresas visando desrespeitar a legislação tributária...” (LOUREIRO, 2010, p. 576).

Na verdade, todo o mandato de Jânio Quadros foi de instabilidade política e de medidas contraditórias, pois, ao mesmo tempo em que elabora projeto “antitruste”, adota medidas de simplificação e liberalização do câmbio e de crédito aos empresários. Conforme Loureiro (2010), depois de várias críticas do empresariado às medidas adotadas pelo governo, pois as achavam tímidas,

As classes empresariais aplaudiram a decisão. Em reunião da FIESP (...), Sérgio Ugolini declarou que a diminuição dos compulsórios iria ‘melhorar a situação do crédito solicitada pelas nossas entidades’ e que a decisão de liberar as máquinas e os equipamentos da compra das Letras do Banco do Brasil englobaria aspectos ‘que há muito vinham sendo debatidos pelas nossas Casas (LOUREIRO, 2010, p. 573).

O seu desprezo pela Câmara expressou-se na ausência de um representante do governo no parlamento. Conforme Loureiro (2009, p.191):

Quadros afirmou que não sabia se Aleixo era, de fato, o porta-voz do governo no parlamento. Vê-se, aqui, que o Presidente não apresentou nenhum empenho na construção de uma liderança efetiva no Legislativo; ao contrário, chegou até minar a já baixa legitimidade de seu suposto líder.

Ele agiu do mesmo jeito no Congresso.

Um novo conflito com o Congresso estabeleceu-se com a tentativa de abrir uma sindicância contra o presidente do Congresso – e seu vice –, João Goulart, supostamente envolvido na irregularidade dos órgãos do Serviço de Apoio à Previdência Social e do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários. O deputado pernambucano Barbosa Lima Sobrinho (PSD) propõe uma sindicância paralela. Jânio Quadros se coloca contra as reações do Parlamento, provocando-o ainda mais: “Que estão pensando? Pois irei aos comícios pedir

o apoio do povo” (LOUREIRO, 2009) – tornando ainda maior a distância entre o parlamento e a o poder executivo.

O deputado Humberto Lucena (PSD-PB), aprovou em seu partido, de cuja bancada era líder, a necessidade de entrar com uma representação contra o presidente da República – impeachment – por ter praticado 23 atos ilegais.

O calor no parlamento aumenta quando da greve dos estudantes da Faculdade de Direito e a Presidência da República age com “força despropositada”, gerando uma “grave crise institucional” e estimulando um “clima de alarme” ao afirmar que “preservaria a ordem com toda energia” – logo em seguida, após essas frases de efeito, “partiu para São Paulo e instalou provisoriamente o seu governo no Palácio do Horto Florestal, na Zona Norte Paulistana”⁷. O Ministro da Justiça reafirmava na imprensa, também, “que a ordem no país seria mantida”. Ao mesmo tempo, chegavam informações do Nordeste “de que comunistas, líderes sindicais e vereadores de esquerda – todos sem quaisquer vínculos com a greve estudantil então em curso – estavam sendo presos ‘por precaução’ pelas tropas do Exército”. (LOUREIRO, 2009, p.197).

Jânio é acusado por parlamentares, Sérgio Magalhães, por exemplo, de visar um golpe, motivo pelo qual teria abandonado a Capital e ido para São Paulo.

Já o deputado Jonas Bahiense (PTB-RJ) discursou enfaticamente, conforme LOUREIRO (2009, p. 198):

S. Exa. [Jânio Quadros] manda fechar jornais, espancar estudantes, ocupar sindicatos; transfere forças de uma Região Militar para outra de modo acintoso, espetacular; estabelece uma ponte aérea; manda os mais poderosos navios da nossa esquadra para o porto de Recife; e anuncia tudo isso oficialmente através da *Hora do Brasil*. Pergunto, então: onde estão os propósitos de legalidade e tranquilidade do Governo da República?

MCP E A UNIVERSIDADE DO RECIFE

A greve dos estudantes surge num contexto político-educacional e ideológico que jogava os docentes e os discentes na relação com um novo sujeito criado

7 A justificativa para ir à São Paulo era tratamento médico, contudo, “Jânio não realizou uma única consulta médica sequer” (LOUREIRO, 2009, p. 199).

imaginariamente: o “povo”. Recife vivia forte conturbação político-ideológica com a Frente do Recife (1955), as ligas camponesas, as vitórias sucessivas no Estado e na Prefeitura do Recife de Arraes e Pelópidas. Em março de 1962, nove meses após a greve, Arraes é indicado ao cargo máximo de Pernambuco, pelo PST, para disputar as eleições ao governo do Estado, sendo eleito.

Vários docentes da UR se colocavam para fazer contato e ligação com o povo. A cultura e a educação eram os instrumentos, os meios. O MCP (criado pelo prefeito Miguel Arraes, antes da greve, em 1960) e o SEC (criado pela Universidade, depois da greve, em 1962) foram os órgãos facilitadores e executores dessa ascensão do povo como sujeito político.

Segundo Cavalcanti (1978, p.285), “o ponto mais alto da administração de Miguel Arraes”, o Movimento de Cultura Popular – MCP, surge como “organismo destinado inicialmente a coordenar as atividades educativas” na cidade do Recife, requerendo junto ao “comércio e às indústrias locais o custeamento das despesas com o professorado, obtendo entres entidades que se comprometem com o apoio, o Lions Club e Rotary Club” (WEBER, 1984, p.242). E, como aponta ainda Weber, desse modo,

até fins de outubro de 1960, o MCP já havia recebido a doação de 17 terrenos, nove provindos diretamente de proprietários e oito obtidos através de Vereadores. Além do mais, continua a doação de material didático por parte da indústria local (WEBER, 1984, p.248).

Conforme afirma Weber (1984, p.247), o MCP pesquisa os seguintes objetivos, “de acordo com o artigo 1º de seu Estatuto”:

1. Promover e incentivar, com a ajuda de particulares e de poderes públicos, a educação de crianças e adultos;
2. Atender o objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através da educação integral de base comunitária, que assegure, também, de acordo com a Constituição, o ensino religioso facultativo;
3. Proporcionar a elevação do nível cultural do povo, preparando-o para a vida e para o trabalho;
4. Colaborar para a melhoria do nível material do povo, através da educação especializada;
5. Formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular. (WEBER, 1984, p.247).

O MCP defendia uma educação que não era feita “para” o povo, pois, assim sendo, ela seria uma “educação que alguém, não exatamente o povo, seleciona para ser oferecida ao povo”. O MCP visava “educar entre si”, pois “ninguém

se educa sozinho”. “Conscientização” era a palavra fundamental que se professava na época – apesar de reconhecer que nem todos, certamente, estavam comprometidos com o real sentido dela. (ROSAS, 1986, p.2).

Entre os participantes da Semana do MCP, constava o reitor da UR, João Alfredo, que, diante de conferências e debates, “propôs uma conjugação de esforços entre o trabalho desenvolvido pelo MCP e o da Universidade com o objetivo “de contribuir para a elevação cultural da população recifense”” (WEBER, 1984, p.247– grifo da autora). O conteúdo da referida Semana percorria o

1) Significado da Cultura Popular: Estrutura e Objetivos do MCP, Germano Coelho; 2) A Cultura Popular e a Atualidade Brasileira, Paulo Freire; 3) A Educação de Base e a Cultura Popular, Anita Paes Barreto; 4) Cultura Popular e Desenvolvimento, Antonio Baltar e 5) A Universidade e a Cultura Popular, Nilo Pereira (D.P., 11.05.60, p. 3 e *I.C.*, 13.05. 60, p. 13) (WEBER, 1984, p.251).

Com forte inserção de docentes da UR nesse Movimento, “mais de 400 universitários se dispõem, de forma efetiva, a participar do programa de alfabetização que deve ser implantado pelo MCP em 1961”, priorizando-se para esse ano a escolarização de crianças e a alfabetização de adultos. (WEBER, 1984, p. 248-250). O *Jornal do Commercio* divulga a II Semana Estudantil de Cultura Popular. Na

“Ilha do Retiro, Divisão de Esportes do MCP fará realizar um torneio de *volley* e *basket*, entre os selecionados secundaristas e universitários. No Sítio da Trindade, ao meio-dia, ocorrerá o encontro geral de todos os estudantes que participaram da Semana, servindo-se um churrasco, oferecido pelo prefeito Miguel Arraes. Paralelamente, a Banda Municipal do Recife tocará um concerto popular” (ENCERRAMENTO..., 1961).

CONCISO RELATO DA GREVE ESTUDANTIL DE 1961⁸

A greve eclodiu em dois de junho de 1961, nesse contexto político-ideológico – convocada numa assembléia convocada para às 21 horas. No dia 31 de maio, os estudantes da Faculdade de Direito pretendiam realizar palestra com a mãe de Che Guevara, Célia Guevara, às 20 horas. Os estudantes souberam que o diretor Soriano Neto “dera ordens para os funcionários desligarem a

8 Esta seção, de “a” a “f” (com exceção da “d”, que recorremos à ata do Conselho Universitário), será exposta a partir da pesquisa de Ana Maria César, não sendo necessário identificá-la constantemente; apenas o faremos pela paginação; e por pesquisa de nossa parte, feita em jornais do *Jornal do Commercio*.

luz, evacuarem o prédio e fecharem as portas” para que o evento não ocorresse (p.32). A palestra ocorreu à luz de velas, com muita gritaria.

Soriano Neto, em dois de junho, chegando à tarde, convoca extraordinariamente o Conselho Técnico-Administrativo (CTA) e solicita punição aos estudantes. O CTA nega punição e propõe a constituição de inquérito para investigação. À noite, os estudantes realizaram uma grande assembleia; cada vez chegavam mais estudantes. Juraci Andrade propõe “ocupar a faculdade e tomar as chaves” (p. 37). A proposta aprovada foi a de que, se a comissão de inquérito fosse instalada, os estudantes entrariam em greve. Relata a autora:

Decisão tomada, rumaram para a sala do 5º ano onde os professores Abgar Soriano e Everado Luna aguardavam. Iam aos gritos de 'greve geral' e 'abaixo Soriano'. Entre discussões acirradas, exigiram, no prazo de 48 horas, a renúncia do diretor Soriano Neto e a instalação de uma comissão de inquérito para apurar as irregularidades cometidas pela direção [...] Propunham também que o professor Abgar Soriano assumisse a direção da Escola [...] no pátio interno, bombas juninas explodiam, tornando o ambiente ainda mais tenso (p.38).

No dia 3, pela manhã, a Faculdade foi tomada de cartazes e por mobílias fechando as passagens. Já no dia 5, o Diário da Noite divulgava a possibilidade da intervenção do Exército. Os estudantes organizam uma passeata-monstro, realizando o enterro simbólico do diretor Soriano Neto. Foram realizadas pelo Conselho Estadual da União dos Estudantes de Pernambuco, antes da passeata, três assembleias gerais, sendo decretada greve geral na Universidade do Recife, na Rural e na Católica – inclusive nas faculdades isoladas de Caruaru (p.41).

No dia 7 de junho, o Exército, às 3h45 da madrugada, ocupava as ruas e dirigia-se à Faculdade de Direito. Tanques de guerra chegavam. Vários pelotões aproximavam-se, em posição de combate, baionetas caladas, fuzis-metralhadoras, metralhadoras Thompson, rastejando pelos chãos, soldados em posição de ataque. Às 4 horas chegam mais tropas. Os estudantes colocam o Hino Nacional e avisam que estão desarmados. Envia uma comitiva de cinco para conversarem com os militares. As armas se dirigem aos presidentes da UEP e do D.A. de Direito. Eles retornam e, em assembleia, discutem a situação. Um tanque aproxima-se da Faculdade e ultrapassa o jardim. Às 4h15, o cadeado é arrombado. Os estudantes se dirigem para a Praça Adolfo Cirne – o professor Pinto Ferreira, os deputados Paulo Viana e Sérgio Murilo se dirigem à Praça. Os estudantes se alojam na Escola de Engenharia – Newton Maia concede as chaves com a ciência do reitor.

No dia 8 de junho, inicia-se a invasão do Exército na Universidade Rural. Oficialmente, na madrugada do dia 16, uma comissão estudantil comunicava ao general Osvaldo Mota o término da greve. Desde as 12 horas do dia 15, o Exército já tinha se retirado da Praça desde as 12 horas do dia 15.

Finalizando os processos da greve, não poderíamos deixar de apresentar as arbitrariedades políticas dessa temporalidade histórica, não somente contra os estudantes, mas contra outros que foram considerados perigosos⁹ pelo poder público sem uma atuação legal. Foram detidos, provavelmente, pela polícia, pois os órgãos públicos não sabiam explicar o paradeiro deles: Ramiro Justino, um dos assessores sindicais de Cid Sampaio, Hiram Pereira, diretor de administração do prefeito Miguel Arraes; David Capistrano, antigo deputado comunista (preso ao sair do cinema) (VÁRIAS..., 1961, p.1).

Vejamos, agora, como o movimento, o reitor, os órgãos da Universidade e o diretor da Escola se posicionaram diante da greve e da ocupação e como cada um, ao seu modo, contribuiu para a manutenção da mesma e a amplitude da gravidade. Além disso, vamos verificar os sentidos que cada um deu e fizeram a Universidade ser o que é.

A) ALEGAÇÕES DOS ESTUDANTES PARA A GREVE

Os estudantes fazem críticas de duas ordens à Faculdade de Direito: 1) prática administrativa discricionária do diretor Soriano Neto; 2) estrutura pedagógica, administrativa e profissional ineficiente para a atualidade brasileira. A primeira, por Soriano Neto receber vencimentos como diretor e vice-reitor, sem dar expediente de diretor e sem ministrar aulas e por prática nepotista ao colocar seu filho como assistente sem ele nunca ter colocado os pés na Faculdade, pois morava em Sirinhaém. Para os estudantes, essa “direção deficiente” “nunca procurou conhecer e nem resolver nossos problemas”. Denunciam os estudantes que o diretor dedicava apenas trinta minutos diários à direção da Faculdade, das 18h30 às 19 horas. A segunda, em defesa da Faculdade, pois ela estava indo para o caos – eles não o desejavam, uma vez que

Estão conscientes do processo histórico por que passa a nossa sociedade. A atual fase de superação da condição de subdesenvolvimento com a aceleração da reformulação total das estruturas socioeconômicas exigirá que os co-

9 Conforme nota do Exército, a greve estudantil “tem sofrido a consequência da atuação de elementos reconhecidamente agitadores, que deturpam o movimento e a vida da cidade” (VÁRIAS..., 1961, p.1).

nhecedores de direito saibam regulamentar as relações jurídicas que advirão com as transformações sociais (p. 165).

Ora, os estudantes constroem seu discurso resgatando a dicotomia entre tradição e realidade atual – eles não defendem a tradição. Afirmam categoricamente: “Não podemos mais viver exclusivamente da tradição à sombra de um passado glorioso. Precisamos dinamizar o presente e orientar o futuro” (p. 164). Exige-se uma nova faculdade para o novo tempo.

A atualidade brasileira exige eficiência da administração. “Se nossas faculdades e universidades”, argumentam os estudantes, “não estão capazes de resolver seus problemas internos, que exigem apenas um mínimo de responsabilidade administrativa, como irão cumprir sua missão histórica de vanguarda por que passa o Brasil?”

Essa tensão entre discurso “moralista”, problemas “empíricos” e “atualidade brasileira” estará presente. A UNE defendia uma universidade científica, e não clássica. Em consequência, defendia o fim das cátedras. A greve expressava essa insatisfação com a funcionalidade e a lógica universitária.

O movimento é de moralização. Uma de suas faixas dizia, após a ocupação da Faculdade: “Fechada para balanço moral”. A moralização não é, necessariamente, uma ação democrática. Jânio Quadros bem sabe disso. Nas suas reivindicações e na justificativa da greve aparecia “inclusão de representantes do corpo discente na administração da faculdade (Resolução nº 1 do seminário Nacional de Reforma Universitária)”. Apesar das questões democráticas estarem presentes nas reivindicações e nas denúncias, elas não apareciam como questão central. Além do exemplo acima, eles reivindicavam a publicação dos atos administrativos da Faculdade, ou seja, exigiam transparência pública. Esses dois exemplos mostram o conteúdo político reivindicatório que aparecia no bojo da crítica moral, da ineficiência administrativa, no nepotismo, na falta de compromisso dos docentes de ministrar aulas, na ausência de aulas práticas.

B) REAÇÃO DO DIRETOR SORIANO NETO, DO CTA E DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO.

Logo após o debate com a mãe de Guevara, no dia seguinte, Soriano Neto convoca o CTA e pede punição aos organizadores do evento. O CTA não aceita a sua proposta e aprova a criação de uma sindicância para apurar os fatos. Ele deixa claro que a reunião foi presidida por ele e aprovada por unanimidade. Divulga

nota e cobra providências do reitor e da Presidência da República. O texto possui três parágrafos e, no seu discurso, aparecem palavras-chave, como: criminosos (três vezes), (grave/ato) indisciplina (duas vezes), “comunista” (duas vezes), “violento/violência (duas vezes), amotinados (uma vez). Afirmar ser sabedor de que “Madame Guevara” é uma “comunista e agitadora internacional”. O respectivo diretor enquadra a ação dos estudantes na Lei de Segurança Nacional n° 1802, de 5 de janeiro de 1953, art. 13. Cobra do reitor, como “autoridade suprema da Universidade do Recife”, “providências para o restabelecimento do serviço público e dos trabalhos escolares ora impedidos de funcionar por aqueles criminosos”.

A Congregação da Faculdade de Direito reúne-se na OAB, caracteriza o movimento de “grave situação criada pela violência e ilegal ocupação pelos estudantes da Faculdade” e delibera, por unanimidade, pela “solidariedade ao diretor e ao Conselho Técnico” (p.42).

Em 11 de junho, professores da Faculdade de Direito, não o CTA, propuseram que o diretor Soriano Neto entregasse o cargo ao vice. Antes de apresentar a proposta no texto, discorre afetivamente: “sentimos constrangido, insuportavelmente, o coração, a sangrar a totalidade de nosso ser, ao vermo-nos sós no interior da Faculdade, cercados por baionetas, metralhadoras e tanques de guerra, com o pensamento tumultuado e atropelado pela antevisão de um possível derramamento de sangue ante os nossos próprios olhos” (PROFESSORES..., 1961, p.3).

Os órgãos da universidade foram intransigentes no calor da disputa, e continuaram a sê-lo; os docentes, enquanto docentes, tentaram mediar, mas não foi possível. Soriano Neto não acatou a proposta¹⁰.

c) RELATÓRIO DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (JULHO DE 1951): “DESCRENÇA, DESINTERESSE, DESRESPEITO” ENTRE DOCENTES E DISCENTES¹¹

O governo federal instituiu uma Comissão para sindicância. Ela era composta pelo professor Caio Mário da Silva Pereira, presidente, Josaphat Marinho e

10 Sua intransigência não aconteceu apenas na greve de 1961. Dez anos atrás, na primeira greve docente, em 4 de dezembro de 1951, Soriano Neto, recorrendo à lei, faz discurso duro no Conselho Universitário contra a greve dos docentes da Faculdade de Filosofia. Assim ficou registrado na ata: “Fala o professor Soriano Neto contra a atitude daqueles professores e de que os mesmos estão infringindo a Constituição da República e o Estatuto dos Funcionários Públicos. Esclarece ainda que aquela Faculdade está incorporada a uma autarquia federal, estando portanto sujeita a toda legislação federal. Assim propõe que sejam intimados os professores a voltar ao exercício de suas funções no prazo de três dias, e sejam submetidas a exames, as reclamantes” (p.165)

11 O relato da Comissão, exposto aqui, foi extraído do livro de Ana Maria César, *Faculdade Sitiada*.

Orlando Felinto. Esse relatório foi publicado no Diário Oficial da União em 25 de julho de 1961 (conferir Ana Maria César, 2009, p.151). A Comissão, em seu relatório, registra que não tem a finalidade de punir a ninguém. Na parte que trata da “apreciação psicológica do ambiente escolar”, reconhece que “há um notório desajustamento entre os estudantes e o corpo docente. Não é apenas o reflexo de conflito das gerações, algo mais existe, demonstrativo de desconfiança e de falta de estima”. Nas conclusões, ressalta: “há falta de administração e desajustamento entre o corpo discente e o corpo docente que é preciso sanar”, contudo, a administração financeira de Soriano não pode ser criticada (p. 152). Recomenda:

“À Universidade do Recife: a) a conveniência de continuar o professor Soriano Neto afastado de suas funções de diretor da Faculdade de Direito até que se completem e se encerrem as providências a seguir sugeridas; b) a constituição de um grupo de trabalho de que obrigatoriamente faça parte um representante do corpo discente, a fim de apresentar proposta concreta, objetivando a dinamização do ensino e das atividades escolares da gloriosa e tradicional unidade universitária” (sugere mais dois itens que não apresentamos aqui).

Ao Ministério da Educação, maior fiscalização da vida escolar e administrativa.

D) A GREVE DOS ESTUDANTES DE 1961 E O CONSELHO UNIVERSITÁRIO¹².

O Conselho Universitário é convocado extraordinariamente no dia 19 de junho para o horário das 22 horas, ou seja, 17 dias após a ocupação e greve dos estudantes da Faculdade de Direito. O presidente da reunião justifica a reunião por medida de “urgência”, “em virtude do movimento grevista estudantil surgido na Faculdade de Direito e se alastrado por toda universidade” (p.67). O conselheiro e médico Antonio Figueira solicita “informações porque, somente agora, se reuniu o Conselho Universitário para tomar conhecimento e decisões sobre a greve dos estudantes universitários” (p.68). A refutação do reitor João Alfredo, em nosso entendimento, não responde à indagação. A última reunião antes da greve foi no dia 5 de maio – vinte e 27 dias antes da greve.

¹² As análises que se seguem foram feitas da ata do Conselho Universitário do dia 19 de Junho de 1961. Conferir: Universidade do Recife. Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores da UFPE. Ata de reunião do Conselho Universitário do Recife. Recife, 1961, p. 67-72.

A explicação do reitor foge da questão do conselheiro Antonio Figueira. Em sua resposta, ateu-se às medidas tomadas logo após a greve e às preocupações com seus desdobramentos: viagem ao Rio de Janeiro no dia 4 de junho, “para dar conhecimento do fato ao Exmo. ministro da Educação e Cultura, Brígido Tinôco, fazendo-o ciente de que a situação poderia se agravar com a adesão dos alunos das outras unidades universitárias e transpor os limites da universidade pelo apoio das entidades estudantis do país” (p.68-9).

O reitor informou na reunião que, no dia 5, em seu retorno, tomou conhecimento de que o próprio ministro foi designado para ir pessoalmente “com determinações expressas, solucionar o problema, em acordo com os termos da comunicação que o Dr. José Soriano de Souza Neto, Diretor da Faculdade de Direito, dirigia ao Reitor e ao Exmo. Sr. Presidente da República” que alegava “a Lei de Segurança Nacional”. (p.69).

Após retorno ao Recife, o reitor informou que continuou mantendo contato com o ministro e que a questão saiu da alçada da pasta da Educação para o Ministério da Justiça, sob a responsabilidade do general Araújo Mota. O reitor disse aos presentes que estava em contato permanente com o General, pois este é que recebia as determinações presidenciais para solução do conflito.

O conselheiro Antonio Figueira não ficou satisfeito com as respostas dadas pelo reitor João Alfredo. Conforme a ata, “o professor Antonio Figueira estranha que o Conselho Universitário não tivesse se reunido e achava que este mesmo Conselho devia estar presente no movimento grevista” (p.69).

O reitor retorna e se defende argumentando que a “a Reitoria não esteve ausente do movimento grevista, uma vez que manteve entendimentos com universitários e contactos repetidos com professores, ministro de Estado, Comando do IV Exército e diretores de Faculdades” (p.69).

Os conselheiros Evaldo Coutinho e Sá Barreto solidarizam-se com Antonio Figueira, mas, já que foi convocada a reunião, deveriam focar nela agora.

O tema tratado na reunião referiu-se às provas parciais que não foram realizadas devido à greve. O representante estudantil, juntamente com Francisco Gondim e Alberto Moreira, defendia que elas fossem realizadas somente em agosto. Com argumento oposto, Ferreira dos Santos e Antonio Figueira, recorrendo ao direito dos estudantes que estavam preparados para fazer a prova em junho, e que não participaram da greve, argumentaram que deveriam ser realizadas em junho, em respeito a eles.

Para a realização das provas em agosto, os professores Francisco Gondim e Alberto Moreira advogam que a “prestação de provas em junho, por certo, provocará transtornos na administração de cada Escola, além do perigo de existirem alunos que façam prova em junho sem se sentirem devidamente preparados, temendo represália durante a realização da prova em agosto próximo” (p. 70-71).

No final da reunião, as propostas de Francisco Gondim e Alberto Moreira são aprovadas: todas as provas parciais serão realizadas na primeira quinzena de agosto. Contudo, eles perderam (juntamente com os professores Jonio Lemos, Sá Barreto, Evaldo Coutinho e o acadêmico Marco Maciel) a votação do aditivo de Antonio Figueiras, que propunha que o aluno que quisesse fazer em junho as provas tivesse o direito garantido.

E) O REITOR JOÃO ALFREDO E A GREVE ESTUDANTIL DE 1961

A aparição de João Alfredo na greve é sutil, tanto nos jornais quanto no livro de Ana Maria César. Na ata, como vimos, também o foi. Contudo, numa das raras informações explícitas de posição do reitor João Alfredo sobre a greve, Ana César relata que os estudantes, ao dialogarem com o ministro da Educação, Brígido Tinoco, e este ter cobrado aos mesmos as reivindicações entregues a ele, retrucaram: “Excelência, quando procuramos o reitor para lhe pedir uma passagem, a fim de levarmos ao seu conhecimento essas ocorrências, ele respondeu que não dava passagens a grevistas” (p.48). Além dessa passagem de crítica dos estudantes, o reitor, em 16 de junho, acata e encaminha às Escolas da Universidade, por solicitação da Presidência da República, a realização das provas parciais em junho:

Tendo o governo federal determinado que as provas parciais correspondentes à segunda quinzena do mês em curso não sejam adiadas, sob nenhum pretexto, recomendo a V. Exa. divulgar o calendário já organizado para a realização daquela tarefa escolar, através da sessão própria dos jornais diários (p.130).

João Alfredo aparece nos textos dessa autora como em contato com o ministro (sem informar o conteúdo da conversa e de seu posicionamento) (p.47); em contato com o prefeito Miguel Arraes “conferenciavam com os assessores do ministro” (p.49), à espera da chegada do ministro ao aeroporto, às 5h45, juntamente com o prefeito Miguel Arraes (p.49), juntamente com outros docentes, deputados, assessores do ministro em busca de uma proposta conciliatória

(p.51); na entrega das chaves da Faculdade, pelos estudantes, ao ministro da educação, juntamente com várias personalidades (p.54); em conversa com o ministro em frente ao Grande Hotel (p.56); em acompanhamento da Comissão de Sindicância da Presidência (p. 145). Por fim, “na tarde do dia 8”, expõe a autora, “pelos 15h, deram entrada no prédio o comandante do IV Exército, acompanhado de alguns oficiais de seu Estado Maior, os reitores João Alfredo e Manoel Rodrigues Filho, o diretor Soriano Neto e vários professores pertencentes ao Conselho Técnico das duas universidades. Vinham restabelecer o ‘princípio de autoridade’ em nome do Presidente da República” (p.67).

F) AMBIGUIDADES DA AUTONOMIA ESTUDANTIL

Se, por um lado, os estudantes expressavam paralelamente um momento rico na política com a emergência de vários sujeitos em cena - o “povo”, a “liga camponesa”, os “comunistas”, os governantes “populistas”, etc., - e faziam crítica a uma Faculdade do passado e estavam pensando no futuro, questionaram a autoridade do diretor, do Exército e da Presidência da República, contudo, várias recorrências simbólicas da ordem patriarcal eram feitas em seus discursos.

Chamamos logo a atenção para o fato de que um estudante, “Adige Maranhão, ingressou em juízo com um Protesto Judicial, em que requeria a citação do diretor Soriano Neto e do professor Rui Antunes, este último por ter sido, segundo alegava, o autor da proposta que determinaria a intervenção de forças do Exército”. (CÉSAR, 2009). Com esta petição à Justiça – com forte perseguição aos comunistas ou a quem levantasse discurso democrático –, o juiz deu negativo à solicitação, o ato se virou contra a própria greve e fortaleceu politicamente a intervenção militar. Por trás desse ato encontra-se a ilusão na balança e no poder judiciário – poder este masculino e correspondente às forças da tradição da terra, de empresários e do diploma.

O autor da petição anterior, na sua justificativa, reconhece “a força briosa do Exército”, e sua utilização seria “uma fuga à missão histórica do próprio Exército” (p. 44).

Uma carta que os estudantes enviam para o Ministro da Guerra expressava bem, ainda, a força desse imaginário de ordem: “Honra-nos comunicar a Vossência, herdeiro da tradição do imortal Caxias...”. Recorre à questão de gênero para convencer o Ministro do mérito da greve – como se fosse sensibilizá-lo para o mesmo aceitar um levante contra uma “autoridade” (para o Exército,

é imperdoável o desrespeito à autoridade). Assim diz o texto: “.. [o diretor], havendo chegado à vileza de agredir uma nossa colega”.

Na carta à sociedade, explicando os motivos da ocupação e da greve, apesar de caracterizar a falência da Faculdade de Direito há muito tempo – e receber apoio dos advogados recém-formados com o mesmo discurso –, a nota assinala “não querer ver [a] heróica Faculdade...” (PREVISTA..., 1961, p. 8).

Contudo, essa ambiguidade da ordem na autonomia não foi suficiente para impedir a ação de enfrentamento. Essa ação dos estudantes ficou marcada na história política brasileira. Se compararmos a ambiguidade dessa greve com a de 1947, há uma diferença grande: naquela, era uma constante a solicitação da intervenção do grande Pai (Joaquim Amazonas, Conselho Universitário) para encerrar a greve; nesta última, os mediadores foram os políticos; já a instituição apoiou o diretor e suas medidas, apesar de sua postura incentivadora da violência que eles mesmos – os professores – reconhecem viver com os militares.

JÂNIO QUADROS E A UNIVERSIDADE DO RECIFE

O presidente Jânio Quadros aparece nas atas do Conselho Universitário três vezes: uma, no dia 5 de maio de 1961, outra, no dia 19 de maio, a que tratou da greve, e a última, em 28 de maio do mesmo ano.

A primeira aparição dizia respeito ao pedido de Newton Maia ao Conselho de uma “moção de aplausos ao Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. Jânio da Silva Quadros e ao Magnífico Reitor, Professor João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, por ter conseguido obter aquilo que era por todos desejado” (p.66).

O motivo dessa “moção de aplausos” do (provável ou ex) comunista Newton Maia¹³ fora a mudança de posição do presidente da República, Jânio Quadros, em relação a ter demitido por decreto “todo pessoal civil da União, nomeado a partir de 30 de setembro de 1960” (p.66). Ele acedeu aos motivos postos pelo reitor João Alfredo.

A moção de aplausos foi aprovada por 21 votos favoráveis e 1 contrário – o do professor Antonio Figueiras. Ocorreu discussão sobre a proposta, contudo,

13 O professor Jonio Lemos conta-nos que esse professor fez parte de uma célula do Partido Comunista. Cf. SANTOS, Evson Malaquias de M. UFPE: Instituição, gestão, política e seus bastidores. Recife: EDUFPE, 2012.

não foram expostas na ata essa discussão e os motivos contrários do professor Antonio Figueiras.

A terceira aparição do referido presidente da República nas atas do Conselho Universitário foi na comunicação feita pelo presidente da reunião, Sr. João Alfredo, aos conselheiros de “ter recebido um telegrama do Dr. José Aparecido de Oliveira, secretário particular do presidente da República, em que transmite os agradecimentos do doutor Jânio da Quadros pela moção de aplausos aprovada pelo Conselho Universitário em sessão de cinco (5) de maio do corrente ano” (p.73).

O QUE ESSA GREVE PODE NOS ENSINAR

Este pequeno artigo procurou contribuir para tornar público um dos grandes acontecimentos políticos em Pernambuco e até, por que não dizer, no Brasil. Procurou, também, contribuir com outro olhar, não se detendo no fato a fato da greve, mas na estrutura e na lógica imaginária do poder da/universidade/sociedade.

A greve surgiu contra a lógica patrimonialista que significa uma forte lógica hierárquica: a dos mandarinatos dos catedráticos, ou, pra usar o conceito de Gadriel Perruci, a dos oligarcas. A determinação dos estudantes na denúncia da situação da Faculdade de Direito, na postura arbitrária do diretor ao proibir uma simples palestra para um reduzido grupo de pessoas – e da forma como a proibiu, desligando as luzes –, são indicadores da intolerância e do clima ideológico da época – e da tradição autoritária das elites brasileiras.

A violência imposta pelo governo de Jânio Quadros, recorrendo ao Exército como forma de “solucionar” o conflito de uma simples greve estudantil, demonstra o autoritarismo histórico que permeia a prática política brasileira. Além da forma manipulatória com que tentou acabar com a greve, recorrendo a um ministro que não tem poder de negociação, o Sr. Ministro Brígido Tinoco, pois a Presidência não o autorizara para isso. A Presidência da República, na pessoa de Jânio Quadros, estava irredutível em fazer a negociação. O Conselho Universitário, na sua lógica patrimonial e, portanto, em respeito à hierarquia, não criticou o uso de força da Presidência da República contra os estudantes – pelo contrário, aprovou moção de aplausos ao Presidente da República.

Mesmo vivendo novos ares com o MCP (1960) e, posteriormente, com o SEC (1962), a universidade continuou no seu mandarinato austero. O reitor João

Alfredo, na sua postura moderada, até onde nós sabemos, juntamente com o Conselho Universitário, nunca propuseram uma organização acadêmica diferente da que se encontrava ali. Nunca houve uma proposta de mudança numa perspectiva democrática – a ingerência continuou nas entidades estudantis através da reforma do estatuto da Universidade (da mesma forma que no reitorado do patriarca Joaquim Amazonas, que foi reitor por 12 anos consecutivos) e da aplicação das provas em junho conforme determinação da Presidência. O Conselho não recorreu à autonomia da universidade para se auto-organizar, mas utilizou este argumento para impedir um terço dos estudantes nos assentos do Conselho Universitário.

Ao se rebelarem contra essa estrutura de poder e cobrarem uma universidade científica (essa é a grande reivindicação da UNE), os estudantes ainda mantinham dominação dos laços simbólicos de autoridade que eram produzidos nessa época – apesar de bastante fragilizada.

Essa experiência de luta precisa ser divulgada e refletida, pois ela chegou a uma proporção fantástica de tensão que explicitou a loucura do poder das instituições (por parte da Presidência da República e do diretor Soriano Neto) e da sua mortalidade: reconhecimento de que os laços sociais afetivos estavam machucados e cortados, precisando restituir novos laços. A greve foi uma de suas manifestações. A reação militar, a sua manutenção.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Livia. *Igualdade e Mitocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária social*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

CÊSAR, Ana Maria. *A Faculdade sitiada: a greve dos estudantes de Direito do Recife, em 1961, que envolveu o Exército e a Presidência da República*. Recife: CEPE, 2009.

DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Jânio Quadros. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/janio_quadros>. Acesso em: 3 mai. 2012.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ENCERRAMENTO, hoje, da II Semana Estudantil de Cultura Popular. *Jornal do Comercio*. Recife, 1961.

FAORO, Raimundo. *Os donos do Poder*. Formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1976. 2.v.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Relativizando o Leviatã: Empresários e Política Econômica no Governo Jânio Quadros. In. *Est. econ.* São Paulo, v. 40, n. 3, p. 561-585, jul./set. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v40n3/v40n3a03.pdf>>. Acesso em: 03 de mai. 2012.

_____. Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional. In. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, nº 57, p. 187-208, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v29n57/a08v2957.pdf>>. Acesso em: 3 de mai. 2012.

PREVISTA greve geral dos universitários: apoio a colegas de Direito e de Agronomia. *Jornal do Comercio*. Recife, p. 8, 4 jun. 1961.

PROFESSORES confirmaram a carta a Soriano, solicitando que entregue o cargo ao vice. *Jornal do Comercio*, Recife, p.3, 11 jun. 1961.

SANDER, Benno. *Educação brasileira: valores formais e valores reais*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora; Ministério de Educação e Cultura, 1977.

SANTOS, Evson Malaquias de M. *UFPE: Instituição, gestão, política e seus bastidores*. Recife: EDUFPE, 2012.

_____. *Atas do Conselho, da Assembleia Universitária e da Comissão Designativa do reitorado de João Alfredo e vice-reitorado de Newton Maia da Universidade do Recife*. Recife: EDUFPE, 2010.

TOJAL, Flavio e CARVALHO, Wagner. Teoria e prática da burocracia estatal. In: *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: RAP, 1997. p.50-68.

UNIVERSIDADE DO RECIFE. Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores da UFPE. Ata de reunião do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife, 5 (19, 28) mai. 1961. p. 61-86.

_____. Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores da UFPE. Ata de reunião do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife, 19 jun. 1961, p. 67-72.

_____. Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores da UFPE. Ata de reunião do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife, 10 ago. 1962. p. 117 - 122.

_____. Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores da UFPE. Ata de reunião do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife, 4 dez. 1951. p. 165.

VÁRIAS prisões; o Quarto Exército emite duas notas. *Jornal do Comercio*. Recife, 11 jun. 1961. p. 1.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. 3. ed., Brasília: UNB, 1994. v.1.

UMA GERAÇÃO INTERROMPIDA

Flávio Weinstein Teixeira¹

RESUMO

Nos inícios dos anos 1960, o campo cultural do Recife vivia um momento especialmente efervescente, com novos grupos de intelectuais se articulando e posicionando (ou reposicionando) frente aos temas tidos por centrais para a sociedade da época. Nesse quadro, destaca-se um grupo particularmente atuante na cidade que participou tanto da iniciativa de Paulo Freire de criação do SEC (Serviço de Extensão Cultural) da UR (Universidade do Recife), como da edição do Caderno Cultural do *Jornal do Commercio*. Deve-se a esse grupo, em grande parte, a introdução de novos parâmetros para o debate cultural na cidade. Esta renovação, contudo, se verá abortada na medida em que, na sequência do golpe de 1964, as perseguições e violências políticas resultaram na desarticulação dessas iniciativas e migração de muitos de seus membros. Este artigo oferece uns poucos elementos que permitem melhor compreender esse quadro.

Palavras-chave: Intelectuais. Recife. Debates Culturais.

¹ Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ABSTRACT

*In the early 1960s, the cultural field of Recife lived a particularly effervescent moment. New groups of intellectuals have been organized in order to take part in debates whose subjects were central to society in that time. Due to a particular group, which participated in both Paulo Freire's initiative of creating the SEC (University of Recife's Cultural Extension Service) and the edition of the Cultural Supplement of *Jornal do Commercio*, the introduction of new intellectual references for the cultural debate in the city. This renewal, however, will be aborted following as long as the persecutions and violence derived from the development of the 1964 coup resulted in the dismantling of these initiatives and migration of many of its members. This article offers a few elements to better understand this situation.*

Keywords: Intellectuals. Recife. Cultural Debates.

Em 1962 João Alexandre Barbosa estava participando de um Congresso de crítica literária em João Pessoa/PB. Tratava-se de evento que reunia alguns dos principais nomes então em ascensão nesse campo de estudos: Antonio Candido, Haroldo de Campos, Paulo Emilio Salles Gomes, etc. Nesta ocasião teria sido abordado por um desses ilustres participantes – A. Candido –, que lhe formulou um convite para trabalhar com ele em São Paulo. Embora envaidecido, João Alexandre agradeceu o convite, mas declinou. Em suas palavras, “o Recife estava muito bom”.² Queria, com isso, dizer que naquela conjuntura não haveria muito que ganhar com uma mudança para outra cidade, ainda que fosse um centro cultural de maior envergadura, como era São Paulo.

Com efeito, é difícil pensar em outro momento em que o Recife tenha presenciado uma dinâmica cultural tão favorável. Para toda uma nova geração de intelectuais que havia recém saído das escolas superiores – aquela à qual o próprio J. Alexandre pertencia –, o campo cultural do Recife se mostrava incrivelmente fértil e aberto a novas explorações e iniciativas. Mais ainda, suas instituições culturais não apenas franquearam o acesso a esses jovens, como também possibilitou a vários deles a conquista de posições de destaque. Deve-se a João Alexandre Barbosa e a Sebastião Uchoa Leite dois depoimentos esclarecedores a esse respeito. Segundo J. Alexandre isso se cristalizou no curto período que vai de 1962 até abril de 1964. Durante esses escassos dois anos, a presença de um pequeno grupo de intelectuais foi dominante:

Nós até brincávamos: “a gente tá com tudo no Recife”. Nós estávamos com o suplemento literário do JC [*Jornal do Commercio*] – eu e o Sebastião

2 Conforme depoimento cedido ao autor em 07/11/04.

[Uchoa Leite]; a Revista [Estudos Universitários] com o Luiz [Costa Lima]; a Rádio [Universitária] com o [José] Laurenio. Estávamos dominando culturalmente o Recife.³

De maneira similar, para Sebastião Uchoa Leite, em entrevista à revista *Continente Multicultural* (LEITE, 2002):

O clima do Recife na época, em 1963, era de grande ebulição cultural, e eu atuava em várias áreas. No Jornal do Commercio, fiz o suplemento literário com João Alexandre (deixamos porque ficamos sob censura, em 1964, durante o golpe militar) e também participei como professor do Curso de Biblioteconomia (onde ensinaram também João Alexandre Barbosa, Gastão de Holanda, Gadiel Perruci, Orlando da Costa Ferreira e Adão Pinheiro). Fiz parte da revista Estudos Universitários, que foi fundada por Luiz Costa Lima e que foi fechada por Gilberto Freire [Uchoa Leite escreve de propósito com i, em vez de y. Pede que se respeite isso]. Não foi fechada propriamente por ele, mas acho que obedeceram a um pedido dele, na reitoria, quando fecharam. E depois chutaram Luiz e mudaram a direção. José Laurenio, que acho um grande homem, também foi chutado da Rádio Universitária e trocado por um mediocrão intervencionista a mando dos milicos.

A rigor, o que esses dois depoimentos deixam entrever é, mais que alcançar posições de destaque em instituições culturais já consolidadas, a constituição de uns tantos novos espaços de produção e divulgação cultural e um consequente domínio sobre os mesmos por parte desses jovens.

O SEC (Serviço de Extensão Cultural - 1962) é um desses novos espaços. Nascido da comunhão de interesses de Paulo Freire (1921-1997) com o reitor João Alfredo (1898-1971), da Universidade do Recife (atual UFPE), se desdobrou em três frentes: o SEC, propriamente dito, que desenvolvia cursos para um público extrauniversitário, a Rádio Universitária (1962), e a revista Estudos Universitários. Luiz Costa Lima era, conforme expresso no depoimento acima transcrito de S. U. Leite, o secretário (com funções de editor) da revista⁴. A Rádio Universitária era dirigida por José Laurenio que, na verdade, devido à experiência adquirida nos dois anos em que trabalhou na BBC/Londres, havia presidido todo o processo de estruturação do serviço radiofônico da Universi-

3 Idem.

4 Sobre a revista Estudos Universitários, bem como, de maneira mais abrangente, sobre a experiência do SEC, o leitor em breve poderá dispor do importante trabalho de Dimas Brasileiro Veras, *Sociabilidades letradas no Recife: a revista Estudos Universitários (1962-1964)*, que se encontra em vias de ser publicado pela Editora da UFPE.

dade. Quanto aos cursos do SEC, espaço de atuação, por excelência, de Paulo Freire, seu papel é bem conhecido.

Grosso modo, podemos dividir os integrantes do SEC em dois grupos: um que tinha origem em movimentos católicos de esquerda, a exemplo da JUC (Juventude Universitária Católica), e outro que foi atraído para o SEC seja pela personalidade inspiradora de Paulo Freire, seja pela natureza igualmente inspiradora de seu programa de trabalho⁵. Desse segundo grupo faziam parte justamente aqueles jovens intelectuais – os já referidos João Alexandre Barbosa, Sebastião Uchoa Leite e Luiz Costa Lima, mas também, Gadiel Perruci e Marcius Frederico Cortes, entre outros – que, paralelamente às iniciativas do SEC, também estiveram à frente da edição do caderno cultural do *Jornal do Commercio*, ainda que por um curto, porém marcante, período.

Gostaria de me deter um pouco mais sobre essa experiência de edição de um caderno cultural em jornal de grande circulação, uma vez que considero que por meio dela podemos entrever não só a intensidade e vigor da vida intelectual do Recife nesta época, mas também do seu potencial renovador.

Entre junho de 1963 e abril de 1964, quando foram todos afastados e profundo retrocesso se abate sobre tudo o que havia sido conquistado em termos de refinamento e aprofundamento da reflexão crítica sobre a sociedade e cultura vigente, o segundo caderno do JC se tornou uma espécie de extensão do espírito que animava o já nesse momento extinto O Gráfico Amador – importante espaço de interação intelectual no Recife da segunda metade dos anos 1950, que teria funcionado como uma “espécie de matriz [intelectual] da qual derivaram vários produtos diferentes”.

Respeitante a isto é preciso que se sublinhe o fato de que em torno do Gráfico sempre gravitou, desde seu início, um conjunto significativo de artistas e intelectuais locais. Atraídos pelas atividades que lá se desenvolviam, e pelas conversas que lá se podia ter, muitos deles o frequentavam com uma assiduidade incompreensível, senão sob a ótica de que lá, mais que em qualquer outro lugar, eles se sentiam entre os seus. Visto sob este ângulo, o Gráfico era muito mais que os seus fundadores. Para muitos, o Gráfico não poderia jamais ser reduzido

5 Observe-se, entre outros exemplos possíveis, o quanto a criação de um inédito serviço radiofônico com o propósito de servir à causa da “democratização da cultura”, conforme slogan da época, exprime com propriedade o espírito renovador que dava especial vigor às iniciativas do SEC: de um lado, se aventurando na exploração de uma tecnologia que ainda não havia sido experimentada para fins explícitos de incremento cultural/educacional; de outro lado, revestindo seus programas de claros intuítos reformistas – a tal da “democratização da cultura”.

a um grupo de impressores amadores. Inversamente, ele teria se constituído em algo como um *momento* do campo cultural da cidade. Afirmava-se, é certo, por suas primorosas publicações, mas ninguém discordava de que suas qualidades de fórum de debates, de centro socializador de intelectuais que, de algum modo, comungavam de um horizonte semelhante de ideias e pensamentos, era da mesma forma parte constitutiva de sua identidade. “Era um lugar de reunião de vanguarda. De artistas de vanguarda”⁶, afirmou Ariano Suassuna, e nisto sintetizou a centralidade do Gráfico para toda uma geração.

Lugar, portanto, onde questões relativas ao campo das artes e da cultura, de um modo geral, eram discutidas, onde concepções e percepções artístico-culturais eram afirmadas, trocadas, redefinidas. Enfim, um lugar onde a condição intelectual podia ser exercitada na plenitude. Tudo isto constitui uma dimensão importante do Gráfico, na medida mesmo em que, para todos os outros que não os “mãos sujas” (os quatro fundadores e impressores amadores: José Laurenio de Melo, Orlando da Costa Ferreira, Aloísio Magalhães e Gastão de Holanda), era o que definia pertencer ao grupo. Importante também porque permitiu ao Gráfico atrair para si, para sua área de influência, um número significativo de novos intelectuais emergentes.

Deve-se, portanto, em grande parte, a este *status* conquistado o convite recebido por Orlando da Costa Ferreira para dirigir o caderno cultural dominical do mais importante jornal em circulação na cidade naqueles anos, o *Jornal do Commercio*. Desde a paginação e diagramação, até os articulistas e colaboradores, tudo ganhou a feição do Gráfico⁷. Uma feição substancialmente distinta da que anteriormente tinha – mais limpa na apresentação gráfica, menos paroquial nas colaborações.

O próprio Orlando se encarregou de esclarecer a tônica que procurou dar ao suplemento literário durante o curto período em que permaneceu à frente. Do

6 Conforme depoimento cedido ao autor em 18/05/04.

7 O convite feito a Orlando havia partido de Renato Carneiro Campos que, por sua vez, havia sido incumbido por Esmaragdo Marroquim, editor chefe do JC, de dirigir o segundo caderno. Ocorre que devido a pendências que tinha com a Sorbornne (aonde deveria submeter um dossiê), Renato Carneiro Campos acabou por afastar-se do JC, deixando Orlando em seu lugar. De modo que entre 26/06/63 e 25/08/63 o segundo caderno esteve sob a direção de Renato Carneiro Campos, passando à de Orlando apenas nesta última data. Em 02/02/64 foi a vez de Orlando afastar-se da direção, deixando para substituí-lo João Alexandre Barbosa e Sebastião Uchoa Leite. Porém, não por muito tempo. Em abril de 64, em decorrência do golpe, são todos expurgados. Acaba-se aí, em definitivo, o período em que o suplemento literário do JC esteve sob a orientação deste grupo de intelectuais. Orientação, esta, diga-se de passagem, visível já sob a curtíssima direção de Renato Carneiro Campos: antes mesmo de assumir o seu lugar, Orlando já dava a tônica do Caderno. Acrescente-se que a essa altura O Gráfico Amador já havia encerrado suas atividades de grupo impressor artesanal, o que se deu em fins de 1961.

ponto de vista gráfico, tudo o que desejava alcançar, afirmou, era “clareza e simplicidade”. E, por meio disto, o fundamento maior do ofício de tipógrafo. “Não acredito em tipografia sem legibilidade. A legibilidade é a barra fixa que garante a geometria de qualquer malabarismo”. É óbvio que a execução desse objetivo escondia uma infinidade de dificuldades, a começar pelo padrão de diagramação então vigente nos jornais brasileiros, com suas colunas coleantes, de tamanhos irregulares, dispostas segundo uma lógica absolutamente aleatória, ditada unicamente pelo propósito de aproveitamento máximo do espaço disponível. Mas não só. Por trás disto, havia todo um *modus operandi* próprio às oficinas gráficas, sobretudo às grandes, como eram as dos jornais, que precisariam ser alterados para se obter uma mera limpeza visual nas páginas impressas.

O desafio que se impôs, entretanto, na qualidade de editor, era ainda maior. Redefinir o caráter do suplemento literário, conferir-lhe mais substância, numa época de grande apelo populista – para não falar na imorredoura vocação bacharelesca –, envolvia outras tantas exigências, tão ou mais difíceis de serem satisfeitas. Efetivamente, tudo quanto queria era revestir com o rigor que lhe era característico as páginas do jornal. Em suas próprias palavras:

A ideia que tenho de um suplemento literário como veículo é a de um desafio, isto é, que se deve oferecer com o jornal dominical, ao leitor comum de jornal, em forma de jornal, uma revista literária sem quaisquer concessões. Na minha opinião enganam-se os que pensam que um suplemento literário deve ser ‘popular’ e ‘movimentado’, quer dizer, informativo, noticioso e leve. Acho o povo não é uma espécie de [ilegível] a quem só se deve oferecer uma literatura amaciada. Acho também que não cabe aos periódicos uma função educativa, no sentido comum. Para isso há as escolas públicas e as universidades [...]. É por essas vias que o povo chega ao nível daquelas publicações, como chegaram os que nela escrevem. O suplemento deve agir assim, como um estímulo permanente – este é o desafio de que falei.

E continuou:

Quanto à alegação de que o suplemento deva ser ‘movimentado’, creio que se pode recomendar às pessoas que assim pensam a leitura do próprio jornal, que o é em dose suficiente. Com isto não quero dizer que o suplemento que dirijo seja um órgão requintado e esotérico, pois não há um processo especial de iniciação às publicações de cultura; esta iniciação está aberta a todos: ela pode ser obtida, como já disse, nas escolas públicas. A literatura não tem mistérios⁸.

8 As citações constantes nesta página fazem parte de uma entrevista dada por Orlando a Sebastião

Para isso contou com valiosas colaborações. Em primeiro lugar, dos jovens antes referidos – João Alexandre Barbosa, Sebastião Uchoa Leite, Gadiel Peruci, Luiz Costa Lima, Marcius Frederico Cortez –, que gravitavam em torno do *Gráfico Amador*, mas também, evidentemente, aquela advinda dos companheiros mais antigos: Gastão de Holanda, José Laurenio e Ariano Suassuna. Durante curtos nove meses o público leitor dos jornais de toda a cidade, e não mais um restrito grupo de frequentadores, pôde compartilhar as preocupações e concepções estéticas, culturais e políticas próprias a eles.

Nesse particular, a essa temporada jornalística pode ser atribuída uma virtude a mais. Algo de todo nunca explicitado, mas que sempre rondou o grupo que animava o *Gráfico Amador*, foi a “acusação” de serem nefelibatas. Para certos setores mais sectários da esquerda intelectualizada, era inconcebível que, em hora de tamanha urgência da luta social e política (afinal, vivia-se em meio a um crescente acirramento político e a um agudizar das tensões sociais), se dedicasse tanto tempo e esforço a requintes literário-tipográficos. Inversamente, o que as páginas dominicais do JC mostraram foi um grupo de intelectuais profundamente comprometidos com a realidade político-social que os circundava. Como muitos deles colaboravam direta ou indiretamente com o trabalho que Paulo Freire vinha desenvolvendo através do SEC/UR (Universidade do Recife), pode-se concluir que o seu comprometimento político derivasse daí ou apenas sob este prisma fosse identificável. Isso, porém, seria um grande equívoco.

Podiam, na linha enunciada por Orlando de “não fazer concessões”, recusar o flerte com as diversas modalidades de arte engajada, então em voga. Eram, mesmo, críticos dela⁹. Mas algo que não recusavam era considerar todo ato criador com um ato político. Ou, mais propriamente, como vários deles acreditavam, se a arte é sempre uma transfiguração do real, segundo seus próprios termos, então só seria ela bem entendida quando situada dentro desta mesma realidade em que se produziu. Arte é manifestação social. E como tal, melhor compreendê-la é melhor entender a própria sociedade da qual é uma expressão.

Uchoa Leite na Rádio Universitária, em outubro de 63, e posteriormente transcrita no JC, a 16/02/64, p. 02/2º Cad., quando, portanto, Orlando já não estava mais à frente do suplemento. A publicação desta entrevista pode ser tomada como uma espécie de homenagem de Sebastião Uchoa Leite àquele que tinha redesenhado o formato do suplemento literário. Vale dizer que Sebastião Uchoa Leite publicou transcrições de mais de uma entrevista que realizou na Rádio Universitária, onde comandava um programa semanal, *Arte e Espetáculo*.

9 Ver, por exemplo, os artigos “Literatura a Serviço” (JC 23/06/63, pp. 01/03, 2º Cad.) e “Trotsky: Arte e Marxismo” (JC 15/09/63 pp.01/03, 2º Cad.), ambos de Luiz Costa Lima.

Consoante com esta perspectiva, Orlando escreveu uma série de artigos que, sob o dístico “Alfabeto e Imagem”, se propunha a penetrar mais a fundo na lógica constitutiva dessa estranha fauna de sinais, símbolos, letras e imagens. A operação intelectual que procede faz-se mediante uma incursão nos processos socioculturais que geraram essa economia das imagens. Uma verdadeira economia política da imagem é o que faz, por exemplo, na sequência de quatro ou cinco artigos que escreveu estimulado pela leitura do livro *The Image*, do Professor de História Americana da Universidade de Chicago, Daniel J. Boorstin, e que me parecem especialmente proveitosos na medida em que permitem ver com propriedade o diapasão do debate e crítica cultural que esses intelectuais empreenderam.

Nesses artigos, Orlando não se limita a desenvolver a ideia cara ao prof. Boorstin de que a revolução da imagem teria reduzido a realidade a uma contrafação, ou pseudorealidade, ou simulacro – como mais tarde ficaria consagrado pela literatura francesa.

Os pseudoacontecimentos que inundam nosso inconsciente – afirma o prof. Boorstin – não são nem falsos nem verdadeiros no velho e familiar sentido. Os próprios avanços que os tornaram possíveis também fizeram com que as imagens, embora planejadas, inventadas e distorcidas, fossem mais vividas, mais atraentes, mais impressivas e mais persuasórias do que a própria realidade (FERREIRA, 1963a, p.2).

Para o autor americano, essa revolução da imagem decorria da revolução gráfica, que entre 1870 e 1940 teria gerado os fundamentos tecnológicos para a produção e reprodução das imagens, mecânica e eletronicamente falando. Como sublinhou Orlando da Costa Ferreira, no curto período de 70 anos teriam surgido as bases para que o homem vivenciasse uma “*science-fiction* às avessas: a verdadeira ciência criando uma vida de ficção”. Ou, como argumenta o prof. Boorstin, deu-se aí uma profunda inversão nas “maneiras tradicionais de [se] pensar acerca da relação entre imagens e ideais”, pois “em lugar de pensar que uma imagem é somente uma representação de um ideal, chegamos a ver o ideal como uma projeção ou generalização de uma imagem”. O prêmio desta distorção, diz Orlando, já se entrevia: “Os auxílios audiovisuais que espalhamos por todo o mundo auxiliam antes a crer na irrelevância, na arrogância, na rigidez e no orgulho da América” (FERREIRA, 1963b, p.2).

Aproveitando esse mote, Orlando se põe a pensar sobre os processos sociais que produzem – e infundem em nós – os sentidos das coisas, sentidos que a elas se atribui. Seu entendimento é de que estamos presos nessa camisa de

força, de que nunca poderemos apreender uma coisa em si. Esta será sempre uma operação segunda, se dará sempre através de uma mediação. Simplesmente, não há como “apreender a existência de uma imagem que não seja só a do seu arabesco (nesse sentido igual ao arabesco de letra) e que não seja também a do seu conteúdo (ou a sua ‘ilustração’, como diria Berenson), mas [com]o puro fenômeno”. A não ser – parece ir nessa linha sua sugestão –, que restituíssemos a condição original, do olhar inaugural, em que todas as camadas de sentidos sobrepostas pudessem ser identificadas e postas à parte.

A título de introdução quero fazer uma pergunta que sempre me fascinou: como veríamos Veneza (nome que escolho por ter acumulado em torno de si um volumoso acervo de informação textual e visual), como veríamos Veneza se acaso nós pudéssemos nos despojar de todas essas informações, de todos esses subprodutos? Se de repente nos achássemos em Veneza sem jamais havermos lido uma linha ou visto uma só imagem daquele imenso acervo? (FERREIRA 1963c, p.2).

Evidentemente, esta pressuposição de reconstituição de um olhar inaugural é impossível de ser alcançada. Como, afinal, se desfazer de todas aquelas referências que estão na base mesmo de nosso processo de socialização, que condicionam nossa apreensão das coisas e fatos da vida social? A fim de romper com esse círculo de ferro, que mantinha o debate prisioneiro de uma retórica que tradicionalmente reduzia questões dessa natureza à rubrica do “imperialismo americano”, é que Orlando, assim como seus colegas de empreitada junto ao suplemento literário do JC, antevia a necessidade de se refinar e redefinir os conceitos e categorias de pensamento então em voga. Sem esse refinamento, que fizesse introduzir novos parâmetros para compreender os fenômenos em curso, sem que, por exemplo, se atentasse para as exigências dessa “economia política das imagens”, não haveria como fugir das análises maniqueístas que habitavam os intestinos das esquerdas, nem às platitudes do pensamento-por-palavra-de-ordem, ou ao engajamento sectário e rasteiro. Afinal, era como intelectuais que queriam ir à pugna. Não ignoravam o imediatismo das lutas políticas, nem a urgência e gravidade da hora que viviam, mais não perdiam de vista seus compromissos com uma crítica cultural mais funda e abrangente.

Ainda que sumária, creio que essa exploração do caráter adquirido pelo suplemento literário do *Jornal do Commercio* durante o curto período em que esteve nas mãos desses jovens e ousados escritores e intelectuais permite vislumbrar a marca de reflexão e criação que define a passagem desse grupo pelo campo cultural do Recife. O horizonte que se abria nesses anos iniciais

da década 1960 mostrava-se extremamente promissor. Era como se um corte mais fundo nos modos de pensar estivesse em gestação. O que não se esperava, e o que nós, os pósteros, só temos a lamentar, é que a histeria política da época, seguida da truculência protofascista característica de amplos segmentos civis e militares viesse a destruir as frágeis condições que permitiram a emergência desse embrião de pensamento crítico ao impor uma lógica de intolerância e perseguição. O empobrecimento cultural e o embotamento intelectual daí decorrente ainda estão por ser devidamente estudados e dimensionados, embora, nos dias que correm, seus efeitos continuem a serem sentidos.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Orlando da Costa. U.S.A. ou. *Jornal do Commercio*. Recife, 25 mai. 1963a. 2º Caderno, p.2.

_____. Ou uma nova iconomística. *Jornal do Commercio*. Recife, 1 set. 1963b. 2º Caderno, p.2.

_____. A imagem por trás da imagem. *Jornal do Commercio*. Recife, 15 set. 1963c. 2º Caderno, p.2.

LEITE, Sebastião Uchoa. Entrevista. *Continente Multicultural*, Recife, n. 20, ago. 2002.

CONTEXTO HISTÓRICO DE PERNAMBUCO NO PRÉ-64

Luiz Anastácio Momesso¹
Maria do Socorro de Abreu e Lima²

RESUMO

Este artigo visa trazer informações e reflexões a respeito da época que antecede ao Golpe de 1964. Foi um período rico em projetos, organização e lutas dos trabalhadores em nosso país, marcado por contradições e conflitos com os setores conservadores e antidemocráticos que se posicionavam abertamente contra as instituições e os avanços significativos da esquerda e do povo em geral.

Palavras-chave: Democracia. Trabalhadores. Esquerda.

RESUMEN

Este artículo pretende aportar información y reflexiones sobre la temporada anterior al golpe de Estado de 1964. Fue un período rico en proyectos, organización y lucha de los trabajadores en nuestro país, marcado por contradicciones y conflictos con los sectores anti-democráticos y conservadores, que estaban de pie en contra de las instituciones y de los avances significativos de la izquierda y el pueblo en general. Palabras clave: Democracia. Los trabajadores de la izquierda.

1 Doutor em Comunicação Social (USP). Professor do Departamento de Comunicação social da UFPE e coordenador do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais.

2 Doutora em História (UFPE) e professora do Departamento de História – UFPE.

Entender o quadro político do Brasil, e particularmente de Pernambuco, no período que antecede ao Golpe civil-militar de 1964, implica retomar algumas questões fundamentais inseridas no contexto mais geral da época em foco, assinalada pelo fim da II Guerra Mundial, a derrota do nazi-fascismo, o avanço do campo socialista, as lutas de libertação nacional dos povos da Ásia e da África, num processo de questionamento do capitalismo e da denominada “civilização ocidental e cristã”. Preocupados com a possibilidade de uma União Soviética reconstruída e prestigiada, e com vistas a defender seus interesses hegemônicos, os Estados Unidos partem para a ofensiva, buscando conter os avanços do campo da esquerda dando início, em 1947, ao que se convencionou chamar de Guerra Fria, uma disputa acirrada entre os campos socialista e capitalista nas diferentes esferas de poder e influência mundiais, levando a uma intensa corrida armamentista e a um confronto político-ideológico de grandes proporções. Se em alguns momentos essa guerra chegou a se tornar “quente”, como no caso do conflito da Coréia, no início dos anos 50, no geral ela não se transformou num conflito armado dado o poderio militar da URSS, demonstrado em 1949 com a produção da bomba atômica e o apoio e simpatia de diferentes povos em relação à pátria do socialismo³.

Outro aspecto a ser destacado foi a busca, pelos países desenvolvidos, de criar uma alternativa efetiva para evitar a ocorrência de crises e adotar uma política econômica que se mostrasse adequada para as demandas dos trabalhadores, dando legitimidade ao Estado burguês e evitando uma saída revolucionária de perspectiva socialista. Baseando-se nas propostas de John Maynard Keynes (1883-1946) implementou-se o que ficou conhecido como Estado de Bem-Estar Social, que procurava desenvolver programas sociais e uma política de pleno emprego para os trabalhadores, garantindo, dessa forma, a expansão do mercado consumidor ao mesmo tempo em que, assumindo investimentos em setores não lucrativos ou subsidiando a indústria privada, este mesmo Estado possibilitava grandes vantagens para o capital. De acordo com Padrós (2005, p.251), “[...] o que motivou o capital e os capitalistas a sustentar o Estado de bem-estar foi o medo do impacto que as conquistas sociais dos trabalhadores soviéticos poderiam ter sobre o movimento operário mundial”, e acrescenta “o financiamento da adesão ao pacto de consenso teve a enorme contribuição indireta da exploração desenfreada que o Terceiro Mundo continuou sofrendo das economias centrais”.

3 Para uma análise deste período, consultar HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 e VIZENTINI, Paulo. *A Guerra Fria In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste. O século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v.2.*

A questão do chamado Terceiro Mundo se constituiu num outro elemento bastante relevante no período em foco. Assim se expressa Hobsbawm (1995, p.337):

Descolonização e revolução transformaram de modo impressionante o mapa político do globo. O número de Estados internacionalmente reconhecidos como independentes na Ásia quintuplicou. Na África, onde havia um em 1939, agora eram cerca de cinquenta. Mesmo nas Américas, onde a descolonização no início do século XIX deixara atrás umas vinte repúblicas latinas, a de então acrescentou mais uma dúzia. Contudo, o importante nelas não era o seu número, mas seu enorme e crescente peso demográfico, e a pressão que representavam coletivamente.

Parcela desses novos países conquistou sua independência a partir de revoluções sociais ou guerras de libertação nacional, propondo-se formar repúblicas democrático-populares. E, em que pese o fato de a maioria dos novos Estados terem continuado ligados economicamente a seus ex-colonizadores ou permanecerem sofrendo grande influência dos Estados Unidos, as potências ocidentais não viram com bons olhos a formação de um bloco de países vinculados ao Terceiro Mundo que, a partir de 1955, com a Conferência de Bandung, na Indonésia, se assumiram como não alinhados.

Na América Latina, algumas questões se colocavam na ordem do dia: como superar a dependência herdada do período colonial; como sair do subdesenvolvimento e construir uma sociedade menos desigual; como efetivar e ampliar a democracia, garantindo direitos e participação para a maioria da população desses países.

Neste caso, algumas tentativas foram feitas, geralmente sem sucesso. Afinal desde o século XIX os Estados Unidos aplicavam a doutrina Monroe, que pressupunha “A América para os americanos”, entendendo-se com essa assertiva que os interesses dos capitais norte-americanos deveriam ser sempre garantidos, em detrimento do direito de autonomia dos outros países. Assim é que em 1953, na Guatemala, o presidente Jacob Arbenz, após anunciar a intenção de realizar uma reforma agrária em seu país contrariando os interesses dos grandes proprietários e da *United Fruit* foi acusado de comunista e deposto com o auxílio da Agência Central de Inteligência (CIA) em 1954.

Contudo, em 1959, o ditador de Cuba, Fulgêncio Batista, que em outras épocas fora um grande aliado dos EUA, foi derrotado pela Revolução Cubana, que, após realizar um processo de reforma agrária, nacionalizou todos os bens norte-americanos e, em janeiro de 1961, definiu-se como socialista.

Todo esse contexto é fundamental para situarmos os anos cinquenta e início dos sessenta no Brasil. São muitas as pressões, os desafios e a busca de superação da situação em que o país se encontrava. De um lado, os interesses do grande capital, do latifúndio, dos setores conservadores. De outro, o processo de ampliação da participação e organização dos trabalhadores, a luta por direitos, por reformas, por outro tipo de desenvolvimento.

Esse processo, cheio de idas e vindas, empolgou boa parte da população, que se posicionava de um lado ou de outro, nem sempre de maneira clara ou definitiva. Mas foi um período em que as pessoas, em especial os setores da esquerda e particularmente os jovens sentiam-se parte desse processo, responsáveis por definir projetos e responsabilidades no que tange à superação dos problemas mais graves enfrentados pelo país.

Como sair desses impasses? Como responder a esses desafios? Como encarar as mudanças, consideradas na época dentro de um processo da chamada Revolução Brasileira?

Carlos Fico (2000, p.173) assinala que “os debates sobre os caminhos que o desenvolvimento brasileiro deveriam trilhar assumiram, com o passar dos anos, fortes conotações ideológicas”, entrando em cena noções como “soberania nacional”, setores “entreguistas” e “nacionalistas”, o que, para ele, conduziu a uma simplificação da questão. Contudo, considerando-se a campanha pela criação do monopólio estatal do petróleo do início dos anos cinquenta, durante o governo Vargas⁴, que aglutinou expressivos setores da população como trabalhadores, estudantes, militares etc., verifica-se um avanço na tomada de consciência a respeito do subdesenvolvimento brasileiro e dos impasses que então se colocavam.

A partir do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) vai-se colocar não só a questão sobre a forma e extensão da participação externa, mas também o papel da intervenção do setor público na economia. A formulação e execução do Plano de Metas reforçavam a ideia de planejamento, considerando-se que os investimentos estatais deveriam se voltar também para uma política de crescimento e de industrialização. De acordo com as propostas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), deveria ser priorizada uma política de substituição de importações incentivando-se a produção de bens de consumo duráveis, e mesmo bens de produção. Formaram-se vários grupos

4 Getúlio Vargas assumiu o governo do Brasil em 1930 e, em 1937, com o Golpe do Estado Novo estabeleceu uma ditadura que vigorou até 1945. Em 1951 ele retorna ao poder, mas então como presidente eleito.

de trabalho e, no caso específico do Nordeste, criou-se a SUDENE (1959), sob a direção de Celso Furtado, que se propôs a romper com o problema do “colonialismo interno”, entendendo que também havia no país um pólo desenvolvido e outro subdesenvolvido (FICO, 2000, p.178).

A política desenvolvimentista de JK efetivou-se com a participação de capitais estrangeiros e um grande endividamento externo. O que, juntamente com o aumento da taxa de inflação, veio a trazer sérios problemas para os governos que o substituíram, particularmente o governo João Goulart.

Ora, se o país crescia do ponto de vista econômico e industrial, concomitantemente aumentava o contingente de trabalhadores, particularmente da classe operária, muitos dos quais saídos recentemente do campo. Silva e Negro (2003, p.57) falam sobre “a explosão operária na cena pública”, ao se referir à vaga grevista ocorrida com a democratização do país.

E afora o período do Presidente Dutra, que a partir especialmente de 1947, com a efetivação da Guerra Fria e a decretação da ilegalidade do Partido Comunista reprimiu de maneira intensa o movimento popular e sindical, ao longo dos anos cinquenta e sessenta a classe trabalhadora em geral - e operária em particular - organizou-se, reivindicou, protestou, ampliou seu raio de ação não apenas no que diz respeito a questões específicas do mundo do trabalho, mas discutindo e se posicionando em relação a questões políticas e aos projetos de desenvolvimento propostos para o país. Promovendo grandes greves e mobilizações, atuando na esfera político-institucional, organizando-se em sindicatos, partidos e movimentos, os trabalhadores estiveram presentes, o que deixava os setores mais conservadores temerosos quanto à efetivação de uma suposta “república sindicalista”, como os mesmos teimavam em denunciar.

No primeiro semestre de 1953 ocorreu em São Paulo a Greve dos 300 mil, que durou 27 dias e englobou trabalhadores têxteis, metalúrgicos, vidreiros, marceneiros e gráficos. Esta greve teve grande coesão, intensa mobilização e manifestações públicas, forte presença feminina e solidariedade e apoio de diferentes categorias de trabalhadores, assim como da opinião pública em geral. De acordo com Silva e Negro (2003, p.64), “as comissões de fábrica foram as principais responsáveis pelas iniciativas e pela dinâmica do movimento”, fato importante de ser ressaltado já que certa tradição historiográfica tende a sugerir que as comissões de fábrica foram criadas apenas nos anos 70 nas fábricas metalúrgicas do ABC paulista. O saldo desta luta foi favorável aos grevistas, ampliando a sindicalização e organização dos mesmos,

possibilitando a criação do Pacto de Unidade e Ação (PUA) assim como seu nível de politização, em que pese a intensa reação e repressão dos patrões, com milhares de demissões e desrespeito aos acordos firmados.

Ainda nesse mesmo ano ocorreu a greve dos marítimos, com a participação de cerca de 100 mil trabalhadores dos portos do Rio de Janeiro, Santos e Belém.

Em 1957 ocorreu a Greve dos 400 mil, englobando diversas categorias de São Paulo, e que criou o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), que integrava cerca de quarenta sindicatos. E em 1963 a Greve dos 700 mil, que contou com a participação de trabalhadores de várias cidades industriais do estado de São Paulo. Esta grande mobilização possibilitou mais um salto organizativo para os trabalhadores com a criação do Pacto de Ação Conjunta (PAC), ligado ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), criado em 1961 diante da necessidade de se implementar iniciativas de criação de centrais sindicais, que eram proibidas legalmente, pois a Consolidação das Leis Trabalhistas só reconhecia federações (estaduais) e confederações (nacionais) que congregassem cada categoria isoladamente.

Cabe ainda ressaltar que, apesar de o país ser considerado democrático, muitas vezes essas greves enfrentavam grande repressão das polícias estaduais, como no caso dessa última, quando se efetivou, só no primeiro dia, 600 prisões, conforme os autores citados.

Além das vantagens econômicas e organizativas para os trabalhadores em luta, também ocorreu um intenso processo de politização no período, que contou com forte presença dos trabalhistas do PTB e dos comunistas do PCB.

Criado por Vargas em 1945, o Partido Trabalhista Brasileiro atuava no plano político institucional, mas também junto aos trabalhadores, pois boa parte de seus membros era ligada, desde os tempos do Estado Novo, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Partindo da premissa de que capital e trabalho devem buscar um equilíbrio, que o sindicato é um órgão de colaboração com o Estado e que os direitos dos trabalhadores, contidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) devem ser requeridos acionando-se a Justiça do Trabalho, evitando-se as greves, uma parcela desses sindicalistas foi se tornando cada vez mais pelega, isto é, atuando de acordo com seus interesses particulares, defendendo o patronato e o controle do sindicato pelo Estado. Outra parcela, porém, foi desenvolvendo uma atuação mais combativa, trabalhando muitas vezes em conjunto com os comunistas nos sindicatos e nas greves, na defesa do nacionalismo e em campanhas eleitorais.

Quanto ao PCB⁵, no período em que esteve na legalidade alcançou um nível de reconhecimento e apoio muito grande, tendo, nas eleições para presidente de 1945, obtido o terceiro lugar, elegendo ainda um senador e diversos deputados federais. Tornando-se um partido de massas foi, contudo, novamente para a ilegalidade em 1947, dentro da política instaurada com a Guerra Fria.

Sua análise da sociedade brasileira partia da ideia de que o Brasil era um país semifeudal, onde a revolução seria feita por etapas: a primeira, de caráter nacional e democrático, seria anti-imperialista e antifeudal; já a segunda seria socialista. Isso levava os comunistas a lutarem por reformas que pudessem, inclusive, possibilitar um desenvolvimento maior do capitalismo. Nesse processo, seria possível consolidar uma aliança entre o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a burguesia nacional, combatendo o imperialismo norte-americano.

No movimento de massa e, particularmente, no movimento sindical, os comunistas procuraram, na maior parte do período, adotar uma política de alianças com a ala mais à esquerda do PTB, defendendo o nacionalismo, a liberdade de organização e a ampliação de direitos para a classe trabalhadora.

Também o meio rural apresentou um quadro de intensa mobilização. Em 1954 foi fundada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), numa conferência que reuniu 303 representantes de 16 estados e teve em sua pauta discussões sobre a reforma agrária e, principalmente, a extensão dos direitos trabalhistas para os camponeses (MEDEIROS, 1989, p.31-32).

Entre 1945 e 1960 ocorreram várias greves no campo, particularmente em São Paulo. Outras regiões foram palco de diversos conflitos: em Goiás, posseiros ameaçados de despejo resistiram e conquistaram a terra, na região de Trombas e Formoso; no sudoeste do Paraná ocorreu a Guerrilha de Porecatu, outras lutas foram levadas na Baixada Fluminense e em Santa Fé do Sul, em São Paulo. No Rio Grande do Sul fundou-se o Movimento de Agricultores sem Terra (MASTER) e, em Pernambuco, as Ligas Camponesas.

No plano federal foram elaborados estudos com vistas a um projeto de alteração na estrutura fundiária do país que, posteriormente, deu origem ao Estatuto da Terra. Em 1962 foi regulamentada a sindicalização rural. No mesmo ano foi

5 PCB é a sigla que corresponde ao Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922. Até o início dos anos 60 só havia um partido comunista. Contudo, nesse período ocorre um racha, existindo, a partir de então, dois partidos: o Partido Comunista do Brasil, (PC do B) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

criada a Superintendência de Política e Reforma Agrária (SUPRA) e, em 1963, a Comissão Nacional de Sindicalização Rural. Ainda nesse mesmo ano foi aprovado pelo Congresso Nacional o Estatuto do Trabalhador Rural, garantindo aos assalariados rurais direitos trabalhistas tais como salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias etc., embora não tratasse da previdência social.

Em dezembro de 1963 fundou-se a Conferência Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e por fim, em 13 de março de 1964, João Goulart assinou um decreto que desapropriava as terras localizadas numa faixa de dez quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias e dos açudes construídos pela União para fins de reforma agrária.

A Igreja Católica foi outro setor que procurou influir nos movimentos sociais de então. No caso da classe trabalhadora urbana, havia uma corrente autodenominada “democrática”, cuja principal característica era o anticomunismo, assim como a visão de que os interesses dos trabalhadores deveriam se submeter a uma política de colaboração de classes (MOMESSO, 2008, p.156). Do mesmo modo, no campo, a preocupação com a intensa exploração existente, particularmente no Nordeste, levou parte da Igreja a promover a fundação de sindicatos rurais, no intuito também de evitar que estes ficassem ligados aos comunistas.

Mas nem sempre esta instituição conseguia controlar de maneira definitiva seus membros que atuavam no meio sindical, estudantil e popular. E se, de um lado, havia segmentos católicos que defendiam o sistema vigente, muitas vezes de maneira radical, como era o caso da organização de direita denominada Tradição, Família e Propriedade (TFP - 1960), de outro lado, setores progressistas dessa mesma Igreja condenavam o capitalismo e se aproximavam de forças políticas de esquerda na luta por reformas rumo a um possível socialismo democrático.

Alguns desses católicos vinham dos movimentos de juventude, particularmente a Juventude Universitária Católica (JUC -1950) e foram bastante influenciados pelo pontificado de João XXIII, quando se iniciou o Concílio Vaticano II. Conforme situa Semeraro (1994, p.36),

Para os cristãos progressistas, as imperfeições e as injustiças não eram só fruto da ignorância e do pecado dos homens. Portanto, não era suficiente converter apenas as consciências. Era preciso também atuar sobre as estruturas sociais que são construções humanas e intervir ativamente nos mecanismos de poder que regulam as sociedades não com a intenção de cristiani-

zar um mundo fundamentalmente pagão, mas para edificar juntamente com outros homens, uma humanidade mais plena.

Em 1961 organiza-se o Movimento de Educação de Base (MEB) com o objetivo de implantar uma rede de escolas radiofônicas para promover um trabalho de educação de adultos. Criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com base em experiências já realizadas em Natal e Aracaju, seus quadros eram formados por leigos da Ação Católica. O setor jovem organizado na JUC atuou não só no MEB, mas também nos movimentos de trabalhadores rurais, nos Centros Populares de Cultura (CPC -1961), no Movimento de Cultura Popular (MCP -1960), nos trabalhos da UNE-volante e em programas de alfabetização de Paulo Freire (SEMERARO, 1994, p.56).

Toda essa atuação, porém, preocupava certos setores da hierarquia católica, que pressionam a JUC a não fazer alianças com a esquerda, particularmente o PCB. Mas os jovens não recuam e, em 1962, fundam sua própria organização política, a Ação Popular que, em breve, tornou-se uma das referências da esquerda no Brasil, particularmente no movimento estudantil e no movimento camponês, ao lado do PCB e do PC do B.

Toda esta mobilização e posicionamento de amplos setores da população em apoio a uma política desenvolvimentista passava pelo combate ao latifúndio e aos privilégios oferecidos ao capital estrangeiro, colocando a necessidade da implementação de mudanças estruturais no país. Respeito e ampliação dos direitos trabalhistas, reforma agrária, reforma universitária, reforma tributária, ampliação do direito de voto, em especial dos analfabetos, eram algumas das questões colocadas na ordem do dia. O que deixava as classes dominantes e os setores conservadores em pânico, pois não admitiam a perda de seus privilégios. Como já ocorrera antes, se o processo eleitoral não lhes parecia confiável, não hesitavam em defender seus interesses por outros meios. E mais uma vez, vão procurar criar um clima de medo e insegurança com vistas a justificar seus esquemas golpistas.

Pernambuco foi um dos estados em que mais se esperava a resistência ao golpe. Havia um crescimento significativo da participação, organização e lutas dos trabalhadores, envolvimento da juventude, da intelectualidade e principalmente dos camponeses. Centro econômico e político do Nordeste, Pernambuco viveu intensamente toda essa ebulição, assim como experimentou, em termos político-institucionais, um avanço com a formação da Frente do Recife, em 1955, com vistas a eleger prefeito Pelópidas da Silveira, numa aliança entre os partidos de esquerda (PCB, PTB e Partido Socialista) e correntes nacionalistas,

com base num programa democrático e nacionalista (SOARES, 1982, p.21). Esta aliança ampliou-se posteriormente por ocasião das eleições para governador do Estado, em 1958, quando chegou a apoiar a candidatura do usineiro Cid Sampaio (1910-2010), da UDN (1945), com o objetivo de enfrentar o PSD, que dominava a política estadual de há muitos anos. O novo governador, porém, não manteve seus compromissos de campanha, o que resultou numa crise na aliança e, nas eleições seguintes, a Frente do Recife retoma sua plataforma mais à esquerda: em 1962 Miguel Arraes é eleito governador.

Neste período havia um movimento sindical urbano importante, com destaque para os portuários, ferroviários, têxteis, gráficos, bancários e outros. Entre os têxteis houve algumas greves memoráveis, como a de 1952 e a de 1958, assim como no início dos anos 60, não apenas no Recife, mas com a participação de algumas cidades do interior, que tinham grande contingente de trabalhadores, como Moreno e Paulista. A classe operária contava com grande atuação do Partido Comunista, presente em várias fábricas da região. O PCB, inclusive, chegou a eleger vereadora uma operária têxtil, Júlia Santiago. Seguindo tendência nacional, organizou-se em 1958 uma entidade paralela ao sindicalismo oficial denominada Conselho Sindical dos Trabalhadores do Estado de Pernambuco (CONSINTRA), que chegou a congregar 60 entidades sindicais três anos depois (JACCOUD, 1990, p.68).

Em fevereiro de 1963 os operários da fábrica de tecidos Paulista entram em greve vivenciando-se um fato inusitado, conforme relato de um trabalhador:

[...] Então com a greve, parou tudo naquele tempo. E não entrava nada na fábrica, os piquetes não deixavam. Nem o Comendador Arthur, nessa greve, eles deixaram entrar. O Comendador, ele tinha na [Fábrica] Aurora um lugar que ele costumava tomar banho, ele ia todo dia lá tomar banho. Então o pessoal da greve não deixou ele entrar pra tomar banho. Não deixaram. Ele voltou e foi se embora. Deixou de morar aqui e nunca mais quis voltar pra Paulista, nem pra visitar, até ele morrer [em 1967]. Nessa greve a gente venceu, ganhou muita coisa, mas nem deu tempo de aproveitar. Porque devido à política e ao governo, que é quem manda, veio a revolução [1964] e se acabou tudo (LOPES, 1988, p.454).

Por esta fala percebe-se o caráter que as mobilizações iam assumindo, não apenas no que diz respeito à conquista de melhores condições de vida e trabalho, mas à ampliação da noção de direitos, apontando para outra visão quanto às prerrogativas do patronato, muitas vezes considerado como senhor absoluto ainda mais em se tratando de uma fábrica com vila operária. Esta

luta foi dirigida por uma diretoria liderada por militantes da Juventude Operária Católica (JOC).

Contudo, o movimento que marcou presença de maneira mais significativa e que mais incendiou o imaginário das classes dominantes em Pernambuco foi o dos trabalhadores rurais. Considerados como objetos de exploração e dominação seculares, devia parecer bastante ousado colocarem-se como sujeitos, reivindicando direitos, posicionando-se politicamente e organizando-se de maneira autônoma em suas próprias entidades.

O mais expressivo deles nos anos 50 foram as Ligas Camponesas, que reivindicavam o direito à terra e ao pagamento das benfeitorias feitas em terras arrendadas.⁶ Até então, os conflitos no campo eram resolvidos apenas com base na força imposta pelos proprietários, que recorriam a expedientes como destruição da lavoura, expulsão de foreiros e de moradores, quando não atentando contra a própria vida dos que ousavam protestar. A partir das Ligas, os camponeses organizados faziam um trabalho de denúncia, agitação e mobilizações, além de atuarem na esfera jurídica, com base no Código Civil. Nesse sentido, foi fundamental o papel do advogado e deputado federal Francisco Julião (1915-1999). Com a desapropriação das terras do engenho Galileia em 1959, o reconhecimento das Ligas e seu trabalho ampliou-se bastante, inclusive em outros estados do Brasil.

Já o sindicalismo rural começou a estruturar-se efetivamente em Pernambuco a partir dos anos 60. Embora algumas tentativas tivessem sido feitas anteriormente, apenas o sindicato de Barreiros era reconhecido pelo Ministério do Trabalho. Diante de algumas tentativas de fundação de sindicatos, os proprietários rurais acionavam a polícia sempre que necessário de tal modo que “a lei e a ordem” não corresse o risco de serem alteradas (ABREU E LIMA, 2005, p.37).

Tanto nas ligas quanto nos sindicatos havia efetiva participação dos comunistas. Posteriormente o PCB veio a se afastar das ligas em virtude de divergências políticas. E as ligas, embora mantivessem seu trabalho específico, também passaram a fundar sindicatos.

O sindicato mais importante era o de Palmares, que nasceu a partir da Liga Camponesa de Água Preta, fundada em 1957, e abrangia 21 municípios, fun-

6 No fim da ditadura Vargas muitas entidades foram fundadas com esse nome por lideranças rurais tendo à frente militantes do PCB, mas que, a partir de 1947 foram consideradas ilegais, perseguidas e fechadas, chegando mesmo a ter líderes assassinados durante o governo Dutra.

cionando como uma federação. Chegou a ter 45 mil sócios antes de 1964, participando de lutas específicas, localizadas, reivindicativas, mas também de lutas mais gerais, políticas, muito comuns nessa época em que havia um avanço em relação à organização e politização dos trabalhadores (JACCOUD, 1990, p.183). Um de seus principais orientadores foi Gregório Bezerra (1900-1983), dirigente comunista de origem camponesa que fora deputado constituinte em 1946 e posteriormente cassado.

A Igreja Católica, através do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), fundado em 1961, passou a atuar no campo criando sindicatos e cooperativas, sob a direção do padre Crespo e do padre Melo. Este último, apesar de seus discursos inflamados dizendo-se defensor dos camponeses e da reforma agrária, chegou a ligar-se ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD-1959), entidade que recebia orientação e recursos financeiros da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA) (PAGE, 1972, p.183).

Foi a partir dos sindicatos fundados pelo SORPE que se criou, em junho de 1962, a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco. Os sindicatos organizados por outras forças políticas como os comunistas, as ligas e os trotskistas eram autônomos em relação a esta federação embora, na grande greve dos canavieiros de 1963, tenham todos atuado de maneira unificada.

Miguel Arraes (1916-2005), empossado governador no início de 1963, também buscou atuar diretamente no campo, intensificando o raio de ação da Secretaria Assistente, criada no governo anterior e cujo principal objetivo era manter um canal de entendimento entre as entidades sindicais e os patrões, buscando encaminhar soluções para litígios decorrentes das relações de trabalho no meio rural a partir dos dispositivos do Estatuto do Trabalhador rural, criado em março de 1963, tendo papel destacado na discussão do Acordo do Campo, firmado no final da greve dos canavieiros. De acordo com Dabat (2004, p.150),

Ao promover a aplicação republicana da legislação em vigor, o governador estava atendendo às reivindicações expressas pelos militantes das Ligas Camponesas e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, aliás, organizações que trabalhavam juntas na base, embora seus propósitos declarados e seus dirigentes tivessem matizes ideológicos diferentes.

O governo procurava maneiras de atuar no meio rural dirimindo dúvidas, marcando presença, buscando soluções, talvez nem sempre com sucesso, como no caso do sindicato de Itambé, e que resultou na prisão de alguns jovens trotskistas que pretendiam realizar um Congresso Camponês após o as-

sassinato, no engenho Oriente, de uma de suas lideranças, o Jeremias, criando uma situação bastante incômoda politicamente (GALINDO, 2010, P.141).

Embora sua preocupação maior fosse garantir condições de governabilidade, agiu no sentido de fazer com que a Polícia Militar deixasse de ser um instrumento de violência contra os camponeses, assumindo uma postura de não subserviência aos interesses dos proprietários. Este governo chegou mesmo a apreender armas em propriedades rurais, o que nunca ninguém ousara fazer. Contudo, continuou elevado o número de assassinatos de camponeses, simbolizado pelo triste caso acontecido na Usina Estreliana, quando, em janeiro de 1963, um grupo de trabalhadores rurais que reivindicava o pagamento do décimo terceiro salário que lhes era devido foi trucidado pelo proprietário e seus capangas, o que resultou em cinco camponeses assassinados e vários feridos.

Toda essa ebulição no campo, indício de que os trabalhadores rurais estavam abrindo espaços como classe organizada e ampliando seu grau de participação no processo político como um todo, contribuindo, dessa forma, para a efetivação da democracia no país, era considerada pelos setores conservadores do campo, pelas classes dominantes em geral, por parte da classe média e por expressiva parcela dos militares, como sinal de anarquia, desrespeito às instituições, às autoridades, à propriedade privada. A direita considerava, de acordo com seus interesses, qualquer tentativa de mudança do *status quo* como sinal de avanço do comunismo. E resistia como podia ao crescimento, mesmo que ainda pequeno, das organizações e lutas dos trabalhadores, particularmente da classe operária e dos camponeses.

Os grandes meios de comunicação procuravam criar um clima propício ao uso da força para conter o avanço dos setores democráticos e de esquerda. Em Pernambuco, assim como no país como um todo, eram dadas versões aos fatos no sentido de reforçar o medo e a insegurança, criminalizar os movimentos sociais, denunciar alianças de governos com os comunistas, que eram demonizados com frequência. A direita, por vezes, veiculava notícias mirabolantes e geralmente infundadas a respeito de invasões de terras, incêndios em canaviais, desrespeito à ordem estabelecida etc. O que tanto se temia? Afinal, a Revolução Cubana era um exemplo de que as coisas poderiam mudar, mesmo numa região considerada como “quintal” dos Estados Unidos. Numa região tão cheia de desigualdade e conflitos, como não ter medo do povo que se organizava?

Em Pernambuco, dois grupos chamaram a atenção para a necessidade de que as forças políticas e as organizações populares se preparassem para a possibilidade de um confronto com os setores conservadores: as ligas e uma

parcela dos comunistas. Grupos de camponeses chegaram a se formar para a possibilidade de oferecer resistência e defender o governo Arraes frente a um eventual golpe. Gregório Bezerra chegou a pedir armas ao governador. No entanto, nada foi feito nesse sentido.

A luta pelas reformas de base, apesar de inseridas num processo de desenvolvimento capitalista, amedrontava, pois parcela das classes dominantes a percebia como prelúdio de um possível desenvolvimento rumo ao socialismo. Colocavam-se contradições praticamente irreconciliáveis. Como bem sintetiza Caio Navarro de Toledo (2004, p.68):

1964 significou um golpe *contra* a incipiente democracia política brasileira; uma ação repressiva *contra* as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva *contra* a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades); um golpe contra o amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país.

Este debate ideológico, cultural e também político, que envolveu amplos setores da população, abordou diferentes questões, propôs novas alternativas, experimentou outras possibilidades. No caso da educação, e em especial a educação popular proposta pelo MEB, surgiram novos métodos e novas práticas pedagógicas. A preocupação com a formação de uma consciência crítica, com a valorização da cultura popular e a organização do povo possibilitou a emergência de um projeto político mais amplo de transformação das mentalidades e das estruturas.

No caso dos Movimentos de Cultura Popular, criados em 1960 pela prefeitura do Recife, atuavam por meio do teatro, da música, da dança, das artes plásticas. Segundo Semeraro (1994, p.85) “buscava-se a autenticidade da cultura nacional, a valorização do homem brasileiro, a desalienação da cultura [...] ampliando o diálogo sobre a concepção de vida e sobre a problemática nacional”. E prossegue:

O sistema de Paulo Freire que encarava o ensino como um diálogo, partia das situações concretas do povo e estimulava a capacidade crítica e a participação popular, revelava-se um verdadeiro instrumento de consciência política e um poderoso veículo de transformação social. Superando uma visão mágica do mundo e promovendo uma postura conscientemente crítica diante dos problemas de seu meio, os alfabetizados eram despertados para tornarem-se sujeitos de sua própria história. Eram incentivados a pensar ações politicamente significativas e a constituir forças socialmente organizadas (SEMERARO, 1994, p.85).

Com a eclosão do golpe civil-militar de 1964, todo esse processo caiu por terra. Os cárceres do Recife foram insuficientes para garantir todas as prisões, que iam desde o governador Arraes e membros do governo deposto até militares, juizes, políticos, lideranças sindicais, estudantis e populares, ou mesmo simples cidadãos. Uma manifestação convocada por estudantes e pelo movimento sindical terminou com o assassinato de dois estudantes, Jonas de Albuquerque Barros e Ivan Rocha Aguiar. Gregório Bezerra, preso no município de Cortês, foi trazido para o Recife e torturado em praça pública. A repressão se generalizou. As Ligas Camponesas foram extintas. Boa parte dos sindicatos sofreu intervenção, assim como a Universidade, que teve muitos de seus professores impedidos de lecionar.

Este período, porém, tão rico de possibilidades, marcou a nossa história significativamente.

REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Editora Universitária da UFPE; Oito de Março, 2005.

DABAT, Christine Rufino. Depois que Arraes entrou, fomos forros outra vez! Ligas camponesas e sindicatos de trabalhadores rurais. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 22-1, 2004.

GALINDO, José Felipe Rangel. Trotskismo no campo: o Jeremias das caminhadas. In: DABAT, Christine Rufino; ABREU E LIMA, Maria do Socorro de (orgs.). *Cadernos de História: oficina da História: trabalhadores em sociedades açucareiras*. Recife, ano 6, n. 6, 2010.

FICO, Carlos. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: SENAC, 2000.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco: 1955-1968*. Recife: FUNDAJ; Massangana, 1990.

LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MOMESSO, Luiz Anastácio. Lutas e organização sindical em 68, apesar da ditadura. In: *CLIO. Revista de Pesquisa Histórica*. Recife, n.26-1, 2008.

PADRÓS, Enrique Serra. Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social. In:

REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. O século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v.2.

PAGE, Joseph. A revolução que nunca houve: O Nordeste do Brasil 1955-1964. Rio de Janeiro: Record, 1972.

SEMERARO, Giovanni. A primavera dos anos 60. São Paulo: Loyola, 1994.

SILVA, Fernando Teixeira; NEGRO, Antônio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Maria Lucília de Almeida (orgs.). O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOARES, José Arlindo. A Frente do Recife e o governo do Arraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004.

Vizentini, Paulo. A Guerra Fria. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. O século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2.

A UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO E AS PRÁTICAS INSTITUÍDAS SOBRE A EDUCAÇÃO (1957-1961)

Kelma Fabíola Beltrão de Souza¹

RESUMO

Alguns anos antes da instituição do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, digo 1957 a 1961, algumas práticas discursivas já estavam instituídas nos debates sobre a Educação nas Faculdades de Filosofia do Recife e na Escola de Belas Artes. Neste estudo, com o intuito de mostrar estas práticas discursivas, apresento um cenário universitário recifense articulado ao cenário nacional no qual professores, monsenhores, padres, reverendos, instrutores, diretores e alunos elaboram ensaios e poesias, proferem discursos, participam de concursos, fazem pesquisas e estudos que são publicados na Revista Doxa (Revista oficial do departamento de cultura do diretório acadêmico) e na Revista da Escola de Belas Artes (Da Faculdade de Belas Artes). Uma das consolidações destas práticas ocorre no concurso para Cátedra de História e Filosofia da Educação da Escola de Belas Artes disputada entre os professores Maria do Carmo Tavares de Miranda e Paulo Reglus Neves Freire. Conclui-se que as práticas instituídas na área de educação da Universidade do Recife nestes anos tratam-se, dentre outras coi-

¹ Doutoranda do núcleo Teoria e História da Educação do programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE. Professora da Faculdade Metropolitana e da Prefeitura do Recife. Graduada em Comunicação Social e História pela UNICAP, Especialista em História de Pernambuco pela UFPE. Mestra em Comunicação pela UFRPE.

sas, de debates travados entre uma educação confessional e uma educação sociológica e científica, laica, republicana.

Palavras-chave: História da educação. Educação confessional. Educação laica.

RESUMEN

Algunos años antes del establecimiento del Departamento de Extensión Comunitaria de la Universidad de Recife, por ejemplo 1957 a 1961, algunas de las prácticas discursivas ya se habían establecido en los debates sobre la educación en las Facultades de Filosofía de Recife y de la Escuela de Bellas Artes. En este estudio, a fin de mostrar estas prácticas discursivas, presento una universidad de Recife articulado de la escena nacional en el que los maestros, monseñores, sacerdotes, reverendos, maestros, directores y estudiantes de ensayos elaborados y la poesía, discursos y exaltadas, participar en concursos, no las encuestas y los estudios que se publican en la revista Doga (Diario Oficial de la Concejalía de Cultura del sindicato de estudiantes) y la Revista de la Escuela de Bellas Artes (la Escuela de Bellas Artes). La consolidación de estas prácticas tiene lugar en el concurso para la Cátedra de Historia y Filosofía de la Facultad de Educación de Bellas Artes disputado entre los profesores Maria do Carmo Tavares de Miranda y Paulo Reglus Neves Freire. Se concluye que las prácticas instituidas en la educación en la Universidad de Recife en los últimos años, estos son, entre otras cosas, un debate de educación entre la educación religiosa y sociológica y científica, laica y republicana.

Palabras clave: Historia de la educación. La enseñanza confesional. De educación laica

INTRODUÇÃO

Desde o Manifesto dos Pioneiros, em 1932, expõe-se a necessidade de uma educação laica, isenta de “qualquer crença e disputas religiosas”, na qual o espaço escolar não fosse utilizado como meio de “propaganda de seitas e doutrina” (MANIFESTO DOS PIONEIROS, 1932, p. 45).

Sobre esta “autonomia dos serviços da educação” Anísio Teixeira (2007a, p. 55) também dizia:

Habitualmente o poder de educar se transfere da Igreja para o Estado, logo que se separa daquela, marcada essa transferência tanto mais nitidamente quanto mais se afirma a separação. A França é um exemplo sempre citado

para ilustração dessa mudança. Como a França, todos os demais países latinos, assim que se operam neles transformações políticas similares.

Porém, desenvolver uma educação brasileira baseada nestes princípios significa instituir uma Educação Republicana, ou seja, laica, universal e gratuita. De certa forma estes princípios almejados pelos pioneiros representam redirecionar as práticas de uma educação confessional existente no Brasil.

Em 1958, no Distrito Federal, Rio de Janeiro, quando Anísio Teixeira ocupava o cargo no Ministério da Educação de diretor do INEP e diretor da CAPES, responsável pelos Centros de Pesquisas Educacionais pelo Brasil, há fatos que mostram interesses contrários à educação laica, sob a responsabilidade do Estado. O *Memorial dos Bispos Gaúchos*, por exemplo, documento entregue ao presidente da República, pede o afastamento de Anísio Teixeira do Ministério da Educação (CORREIO DO POVO, 1958). Este memorial diz que “a filosofia” da educação adotada por Anísio “é a de um insanável materialismo, absolutamente incompatível com a concepção cristã de vida”. Uma das manifestações contrárias ao memorial e de apoio a Anísio Teixeira foi o *Manifesto dos Educadores, mais uma vez convocados* (1959). Neste manifesto, quando os signatários ‘falam’ da “escola pública em acusação”, dizem tratar-se de uma luta entre ensino confessional e leigo:

A luta que se abriu, em nosso país, entre os partidários da escola pública e os da escola particular, é, no fundo, a mesma que se travou e recrudescer ora nesse, ora naquele país, entre a escola religiosa (ou o ensino confessional), de um lado, e a escola leiga (ou o ensino leigo), de outro lado. Esse, o aspecto religioso que temos o intuito de apenas apontar como um fato histórico que está nas origens da questão [...]. Ela disfarça-se com frequência, quando não se apresenta abertamente, sob o aspecto de conflito entre a escola livre (digamos, francamente, a educação confessional) e a escola pública ou, para sermos mais claros, o ensino leigo [...] (MANIFESTO DOS EDUCADORES, 1959, p.78-79).

É esta uma das discussões instituídas nas práticas discursivas das conferências, cursos, palestras, estudos, pesquisas, teses de concurso, discursos da Universidade do Recife, no que se refere à educação nos anos que antecedem a institucionalização do Serviço de Extensão Cultural (SEC), ou melhor, entre os anos 1957-1961. Professores, monsenhores, padres, reverendos, instrutores, diretores e alunos indicam nos acontecimentos que participam os debates de uma educação confessional e uma educação laica.

Estes acontecimentos estão presentes na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Pernambuco, vinculados a “Seção de Pedagogia”² (SUCUPIRA, 1969) e na Escola de Belas Artes, já que existiam duas “cadeiras” específicas: “História e Filosofia da Educação” e “Psicologia aplicada à Educação”. (REVISTA DA ESCOLA DE BELAS ARTES, 1961)

Assim, nosso objetivo neste estudo é tratar desta disputa na educação, presentes nas práticas discursivas da Universidade do Recife. Para isso, entendemos que o ‘mundo’ está constituído pela linguagem, na qual a relação entre as “palavras e seu uso” é significado para história, na qual os conceitos são históricos, esmaecem, alteram, enfraquecem, ganham outros contornos, devendo ser estudados e compreendidos levando em consideração a época e seus limites (KOSELLECK, 2006). Questionamos assim também a verdade, pois ela não é absoluta (FOUCAULT, 2009b).

Dessa forma, ao tentar analisar o sentido das práticas desenvolvidas na área educacional na Universidade do Recife nos anos 1957-1961, buscamos compreender o discurso enquanto prática, num esforço de tentar captar o estar, o que é dito e o que é feito; numa dimensão institucional “lugar de emergência dos conceitos” (FOUCAULT, 2009b, p. 68), admitindo o que Foucault chama de “formações discursivas”, colocando de lado:

[...] as unidades tradicionais do livro e da obra; que se deixe de tomar como princípio de unidades as leis de construção do discurso (com a organização formal que daí resulta), ou a situação do sujeito falante (com o contexto e o núcleo psicológico que a caracterizam); que não mais se relacione o discurso ao solo inicial de uma experiência nem a instância a priori de um conhecimento; mas que nele mesmo o interroguemos sobre as regras de sua formação (FOUCAULT, 2009b, p. 89).

Os documentos que escolhemos foram as Revista Doxa, a Revista da Escola de Belas Artes, as teses de concurso dos professores Maria do Carmo Tavares Miranda e Paulo Reglus Neves Freire. Significamos também o “próprio tecido documental” que foi o lugar de pesquisa, mas também de buscas para compreender o sentido da educação na Universidade do Recife entre os anos 1957-1961:

2 Segundo Newton Sucupira, das diferentes áreas de saber presentes na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras existia a Seção de Pedagogia. Só em 1966 esta Faculdade transformou-se em Faculdade de Educação através dos decretos leis nº53(nov./1966) e nº 252 (fev./1967). Ver em SUCUPIRA, Newton. Da Faculdade de Filosofia à Faculdade de Educação. Recife/Universidade Federal do Recife. Estudos Universitários, Abr./jun. 1969, P.5-30. As discussões trazidas pela Doxa (temas discutidos, funções dos autores, público destinado, estudos citados) evidenciam uma ‘área’ de Pedagogia na Faculdade de Filosofia.

O documento, pois, não é mais para história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, descreve relações. (FOUCAULT, 2009b, p. 7)

Para o desenvolvimento deste estudo, dividimos o mesmo em três partes. A princípio, apresentamos as práticas instituídas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Recife publicadas na revista oficial do departamento de cultura do diretório acadêmico: a Doxa.

Na próxima parte, indicamos que os acontecimentos na área de educação, também vão estar presentes no concurso para Cátedra de História e Filosofia da Educação para o curso de “professorado de desenho”, ocupado por professor “interino”³ (REVISTA DA ESCOLA DE BELAS ARTES, 1959). As “teses de concurso” apresentadas pelos professores Maria do Carmo Tavares de Miranda e Paulo Reglus Neves Freire refletem os debates travados nacionalmente e localmente sobre uma educação laica e confessional. Mesmo os candidatos não explicitando suas posturas diante assunto especificamente, as suas opções instituídas nas “teses de concurso” indicam o que representam (MIRANDA, 1965; FREIRE, 2003).

A última parte deste estudo é dedicada às nossas considerações finais, em seguida é apresentada a lista dos livros e documentos consultados.

A FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE DO RECIFE. ENTRE UMA EDUCAÇÃO RELIGIOSA E CIENTÍFICA.

Desde julho de 1957, o nº 4 da revista oficial do departamento de cultura do diretório acadêmico já havia sido publicado.

A professora Maria do Socorro J. Emerenciano escreveu: *Considerações sobre disciplina escolar* e Frederico Rocha, o “ensaio”: *Uma observação da Pedagogia*. A professora Maria do Socorro não tem como prática indicar as suas fontes, mas traz enfáticas explicações sobre a disciplina escolar no “Sistema

3 Desde 1957 a Escola de Belas Artes de Pernambuco publicava os acontecimentos que estavam em torno dos seus cursos na Revista da Escola de Belas Artes: crônica, conferências proferidas, ilustrações, lista dos professores da Escola (Catedráticos, interinos, contratados, assistentes de ensino, instrutores e funcionários administrativos) noticiário com informações sobre concursos, posses, matrículas, cursos, discurso de colação de grau. Havia também publicação de folhetos, provas dos professores que disputavam às cátedras.

Autoritarista” e no “Liberalismo Pedagógico”. Na sua defesa sobre o “Liberalismo Pedagógico”, ela explicita as relações entre o educador e o educando:

O educador, usando de autoridade, deve, antes de tudo compreender, que esta não lhe é conferida por comodismo, mas para facilitar sua ação em face dos educandos. O fim último visado é o bem do educando, não o do educador, compete pois o professor buscar despertar nos alunos o valor objetivo das normas. (EMERENCIANO, 1957, p.35)

A autora, além de trazer uma reflexão teórica sobre disciplina escolar, usa como estratégia a descrição do funcionamento da disciplina em sala de aula numa perspectiva ‘liberal’, enfatizando a “participação” do educando na aula:

Uma aula é naturalmente uma sessão de estudo, o que requer participação, dinamismo, não apatia, acomodação pacífica do aluno, inércia. Requerer pacífica e inerte presença dos discípulos não é ter classe disciplinada, mas classe amedrontada, inibida e ansiosa por uma conclusão rápida de tantas palavras ressoando desordenadamente nos seus ouvidos. O dinamismo do ser humano, sobretudo criança ou adolescente, não pode ser suprimido; não se pode pôr um dique, impedindo a mobilidade constitutiva da mente humana, do mesmo modo, não se pode eliminar a capacidade de crítica e o poder de elaborá-la dentro de sua concepção de mundo e vida. (EMERENCIANO, 1957, p. 36-37)

No ensaio de Frederico Rocha (1957, p. 87-90) *Uma observação de Pedagogia*, o autor apresenta “Dewey” como “autoridade incontestada da Pedagogia”, cita outros estudiosos como “Freud” e “Pavlov”. “Descobertas científicas” que podem tornar a Pedagogia mais eficiente. Rocha (1957, p. 87-90) mostra uma preocupação com “a realidade pedagógica nordestina” que “constitui um fenômeno de desvinculamento com as necessidades da região. Processo emprestado e deficiente onde a advertência do sábio Jonh Dewey tem profunda observância: “Cultura emprestada não é cultura”. Para ele, estudos já feitos são o “retrato fiel da sociedade nordestina” (*Casa Grande e Senzala (1933)* de Gilberto Freyre, *Os Sertões (1902)* de Euclides da Cunha). A poesia *Minha Escola*⁴ de Ascenso Ferreira também traduz “os sentimentos populares” da realidade pedagógica nordestina. Em contraposição ao que acontece na educação do Nordeste, Rocha afirma que nos tempos atuais o professor é o “amigo, o cooperador, o complemento do estudante”; o estudo “decorado, passou a ser desprezado”; “a aprendizagem deve ser vivenciada”.

4 “A escola que eu frequentava era cheio de grades como as prisões. E o meu mestre carrancudo como um dicionário; Complicado como as matemáticas; Inacessível como Os Lusíadas de Camões. E mais adiante diz: Basta! Hoje temos sabatina – O argumento é o bolo! – Qual a distância da terra ao sol?!?! Não sabe? Passe a mão à palmatória! Bem, amanhã quero isso de cor”.

Os autores da Revista Doxa indicam algumas práticas na educação: os estudos científicos devem embasar a pedagogia e a realidade pedagógica nordestina, que está à parte de uma prática educacional que seja vivenciada.

Porém, se estas reflexões sobre educação estavam presentes, de certa forma, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras através de alunos e professores, outros que também compunham a faculdade, como monsenhores e padres traziam outras práticas nos seus discursos.

O professor monsenhor Francisco Salles é um exemplo. Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, foi eleito em 1956, “por quase unanimidade” entre os professores. Seu discurso no ato de posse é dirigido aos professores, funcionários e ao “que há de mais expressivo nas ciências e letras – a presença de sua excelência revma o Sr. Arcebispo [...]”. O professor monsenhor cita várias frases em latim e demonstra a “posição dos santos padres frente à falsa filosofia” utilizando as “memoráveis Cartas e Encíclicas” para justificar os males da “falsa filosofia”. (SALLES, 1956, p. 3-9)

Em 1958, no discurso de colação de grau, Antônio Sales da Silva⁵ inicia citando salmo e no decorrer do discurso reporta-se aos ensinamentos de Salomão e Davi, faz várias citações em latim e reporta-se aos estudos do *Tratado de Pedagogia* do monsenhor Pedro Anísio. No momento que o aluno explica “A educação através dos tempos”, vai tentar mostrar que a educação tem “uma íntima relação de parentesco” com a religião. Na história apresentada, essa relação toma contornos importantes “com o advento do Cristianismo” que modifica as instituições e os costumes. Para concluir e fazer valer sua ‘verdade’ diante de seus pares, o aluno diz: “rejeitemos, por considerarmos cediços e perigosos os princípios da chamada ‘Pedagogia nova’ ou ‘Pedagogia negativa’. Esta se orienta, exclusivamente, à base da trilogia – atividade, espontaneidade e interesse.” (SILVA, 1958, p. 71-81).

A próxima publicação da Doxa vem com o estudo de Aridete da Mota Silveira, de didática: *A missão do mestre através da história*. A autora demonstra as várias intenções do “mestre” através da história. Num dos momentos ressalta a “pedagogia cristã primitiva” dizendo: “apesar de não constituir propriamente um sistema pedagógico, tem o Cristianismo um caráter essencialmente educativo”. E complementa: “foi o próprio fundador da nova doutrina Jesus Cristo considerado ‘Mestre dos Mestres’, por seus apóstolos e discípulos. É

5 Provavelmente discente, pois ao se dirigir aos presentes reporta-se ao reitor, monsenhor, professores e “prezados colegas”. O autor diz também na p. 80: “após três anos de estudos na Faculdade, a nossa mente [...]”.

uma educação sem escolas [...]”. A autora, para indicar os vários momentos do mestre, consulta uma bibliografia na área de História e História da Educação⁶, assim como *Pedagogie Scientifique, la découverte de l'enfant* de Maria Montessori (1870-1952). O fato é que, ao falar do papel do mestre no mundo contemporâneo, a autora indica a “escola nova”, na qual “o aluno desempenha o principal papel. O mestre contemporâneo é mais um amigo e orientador do que um ‘magister’ dogmático e medieval”. Professor, seja do primário, secundário ou universitário, deve: “despertar nos seus discípulos a arte de se educar” (SILVEIRA, 1958, p. 9-23).

É nesta mesma publicação da Doxa que é apresentada a palestra baseada na pesquisa feita por Paulo Rosas: *A escola confessional em Pernambuco*⁷. Rosas (ROSAS, 1958, p. 67), chama atenção para uma educação “adaptável à região”, mas principalmente para a necessidade de uma educação confessional nos vários níveis de ensino.

Mas os debates sobre uma base religiosa ou não na educação não ocorrem só na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Pernambuco. A Escola de Belas Artes, através do concurso para Cátedra de Filosofia da Educação, disputada entre os professores Maria do Carmo Tavares de Miranda e o professor Paulo Reglus Neves Freire, também se reportam às práticas discursivas que refletem esta disputa na educação.

ENSINO CONFSSIONAL X ENSINO CIENTÍFICO, SOCIOLÓGICO, FILOSÓFICO, LAICO.

A professora Maria do Carmo de Miranda, em sua “tese do concurso” para Cátedra de História e Filosofia da Educação, publicado em 1965, informa na apresentação: “Saliento que as referências bíblicas, são tomadas de acordo com a divisão e numeração dos livros da Bíblia Hebraica”. Neste momento o texto é prefaciado por Frei Romeu Peréa, da Ordem Carmelita, assinando 6/08/61, “Dia da Transfiguração do Senhor”⁸.

6 “História da Educação e da Pedagogia – Lorenzo Luzuriaga; História da Educação – Paulo Monroe; Noções da História da Educação – Theobaldo Miranda dos Santos; História Universal – Césare Cantú; História da Civilização Ocidental – Burns; História Universal – Antônio G. Mattoso”.

7 A palestra foi pronunciada a seis de setembro de 1958 no curso sobre “Problemas de Política e Administração Escolares no Nordeste” do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife.

8 Segundo os ensinamentos bíblicos é o dia que caracteriza o evento em que Jesus Cristo aparece para seus discípulos depois de sua crucificação.

O objetivo da “tese” da autora (MIRANDA, 1965, p. 21) é “inquirir a contribuição do povo hebreu para nós. Contribuição de Israel que revelou a história do mundo.” E continua afirmando sobre seu estudo: “Nosso estudo se limitará, portanto, a indagar de sua formação, de sua educação, procurando elucidar alguns de seus traços mais salientes. Impossível, mesmo que pudéssemos abrangê-los em sua totalidade, tal a riqueza e a densidade de suas experiências”.

Já o professor Paulo Freire desde 1957 participava de debates no Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, dirigido por Gilberto Freyre e organizado por Anísio Teixeira diretor do INEP. Na introdução de sua “tese de concurso” diz:

Ao escolhermos o tema de nosso trabalho, não tivemos a pretensão de esgotá-lo. Por outro lado, a ele não nos inclinamos ingenuamente, julgando-o fácil de ser estudado. Sabíamos-lo, pelo contrário, não só complexo, mas até certo ponto, perigoso, precisamente pela atualidade. Pelas divergências conceituais que suscita. Pelas posições opostas decorrentes dessas próprias divergências conceituais (FREIRE, 2003, p.9 grifo nosso).

O próprio professor já anuncia o “perigo”, bem como os motivos desse perigo, em especial “pela atualidade”. A tentativa de conciliar algumas opções tão “opostas” é uma estratégia para demonstrar as possibilidades de diferentes “teorias” que podem servir a um ‘bem maior’, a educação, bem como indicar o alcance do seu ‘saber’ e seu domínio em conhecer e habilidade em unir percepções tão diferentes.

O candidato prossegue explicitando que não é “dono” do trabalho, as dimensões que traz reflete o que está sendo debatido por “pensadores brasileiros”:

A ele também não fomos ou a ele chegamos, com ares de ‘donos’. É aspecto que vem sendo debatido ora direta, ora indiretamente, em algumas de suas dimensões, por sociólogos, educadores, economistas e pensadores brasileiros, em estudos, muitos dos quais, objetivos e lúcidos. (FREIRE, 2003, p.9)

São esses “pensadores” que Paulo Freire vai citar, dialogar, discutir. São para eles e aqueles interessados nas suas maneiras de ver a educação para quem o professor vai se dirigir ao escrever sobre a “Educação e Atualidade Brasileira”, seus pares. Pares que não estavam na “ordem discursiva” (FOUCAULT, 2009a) da Universidade do Recife. Pares, inclusive, que estavam em disputa com instituições religiosas, pois queriam um ensino desvinculado com a religião, uma educação laica, pertencente ao Estado.

Enquanto isso, Maria do Carmo cita, dialoga, discute com a Bíblia Hebraica. É a Deus, a Cristo e “a educação do seu povo” que ela refere-se. É para os seguidores de uma educação cristã que a professora escreve: padres, monsenhores, frei, bispos e fiéis, professores e alunos que defendiam uma educação baseada nos princípios cristãos, provavelmente contrários a esta ameaça de “perda” de poder da Igreja Católica, através de um ensino laico.

Miranda (1965, p.22), em nota de rodapé, cita um trabalho apresentado, *Este tão problemático homem*, à III Assembléia Geral da ABESC, Rio de Janeiro em 1959⁹. Afirma a autora:

Seguindo a temática da Assembléia Geral que era a do estudo dos documentos pontifícios de Pio XII, nós nos propusemos a um querer-saber radical sobre o homem dentro do pensamento da Igreja. Estudo sobre o homem levando em conta o estado existencial deste ser e de seu posto no universo. Uma interrogação onto-teológica, e passamos então, à análise do homem como criatura de Deus, ser ab-alio. Homem como imagem de Deus.

A autora, na sua “tese de concurso” confirma suas inclinações diante da opção de uma “educação religiosa”. Sua estratégia é conciliar os ensinamentos bíblicos aos ensinamentos pedagógicos. Indicando que Deus e seu filho Jesus Cristo, através dos profetas e discípulos, dos exemplos trazidos nas parábolas, conseguiram, mesmo sem possuir um “ensino organizado”, fazer uma “Pedagogia” através “do tempo e da história”. (MIRANDA, 1965)

A candidata utiliza tanto os livros dos profetas do Velho Testamento, quanto os evangelhos dos discípulos do Novo Testamento. Tenta conciliá-los, mostrando a importância de ambos nos ensinamentos. São esses ensinamentos e a demonstração de seu domínio sobre estes ensinamentos, “exemplos ou tipos” retirados dos livros e evangelhos da Bíblia, que Maria do Carmo usa para provocar efeitos entre seus avaliadores (MIRANDA, 1965).

“Em Abraão nós experimentamos esta pedagogia”. Através de Abraão, sua obediência, sua preocupação com o outro, seu exemplo em seguir o “verbo de Deus”, bem como ajudar os outros a seguirem este verbo, demonstrou uma “pedagogia da fé e da obediência”. Já que é esta fé em Deus que fará com que Ele venha cumprir sua promessa antes feita a Abraão (MIRANDA, 1965, p. 54-55). Já Moisés terá outra função, a de “pedagogo”, de “educador”, pois na condução do povo de Israel para libertação

9 Disponível no Anuário Faculdade de Filosofia do Recife, vol. 3, p. 61-75.

do Egito ensinou no deserto através da palavra, na prática, quem é Deus. Este é o tema da “peregrinação”.

O tema da “conversão”, indicado por Miranda (1965), envolve a “justiça/lei”, a “verdade”, o “amor” e o “esperar”. São estas orientações necessárias e fundamentais para que estejamos convertidos, para que aceitemos a palavra de Deus. É através da conversão baseada nestes princípios que podemos identificar o povo de Israel na função de educando/aluno.

O tempo que se baseia a candidata é linear, progressivo e indicado por Deus. Uma história que inicia com Gênesis, uma “linhagem abraâmica” e termina com atenção ao futuro, pois as profecias anunciam algo que há de vir. O povo retratado é o povo de Israel, povo exemplar, povo que ‘somos herdeiros’, povo de Deus, povo que está sendo “educado”, através da palavra.

É recurso de a professora recorrer, do início ao fim da sua tese, a palavras e expressões em latim e hebraico¹⁰, acompanhado de tradução, indicando sua erudição, seu domínio sobre as línguas recorrentes nos documentos bíblicos.

Por fim, a candidata termina sua tese de concurso através de todos os recursos apresentados, mostrando que há uma relação estreita entre a Pedagogia e a religião.

Paulo Freire usará outras práticas na sua tese. Os estudos ‘atuais’. Traz os estudos de Anísio Teixeira, elogiando-o como “um dos mais lúcidos educadores brasileiros atuais” (FREIRE, 2003, p.12), bem como reflexões do ‘pioneiro’ Fernando Azevedo. Na introdução e no capítulo II da sua “tese de concurso”, Freire (2003) utiliza o livro *Educação não é privilégio*, de Anísio Teixeira, que chama de “mestre”, ressaltando as ideias de uma renovação política na educação, que seja estável e dispersa para atender¹¹ as necessidades da região e da localidade. Citando a reflexão de Anísio Teixeira sobre a escola, reproduz:

Está claro que essa escola, nacional por excelência, a escola da formação do brasileiro, não pode ser uma escola imposta pelo centro, mas o produto das condições locais e regionais, planejada, feita e realizada sob medida,

10 A professora também utilizará a língua grega.

11 Mesmo de maneira pouco profunda, Afonso Celso Scocuglia, em *A história das ideias de Paulo Freire*, associará o pensamento Freireano aos expoentes da Escola Nova. (SCOCUGLIA, 1999, p. 42)

para a cultura da região, diversificada, assim nos seus meios e recursos, embora uma nos objetivos e aspirações comuns. (TEIXEIRA apud FREIRE, 2003, p. 13)¹².

No capítulo III ao referir-se ao “grande problema de nossa educação atual”, Freire (2003, p. 79) diz que “é o de sua inadequacidade com o clima cultural que vem se alongando e tende a se alongar a todo país”. E continua: “Daí a sua inorganicidade. A sua ineficiência, contra quem vem se levantando “criticamente”, conscientes, os Anísio Teixeira, os Fernando de Azevedo, os Lourenço Filho, os Almeida Júnior, os Faria Gois, os Artur Rios, os Roberto Moreira, para só citar estes”.

Algumas vezes mais, Freire remete-se a Anísio Teixeira e alguns seguidores do Manifesto dos Pioneiros. Numa delas, retoma as questões de uma educação direcionada a cultura do local. Freire (2003, p.84), após citar Anísio Teixeira, comenta: “o seu enraizamento nas condições locais e regionais, sem esquecer os aspectos nacionais, é que possibilitará o seu trabalho de identificar seu educando com o seu tempo e seu espaço”. Uma educação voltada para as necessidades das condições locais e regionais, como anunciam os Pioneiros e Anísio Teixeira.

O candidato Paulo Freire usa como recurso para provar que é possível uma educação relacionada às condições locais, sua ‘experiência’ na zona paroquial de Casa Amarela (círculos de pais e professores com “dialogação” de problemas como a merenda escolar, etc.). O professor ‘mostra’ que conhece os problemas locais e que tem ‘propostas’ para reformulação da educação. Aspectos necessários para a ciência sociológica que serve de base para educação. A sociologia *aplicada* é projeto tanto dos isebianos quanto de Gilberto Freyre. O próprio Gilberto Freyre (1957b, p.40) falava de uma sociologia aplicada para as professoras, no “Sermão sociológico” (sociologia que não deve ser só científica, mas “aplicada”, na qual o sociólogo deve analisar, mas também propor sugestões). O regionalismo freyreano será utilizado também para indicar a ‘a realidade nordestina’. Reproduzindo as críticas de Freyre em *Sobrados e Mucambos*, Paulo Freire retrata a falta de experiência democrática no Recife, em especial pelo processo de “europeização” e “reuropeização” que atingiu a cultura brasileira. Para falar sobre esta inexperiência pelo restante do Brasil, o candidato reporta-se aos estudos de historiadores como Caio Prado Jr, Nelson Werneck Sodré, Oliveira Viana e Antonil.

12 Paulo Freire usa a edição de 1957 do livro Educação não é privilégio. Na edição de 2007a, este comentário de Anísio Teixeira está na p.68.

Ao eleger educadores como os “criticamente conscientes”, Freire está os inserindo no conceito da “consciência ingênua” e da “consciência crítica”¹³ trazida pelos isebianos Álvaro Vieira Pinto, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe e pelo sociólogo Karl Manheim. Paulo Freire trabalha o conceito de intransitividade da consciência (limitação de apreensão), transitividade ingênua (simplicidade na argumentação de problemas) e transitividade crítica (tomada de consciência provocada por uma educação dialogal e ativa); são os estágios da consciência quem tem como alvo o povo que necessita superar suas “alienações”. (FREIRE, 1983; FREIRE, 2003)

O conceito central do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – 1955 - (ISEB) é a consciência crítica, consciência ingênua e alienação. A consciência crítica virá quando a nação superar todas as suas alienações, seria a “tomada de consciência”. Os estudos de Caio Navarro de Toledo¹⁴ (1978): *ISEB, Fábrica de Ideologias*, diz que em 1955 os “intelectuais” desejosos de contribuir com o social, tentaram constituir neste instituto um pensamento brasileiro independente e consciente. Uma ideologia nacional (como motor da história que faltava para promover o desenvolvimento social), que alcança importante proeminência e fornece bases teóricas para diversas correntes¹⁵. Toledo (1978), ao analisar o ISEB, diz que mesmo tendo importantes bases filosóficas, a tentativa de construir um pensamento autêntico e sua condição (instituto mantido pelo governo) tornava suas idéias pouco sólidas, deixando de constituir uma ciência do social e constituindo sim uma “fábrica de ideologias”, uma ideologização. Pensamento sempre orientado pelo lema “reforma de base” e “disposto” oferecer ao governo suas formulações. (PÉCAUT, 1990). São estas questões do ISEB anunciadas na “tese de concurso” de Freire: consciência da realidade e propostas para reformas.

13 Afonso Celso Scocuglia, ao comparar as ideias de Freire trazidas em *Educação como Prática da Liberdade com Educação e Atualidade Brasileira* e outros textos anteriores, diz que: “no entanto, encontramos em *Educação como Prática da Liberdade* um conjunto de reflexões que mostram certa evolução em relação aos posicionamentos anteriores citados. Embora presente, a forte influência do ISEB tende a diminuir”. (SCOCUGLIA, 1999, p.53). Vanilda Paiva diz que a aproximação de Freire com os jovens católicos a partir de 1960 vai causar algumas modificações em seus escritos: “Isso reflete na substituição de grande parte das citações dos “isebianos históricos” em seu trabalho de 1959 por indicações de Consciência e realidade nacional, em 1965”. (PAIVA, p.77) Freire muda dos “isebianos históricos” para o texto de Vieira Pinto, até porque, segundo Paiva (175, 176) é este autor que mais enfoca as questões educacionais. A autora vai indicar as páginas e as citações que Freire altera.

14 A partir dos trabalhos editados sob a chancela do próprio instituto, o autor, procura entender como o ISEB, ou melhor, a “Fábrica de Ideologias” se constituiu. Dessa forma o autor mostra as semelhanças, as contradições e as ambigüidades existentes no próprio grupo, fazendo uma análise detalhada de como estes intelectuais pensaram.

15 O ISEB promoveu cursos, conferências, seminários de estudos, pesquisas que participaram os públicos mais variados possíveis: militares, do governo, parlamentares, líderes sindicais, professores, estudantes. Fazia parte do conselho curador e consultivo do ISEB o sociólogo Gilberto Freyre.

Sobre o Catolicismo indicado por Paulo Freire na sua “tese” ao trazer Jaques Maritain e sua ‘relação’ com o Catolicismo Francês, sua adesão ao catolicismo só ocorrerá depois de 1960 (PAIVA, 2000). O que ele apresenta na sua “tese de concurso” como “católico” é inexpressivo diante dos vínculos religião e pedagogia apresentado por Maria do Carmo Tavares de Miranda em sua tese¹⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Michel Foucault (2007; 2009a; 2009b) nos diz que poder é aquilo que se quer, que se deseja, aquilo que não está só restrito às condições econômicas. É nesta dimensão que compreendemos os debates, as palestras, as teses de concurso e as conferências que estavam presentes na Universidade do Recife entre os anos 1957-1961. Entendemos também que ao desmontarmos as revistas e as teses de concurso consultadas, como também nos orienta Foucault (2009b), buscamos entendê-los como acontecimentos discursivos, levando em consideração uma série de regras que já estavam instituídas nos discursos trabalhados.

Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Recife, as regras discursivas indicam que a instituição religiosa vai estar presente nos discursos dos monsenhores, padres, professores, alunos que defendem uma educação com bases no que a Igreja Católica nos ensinou. Inclusive os termos utilizados para desconstruir o discurso instituído de uma educação proposta pelos pioneiros e principalmente por Anísio Teixeira, deixa explícito a disputa do poder entre aqueles que defendem uma educação confessional.

Por outro lado, nesta mesma faculdade, professores e alunos enfatizam a necessidade de uma educação científica, com bases na sociologia e na filosofia, trazendo os princípios ressaltados tantas vezes pelos Pioneiros em Manifesto (1932) e pelos Educadores também em Manifesto (1959).

Mas um dos momentos mais significativos entre esta disputa de poder está no concurso para Cátedra de Filosofia da Educação da Escola de Belas Artes. Disputa esta que por um lado culminou na posse da professora de Maria do Carmo Tavares de Miranda, ganhadora do concurso como catedrática, e por outro Paulo Freire, que perdeu o concurso e desenvolveu futuros trabalhos vinculados ao Serviço de Extensão Cultural (SEC).

¹⁶Vanilda Paiva diz que a adesão de Paulo Freire “ao catolicismo progressista ocorre nos anos 60”. E completa: “No entanto foi sua condição de tradutor pedagógico do Concílio que lhe deu notoriedade e vida longa” (PAIVA, 2000, P. 26). Já no exílio quando escreve Educação como prática da liberdade, o próprio Paulo Freire (1983, p.58) cita a Mater et Magistra enunciada por João XXIII.

Suas práticas discursivas vão ressaltar outras já instituídas. Maria do Carmo traz a Bíblia, que representa as inclinações da Igreja Católica de um ensino confessional. Paulo Freire traz os pioneiros, principalmente Anísio Teixeira e Fernando Azevedo; os defensores da ciência, da filosofia, da sociologia na educação, da realidade regional, como Gilberto Freyre por exemplo. Optar por trazer em seus discursos estas práticas é afirmar suas opções diante de uma banca examinadora, diante de um debate travado nacionalmente, diante de uma educação que há anos tentava se desvencilhar do ensino confessional. O resultado do concurso revela as prioridades da educação na Universidade do Recife: a educação confessional.

Maria do Carmo, ao vencer o concurso, indica que as práticas na Universidade naquele momento estão voltadas a defender o ensino confessional, com bases na religião cristã. Já Paulo Freire, como apresenta em sua tese de concurso as bases de uma educação científica, sociológica, filosófica, já instituída por educadores como Anísio Teixeira, não consegue fazer valer sua “tese” diante da Universidade do Recife.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Pe. Joaquim. Discurso de Colação de Grau. *Doxa*. Recife, v.10, n.10, jan. 1962

A BÍBLIA Sagrada. Contendo o Velho e o Novo Testamento. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil. (tradução: João Ferreira de Almeida).

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Projeto n.º 2.222 B/57. Projeto que fixa as diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <www.camara.gov.br>. Acesso em: jun. 2011.

BIBLIOTECA Virtual Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/midia.htm>>. Acesso em: mar. 2011.

CORREIO DO POVO. Nova manifestação de D. Vicente Scherer. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 18 mai. 1958. In: BIBLIOTECA Virtual Anísio Teixeira Disponível em:<<http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/midia.htm>>. Acesso em: mar. 2011.

EMERENCIANO, Maria do Socorro Jordão. Considerações sobre a disciplina escolar. *Doxa*. Recife, v.2, n.4, jul. 1957.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Grall, 2007.

_____. *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 18 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009a.

_____. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009b.

- FREIRE, Paulo. *Educação e Atualidade Brasileira*. 3. ed. São Paulo : Cortez, 2003.
- FREYRE, Gilberto. Palavras às professoras rurais do Nordeste. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, vol. 28, n.68, 1957b.
- FREYRE, Gilberto. Sugestões para uma nova política no Brasil: A urbana. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, vol. 27, n.65, jan./mar. 1957a.
- MANIFESTO DOS PIONEIROS. 1932. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>>. Acesso em mar. 2011.
- MANIFESTO DOS EDUCADORES. 1959. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>>. Acesso em mar. 2011.
- MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de. *Pedagogia do tempo e da história*. Recife: Imprensa Universitária, 1965.
- PAIVA, Vanilda. *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista*. São Paulo: Grall, 2000.
- REVISTA DA ESCOLA DE BELAS ARTES. Recife: Universidade do Recife. v.5, n.1, jan. 1961.
- ROCHA, Frederico. Uma observação da Pedagogia. *Doxa*. Recife, v.2, n.4, jul. 1957.
- ROSAS, Paulo. A escola confessional em Pernambuco. *Doxa*. Recife, v.4, n.7, dez. 1958.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- SALLES, Monsenhor Francisco. Discurso de Ato de posse como diretor da Faculdade de Filosofia de Pernambuco em 10 de setembro de 1956. *Doxa*. Recife, v.2, n.3, dez. 1956.
- SILVEIRA, Aridete Mota da. A missão do mestre através da História. *Doxa*. Recife, v.4, n.7, dez. 1958.
- SUCUPIRA, Newton. Da Faculdade de Filosofia à Faculdade de Educação: Recife/Universidade Federal do Recife. *Estudos Universitários*, v. 9, n. 2, abr./jun. 1969.
- TEIXEIRA, Anísio Spínola. *Educação não é privilégio*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007a.
- _____. *Educação para Democracia. Introdução à Administração Educacional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007b.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1978.

MEMÓRIAS

ATAS DA COMISSÃO DESIGNATIVA DE JOÃO ALFREDO

As sínteses das atas da Comissão Designativa de João Alfredo se encontram publicadas no livro “*Atas do Conselho, da Assembleia Universitária e da Comissão Designativa do Reitor João Alfredo e Vice-Reitorado de Newton Maia da Universidade do Recife: junho de 1959 a agosto de 1964*”, organizado por Evson Malaquias ¹. O documento resume as atas das reuniões da Comissão Designativa do reitor João Alfredo para apurar responsabilidade dos servidores enquadrados pelo governo civil-militar por “prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária”, conforme Artigo 8º do Ato Institucional Nº 1 de 1964. Dentre os acusados encontramos, principalmente, os membros do SEC/UR.

FOTOS: 5534 a 5535

DATA: 28.04.1964

PÁGINAS: 1 a 1 verso

Local: Reitoria da UR

Presidência: João Alfredo Gonçalves da Costa Lima

Secretária: Celeste Haydée de Almeida Vasconcelos

¹ Santos, Evson Malaquias de Moraes (organizador e coordenador). *Atas do Conselho, da Assembleia Universitária e da Comissão Designativa do Reitor João Alfredo e Vice-Reitorado de Newton Maia da Universidade do Recife: junho de 1959 a agosto de 1964*. Recife: Ed. Universitária, 2010.

Presentes

Armínio Motta; Everaldo da Cunha Luna; Alberto Cavalcante Figueiredo

Conteúdo

Ata da 1ª reunião da Comissão Designada para apurar responsabilidades de Servidores, Docentes e Administradores. Armínio Motta, Everaldo da Cunha Luna, Alberto Cavalcante Figueiredo, designados para apurar responsabilidades de Servidores, Docentes e Administrativos dessa Universidade. Foram solicitados dois assessores, um militar e um civil, sendo designado para ser assessor civil o procurador jurídico da Universidade o Bacharel Nildo Carneiro Leão; quanto ao assessor militar foi solicitado ao reitor oficial ao Comando do IV Exército. Ficou determinado ainda que fossem dirigidos ofícios ao secretário de Segurança Pública e ao Comando do IV Exército requisitando os inquéritos e sindicâncias que existem contra os Servidores, Docentes e Administrativos desta Universidade. Deliberou ainda oficial a todos os integrantes das unidades desta Universidade, Escolas, Faculdades e Institutos solicitando dar conhecimento à Comissão de quaisquer inquéritos e sindicâncias, iniciados ou concluídos. Deliberou por último, a comissão, fazer reuniões diárias, de segunda-feira ao sábado, no horário das 8 as 10.

FOTOS: 5536 a 5537

DATA: 29.04.1964

PÁGINAS: 2 a 2 verso

Local: Reitoria da UR

Presidência:

Secretária: Celeste Haydée de Almeida Vasconcelos

Presentes

Armínio de Lator Mota; Everardo da Cunha Luna; Alberto de Cavalcante de Figueiredo; Nildo Carneiro Leão

Conteúdo

Ata da 2ª reunião da Comissão Designada para dar cumprimento ao Art. 8 do ato Institucional.

De início ficou acertado o não envio do ofício ao secretário de Segurança Pública por achar a Comissão que é de responsabilidade do Comando do IV Exército. Foi estudado pela Comissão o decreto do Senhor presidente da República que regulamenta os Artigos 7 e 10 do Ato Institucional. Ficou marcado também para próxima sessão o comparecimento do assessor militar do IV Comando do Exército.

FOTOS: 5538 a 5539

DATA: 30.04.1964

PÁGINAS: 3 a 3 verso

Local: Reitoria da UR

Presidência:

Secretária: Celeste Haydée de Almeida Vasconcelos

Presentes

Armínio de Lalor Mota; Everardo da Cunha Luna; Alberto de Cavalcante de Figueiredo; Nildo Carneiro Leão; Major João Batista de Araújo

Conteúdo

Ata da 3ª reunião da Comissão Designada para dar cumprimento ao Artigo 8 do Ato Institucional. A Comissão aceita sugestão do professor Alberto de Figueiredo no sentido de serem coletadas na Imprensa da Capital as referências publicadas acerca da Emissora da Rádio da Universidade. No decorrer da reunião, deu entrada no recinto da mesma o Major João Batista de Araújo, indicado pelo Comando de IV Exército para comparecer à mesma. O professor Lalor Mota esclareceu ao Major João Batista o sentido e a finalidade do envio do ofício ao IV Comando, ofício de nº 4 de abril de 1964, inclusive sobre a necessidade de contar essa Comissão com os elementos constantes de quaisquer inquéritos ou sindicâncias em curso ou já concluídos, relativos a Servidores, Docentes e Administradores desta Universidade. Explicou o presidente porque se dirigiu exclusivamente ao Comando do IV Exército. Disse o presidente que tal orientação foi aceita pela Comissão em virtude de haver esta entendido que o Comando do IV Exército não somente estaria mais bem habilitado a fornecer tais elementos, mas também em virtude da circunstância de estar o referido Comando de estreita colaboração com a Secretaria de Segurança Pública para a apuração dos fatos. O Major João Batista de Araújo disse que não ocorre no IV Comando do Exército a existência de inquéritos ou sindicâncias, assim iniciados conforme com tal ou qual ramo de atividade, como, por exemplo, no setor referente ao ensino. O que existe é inquérito geral em que constam elementos citados por suas atividades, quaisquer que sejam os setores profissionais.

FOTOS: 5540 a 5541

DATA: 02.05.1964

PÁGINAS: 4 e 4 verso

Local: Reitoria da UR

Presidência:

Secretária: Celeste Haydée de Almeida Vasconcelos

Presentes

Armínio de Lalor Mota; Everardo da Cunha Luna; Alberto de Cavalcante de Figueiredo; Nildo Carneiro Leão; Major João Batista de Araújo

Conteúdo

Ata da 4ª sessão da Comissão Designada para dar cumprimento ao Art. 8º do Ato institucional. Iniciados os trabalhos disse o presidente que é de interesse ir à Secretaria de Segurança Pública, marcando para o mesmo dia a referente visita. A Comissão disse que seja oficiado às Unidades de Ensino para dar informação sobre atuação de elementos

que professam Ideologias contrárias ao regime democrático no exercício da profissão docentes e noutros setores. O professor Everardo Luna levantou uma indagação de que, face dos estritos termos do Ato Institucional nº 9 do Comando Revolucionário, poderá a Comissão entrar na apreciação da permanência ou não no serviço público, inclusive nas Cátedras, daqueles que professam ideologias contrárias ao regime democrático, isto porque, no seu entender, de acordo mesmo com o ato nº 9 já referido, o trabalho da Comissão visa apurar os crimes contra o Estado ou o seu patrimônio bem como contra a ordem político-social e atos de guerra revolucionária. Houve entendimentos diferentes. O professor Alberto Figueiredo sugere que se oficialize as Unidades no sentido de serem convocados dois professores, para realizar as diligências necessárias, achando, no entanto, o Major João que a responsabilidade deveria caber ao diretor, sugerindo então o professor Lalor Mota que, se a informação do professor não for satisfatória, a comunicação se dirige diretamente aos professores, independentemente de informação do diretor. O Major sugere averiguar responsáveis por omissão ou conivência que permitam movimentos contrários à democracia na área de trabalho e averiguar responsabilidades pelos programas subversivos da Rádio Universitária.

FOTOS: 5542 a 5543

DATA: 04.05.1964

PÁGINAS: 5 a 5 verso

Local: Reitoria da UR

Presidência:

Secretária: Celeste Haydée de Almeida Vasconcelos

Presentes

Armínio de Lalor Mota; Everardo da Cunha Luna; Alberto de Cavalcante de Figueiredo; Nildo Carneiro Leão

Conteúdo

Ata da 5ª reunião da Comissão Designada para dar cumprimento ao Art. 8º do Ato Institucional.

Iniciando os trabalhos, foi decidido ser remetido ao Serviço de Extensão Cultural ofício idêntico ao remetido às Unidades Universitárias. Ofícios esses solicitando informações de fatos sobre a atuação de elementos que professam ideologias contrárias ao Regime Democrático. Foi apresentado para estudo da Comissão o Termo de Convênio Especial do Ministério da Educação e Cultura com a Universidade do Recife.

FOTOS: 5544 a 5545

DATA: 05.05.1964

PÁGINAS: 6 a 6 verso

Local: Reitoria da UR

Presidência:

Secretária: Celeste Haydée de Almeida Vasconcelos

Presentes

Armínio de Lator Mota; Everardo da Cunha Luna; Alberto de Cavalcante de Figueiredo; Nildo Carneiro Leão; Major João Batista de Araújo

Conteúdo

Ata da 6ª reunião da Comissão Designada para dar Cumprimento ao Art. 8º do Ato Institucional.

Iniciados os trabalhos, o presidente pede que sejam lidas as atas 4ª e 5ª sendo que esta última foi aprovada por unanimidade. Já quanto à ata de nº 4, do dia 2 de maio de 1964 o representante do IV Exército, Major João Batista de Araújo, solicitou emenda no sentido de ser consignado que, a propósito da dúvida levantada pelo professor Everardo Luna, naquela ocasião, houve por bem deixar expresso o pensamento das Forças Armadas de que representa um inimigo potencial para o Regime Democrático aquele professor que permanece no exercício da cátedra e que professa idéias contrárias a esse regime. Isso porque, pelo seu próprio campo de atuação, é um elemento que pode influenciar na formação do espírito da juventude. O Sr. Presidente leva ao conhecimento da Comissão texto do telegrama enviado pelo diretor da divisão de pessoal do Ministério da Educação e Cultura transcrevendo teor da portaria nº 259 de 20 de abril passado, do Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, estabelecendo o prazo de 30 dias, improrrogáveis, a partir do dia 20 do mesmo mês de remessa de relatório conclusivo referente a inquéritos instaurados. Referindo-se à programação da Rádio Universitária, o Sr. presidente apresenta diversas pastas contendo documentação a respeito e que serão oportunamente examinadas pela Comissão. Nada mais havendo a ser discutido, foi encerrada a presente sessão.

FOTOS: 5546

DATA: 06.05.1964

PÁGINAS: 7

Local: Reitoria da UR

Presidência:

Secretária: Celeste Haydée de Almeida Vasconcelos

Presentes

Armínio de Lator Mota; Alberto de Cavalcante de Figueiredo; Nildo Carneiro Leão

Conteúdo

Ata da 7ª reunião da Comissão Designada para dar cumprimento ao Art. 8º do Ato Institucional. O Sr. presidente pede que seja lida a ata da sessão anterior, qual depois de discutida, foi aprovada. A Comissão limitou-se a estudar os programas da Rádio Universitária, apresentados pelo Diretor do Serviço de Extensão Cultural e da Rádio Universitária, o Bacharel Edmir Regis. Foram entregues à Comissão ofícios em respostas aos ofícios 5 e 7 da Comissão.

FOTO: 5547

DATA: 07.05.1964

PÁGINA: 7 verso

Local: Reitoria da UR

Presidência:

Secretária: Celeste Haydée de Almeida Vasconcelos

Presentes

Armínio de Lator Mota; Alberto de Cavalcante de Figueiredo; Nildo Carneiro Leão

Conteúdo

Ata da 8ª reunião da Comissão Designada para dar cumprimento ao Art. 8º do Ato Institucional. O presidente inicia os trabalhos dizendo que esteve na Secretaria de Segurança Pública examinando depoimentos já feitos por professores catedráticos e assistentes, bem como tomou conhecimento de prontuários de alguns funcionários ali detidos. O presidente informou ainda que teve do secretário de Segurança Pública promessa de que esses depoimentos e prontuários serão remetidos à Comissão para exame em conjunto. Foi remetido ofício ao Major João Batista de Araújo encaminhando relação dos funcionários docentes e administrativos da UR. Nada mais havendo a ser discutido, foi encerrada a presente sessão.

FOTOS: 5548 a 5549

DATA: 08.05.1964

PÁGINAS: 8 a 8 verso

Local: Reitoria da UR

Presidência:

Secretária: Celeste Haydée de Almeida Vasconcelos

Presentes

Armínio de Lator Mota; Everardo da Cunha Luna; Alberto de Cavalcante de Figueiredo; Nildo Carneiro Leão; Major João Batista de Araújo

Conteúdo

Ata da 9ª reunião da Comissão Designada para dar cumprimento ao Art. 8º do Ato Institucional. Iniciados os trabalhos, o presidente convida a comparecerem perante a Comissão para prestar esclarecimento, por sugestão do professor Alberto Figueiredo, os funcionários do Serviço de Extensão Cultural, sendo convocados: Juracy da Costa Andrade, Jarbas Augusto Ribeiro Maciel, Jomard Muniz de Brito, Luiz da Costa Lima, Almerly Bezerra Melo, Pierre Furter, Marcius Frederico Cortez, José Laurênio de Mello, Fernando Freitas e Maria de Jesus Baccanelli. O presidente comunicou ao Major João Batista ter ido à Secretaria de Segurança Pública e solicitou ao mesmo trazer dados existentes no IV Comando do Exército a respeito das mesmas pessoas. O Major João Batista sugeriu, e foi aprovado pela Comissão, o envio de ofício à Escola Técnica do Recife solicitando informar se existem dados acerca de participação do Dr. Hilo Lins e Silva em atividades extremistas contrárias ao regime democrático.

Não havendo mais o que ser debatido, a sessão foi encerrada.

FOTO: 5550

DATA: 09.05.1964

PÁGINA: 9

Local: Reitoria da UR

Presidência:

Secretária: Celeste Haydée de Almeida Vasconcelos

Presentes

Armínio de Lator Mota; Everardo da Cunha Luna; Alberto de Cavalcante de Figueiredo; Nildo Carneiro Leão

Conteúdo

Ata da 10ª reunião da Comissão Designada para dar cumprimento ao Art. 8º do Ato Institucional. Dando Início aos trabalhos, a Comissão prosseguiu no estudo dos programas da Rádio Universitária. Foi aprovado por sugestão do Sr. presidente, ser enviado ofício ao Secretário de Segurança solicitando cópias de depoimentos e fotocópias de prontuários, que se encontram naquela Secretaria, de funcionários, docentes e administrativos da UR.

FOTO: 5551

DATA: 11.05.1964

PÁGINA: 9 verso

Local: Reitoria da UR

Presidência:

Secretária: Celeste Haydée de Almeida Vasconcelos

Presentes

Armínio de Lator Mota; Everardo da Cunha Luna; Alberto de Cavalcante de Figueiredo; Nildo Carneiro Leão; Major João Batista de Araújo

Conteúdo

Ata da 11ª reunião da Comissão Designada para dar cumprimento ao Art. 8º do Ato Institucional. Foram tomados os depoimentos dos Senhores Almerly Bezerra de Mello e Juracy da Costa Andrade, que prestaram serviço ao SEC, cujas declarações constam nos respectivos termos de assentamento.

FOTOS: 5552

DATA: 12.05.1964

PÁGINA: 10

Local: Reitoria da UR

Presidência:

Secretária: Celeste Haydée de Almeida Vasconcelos

Presentes

Armlnio de Lalor Mota; Everardo da Cunha Luna; Alberto de Cavalcante de Figueiredo; Nildo Carneiro Leão; Major João Batista de Araújo

Conteúdo

Ata da 12ª reunião da Comissão Designada para dar Cumprimento ao Art. 8º do Ato Institucional. Foram tomados os depoimentos dos senhores Pierre Furter e da Doutora Maria de Jesus Baccanelli, cujas declarações constam nos respectivos termos de assentamento.

FOTO: 5553

DATA: 13.05.1964

PÁGINA: 10 verso

Local: Reitoria da UR

Presidência:

Secretária: Celeste Haydée de Almeida Vasconcelos

Presentes

Armínio de Lalor Mota; Everardo da Cunha Luna; Alberto de Cavalcante de Figueiredo; Nildo Carneiro Leão; Major João Batista de Araújo

Conteúdo

Ata da 13ª reunião da Comissão Designada para dar cumprimento ao Art. 8º do Ato Institucional. Foram tomados os depoimentos dos senhores Luiz de França da Costa Lima Filho e Jomard Muniz de Brito, cujas declarações constam nos respectivos termos de assentamento. .

FOTO: 5554

DATA: 14.05.1964

PÁGINA: 11

Local: Reitoria da UR

Presidência:

Secretária: Celeste Haydée de Almeida Vasconcelos

Presentes

Armínio de Lalor Mota; Everardo da Cunha Luna; Alberto de Cavalcante de Figueiredo; Nildo Carneiro Leão; Major João Batista de Araújo

Conteúdo

Ata da 14ª reunião da Comissão Designada para dar cumprimento ao Art. 8º do Ato Institucional. Foram tomados os depoimentos dos senhores Jarbas Augusto Ribeiro Maciel e Maria de Fátima Pimentel, cujas declarações constam nos respectivos termos de assentamento.

FOTO: 5555

DATA: 15.05.1964

PÁGINA: 11 verso

Local: Reitoria da UR

Presidência:

Secretária: Celeste Haydée de Almeida Vasconcelos

Presentes

Armínio de Lalor Mota; Everardo da Cunha Luna; Alberto de Cavalcante de Figueiredo; Nildo Carneiro Leão; Major João Batista de Araújo

Conteúdo

Ata da 15ª reunião da Comissão Designada para dar cumprimento ao Art. 8o do Ato Institucional. Foi tomado o depoimento, por sugestão do Major João Batista, da senhora Maria do Carmo Tavares Miranda, cujas declarações constam nos respectivos termos de assentamento.

FOTO: 5556

DATA: 16.05.1964

PÁGINA: 12

Local: Reitoria da UR

Presidência:

Secretária: Celeste Haydée de Almeida Vasconcelos

Presentes

Armínio de Lalor Mota; Everardo da Cunha Luna; Alberto de Cavalcante de Figueiredo; Nildo Carneiro Leão; Major João Batista de Araújo

Conteúdo

Ata da 16ª reunião da Comissão Designada para dar cumprimento ao Art. 8º do Ato Institucional. Foi tomado o depoimento, por sugestão do Major João Batista, do professor Paulo Reglus de Neves Freire, cujas declarações constam nos respectivos termos de assentamento. Nada mais havendo a ser discutido, foi encerrada a presente sessão.

FOTO: 5557

DATA: 18.05.1964

PÁGINA: 12 verso

Local: Reitoria da UR

Presidência:

Secretária: Celeste Haydée de Almeida Vasconcelos

Presentes

Armínio de Lalor Mota; Everardo da Cunha Luna; Alberto de Cavalcante de Figueiredo; Nildo Carneiro Leão; Major João Batista de Araújo

Conteúdo

Ata da 17ª reunião da Comissão Designada para dar cumprimento ao Art. 8º do Ato Institucional. Foi tomado o depoimento, por sugestão do Major João Batista, do Paulo Pacheco da Silva, cujas declarações constam nos respectivos termos de assentamento. Em seguida a Comissão se dirigiu à Inspeção Seccional para tomar conhecimento do material do Serviço de Extensão Cultural recolhido àquela Inspeção.

FOTOS: 5558 a 5559

DATA: 19.05.1964

PÁGINAS: 13 a 13 verso

Local: Reitoria da UR

Presidência:

Secretária: Celeste Haydée de Almeida Vasconcelos

Presentes

Armínio de Lator Mota; Everardo da Cunha Luna; Alberto de Cavalcante de Figueiredo; Nildo Carneiro Leão; Major João Batista de Araújo

Conteúdo

Ata da 18ª reunião da Comissão Designativa para dar cumprimento ao Art. 8º do Ato Institucional. Deu entrada ao recinto o procurador, Sr. Antônio Pimentel Filho, do professor Gilberto Freyre que, exibindo procuração por parte do professor Gilberto Freyre, deu conhecimento de que se encontra o referido professor doente, não podendo o mesmo comparecer para prestar depoimento. O procurador adiantou também que o professor Gilberto nada mais tem a esclarecer ou acrescentar além do que já foi divulgado nos seus artigos publicados nos jornais, pelo que oferecia os mesmos por ele autenticados. Assim, a Comissão levou em conta a procuração e disse que os artigos seriam recebidos para instruir o processo e que ficava assim dispensado o professor Gilberto Freyre do depoimento. A seguir a Comissão seguiu à casa do Dr. José Laurêncio de Mello, que prestou depoimento, cujas declarações constam do respectivo termo de assentamento. Voltando à Reitoria, a Comissão tomou o depoimento do professor José Cavalcante Sá Barreto, ficando suas declarações constando do respectivo termo de assentamento.

FOTOS: 5560 a 5561

DATA: 20.05.1964

PÁGINAS: 14 a 14 verso

Local: Reitoria da UR

Presidência:

Secretária: Celeste Haydée de Almeida Vasconcelos

Presentes

Armínio de Lator Mota; Everardo da Cunha Luna; Alberto de Cavalcante de Figueiredo; Nildo Carneiro Leão

Conteúdo

Ata da 19ª reunião da Comissão Designativa para dar cumprimento ao Art. 8º do Ato Institucional. Foi tomado o depoimento do senhor Arthur Eduardo de Oliveira Carvalho, cujas declarações constam do respectivo termo de assentamento. Por sugestão do Major João Batista, foi ouvido o professor Arnaldo Carneiro Leão, que prestou seu depoimento. Na ocasião em que o referido professor fez menção de que o Conselho de Curadores é mais ou menos manobrado pelo reitor, o professor Lalor Mota interrompeu o declarante para lançar o seu protesto por ser membro do referido Conselho, ao que o mesmo depoente retificou a sua declaração dizendo que o Conselho procura ser agradável ao Reitor. Ainda assim o professor Lalor Mota aduziu que aquela afirmação do depoente constituiu uma leviandade. As declarações do professor Arnaldo Carneiro Leão constam do respectivo termo de assentamento.

FOTO: 5562

DATA: 21.05.1964

PÁGINA: 15

Local: Reitoria da UR

Presidência:

Secretária: Celeste Haydée de Almeida Vasconcelos

Presentes

Armínio de Lalor Mota; Everardo da Cunha Luna; Alberto de Cavalcante de Figueiredo; Nildo Carneiro Leão; Major João Batista de Araújo

Conteúdo

Ata da 20ª reunião da Comissão Designativa para dar cumprimento ao Art. 8º do Ato Institucional. Por sugestão anterior feita pelo Major João Batista de Araújo, foi tomado o depoimento de Sócrates de Carvalho, cujas declarações constam do respectivo termo de assentamento.

FOTO: 5563

DATA: 22.05.1964

PÁGINA: 15 verso

Local: Reitoria da UR

Presidência:

Secretária: Celeste Haydée de Almeida Vasconcelos

Presentes

Armínio de Lalor Mota; Everardo da Cunha Luna; Alberto de Cavalcante de Figueiredo; Nildo Carneiro Leão.

Conteúdo

Ata da 21ª reunião da Comissão Designativa para dar cumprimento ao Art. 8º do Ato

Institucional. Foram redigidos e remetidos ofícios a professores da Universidade, e a funcionários do Serviço de Extensão Cultural, solicitando esclarecimento sobre suas atividades, a fim de serem utilizados como peças de defesa.

FOTO: 5564

DATA: 23.05.1964

PÁGINA: 16

Local: Reitoria da UR

Presidência:

Secretária: Celeste Haydée de Almeida Vasconcelos

Presentes

Armínio de Lalor Mota; Everardo da Cunha Luna; Alberto de Cavalcante de Figueiredo; Nildo Carneiro Leão.

Conteúdo

Ata da 22ª reunião da Comissão Designativa para dar cumprimento ao Art. 8º do Ato Institucional. A Comissão limitou-se apenas à separação de todo o material coletado a fim de ser elaborado relatório. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão.

FOTO: 5565

DATA: 25.05.1964

PÁGINA: 16 verso

Local: Reitoria da UR

Presidência:

Secretária: Celeste Haydée de Almeida Vasconcelos

Presentes

Armínio de Lalor Mota; Everardo da Cunha Luna; Alberto de Cavalcante de Figueiredo; Nildo Carneiro Leão.

Conteúdo

Ata da 23ª reunião da Comissão Designativa para dar cumprimento ao Art. 8º do Ato Institucional. A Comissão continuou apenas a separação de todo o material coletado a fim de ser elaborado o relatório final.

FOTO: 5566

DATA: 27.05.1964

PÁGINA: 17

Local: Reitoria da UR

Presidência:

Secretária: Celeste Haydée de Almeida Vasconcelos

Presentes

Armínio de Lator Mota; Everardo da Cunha Luna; Alberto de Cavalcante de Figueiredo; Nildo Carneiro Leão.

Conteúdo

Ata da 24ª reunião da Comissão Designativa para dar cumprimento ao Art. 8º do Ato Institucional. A Comissão, após a elaboração do relatório final, fez a entrega do mesmo ao Magnífico Reitor João Alfredo. Na certeza de ter atingido a finalidade desejada, o senhor presidente dá por encerrada a Comissão de Inquérito.

REPORTAGENS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE SARTRE NO I CONGRESSO BRASILEIRO DE CRÍTICA E HISTÓRIA LITERÁRIA

O cinquentenário do I Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária, que trouxe ao Recife os escritores Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, foi lembrado pela jornalista Fabianna Freire Pepeu¹ numa série de reportagens publicadas entre os dias 7 e 14 de agosto de 2010 no Jornal do Commercio.

Os artigos resgataram aspectos culturais e intelectuais do Recife dos anos 1960. Aqui reunidos, eles vão permitir aos leitores uma interessante viagem pelo tempo rumo à aventura protagonizada em Pernambuco por Sartre, Simone de Beauvoir e por jovens professores que, dois anos mais tarde, estariam à frente da polêmica Revista Estudos Universitários.

JORNAL DO COMMERCIO – Caderno C

Reportagem: Um encontro pioneiro com Sartre

Publicado em: 07.08.2010

Escritor francês e Simone de Beauvoir foram estrelas do I Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária, que se realizava há 50 anos no Recife.

1 fabianapepeu@gmail.com

Há 50 anos, a imprensa paulistana, carioca e mesmo a recifense encarou com certo desdém a realização do I Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária, que aconteceria na Faculdade de Filosofia de Pernambuco da Universidade do Recife, de 7 a 13 de agosto, e que teria como principal atração o casal existencialista francês superbadalado Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir. O jornalista pernambucano Aníbal Fernandes criticava a iniciativa dizendo que o casal Sartre-Beauvoir "teria vindo ao País muito mais interessado em conhecer novas paisagens do que em discutir temas literários", segundo anotou o professor Luís Antonio Contatori Romano, da Faculdade Prudente de Moraes (SP). "Fernandes parte do raciocínio de Sartre sobre Cuba (que o escritor visitara antes) para questionar a utilidade de um congresso de crítica literária numa cidade em que 50% da população era analfabeta – apesar da existência de três universidades", diz Romano. "Se não temos público para ler os livros, como pensar primeiro num congresso de crítica, antes de formar o maior número de leitores para esses livros?", criticou Fernandes na ocasião.

Além das críticas de fundo literário, na época circulava a informação de que o escritor francês teria vindo ao Recife mesmo foi para rever a jornalista pernambucana Cristina Tavares, por quem teria se encantado.

Organizado por um grupo de intelectuais pernambucanos, mais especialmente o reitor João Alfredo da Costa Lima e o crítico Eduardo Portella, o congresso reuniu cerca de 80 participantes. Entre eles, nomes luminares como Jorge Amado, Sérgio Buarque de Holanda, Afrânio Coutinho de Holanda, Eduardo Portella, Gilberto Freyre, os irmãos José e Elysio Condé, Wilson Martins, Waldemar de Oliveira, Luiz Costa Lima, o norte-americano Frank Snowden (da Faculdade de Letras de Harvard) e o português Adolfo Casais Monteiro.

DEBATES

Singularidade da situação do escritor no presente momento nacional, Ideal e real na concepção da literatura e a formalização do trabalho literário foram alguns dos temas debatidos. Alguns daqueles debates, ocorridos há cinco décadas, ainda continuam atuais na academia e nos círculos literários.

"Para os críticos e teóricos da literatura o congresso, significou um momento de grande conquista. Até os anos 1960, o jornal era o espaço por excelência da crítica literária. A inclusão desta e da teoria da literatura como disciplina nos currículos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras foi um conquista daquele evento", reflete Dimas Brasileiro Veras, que no próximo dia 27 defende a tese Sociabilidades letradas no Recife: a revista Estudos Universitários (1962-1964) para obtenção do seu título de mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

A revista em estudo, que publicou em seu primeiro número artigo do sociólogo Gilberto Freyre e, depois, textos dos irmãos Augusto e Haroldo Campos, de Décio Pignatari e Celso Furtado, só para citar alguns exemplos, era coordenada por parte do mesmo grupo que deu corpo à ideia de fazer o congresso. É também Dimas quem nos diz que o congresso chamou a atenção no sentido de mostrar que o Recife não era uma província como se pensava. "A passagem de Sartre sinaliza que havia uma produção artística e intelectual na cidade." Segundo ele, Sartre – ao falar sobre a necessidade de o escritor estar atento ao que acontece em seu momento histórico – reafirmou uma tese defendida pelo teórico Luiz Costa Lima no evento, que pregava um chamado à vocação social da literatura, linha de ação da qual Sartre era uma espécie de porta-voz.

JORNAL DO COMMERCIO – Caderno C

Reportagem: Visita ainda persiste na memória de intelectuais

Publicado em: 07.08.2010

A professora e escritora Luzilá Gonçalves não chegou a participar do evento literário, realizado há 50 anos. Na época, estudava no Centro de Estudos Superior de Francês, no Rio de Janeiro. Mas lembra de ter sido aquele um grande acontecimento, muito também graças à presença do escritor francês Jean-Paul Sartre. "Na França, nesse período, os intelectuais haviam assinado o Manifesto dos 121, que era contrário à guerra na Argélia", relembra. Segundo Luzilá, essas personalidades francesas acreditavam que Sartre teria vindo ao Brasil para propagar esse ideário pacifista. "O que se dizia era que, enquanto os que assinaram o manifesto e estavam na França respondiam a processos impetrados pelo general De Gaulle, o escritor estaria por aqui tomando caipirinha", diz. É ainda a escritora pernambucana quem conta que – em muitas ocasiões – ele não era bem-vindo "No bar, diziam, lá vem o chato do Sartre." Ainda em viagem pelo Brasil, o escritor francês fez palestras no Rio de Janeiro, ao lado de sua companheira, a também escritora Simone de Beauvoir. Luzilá foi aos eventos. "As palestras foram realizadas no Ministério da Educação e na Universidade Federal do Rio de Janeiro, mas nas duas ocasiões os temas abordados não foram políticos, como ocorreu aqui no Recife, o assunto foi mesmo a própria literatura", diz.

Na memória do sempre irreverente e gentil do professor, cineasta e poeta Jomard Muniz de Britto, a lembrança mais forte que ficou daquele congresso de literatura é bem pitoresca. "Eu era mais ligado ao cinema naquela época, e o que eu lembro mesmo foi da palestra de Sartre", diz. Para ele, ficou registrado uma imagem do jornalista Nilo Pereira conduzindo o escritor francês por um corredor e, depois, por uma escada de degraus estreitos que dava acesso ao local onde ocorreria o debate na Faculdade de Filosofia de Pernambuco. "Sartre tropeçou e Nilo fez uma brincadeira dizendo que aquilo seria

'le degré du savoir"', rememora. Os degraus ou graus do saber, já que em francês a expressão pode ser usada com significados diferentes. "Também lembro de um jovem talentoso, de pouco mais de 20 anos, que fez a tradução simultânea da palestra", conta. Tratava-se do então estudante de Direito, o hoje economista e ensaísta pernambucano Roberto Cavalcanti de Albuquerque (F.F.P.).

JORNAL DO COMMERCIO – Caderno C

Reportagem: Escritor francês encantou-se por Cristina Tavares²

Publicado em: 12.08.2010

A questão do relacionamento entre Sartre e Cristina, a partir do congresso no Recife, me parece ter assumido dimensões muito sensacionalistas e até paroquianas. E não apenas para a imprensa pernambucana, para a qual é inevitável a curiosidade que cerca uma de suas militantes mais queridas. Parece-me, no entanto, que fatos importantes para se entender o lugar de Sartre no Brasil, seu encanto pela personalidade de Cristina, ou a sedução que um intelectual público de seu porte exercia sobre a juventude brasileira naquele momento, ficaram em segundo plano.

É impressionante que tanto tenha sido publicado acerca do amor brasileiro do filósofo francês e tão pouco sobre o próprio sentido de sua tournée pelo Brasil. Minha impressão é que se algo aproximou Sartre e Cristina parece ter sido o sentido de seu discurso entre nós. Enquanto, na França, a estrela entrava em eclipse vis a vis as posições face à União Soviética, à Coreia ou à Argélia – que o levariam a romper com antigos parceiros – na América Latina o seu discurso ganhava conotações emancipatórias. O discurso terceiro-mundista de esquerda, o apoio à revolução cubana, a aposta no Brasil como ator geopolítico de peso, o elogio aos movimentos de ocupação de terras pelos camponeses no Nordeste, pareciam apelar à eletricidade vital – para usar uma expressão de época da jornalista – das camadas mais urbanizadas, cosmopolitas, intelectualizadas, politizadas quando em contato com o povo.

Para Simone, a figura de Cristina falava das contradições da sociedade patriarcal brasileira na qual a liberdade, a rebeldia e a mobilidade da mulher surgiam como fenômenos difíceis de entender. É o que se depreende das páginas pernambucanas de sua autobiografia de 1963 e na Cerimônia do Adeus, foi assim que Sartre lhe falou de Cristina: "Eu não teria compreendido Cristina, se ela não tivesse o caráter que tinha. Ao mesmo tempo, isso me confundia um pouco. Mas era uma qualidade secundária. A qualidade primeira era ela, seu corpo, não seu corpo como objeto sexual, mas seu corpo e seu rosto como resumindo essa afetividade não conhe-

² Matéria escrita a partir de informações repassadas por José Lira, que é professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e sobrinho de Cristina Tavares.

cível, não analisável, que era a base de minhas relações com a mulher". Então se Cristina podia para eles representar todo um País ou uma região, o que lhes surgia como algo perturbador era sua condição feminina, nordestina, rebelde, paradoxal.

Confesso achar muito desperdício de assunto ficar insistindo na ideia de um romance ou amor platônico entre Sartre e Cristina. Em vida, ela jamais o afirmou. Nem mesmo na intimidade. Seu vínculo com Sartre, assim como com Simone não foi irrelevante. Mas foi de outra natureza. Não saberia dizer o impacto desse convívio na vida do casal ou em suas ideias. Mas parece muito eloquente o magnetismo que se criou entre a escritora feminista internacional, o filósofo marxista da existência e a jovem pernambucana, apaixonada pela natureza e a política, as crianças e o cinema novo, a xilogravura popular, o folheto de cordel, Dostoievski, Kafka, Graciliano, Guimarães, Sartre e Beauvoir.

JORNAL DO COMMERCIO – Caderno C

Reportagem: Filósofo era o símbolo do intelectual engajado

Publicado em: 12.08.2010

Jean-Paul Charles Aymard Sartre nasceu em Paris em 21 de junho de 1905. Ainda adolescente, tornou-se amigo inseparável do escritor Paul Nizan. Em 1928, prestou exame de mestrado e foi reprovado. Durante o ano de preparação para a segunda tentativa, estuda com Nizan e René Maheu na Sorbonne. Conhece a namorada de Maheu, Simone de Beauvoir, que mais tarde se tornaria sua companheira e colaboradora até o fim da vida. Sartre e Beauvoir não se casaram e mantinham uma relação aberta. Suas correspondências são repletas de confidências sobre suas relações com outros parceiros. Além da relação amorosa, tinham uma grande afinidade intelectual. Em 1943, aos 38 anos, Sartre publicou seu mais famoso livro filosófico, *O ser e o nada: Ensaio de ontologia fenomenológica*, que condensa todos os conceitos importantes da primeira fase de seu sistema filosófico.

Em 1945, Sartre cria e passa a dirigir junto a Maurice Merleau-Ponty a revista *Tempos Modernos*, onde são tratados mensalmente os temas referentes à literatura, filosofia e política. Além das contribuições para a revista, Sartre elabora neste período algumas de suas obras literárias mais importantes. Sempre encarando a literatura como meio de expressão legítima de suas crenças filosóficas e políticas, escreve livros e peças teatrais que tratam das escolhas que os homens tomam frente às contingências às quais estão sujeitos. Entre estas obras, destacam-se a peça *Entre quatro paredes* (1945) e a trilogia *Os caminhos da Liberdade*, composta pelos romances *A idade da razão* (1945), *Sursis* (1947) e *Com a morte na alma* (1949).

Na década de 1950, assume uma postura política mais atuante e abraça o comunismo. Torna-se ativista e posiciona-se publicamente em defesa da libertação da Argélia do

colonialismo francês. A aproximação do marxismo inaugura a segunda parte da sua carreira filosófica, em que tenta conciliar as ideias existencialistas de autodeterminação aos princípios marxistas. Escreve então sua segunda obra filosófica de grande porte, *A crítica da razão dialética* (1960).

Considerado por muitos o símbolo do intelectual engajado, Sartre adaptava sempre sua ação às suas ideias, e o fazia sempre como ato político. Em 1963 Sartre escreve *As palavras*, lançado em 1964, relato autobiográfico que seria sua despedida da literatura. Após dezenas de obras literárias, ele conclui que a literatura funcionava como um substituto para o real comprometimento com o mundo. Em 1964 recebe o Nobel de Literatura, prêmio que recusa porque, segundo ele, "nenhum escritor pode ser transformado em instituição". Sartre morre em 15 de abril de 1980, em Paris. O funeral foi acompanhado por mais de 50 mil pessoas. Seu corpo está enterrado no Cemitério de Montparnasse em Paris. No mesmo túmulo jaz Simone de Beauvoir

JORNAL DO COMMERCIO – Caderno C

Reportagem: Sob céu olindense, autor entreteve-se com a lua

Publicado em: 12.08.2010

Quando Luiz Costa Lima – uma obra em questão, de Dau Bastos, for lançado, no próximo dia 26, na Livraria da Travessa, em Ipanema, no Rio de Janeiro, pouca gente vai lembrar que o teórico que, agora, ganha um livro com mais de 400 páginas, no qual 18 especialistas se dedicam a dialogar com a sua produção, quase não conseguiu participar do I Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária, no Recife em 1960. "Talvez pela minha pouca idade (na época, tinha pouco mais de 20 anos), creio que os pauteiros julgaram que o texto fosse grosseiro, inadequado, sugerindo uma discussão sobre questões políticas. A minha participação foi adiada da manhã para tarde e, depois, por vários dias, só vindo a ocorrer graças à intervenção dos portugueses exilados Adolfo Casaes Monteiro e Jorge de Sena, além de Maria de Lourdes Belchior de Pontes. Eles eram convidados estrangeiros ilustres. Eu, apenas um participante", lembra Luiz Costa Lima, hoje professor de Literatura Comparada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). "Nem lembro a temática, mas sei que era algo voltado para a questão política apontando que o escritor não deveria funcionar em cima das nuvens", diz. Seu modo de pensar o tema não mudou substancialmente. "O escritor deve ser como todo cidadão comum: atento à cena política. Se o cidadão não é, nada posso dizer nada, mas, em relação ao pequeno grupo ao qual pertenço, eu posso sugerir que, sendo o escritor um homem da palavra, que ela – a palavra – tenha lugar para uma dimensão política. Isso hoje não é uma novidade, é banal, mas o que continua novo é que poucos praticam. É muito mais tranquilo ficar no seu canto, deixando a onda passar", avalia.

"Nem lembro se a minha leitura trouxe alguma repercussão, mas eu me senti glorioso porque achei que era um gesto de rebeldia", diz com o orgulho de outrora, que seria calado, logo depois, com a inclusão de seu nome na lista do AI-1 da ditadura militar brasileira, em outubro de 1964.

Considerando um dos principais críticos de sua geração, ao lado de nomes como Alfredo Bosi, Davi Arrigucci Júnior e Roberto Schwarz, Costa Lima lançou o seu primeiro livro em 1966, mantendo a média de um título novo a cada dois anos. Entre as suas obras, destacam-se: Trilogia do Controle (2005), Ficção. História. Literatura (2006), O controle do imaginário e a afirmação do romance (2009).

Sobre as memórias de Sartre naqueles distantes anos 1960, o escritor diz: "Como nunca fui muito chegado a rodas sociais, não posso lhe dar uma resposta muito convincente. Além do mais, eu era um garoto de 23 anos e lhe garanto que ninguém me convidou para algum festejo ao ilustre casal. Da palestra que ele deu, lembro muito pouco. Do que mais me recordo, foi a impressão forte deixada por sua entonação de voz. Feio e vesgo, ele tornava-se uma personalidade forte pela sua voz. Sei que sua palestra tratava da situação do escritor francês naquele momento em que se iniciava a tensão, a ser desencadeada por toda a América Latina dentro de poucos anos. Naquele momento, o tema básico ainda era relativamente distante para nós, que era a questão da descolonização dos países africanos e asiáticos pelas grandes nações européias. Mais próximo de nós era o apoio prestado a Cuba (apoio que Sartre logo se arrependeria pela maneira como o governo cubano punia seus opositores)", explica ele.

E de Sartre, que outras lembranças ficaram? "Ele estava muito distante de mim para que guardasse mais do que a lembrança da ousadia de questioná-lo", completa o teórico, que já nem lembra qual era o ponto. Aliás, nem ele nem seus contemporâneos.

Por último, diz: "Se bem recordo, foi Roberto Cavalcanti de Albuquerque quem fez a tradução da minha intervenção". Foi isso mesmo. Foi o então estudante de direito quem fez a tradução da palestra do escritor francês, performance sempre elogiada pelos que participaram do encontro. "Era um jovem realmente talentoso", disse, por exemplo, o professor, poeta e cineasta Jomard Muniz de Brito.

Roberto, que divide sua vida entre o Recife e o Rio de Janeiro, é hoje economista, com mestrado pela Columbia University (Nova Iorque, EUA) e ensaísta. Na verdade, ele explica que nem estava participando do congresso. Foi à palestra por ter se "enfronzado", como arrisca ele, em O ser e o nada – primeiro tratado filosófico de Sartre. "O auditório estava lotado, mas se constatou que boa parte não compreendia o francês, sugeriram meu nome e eu, surpreso, quase aflito, diria, aceitei a incumbência. Hesitante de início, logo engrenei, facilitado pela clara exposição do escritor", revela, anos depois.

Ele também se recordava de um outro momento ao lado do existencialista francês. Foi numa ceia, na casa do dramaturgo Joel Pontes, já falecido.

"Nada traduzi porque quase todo mundo dominava mais ou menos o idioma. Nessa noite, tive uma breve conversa a sós com Sartre. Estávamos debruçados em uma janela da casa, com vista sobre Olinda. Arguto observador, ele notou que a lua que iluminava o céu tinha a forma de um C, e que ia crescer da esquerda para a direita. 'É engraçado', exclamou, 'Na Europa, é justo o contrário, a lua é um C invertido, que cresce da direita para a esquerda!'", conta. "Quem está com a razão?", teria perguntado Roberto, com uma ponta de ironia. "Magias da terra", respondeu Sartre, pensativo. "Outros encontros de que tive notícia foi o do Bar Savoy, narrado posteriormente em livro por Edilberto Coutinho, e, possivelmente, os com Cristina Tavares, Celso Furtado e Gilberto Freyre" diz.

JORNAL DO COMMERCIO – Caderno C

Reportagem: Sartre defendia uma escrita não burguesa

Publicado em: 13.08.2010

Na palestra que fez no Recife, a 13 de agosto de 1960, o autor, pai do existencialismo, demonstrou desconhecimento da literatura brasileira.

A esperada palestra do escritor francês Jean-Paul Sartre no I Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária ocorreu há exatos 50 anos, um dia após a sua chegada à capital pernambucana. O filósofo existencialista escolheu o tema Literatura, fato nacional, mas logo tratou de explicar ao público presente à Faculdade de Filosofia que não iria falar por muito tempo, estando mais interessado em propor uma discussão.

"Eu venho ao Brasil e tenho muito o que aprender com ele", disse Sartre, de acordo com o texto da conferência reconstituída sobre notas taquigráficas. A transcrição consta dos anais do congresso e foi publicada pela Tempo Brasileiro, editora de Eduardo Portella, um dos organizadores do colóquio. Sartre não chegou a revisá-la. "Quero saber da possibilidade de uma compreensão recíproca entre um escritor de um país de literatura burguesa – como a França – e um País de literatura popular, como creio que é o Brasil", disse.

Para Sartre, desde o século 17, era a burguesia – para usar seus termos – quem vinha produzindo o movimento literário e imaginando realizar uma literatura do tipo universal. "Pensamos, quando escrevemos um livro, que poderemos realizar a concordância dos espíritos (...), sejam eles estrangeiros ou apenas nacionais, a respeito do que é dito, narrado, sobre a descrição psicológica ou social que existe no interior do romance – do mesmo modo que, por exemplo, nas ciências, uma lei científica, experimentalmente provada, realiza a concordância dos espíritos", explicava.

Segundo ele, a partir do século 18, falava-se de uma literatura universal. "Diz-se que a França tem como especialidade o "universal". Isto não é, ao contrário do que se pensou na época, um elogio porque isto significa que o escritor francês se preocupou por muito tempo – e se preocupa ainda – com problemas do homem geral, antes de se preocupar com os problemas especificamente franceses, ou, mais exatamente, que não há na França – por causa da estratificação social que acompanhou o triunfo da burguesia – uma unidade que pudesse verdadeiramente escrever para o povo francês. Escreve-se para grupos e cada um desses meios tem a sua ideologia, seus interesses, seu pensamento", discorria.

Ainda disse na palestra que, em seu país, as questões abordadas nos livros passaram a ser todas "na base de um plano universal, como se existissem não franceses, brasileiros, ingleses, mas um homem universal, em toda parte igual".

Ele avaliava que os escritores franceses, já há muito, estavam desenraizados de sua realidade social e que o romance brasileiro – que ele admitia conhecer pouco, mas desejava conhecer mais – talvez não obedecesse aos problemas ditados pelo universalismo burguês, primeiramente, segundo o autor, porque, como em muitos jovens países, a burguesia não tem este velho desenvolvimento de quatro séculos como a francesa, nem este mundo muito dividido que é o mundo das velhas nações burguesas européias.

"Que a indústria não teve ainda tempo de criar zonas de separação absolutamente distintas entre certas camadas do povo, e que, por conseguinte, existe ainda uma unidade popular, que esta burguesia menos desenvolvida e menos velha não pode (porque não é provavelmente ainda suficientemente numerosa) monopolizar a leitura", opinou.

Por fim, com uma visão distante da realidade brasileira, fazia um convite humilde: "Se é nesse sentido que se orienta a literatura brasileira, pergunto eu: podemos nós, escritores brasileiros e escritores franceses, nos enriquecer reciprocamente? Em outras palavras: que pode uma literatura rica e concreta, popular, trazer de novo a escritores formados pelo universalismo?".

JORNAL DO COMMERCIO – Caderno C

Entrevista: Sartre como amuleto para a modernidade³

Publicado em: 14.08.2010

No fim deste mês, o historiador Dimas Brasileiro Veras apresenta a dissertação Sociedades letradas no Recife: a revista Estudos Universitários (1962-1964), no Progra-

3 Entrevista concedida por Dimas Brasileiro Veras.

ma de Pós-Graduação em História, da UFPE. O trabalho analisa a publicação Estudos Universitários, editada pela Universidade do Recife (atual UFPE) nos anos 1960. Em sua pesquisa, avalia o espaço ocupado por essa revista no cenário sociopolítico e cultural da época. Neste percurso, descobriu as ligações entre os intelectuais pernambucanos e o ícone existencialista Jean-Paul Sartre, que veio ao Recife em agosto de 1960. Nesta entrevista, ela conta detalhes desta relação.

JC – QUAL FOI A IMPORTÂNCIA DA PASSAGEM DE JEAN-PAUL SARTRE PELO RECIFE, NAQUELE MOMENTO DE REALIZAÇÃO DO CONGRESSO?

DIMAS BRASILEIRO VERAS – A passagem de Sartre pelo Recife reafirma a efervescência cultural que vivia a cidade naquele período, iniciada com a redemocratização que sucede a derrocada do Estado Novo e se estende até o advento do Regime Militar. Dinamismo que passava pelas novas rádios da cidade e seus programas de auditório – rádio Tamandaré e rádio Jornal do Commercio (a multifacetada equipe montada por Francisco Pessoa de Queiroz, da qual podemos citar, por exemplo, Guerra Peixe), pelo teatro amador e estudantil (Hermilo Borba Filho e Ariano Suassuna liderando o Teatro de Estudantes e depois o Teatro Popular do Nordeste), pelos inúmeros cineclubes que se espalhavam cultuando o cinema moderno (os clássicos da Nouvelle Vague e do Cinema Novo eram exibidos em primeira mão), pela crescente população universitária, pelas publicações artesanais do Gráfico Amador, pela melomania das sociedades musicais que cultivavam de Schoenberg aos maracatus do Recife (o maestro Vicente Fittipaldi à frente da Orquestra Sinfônica do Recife), os modernos salões de fotografia, a crítica jornalística e os cadernos literários dominicais, bem como as crônicas jornalísticas de cinema, e, finalmente, os movimentos de educação e cultura popular (o cinquentão Movimento de Cultura Popular). Não é por mera coincidência que o homem responsável por convidar Sartre na França tenha sido o pintor Vicente do Rêgo Monteiro que, na época, vivia em Paris. O Recife era, então, um ambiente que irradiava cultura e seus multifacetados produtores. Por outro lado, a vinda do maior nome de uma intelectualidade que se queria socialmente e politicamente engajada reforçava os ideais progressistas da Frente do Recife – arregimentada pelo, então, prefeito Miguel Arraes e outras lideranças de esquerda como Paulo Cavalcanti e Pelópidas da Silveira. Enfim, cabe ressaltar o empurrão que dava à nascente e precária comunidade universitária recifense. Ou seja, a vinda de Sartre sublinhava nossa ânsia por modernidade cultural, política e universitária.

JC – O QUE SIMBOLIZAVA SARTRE PARA OS INTELLECTUAIS PERNAMBUCANOS DAQUELE PERÍODO?

DIMAS – Sartre era o maior ícone deste novo humanismo representado pelo existencialismo. Embora os intelectuais recifenses estivessem mais afinados com o existencialismo cristão de Mounier, Maritain, Gabriel Marcel ou mesmo do Padre Lebreton, que havia passado por aqui nos anos 1950, prestando serviços para o Estado e divulgando o movimento Economia e Humanismo, a vinda do maior nome desta corrente filosófica

era motivo de grande orgulho para a intelligentsia progressista e tradicionalista da cidade porque sublinhava a fecundidade cultural e intelectual do Recife. Decerto, escritores e pesquisadores nordestinos, como o próprio Gilberto Freyre, eram negligenciados pela intelligentsia do eixo Rio-São Paulo, neste sentido, a vinda de Sartre, ou ainda, por exemplo, os artigos publicados pelo crítico suíço Pierre Fürter na revista de cultura da Universidade do Recife, chamam a atenção para uma produção cultural e intelectual riquíssima que, até então, estava sendo desprezada.

JC – QUAL ERA A RELAÇÃO ENTRE A TESE DEFENDIDA PELO HOJE CRÍTICO LUIZ COSTA LIMA, DURANTE O CONGRESSO, E O IDEÁRIO SARTRIANO?

DIMAS – Quando o jovem professor de literatura brasileira da Universidade do Recife defende a responsabilidade política do escritor em períodos de efervescência, como aquele que estava vivendo a sociedade brasileira, ele caminha em direção ao modelo de intelectual engajado defendido por Sartre, embora o conceito de “transitividade” tenha sido tomado emprestado das análises educacionais do professor e amigo Paulo Freire. A interlocução com Educação e atualidade brasileira, tese de livre docência defendida por Paulo Freire em 1959 na Escola de Belas Artes, enuncia esta nova disposição política de toda uma geração que estava preocupada em inserir seus fazeres diários neste contexto de transformação da sociedade brasileira. O apelo de Sartre pelo engajamento político e social dos homens de letra está agenciado a esta nova conjuntura, embora, não a explique. Para o jovem Costa Lima o que está em jogo é um modelo de intelectual socialmente desinteressado, normalmente atrelado às forças políticas conservadoras, e um fazer participante, vinculado ou não aos grupos políticos mais progressistas. Tal como o escritor, o crítico literário não poderia se esquivar de suas responsabilidades, encerrando-se num esteticismo vazio, sem facilidades ou didatismo. Era preciso extrair as potencialidades formais da cultura, urdindo crítica e conscientização: “Parece-nos que a crítica contemporânea brasileira não está atualizada para o específico instante nacional. Esta modalidade de compromisso político-social não se dá acriticamente, tal como entre os entusiastas do realismo socialista e do dirigismo cultural, mas sim de maneira complexa e ambígua, criticando, porém também aderindo a uma concepção de cultura combativa e comprometida. Neste prisma, a literatura passa a ser analisada como campo passível de uma crítica profunda da realidade brasileira e seus possíveis antagonistas”, dizia Costa Lima.

JC – A PRODUÇÃO LITERÁRIA DE SARTRE ECOAVA NO IDEÁRIO QUE CIRCULAVA NO RECIFE DA ÉPOCA?

DIMAS – Certamente estava presente não só nos debates promovidos nos círculos letrados da cidade como nos trabalhos e artigos publicados na época, além de vários textos teatrais seus terem sido encenados na cidade. O próprio Costa Lima cita o *Qu'est ce que la littérature?* numa edição francesa de 1948, na tese que defendeu no Congresso de 1960. Outro exemplo foi o curso *Contribuições Francesas à Cultura Moderna*, promovido em agosto de 1962, pela Embaixada Francesa e pelo Serviço de Extensão

Cultural da Universidade do Recife (SEC/UR), cujo diretor era Paulo Freire. Na própria revista publicada pelo SEC/UR, encontramos ensaios, estudos e resenhas publicados sobre Sartre e o existencialismo. Podemos citar como exemplo: *Marxisme et existencialisme de Jean-Paul Sartre e outros*: tema proposto para um debate público, publicada por Jomard Muniz de Britto e *Existencialismo e Marxismo*, de Benedito Nunes, ambos publicados na *Estudos Universitários* em 1963. Mas o tema está igualmente presente nos cadernos literários dominicais dos principais jornais da cidade.

JC – SUA DISSERTAÇÃO DEDICA-SE A REVISTA ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS, MAS SERIA POSSÍVEL VISLUMBRAR UMA INTERFACE ENTRE A PUBLICAÇÃO, O COLÓQUIO LITERÁRIO E O ESCRITOR FRANCÊS?

DIMAS – Direta ou indiretamente, aqueles que faziam a revista estavam ligados à realização do congresso. O próprio Paulo Freire era assessor do reitor João Alfredo Costa Lima, que se empenhou em trazer Sartre ao Recife. Afinal, para esse grupo Sartre representava o modelo de intelectual socialmente comprometido que o grupo defendia. Nesse contexto, o intelectual seria alguém integrado à comunidade e às questões do seu tempo. Uma forma de compreender melhor essa ideia é lembrar o conceito de Gramsci do intelectual orgânico.

TRÊS REPORTAGENS PUBLICADAS NO JORNAL DO COMMERCIO (JC) SOBRE O LANÇAMENTO DA REVISTA ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS, EM 1962

No cinquentenário da Revista de Cultura Estudos Universitários, nada mais oportuno que recuperar três matérias jornalísticas sobre seu lançamento publicadas no Jornal do Commercio entre maio e julho de 1962. Os artigos dão a conhecer o surgimento da revista, a periodicidade de lançamento dos volumes, os nomes de alguns colaboradores. Citam o prof. Luiz Costa Lima, então secretário executivo da revista. Para além desses e de outros importantes detalhes, revelam a direção social que orientaria a Estudos Universitários no efervescente ambiente do início dos 1960.

JORNAL DO COMMERCIO

Publicado em: 13.05.1962

O Reitor João Alfredo da Costa Lima acaba de criar a Revista de Cultura que será dirigida pelo prof. Luiz Costa Lima, integrada no programa da UR. A mesma será trimestral, mas em 1962 sairão apenas três números e contará com intercâmbio no exterior. Os seus colaboradores serão, fundamentalmente, da Universidade do Recife, mas apresentará trabalhos de escritores consagrados, tal como o poeta pernambucano atualmente residente na Espanha, João Cabral de Melo Neto, o poeta espanhol mundialmente conhecido Dámaso Alonso, e outros. Seu tema específico – relata o prof. Luiz Costa

Lima – no seu primeiro número, será a missão da Universidade dentro da realidade brasileira. Normalmente, a Revista de Cultura contará com três secções definidas: Ensaio, Comentários (matéria atual e controversa) e Resenhas e estudos. Ela necessitará da colaboração e da responsabilidade de todos que fazem cultura no ambiente nordestino.

JORNAL DO COMMERCIO

Publicado em: 24.06.1962

Encontra-se no prelo da Imprensa Universitária a revista 'Estudos Universitários', dirigida pelo prof. Luiz Costa Lima. Analisando o ambiente estrutural do 'Brasil de hoje', diz o prof. Costa Lima 'não há estrutura social que se transforme sem mentalidades que entrem em choque'. As páginas de Estudos Universitários estarão abertas, continua o prof. Costa Lima, para uma cultura, ato de coragem, uma busca de aproximação com a realidade, aceitação pelo homem dos desafios que lhe endereça a existência.

JORNAL DO COMMERCIO

Publicado em: 29.06.1962

O Brasil de hoje se apresenta como uma vasta estrutura em transformação. Mas não há estrutura social que se transforme sem mentalidades que entrem em choque. Para quem conheça os debates que se travam no Brasil, desde a esfera das questões econômicas e políticas não será estranha a referência à presença em choque de duas mentalidades. Uma, ardilosa ou ingenuamente conservadora, outra crítica ou sentimentalmente aderida à transformação nacional. E, ao passar de um nível estritamente econômico, essa discussão tende a focar o problema das elites atuais, se perguntado sobre qual o papel que cabe às verdadeiras. Devem elas se comportar com os temores e a indiferença tradicionais, fazendo do seu pouco cristianismo a sua muita defesa? Ou o seu papel é de se empenharem por uma afirmação positiva da transformação nacional? Parece-nos claro que essa posição dilemática sobre o papel das elites – se afastarmos os que defendem esta ou aquela posição por motivos viciosamente pessoais, como os de manutenção ou alcance dos privilégios e do poder – correspondem duas concepções opostas e subjacentes de cultura, a seguir formuladas.

Os hostis ou indiferentes à transformação que sacode o país – sempre afastando aqueles que assim se comportam por interesses pessoais – concebem a cultura como uma criação pura do espírito. Se nela interferem elementos de ordem material eles afinal não passam de elementos externos, que não influem mais do que acidental e arbitrariamente no conteúdo da criação. Seriam como os arranjos de bastidores, importantes, mas secundários e 'exteriores' ao valor próprio de uma peça teatral. A cultura, obra

do espírito criador, só tem diretamente a ver com as qualidades individuais. O mais é acidental e irrelevante. Essa concepção determina uma conduta prática: do ponto de vista da cultura pouco importa a direção que tomem as transformações sociais, pois em qualquer tempo um espírito criador conceberá uma obra de qualidade e um medíocre uma falsa. Por isso interessar-se o intelectual pela transformação do país será algo pegado de fora à sua atividade específica, a favor de uma imerecida paixão. Ai está o perigo de uma revista de cultura no Brasil. O seu intelectual vem comumente corporificando essa idéia falsamente espiritualista da cultura. Ele assim com facilidade estimula a veneração alienada por outros tempos ou por outros locais, esquecendo-se de que é mais fácil entusiasmar-se com o que fizeram os renascentistas do que haver sido um renascentista. Sempre inventamos maneiras de escapar dignamente da realidade. Os que farão Estudos Universitários pensam diferente. Para eles, a cultura implica previamente em um ato de coragem, em busca de aproximação com a realidade, sendo, em suma, a resultante da aceitação pelo homem dos desafios que lhe endereça a existência carregada dos problemas próprios à área particular em que lhe foi dado viver. A cultura é a emersão de um enfrentamento diário com o desafio da existência, pois o espírito não cresce por apenas se imunizar. A uma concepção idealista, cômoda e conformista da cultura propõem uma concepção realista: a cultura como aventura de risco e não expressão de isolamento, como a antifuga, como a nomeação de uma vida em que se está inserto. Isso os leva a saber que uma busca cultural só alcança êxito ao haver conseguido potenciar a visualização do homem. Daí então defenderem, praticamente, que só através de uma preocupação ativa com a atualidade brasileira teremos condições de formular um pensamento adequadamente brasileiro: pensamento de quem passando a saber visualizar sua circunstância passe a saber transpô-la criadoramente. Preocupar-se com o Brasil, segundo a concepção postulada, não é algo que exerça de fora para dentro, mas, ao contrário, é a condição basilar para que se venha a estabelecer uma tradição cultural de qualidade ainda desconhecida na nossa. Essa é a diretriz com que a Estudos Universitários se dirige ao público leitor. Se a alguma coisa nos opomos é a um espiritualismo distorcido e a tudo o que o favoreça.

CRÔNICAS DE ARTHUR CARVALHO

O antigo membro do SEC/UR e colaborador da revista Estudos Universitários, Arthur Carvalho, destaca-se por sua atuação profissional como advogado e jornalista. Semanalmente este imortal da Academia Pernambucana de Artes e Letras brinda o leitor brasileiro com textos que transitam entre o jornalismo e a literatura, a história e a narrativa do cotidiano. A presente edição reuniu quatro crônicas na qual são rememoradas as vivências nos anos 1960 junto ao Serviço de Extensão Cultural que produziu a revista Estudos Universitários. Os trabalhos retomam o clima de esperança, medo, frustração e superação que permearam os anos que cercam a ditadura militar no Brasil.

ELES VÃO ATIRAR

Veículo: Jornal do Commercio

Publicado em: 08.04.2009

Quando os professores da Equipe Paulo Freire, do SEC, souberam do golpe, ficaram desvalorados. Na manhã de 2 de abril de 1964, alguns de nós nos reunimos da Rua do Hospício, mais precisamente defronte do prédio antigo da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco. Organizávamos uma passeata pacífica de protesto contra o golpe, quando recebemos o aviso de certo líder estudantil, hoje senador, de que, por

prudência, deveríamos evitar a manifestação. Quanto às crises vagotônicas propriamente ditas, são tantas e de tão variadas modalidades, que não caberia uma exposição completa neste curto espaço de Ivanildo Sampaio. Conheço gente que nos momentos críticos da distonia neurovegetativa, sente falta de ar. Abrir a janela, deixar entrar a brisa da manhã, o perfume suave das flores do jardim, o canto dos pássaros, não resolve. Tanto oxigênio não lhe basta. Termina chamando a ambulância do SAMU. O escritor Marcius Cortês, hoje radicado em São Paulo, queria ir para Porto Alegre, aderir ao governador Leonel Brizola, para resistir, mas com que dinheiro? perguntou Jomard Muniz de Britto. Vamos de trem, sugeriu um otário. De trem? E quando chegaremos lá? O grupo dispersou-se, no começo, mas ao passar pelo Parque 13 de Maio, recebeu substancial reforço dos alunos da Faculdade de Direito, que desciam as escadarias, aos borbotões. Caminhamos ao largo do Santa Izabel e do Palácio das Princesas, pela frente do Teatro Barreto Júnior, onde eu assistia as comédias com Lúcio Mauro, e as vedetes gorduchinhas e um tanto decadentes, pegamos a Dantas Barreto e, ao passarmos perto do edifício Santo Albino, encontrei Manoel Torres, em pé, quebrando num terno branco impecável. O Curso Torres era o mais famoso e importante curso pré-vestibular de Direito do Recife. Torres tinha sido seminarista no interior da Paraíba e chegou ao Recife pobre, mas sabendo um latim e um português bestas. Eu havia me preparado para o vestibular de Direito de 55, da Federal, no seu curso, e em 1964 era seu professor de redação e de literatura francesa. Tínhamos grande admiração, estima e consideração pelo mestre, que, antes de mais nada, era amigo fiel. Torres me chama: "Não acompanhe esse pessoal, que isso vai dar bode. As tropas do Exército estão ali, na Praça do Diário, prontas para intervir. Essa turma é solteira e jovem. Você é noivo e vai casar agora." "Então vamos segui-los de perto", sugeri. Topou, com ressalva: "De perto, não, de longe". Assim foi. Mais adiante, ele segurou meu braço esquerdo: "Pare, que eles vão atirar!" Eu não servi ao Exército e não conhecia as posições dos soldados, nem o momento de atacarem – mas ele sabia. Logo depois, os estampidos de fuzil, dois corpos no chão, pânico geral. Na tarde do dia seguinte, Padre Paulo Menezes fez vibrante discurso ao pé da cova onde um dos meninos vitimados foi enterrado, no Cemitério de Santo Amaro. Nunca mais esqueci aqueles dois dias. Passados 45 anos, as palavras de espanto do saudoso amigo Manoel Torres ainda me acompanham no café, no almoço, no jantar e a hora de dormir: "Eles vão atirar!" E atiraram mesmo, tingindo de sangue a democracia.

DONA SALVINA

Veículo: Diário de Pernambuco

Publicado em: 09.06.1994

Eu trabalhava no SEC- Serviço de Extensão Cultural da UFPE, mais precisamente na Equipe Paulo Freire, pela manhã, e no Instituto Joaquim Nabuco, à tarde. Pouco depois de deflagrado o Movimento de Março de 1964, fui transferido para a inspetoria Seccional do Ensino Secundário.

Em Paulo Freire eu ensinava noções gerais de Economia Política, fazendo parte de um grupo em que se destacavam Jomard Muniz de Britto, Paulo Menezes, Astrogildo Andrade, Marcius Frederico Cortês, Luiz da Costa Lima e Jarbas Maciel. No Instituto Joaquim Nabuco, meus colegas não eram menos brilhantes: Roberto Motta, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Walter da Costa Porto, Adão Pinheiro, os irmãos Renato e Maximiano Carneiro Campos e Fernando Antônio Gonçalves, para citar apenas os de minha geração. No Instituto, eu coordenava cursos, encontros, conferências etc., e era o redator no boletim mensal. Mas talvez minha missão mais importante no Joaquim Nabuco fosse acompanhar seu diretor-executivo, o poeta Mauro Mota, em palestras sobre poesia moderna pelas capitais do Nordeste. E essa missão se explica: Mauro precisava companhia para compartilhar seu pavor a avião e para o drinque depois da palestra. Desconfio que Mauro me escolhia para tais passeios por mórbida afinidade masoquista: eu também tenho medo de voar, sentimento que sublimávamos no uísque noturno.

A equipe Paulo Freire gozava da fama de subversiva. Daí a perplexidade do distinto major Manoel Paes quando lhe informei que política era assunto estranho ao SEC. Tão estranho que, exilado do país, Paulo Freire passou a ser disputado pelas principais universidades do ocidente, inclusive Sorbonne e Colúmbia. Os mesmos erros cometeram com Celso Furtado. Por cautela, no entanto, a Inspetoria Seccional do Ensino Secundário achou prudente me isolar num cantinho de sala, com uma enfadada Remington, a chamada máquina peba, me nomeando seu datilógrafo oficial. O leitor me permita uma confiança sincera: sempre admirei profissões humildes. Tirante antigo sonho de grandeza, de ser comandante de transatlântico, o que eu queria ser mesmo era um bom honesto marceneiro. Que inveja daquele que trabalha a madeira de lei, com o verniz, o formão, o serrote e o martelo nos fundos da Catedral da Sé, reformando móveis seculares, recebendo a brisa fresca do mar de Olinda, enquanto passo engravatado pro foro do Recife. Mas me faltam habilidade manual, engenho e arte.

De maneira que o cargo de datilógrafo com que me deparei, repentinamente, parecia constranger mais meus companheiros de repartição do que a mim. E ainda tinha duas vantagens: eu trabalhava pouco e cochilava muito. E como as paredes têm ouvido, despertei certa tarde, de um desses cochilos. Com um insólito diálogo na sala vizinha, da diretoria: "Eu não acredito que um rapaz tão educado, de boa família, seja comunista. Ele não pode continuar naquela máquina e nós aqui precisando de fiscais". Quem bradava por aquele rapaz educado, de boa família, era dona Salvina, a insuspeitíssima Salvina Leitão Seve. E sua interlocutora, dona Lavínia de Arruda Câmara, a inspetora-chefe, irmã do famoso deputado federal padre Arruda Câmara. Com madrinha tão forte- dona Salvina- passei de dedógrafo a fiscal de ensino, pelo decreto oficioso da generosidade feminina.

No dia seguinte ao que a parede me contou, fui procurado por dona Salvina. Gordona, olhos alegres, ágeis e vivíssimos, transbordando bondade, ela me falou em tom mater-

nal: "A partir de amanhã, você vai trocar as calças "jeans" e as camisas esportivas pelo terno e gravata. Vai inspecionar as escolas". E assim foi feito. Passei a fiscalizar os colégios dentro de meus ternos e minhas limitações. Mas dona Salvina não se contentou em estender sobre mim o manto de sua proteção no trabalho. Convidava a mim, minha mulher e meus filhos para as festinhas de sua granja em Carpina, como fazia com os funcionários da Seccional. Uma forma de dizer a eles que eu era cidadão confiável. Nessas ocasiões, eu batia longos papos com seu marido, o médico Haroldo Seve, a quem ela sempre se referia com carinho, admiração e afeto. Poucas pessoas conheci tão discretas e afáveis como Dr. Haroldo. E dona Salvina Leitão Seve era dessas criaturas que não precisavam pedir licença para entrar no céu, pois tinha intimidade e prestígio com Deus e todos os santos. Quem conviveu com ela não me deixa mentir. E jamais a esquecerá.

SISTEMA PAULO FREIRE

Veículo: Jornal do Commercio

Publicado em: 14.05.1997

Conheci Paulo Reglus Neves Freire em 62, quando integrei sua *Equipe de Alfabetização de Adultos*, pertencente ao Serviço de Extensão Cultural da UFPE – SEC, a convite de padre Paulo Menezes. Encarregados da metodologia do sistema: Elza Maria, primeira mulher de Paulo, Astrogilda Andrade, Aurenice Cardoso, Maria Margarine e Maria Luíza Porto Carreiro.

Maciel Andrade produzia *scripts* para a "Campanha da Alfabetização" do SEC, na Rádio Universitária. Luiz da Costa Lima secretariava a revista "Estudos Universitários" e Paulo Pacheco tocava os cursos. Almerly Bezerra e Paulo Menezes realizavam palestras nos colégios e faculdades, expondo o método. Jomard Muniz de Brito promovia debates em grupos, Marcius Frederico Cortez mexia com literatura de cordel e eu com "Realidade Brasileira".

Em 31 de março de 64 o sonho acabou. Quase toda a equipe foi presa, processada e sumariamente demitida do serviço público. O IPM do SEC, de 30-9-64, concluiu que "O sistema de alfabetização utilizado realizava a mais torpe obra de politização".

Opiniões divergentes parecem ter, hoje, dois ilustres líderes civis da revolução, Marco Maciel e Roberto Magalhães (JC, 3-5, 97). Maciel: "Paulo Freire foi um apóstolo da educação, (...) Como seu amigo, admirador e pernambucano, testemunhei, desde o início, seu trabalho a um só tempo ousado e inovador na pedagogia, voltado para assegurar a todos a *plena participação numa sociedade democrática*". Magalhães: "Sem nenhuma dúvida, Paulo Freire, é um dos mais importantes educadores brasileiros deste século".

O reitor de Harvard definiu Paulo Freire como "um homem extraordinário".

Segundo o IPM, nosso grupo "era responsável pelo planejamento e início de execução da mais sutil e eficiente obra subversiva já realizada no Brasil". O presidente do inquérito escreveu: "Arthur Carvalho, Jomard de Britto e Luiz Costa Lima associaram suas atividades no SEC às conferências para universitários, nas quais lançaram no meio universitário pernambucano a semente nefasta da luta entre classes". Muita honra para três jovens e pobres marqueses. Honraria que poderia nos custar 30 anos em Fernando de Noronha (Lei 1. 802/53, art. 2, III), onde nos aguardava, de molho, o governador casado Miguel Arraes de Alencar.

A Justiça Militar funcionava num casarão colonial, nos fundos de um terreno da Conde da Boa Vista. Dia de audiência atravessávamos seu perfumado jardim com extenso roseiral. Pela primeira vez, considerei que as roseiras têm espinhos. Em novembro de 67, a barra pesou, impetrei *habeas-corporis*, no STM, através de Roque de Brito Alvez, com honorários especiais para réu desempregado. Sob a presidência do general Olympio Mourão Filho, Procurador-Geral Eraldo Gueiros Leite e relator Lima Torres, participaram do julgamento, entre outros, os ministros Ernesto Geisel, Pery Constant Beviláqua, Grun Moss, Saldanha da Gama e Terra Ururahy, sendo a ordem concedida, por unanimidade, "por falta de justa causa para um procedimento criminal". Mais oito denunciados aproveitaram o *writ*.

Em 69, o perigoso comunista Paulo Freire foi lecionar em Harvard, cujo reitor da escola de educação definiu-o como "um homem extraordinário", somente regressando ao País em 80, após longo exílio. O caipira Celso Furtado preferiu não voltar. O neobobo Josué de Castro morreu longe das palmeiras onde canta o sabiá. Pior pro Brasil.

ENGORDANDO COBRA

Veículo: Jornal do Commercio

Publicado em: 28.05.1997

Recebi telefonemas me pedindo para "explicar melhor" em que consistia mesmo o Método Paulo Freire de Alfabetização de Adultos. Primeiro, quero esclarecer que nós, da Equipe, preferimos chamar *sistema*. A ideia partiu de Jomard Muniz de Britto, numa de nossas reuniões, quando ele disse que, pela sua relevância didática, metodológica e filosófica, a revolucionária experiência ultrapassava as fronteiras de simples processo.

Em Angicos RN, por exemplo, os coordenadores do projeto pesquisaram 400 palavras e formaram 27 sentenças básicas e 18 palavras geradoras. Com vocábulos como *enxada*, o aluno aprendia não só o en-xa-da, como discutia a reforma agrária. Ao escrever *voto* e *povo*, os alfabetizados debatiam política e democracia no Brasil. Para o leitor ter noção da

alienação do matuto em 63, muitos garantiam que o presidente da república era Getúlio Vargas. O *sistema* espantou as classes dominantes, interessadas em manter o *status quo*.

Dos 300 alunos do curso de Angicos, 248 tinham de 14 a 39 anos, 45, de 40 a 59, e 7, de 60 a 70 anos. Dava de tudo: domésticas, presidiários, prostitutas. O objetivo era alfabetizar 10 milhões de pessoas, despertando-lhes o senso crítico para a cidadania. A libertação do homem pela educação. O general Castelo Branco fuzilou "você estão engordando cascavéis nesses sertões". Outros, deixando os reptéis de lado, falavam em comunistas, o que talvez venha ser o mesmo. Mas comunismo, como, se Cuba só adotou o *sistema* depois da *perestroika* e do fim do stalinismo na ilha?

Guardo alguns fatos interessantes desse período. Cheguei, certo dia, no SEC; encontro Paulo Freire triste, aperreado. Motivo: seu motorista pediu-lhe dinheiro pra comprar o remédio da filha e ele não tinha. Seu abatimento me impressionou.

Sartre foi fazer palestra na UFPE e Luiz da Costa Lima tacou-lhe pergunta tão extensa e erudita que o filósofo do existencialismo sugeriu que Luiz a repetisse, dividida em quatro, pra deleite e gargalhadas da plateia.

Um procurador da Justiça Militar, na época, me aconselhou brasileiroamente: "Se editarem o Ato Institucional nº2, se pique, porque vão caçar as bruxas". Assim que ouvi a notícia, pelo rádio, fui pros Guararapes e embarquei para Bahia. Desembarquei no Dois de Julho e com receio de pegar táxi e ser identificado (quanta pretensão), tomei um lotação enorme, cheio, sentei na última poltrona e descí, discretamente, três quarteirões antes da casa de tio Heitor, onde iria me hospedar. Na manhã seguinte, na praia da Barra, Heitor me apresenta ao motorista da lotação. E o destino, gentilíssimo: "Já conheço; trouxe ele do aeroporto ontem".

De Salvador voei pro Rio. Fugindo do Recife, eu estava desobedecendo ordens expressas do Major Manoel Paes, presidente do IPM do SEC: "Não se comunique com ninguém da Equipe e não deixe Pernambuco sem minha autorização".

Na segunda noite no Rio, resolvo visitar um parente em Botafogo. O elevador pára no quarto andar, quem entra? Major Paes em carne e osso. Ele estranhou; eu também; nos cumprimentamos formalmente, descí no oitavo, meu destino, ele prosseguiu viagem. Nunca mais o vi. Aproveito para agradecer o sanduíche de queijo com Coca-Cola gelada que ele ofereceu enquanto me interrogava e devorei. Um banquete para quem estava 24 horas em jejum.

SUMÁRIOS DOS CINCO PRIMEIROS VOLUMES DA REVISTA ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Dimas Brasileiro Veras¹

O sumário ora apresentado corresponde aos estudos, ensaios e resenhas - e seus respectivos autores - publicados nos cinco primeiros volumes da revista Estudos Universitários, fase na qual esse periódico contava com a colaboração do professor Luiz Costa Lima na qualidade de secretário executivo. Nele também se encontra registrado o expediente com o qual circulou: diretor, conselho consultivo, comissão de redação, secretaria executiva, correspondentes, tradutores e projeto gráfico. O modelo seguido para elaboração deste índice está apoiado no “Estudos Universitários: índice por autor, em ordem alfabética” registrado por Anacleto Eloi ².

1 Professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH-UFPE).

2 Anacleto Eloi: “índices redigidos em abril de 2009. Janga, Paulista – Recife, Pernambuco, Brasil”. Consultar também “ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS: ÍNDICE v. 1 - 25 (1962-2004)” de Lúcia Gaspar e Virgínia Barbosa bibliotecárias da FUNDAJ. A Fundação disponibiliza em seu portal os índices cronológicos, de autor/título, de títulos e de assunto, de toda a coleção da Revista Estudos Universitários entre os anos 1962-2004. As pesquisas realizadas nos acervos da FUNDAJ, da UFPE e da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), resultaram na indexação dos seguintes fascículos: 1962, n.1,2; 1963, n.3, 4, 5; 1966, v.6, n.1,2,3,4; 1967, v.7, n. 1, 2/3, 4; 1968, v. 8, n. 1, 2/4; 1969, v. 9, n.1,2,3,4; 1970, v.10, n.1,2,3/4; 1971, v. 11, n. 1,2,3,4; 1972, v.12, n.1,2,3/4; 1973, v.13, n.1,2/3,4; 1974, v. 14, n.1; 1975, v.15, n.1/2, 3/4; 1977, v.16, n.1/2,3/4; 1979, v.17, n.1/4; 1980, v.18,n.1/2; 1985, v.18, n.3/4; 1997, v.19, n.1; 1999, v.20, n.2; 2001, v.19 [sic], n.1 (julho/dezembro); 2001, v.22, n.1 (outubro); 2003, v.23, n.4; 2004, v.24/25, n. 5/6. Há, como anexos, uma relação alfabética de colaboradores da Revista e o índice cumulativo, elaborado pela

Reitor e Diretor: João Alfredo Gonçalves da Costa Lima

Conselho Consultivo:

Prof. Aluizio Bezerra Coutinho

Profa. Cecília Maria Domenica Sanioto Dilascio

Prof. Evaldo Bezerra Coutinho

Prof. Francisco de Albuquerque Martins

Prof. Guilherme de Albuquerque Martins

Prof. José Cavalcanti de Sá Barreto

Prof. Luiz Maria de Souza Delgado

Prof. Luiz Ferreyra dos Santos

Prof. Luiz Osório de Siqueira Neto

Profa. Maria do Carmo Tavares de Miranda

Prof. Newton Lins Buarque Sucupira

Comissão de Redação:

Prof. José Gláucio Veiga

Prof. Joel de Albuquerque Pontes

Prof. Rui da Costa Antunes

Secretário-executivo: Prof. Luiz Costa Lima

Correspondente na Espanha: Dr. Angel Crespo

Correspondente na Guanabara: Eduardo Portella

Resumos em Francês e Inglês: José Laurênio de Melo, Jarbas Maciel, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Juracy Andrade e Jacques Decourcelle.

Capa e Projeto Gráfico: Orlando da Costa Ferreira

VOLUME I

Julho-Setembro 1962

108 páginas

Reitor João Alfredo Gonçalves da Costa Lima. **Apresentação** – 3

Luiz Costa Lima. **Estudos Universitários: Introdução** – 5

Ensaio

Gilberto Freyre. **Prefácio de uma Tradução** – 9

Celso Furtado. **Reflexões sobre a Pré-revolução Brasileira** – 17

Claudio Souto. **Um projeto de Lei Agrária para o Estado de Pernambuco** – 29

Paulo Freire. **O Professor Universitário como Educador** – 45

Vamireh Chacon. **Rumos da Renovação Brasileira** – 51

Nelson Nogueira Saldanha. **Historiografia Ocidental e Cultura Brasileira** – 59

Sebastião Uchoa Leite. **Teoria do Ócio (poema)** – 67

João Alexandre Barbosa. **Reflexões sobre Arte, Universidade e Cultura** – 71

Jarbas Maciel. **Oportunidade para a Universidade Brasileira** – 77

Estudos

Luiz Costa Lima. **Terceira Feira: Seu Sentido Básico** – 87

Gadiel Perruci. **Uma Europa Nova** – 93

Resenhas

Orlando da Costa Ferreira – **Codificação tipográfica** - 99

Vamireh Chacon – **Direito e desenvolvimento econômico** - 100

Jomard Muniz de Brito. **O problema da Universidade sobre o livro de Álvaro Vieira de Pinto: A Questão da Universidade** - 102

Walter da Costa Porto. **Crise da autoridade, crise da universidade: crise é Brasil.**

Sobre um discurso de paraninfo do Prof. Paulo Freire na Escola de Belas Artes da Universidade do Recife, em 1961 – 101; **Nacionalismo e trópico: a revolução nos trópicos, de Vamireh Chacon** – 103; **Mauro Mota em seu novo livro: O galo e o catavento** – 105

Roberto Cavalcanti de Albuquerque. **Um ensaio de sociologia de Marcos Vinícios Vilaça** - 101

Jarbas Maciel. **Pesquisa folclórica no Nordeste: ciranda – roda de adultos no folclore pernambucano, do Padre Jaime Diniz** - 103

Sebastião Uchoa Leite – **Sobre um poeta excessivo: A máquina de Orfeu, de Francisco Austerliano Bandeira de Mello** - 99

Luiz Costa Lima. **A crise contemporânea da linguagem: causas e conseqüências, Prof. Claude Piguet: La crise contemporaine du langage** - 104

VOLUME II

Outubro-Dezembro 1962

136 páginas

Ensaaios

Pirre Furter. *Poésie et Société* – 5

Orlando da Costa Ferreira. *A Serpente e a Lira* – 19

Eduardo Portella. *Literatura e Realidade Nacional* – 33

Décio Pignatari. *Participação, Produção, Consumo* – 37

Erthos de Souza. *Bibliografia de Joaquim de Sousândrade* – 41

Haroldo e Augusto Campos. *Sousândrade: Montagem* – 45

Luiz Costa Lima. *O Campo Visual de uma Experiência Antecipadora: Sousândrade* – 75

João Alexandre Barbosa. "Jornal de Timon": *Singularidade de uma Resposta* – 89

Heron de Alencar. *Aspectos de uma Interpretação das Memórias de Brás Cubas* – 97

Estudos

Pierre Furter. *Pour une Poésie Brésilienne Revolutionnaire?* – 109

João Alexandre Barbosa. *Teoria Literária, Crítica e História* – 111

Luiz Costa Lima. *Um Novo D. Casmurro?* – 115

José Osman de Freitas. *Jean-Luc Godard e o Cinema Moderno* – 121

Resenhas

Orlando da Costa Ferreira. *Revista de cultura brasileira, nº 2, setembro, 1962: gravura popular no Nordeste* – 127; *Dicionário de Belas Artes* – 132

Vamireh Chacon. *Revista Tempo Brasileiro de Eduardo Portella* – 127

Francisco Austerliano Bandeira de Melo. *Poeta Audálio Alves no Diário da Noite* – 127; *Otto Maria Carpeaux: literatura mal amada (Cuba)* – 128

Luiz Costa Lima. *Revista Movimento da UNE, nº 6, outubro de 1962: pleito de 7 de outubro e ensaio de Edgar Morin sobre o problema da cultura de massa; Rumo à literatura Chinfrim: a brasileira de Tristão de Athayde; Hispanic American Report, July, 1962; Odyssey review, USA; Approach, USA; Revista Humboldt, nº 5, 1962, Alemanha* – 128-130

Sebastião Uchoa Leite. *Substância de Guimarães Rosa* – 130

Roberto Cavalcanti. *Economia Brasileira: o futuro como opção sobre o livro de Celso Furtado "A pré-revolução brasileira"* – 133

VOLUME III

Janeiro-Março 1963

144 páginas

Ensaio

- Vamireh Chacon. **Capitalismo, Socialismo e Cristianismo** – 5
Federico Gil. **Antecedentes da Revolução Cubana** – 15
Zvedei Barbu. **Soviet Historiography and the concept of Man (c/trad.)** – 31
Luiz Costa Lima. **Significação Presente do Conteudismo na Arte** – 55
Roberto Cavalcanti de Albuquerque. **Inflação: Modelo Brasileiro** – 73
Francisco A. Bandeira de Mello. **Poema Didático** – 83
Maria do Carmo T. de Miranda. **Arte e Educação** – 85
Jomard M. de Brito. **Experiência de Renovação do Curso Pedagógico** – 93
José Rafael de Menezes. **Pedagogia do Estudo Dirigido** – 99

Estudos

- Calazans Fernandes. **Angola: Depoimento** – 107
Marcius Frederico Cortez. **Cinema e Educação** – 119
Gadiel Perruci. **Porque os Ricos não Fazem Greve** – 125
Nelson Nogueira Saldanha. **Em torno de um Ensaio sobre a Moderna Idéia de Partido** – 131

Resenhas

- Juracy Andrade. **Revista L'éducateur; Requisitos sociais da democracia, de Seymour Martin Lipset** – 135
Roberto Cavalcanti de Albuquerque. **Novo malthusianismo: Does Overpopulation mean poverty, de Joseph Marion Jones** – 137
Marcos Vinícios Vilaça. **Duarte Coelho segundo Costa Porto (Os cadernos de cultura, nº 127, do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura)** – 137
Luiz Costa Lima. **O problema da literatura a serviço: Haroldo de Campos sobre Maiakovski** – 138; **Resenha de jornais** – 143
Osman de Freitas. **Dimensão de ruptura: L'année dernière à Marienbad de Robbe-Grillet e Alain Resnais** – 140
Willis Leal. **Cadernos da Cinemateca** – 141
Francisco Bandeira de Mello – **Resenha de jornais** – 141

VOLUME IV

Abril-Julho 1963

156 páginas

Ensaaios

Paulo Freire. *Conscientização e Alfabetização- Uma Nova visão do Processo* – 5

Jarbas Maciel. *A Fundamentação Teórica do Sistema Paulo Freire* – 25

Jomard Muniz de Britto. *Educação de Adultos e Unificação da Cultura* – 61

Aurenice Cardoso. *Conscientização e Alfabetização – uma Visão Prática do Sistema Paulo Freire* – 71

Abdias Moura. *Introdução à Análise Sociológica* – 81

Pierre Furter. *Alfabetização e Cultura Popular na Alfabetização do Nordeste Brasileiro* – 103

Juracy Andrade. *João XXIII ou a Igreja que Muda* – 115

Pilar Gómez Bedate. *De La Semejanza entre el Teatro Norteamericano y el Teatro Espanol de Hoy Dia* – 125

Documentos – Estudos

Alfredo Guevara. *Informe ao Primeiro Congresso Nacional da Cultura Cubana* – 141

Luiz Costa Lima. *Por um Nacionalismo não Passionalizado* – 145

Resenhas

Nelson Nogueira Saldanha. *El miedo de la libertad, de Erich Fromm* – 148

Francisco Austerliano Bandeira de Mello. *"Poema participante?" de Afonso Ávila segundo Luiz Costa Lima; idem, Haroldo de Campos em "Maiakóvski"; "Celso Furtado" na revista Senhor de janeiro, 1963* – 150

Marcus Frederico Cortez. *Participação com visão e distorção do real* – 151

Jomard Muniz de Britto. *Marxisme et existencialisme de Jean-Paul Sartre e outros: tema proposto para um debate público* – 153

Sten BJORILD. *Cuentista iberoamericanos: Jorge Luís Borges* – 154

Afonso Ávila. *O progresso lírico em Emílio Moura: A casa* – 155

VOLUME V

Julho-Setembro 1963

116 páginas

Ensaio

Paulo Gaspar. Uma Sugestão para a Segunda Etapa do Sistema Paulo Freire – 3

Benedito Nunes. Existencialismo e Marxismo – 9

Leandro Konder. Intolerância & Marxismo – 17

Luiz Costa Lima. Trotsky: Arte e Marxismo – 27

Gadiel Perruci. Realidade e Protestantismo no Brasil – 41

Afonso Romano de Sant'Anna. A Poesia de Vanguarda e a Escola Primária – 65

Lopes de Andrade. Dinamismo Populacional e Renda no Brasil – 77

Documentos – Estudos

Eduardo Wanderley Filho. Sistema de Residentes no Brasil – 85

Sebastião Uchoa Leite. Participação Cultural – Algumas posições críticas – 97

Resenhas

Mike Sund. O não comunismo do prof. Walt Whitman Rostow (1916), economista e sociólogo USA, tradução de Roberto Cavalcante Albuquerque - 105

Juracy Andrade. Neo-capitalismo – socialismo – solidarismo, do Padre Ávila, PUC do Rio de Janeiro – 106; Brasil urgente, jornal seminário de São Paulo - 111

Osman de Freitas. O futuro como história, livro de Rober L. Heilbroner - 108

Pierre Fürter. Stucke, livro de Max Frisch, tradução de Luiz Costa Lima/ O teatro radiofônico de Durremmatt, idem - 109

Luiz Costa Lima. O realismo socialista: Leandro Konder publica artigo em estudos sociais, nº 17, junho de 1963 – 111; Cinema, realidade e invenção, artigo de Sebastião Uchoa Leite, página sobre cultura popular, jornal Última Hora, 20 de outubro de 1963 - 114

Arthur Eduardo de Carvalho. Inflação - 112

Orlando da Costa Ferreira. Vanguardismo e Sectarismo: revista invenção, nº 3, ano 2, junho, 1963 - 112

Marcus Frederico Cortez. Mamulengo de Hermilo Borba Filho - 113

Adão Pinheiro. Bossa Nova em questão: entrevista de Carlos Lyra e Augusto Boal - 114.³

3 O modelo que seguimos para elaboração deste índice está apoiado no “Estudos Universitários: índice por autor, em ordem alfabética” registrados por Anacleto Eloi: “índices redigidos em abril de 2009. Janga, Paulista – Recife, Pernambuco, Brasil”.

DISCURSO DO REITOR JOÃO ALFREDO SOBRE O LANÇAMENTO DA *ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS*¹

No dia 12 de agosto de 1962 a revista *Estudos Universitários* foi lançada na reitoria da Universidade do Recife, então localizada na Praça Adolfo Cirne. Na ocasião, perante autoridades, professores e representantes do corpo diplomático, o reitor João Alfredo fez o discurso que os leitores poderão conferir agora.

"A tensão econômica e social contemporânea repercute de maneira polimorfa na Universidade, através de reclamos suscitados pelo desejo de uma atuação de que resulte organicidade, integração na comunidade, preparação de maior número de técnicos armados de melhor adestramento, a fim de participarem eficientemente na aceleração do processo que deverá corrigir o desenvolvimento social dominante, favorecendo a criação de condições mínimas para obtenção do indispensável à dignidade da pessoa humana.

Considerando que o ensino deve ser levado para fora dos limites tradicionais da Universidade, pois a aquisição de conhecimentos deve ser direito de todos, criamos o Serviço de Extensão Cultural, a fim de prolongar e estender a função educadora da Universidade do Recife, realizável através de meios os mais diversos entre os quais sobressai a estação radiofusora, em vésperas de

1 Transcrição do discurso publicado no Jornal do Commercio, 12 de agosto de 1962, p 16.

ser elemento decisivo em tão importante tarefa. A partir de hoje, a estação de rádio da Universidade estará no ar, em fase experimental que precederá o seu lançamento definitivo.

Em acordo com esta preocupação cultural, em planos diferentes objetiva-se agora esta outra criação ambiciosa. Estudos Universitários, revista que é uma homenagem aos que fazem desta universidade uma instituição que se afirma também por uma cultura que através do regional servirá à dinâmica universal do saber e mostrará como estamos mudando, conduzidos pelos componentes de uma elite que pelo equacionamento das forças espirituais herdadas e das emergentes, atualizando-as em acordo com mutações naturais ao espaço e ao tempo, despertando ações e reações de alto poder criador. Confiada à inteligência e ao dinamismo de lúcida figura intelectual da geração nova, a um conselho consultivo e a uma comissão de redação onde se encontram professores representativos de todas as unidades universitárias, *Estudos Universitários* desponta como um marco comemorativo de alta expressão do décimo sexto aniversário da Universidade do Recife. Certamente – adiantou o reitor João Alfredo –, a excelente apresentação desta revista completa-se na qualidade da colaboração, ambas refletindo a hierarquia de valores convocados para prestar serviço nesta modalidade de tarefa que a Universidade empreende como instituição que apóia e estimula a ciência e a cultura, cuja interseção represente um ponto onde a observação se alonga por perspectivas que permitem visão mais completa do homem.”

ENTREVISTA



ENTREVISTA A LUIZ DE FRANÇA COSTA LIMA¹

NATURALIDADE

Brasileiro

ANO DE NASCIMENTO

18 de março, 1937

FILIAÇÃO

Luiz de França Costa Lima e Elza Lisboa de Moraes Rego Costa Lima

FORMAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR

Colégio Nóbrega e Faculdade de Direito da Universidade (então chamada) do Recife

OS ANOS DE ESTUDANTE NA FDR (UNIVERSIDADE DO RECIFE)

1955-1960

O INTERCÂMBIO NA ESPANHA

Final de 1960 a março de 1962

O RETORNO PARA O RECIFE

Cerca de abril de 1962 (um pouco antes da queda de Jânio)

A AMIZADE COM PAULO FREIRE E DEMAIS MEMBROS DO SERVIÇO DE EXTENSÃO CULTURAL

A amizade com Paulo veio de meus anos de adolescência, pois éramos vizinhos e ele, amigo de meus pais. Com José Laurênio de Mello e Sebastião Uchoa Leite, membros da Rádio da Universidade, data-va desde meus anos de faculdade. Com os demais membros permanentes do Serviço

¹ Entrevista formulada pelo Prof. Dr. Denis Bernardes, Prof. MS. Dimas Brasileiro e pela Profa. MS. Djanyse Mendonça, pela web, em 27 de abril de 2012.

de Extensão Cultural, nossa amizade foi iniciada durante o próprio serviço. Chamo a atenção, contudo, que, sem serem membros efetivos do SEC, estavam sempre conosco o romancista Gastão de Holanda, o então assistente de filosofia Jomar Muniz de Brito, o poeta Jorge Wanderley e o ainda estudante Marcius Cortês.

A CRIAÇÃO DA REVISTA ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Segundo se dizia, ela teria sido combinada entre o então Reitor João Alfredo Gonçalves da Costa Lima – noto que a sua família era Gonçalves da Costa Lima e não era parente meu – e Eduardo Portella, no Rio de Janeiro. (Nunca perguntei a Eduardo – de que sempre fui amigo – se isso fora verdade). Muito menos sei por que fui convidado para secretariá-la.

A CRIAÇÃO DA CAPA DA REVISTA (O DESENHO, A CONCEPÇÃO)

Todo o projeto gráfico da revista foi realizado pelo saudoso amigo, Orlando da Costa Ferreira.

COMO SE DAVA A ESCOLHA DOS COLABORADORES.

Sem nenhuma sistematicidade. Como havia um conselho de redação, seria de esperar que ele se interessasse na constituição dos números, mas isso só sucedeu ante a celeuma pelos poucos exemplares que chegaram a circular sem censura do número 5, quando vi pela primeira (e única vez) o Conselho reunido, no gabinete do Reitor. Detalharei a questão na resposta à última questão. Deste modo, a escolha se dava por meu intermédio, fosse por escolha pessoal, fosse atendendo a solicitações.

COMO SE DAVA A ORGANIZAÇÃO DOS SUMÁRIOS, A DISTRIBUIÇÃO.

Sumários: os em francês eram feitos por um suíço-francês, Pierre Furter, que durante anos viveu conosco. (Creio que só saiu do Brasil meses depois do golpe). Os sumários em inglês, se bem me lembro, eram feitos por mim e corrigidos por José Laurênio. Distribuição? A mais amadorística possível. A distribuição local era feita pela própria Reitoria, enquanto a nacional e internacional era feita por mim mesmo, isto é, era eu próprio que levava os exemplares para os Correios do centro da cidade e pagava de meu bolso. (Isso então não tinha a menor importância, pois remuneração financeira parecia algo desprezível).

O COTIDIANO DA REVISTA

Havia muito pouca profissionalização naquilo tudo. Nós, que a fazíamos, ou seja, o secretário e seus amigos, trabalhávamos o dia inteiro no SEC, quando não dando aulas ou estudando, trabalhando na composição dos artigos, em sua tradução e/ou revisão. O amadorismo de tudo aquilo tinha seus evidentes defeitos, mas, com a passagem do tempo, me digo que só era possível ante a alegria da juventude que havia em todos nós e na esperança, por certo despropositada e irrealista, de que contribuíamos por um país menos injusto e desigual.

O QUE SIGNIFICAVA, NAQUELE MOMENTO, PÔR EM FUNCIONAMENTO UMA REVISTA COM AS CARACTERÍSTICAS DA ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS EM SUA PRIMEIRA FASE

Significava acreditar que havia caminhos não viciados de emancipação política,

social e intelectual do país. Significava que a busca desta alternativa não se dava nos grandes centros, onde a política tradicional tinha elos mais fortes, senão em uma cidade cercada pela miséria dos mangues e dos morros e ora o ódio, ora o pavor dos que sentiam calafrios ante a ameaça de perder seus privilégios.

A REPERCUSSÃO NACIONAL E INTERNACIONAL:

Fez parte do amadorismo acima referido não haver guardado as manifestações de solidariedade recebidas no sul do país, assim como a correspondência estabelecida com professores europeus, norte-americanos e mesmo – o que no período era considerado sacrilégio – com Cuba. Mas evidentemente o tom político daquele momento dava à revista um caráter de engajamento – não de partidarismo – que deveria vir a ser equilibrado.

COMO SE DEU O DIÁLOGO COM OS CONCRETISTAS E COM OS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS?

Diálogo com os concretos: mais especificamente com Haroldo de Campos e Décio Pignatari. Como se realizava em João Pessoa o III Congresso de Crítica e História Literária, como eu já me correspondia com os poetas concretos, consegui que a reitoria convidasse os dois para fazerem palestras no Recife. Elas nunca se realizaram porque Décio teve aqui uma indigestão alimentar. Em troca, lembro-me sobretudo do encanto de Haroldo, que queria encontrar um meio de vir trabalhar durante certo tempo no SEC. Poucos meses depois, entretanto, a primeira queda do Serviço de Extensão se daria com

a demissão de seu secretário. Correspondentes estrangeiros: eram todos decorrentes da intensa correspondência particular que eu mantinha. Para entendê-lo, preciso chamar a atenção que, insatisfeito com o que aprendera na universidade espanhola, pensava em ir estudar nos Estados Unidos. (O projeto já vinha de antes de minha ida para a Espanha, mas naquele momento, mesmo antes da efervescência política, não era fácil ter uma bolsa). Pouco lembro agora desses correspondentes, exceto de um italiano, Andrea Bonomi, que depois se tornaria muito amigo de vários brasileiros e voltaria aqui com alguma frequência.

COMO SE DEU A ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL COM UNIVERSIDADES E ESCOLAS ESTRANGEIRAS?

Não houve articulação institucional senão que com pessoas.

COMO SE DEU A DEMISSÃO NO FINAL DE 1963?

Procuro dizê-lo sinteticamente. Para funcionar a partir do número 5, eu havia pensado em uma seção que sintonizasse o Recife com o que de mais importante tivesse se dado, desde o número anterior até aquele, no Brasil e no estrangeiro.

Próximo de entregar o material para a gráfica, Gilberto Freyre, que se tornara o porta-voz contrário à política de João Alfredo e do SEC e ao que chamava de processo de comunização do país, escrevera um artigo em que reclamava que os comunistas da imprensa escolhiam fotos que o mostravam feio, muito feio. Por mais que Sebastião Uchoa me advertisse que não o fizesse, escrevi na seção re-

ferida uma nota em que transcrevia as palavras do ilustre sociológico, e acrescentava que sua reação seria explicável se tratasse de uma grande dama do cinema, mas não de... etc. A reação não se fez esperar. Provavelmente sob pressão, o Reitor convocou o Conselho de redação da revista. Particularmente feroz na defesa dos “bons princípios” era a prof. Maria do Carmo Tavares de Miranda. Em minha defesa, havia apenas a voz de meu ex-professor de Direito Penal, Rui Antunes. Não só saí da reunião demitido, como a página causadora da celeuma foi arrancada. Durante alguns anos, a tive comigo. Depois, entre minhas idas e vindas, e mudanças de residência, ela se perdeu. A vanguarda em que o Recife então se encontrava ainda se manifestou na antecipação da repressão. Quero deixar claro, contudo, que foi meu voluntarismo juvenil o responsável por todo o episódio. Ao Reitor, a quem nunca mais vi, não cabia fazer outra coisa. Só lamento nunca haver agradecido a Rui Antunes a defesa que procurou fazer de uma causa já perdida. Na verdade, a perda apenas começava. Hoje, quando se pensa que o país ultrapassou a repressão sofrida por mais de 20 anos, diria que não é bem assim. Do ponto de vista educacional, o golpe mudou nosso currículo escolar, não só introduzindo uma ideologização deslavada – a chamada “educação cívica – como eliminando as línguas clássicas, ainda aprendidas por minha geração. A “redemocratização” continuou em linha semelhante. Se a “educação cívica” era demasiado gritante, em troca o abastardamento do ensino secundário se aprofundou. Por fim, o des-

caso de políticos ligados à universidade ou o reconhecimento por outros apenas das atividades técnico-econômicas fez a nossa universidade, na parte relativa às chamadas humanidades, afundar em um buraco sem igual. Enquanto o país está bem economicamente, isso não se nota. Mas quem tenha contato ou com grandes empresas ou com os programas de cultura sabe que as deficiências são de mesmo nível: as grandes empresas se queixam da falta de operários especializados, os programas de cultura – presentes nos suplementos que sobrevivem, na grande maioria das teses apresentadas nos programas de pós-graduação, ou na TV – chegam a dar vergonha.

PRODUZINDO SABERES

O REITORADO DE JOÃO ALFREDO TEMA DE DISSERTAÇÃO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO (CE) DA UFPE

Edelson de Albuquerque Silva Junior¹

A dissertação² de nossa autoria e intitulada: *O reitorado de João Alfredo na Universidade do Recife - UR (1959-1964): patrimonialismo populista e modernização científica*, orientada pelo professor Dr. Evson Malaquias de Moraes Santos, propõe-se a analisar as significações imaginárias sociais do referido reitorado, visto quase que harmonicamente pelos autores analisados como um projeto político impedido pelo golpe civil-militar de 1964 de continuar suas mudanças e reformas internas e que teve um forte laço com o “povo” através do Serviço de Extensão Cultural (SEC-1962-1964) coordenado por Paulo Freire.

Desse modo, buscou-se analisar possíveis rupturas ou a perpetuação de uma estrutura organizacional herdada do reitorado de Joaquim Amazonas (1946-1959) ao investigar as bases políticas do reitor João Alfredo, as significações dessa estrutura organizacional e os fundamentos ideológicos que orientam a prática discursiva do SEC, além de elaborar uma breve narrativa política e

1 Mestre em Educação pela UFPE, membro da diretoria do Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas.
E-mail: juniorpe07@bol.com.br

2 Defendida e aprovada no dia quatro do mês de julho do ano em curso, no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

profissional desse reitor. Percorremos uma abordagem histórica, social, política, cultural e educacional para que nos fornecesse elementos interpretativos do fazer político-cívico da sociedade brasileira. Estudos do próprio estatuto da UR como das atas das 39 (trinta e nove) reuniões do Conselho Universitário, além de 06 (seis) boletins do SEC foram realizados.

Uma interpretação da cultura política no País foi desenvolvida no intuito de se compreender uma tradição institucional e instituinte de prática política no Brasil, associando-a a aspectos tratados na pesquisa a partir da ótica das relações de poder estabelecidas na então UR, considerando inclusive o contexto social, político, educacional, que impulsionou a consolidação da fundação de uma universidade no Estado de Pernambuco. Um período marcado pelo domínio político dos setores industriais diante dos agroexportadores, dos conflitos, sobretudo nas áreas rurais, da destinação de mais de 70% da renda do operário *apenas* para a aquisição de alimentos, de um elevadíssimo grau de mortalidade infantil, e onde não se diferenciava mais a paisagem do Recife entre os milhares de mocambos.

No conjunto dessas análises o que se verifica é que João Alfredo assumiu durante o seu reitorado um perfil de emissor do discurso de aproximação da UR com as problemáticas do “povo”, da “região”, que o próprio cenário populista exigiu, e uma prática de gestão que dava continuidade aos ritos, significações, dinâmicas e formalidades que a adoção do cargo de reitor demanda. Portanto, podemos afirmar que, no sentido das relações internas de poder na UR, João Alfredo não representou um projeto “novo” de Universidade, primeiramente porque fazia parte dessa estrutura de poder desde o ano de 1948, segundo por representar uma “oligarquia acadêmica” na instituição, além de conservar a dinâmica organizacional do Conselho Universitário típica do período do reitorado de Joaquim Amazonas.

No entanto, o SEC assume um caráter de instrumento das mudanças sociais, enquanto a estrutura de poder do Conselho Universitário através dos catedráticos permanece rígida, demonstrando a *antipoiésis* como significação predominante desse colegiado, mesmo com o reitorado adotando um perfil desenvolvimentista. O próprio silêncio predominante dos representantes estudantis nas reuniões do Conselho Universitário nesse período também reflete o simbolismo que os próprios tinham diante dos catedráticos, caracterizados como expressão do poder na Universidade, e que ultrapassavam os limites geográficos da UR, e alguns docentes, inclusive, exercendo cargos políticos no Estado em funções legislativas e executivas, como secretários de Educação.

No mais, acreditamos que essa pesquisa pode contribuir para e com uma compreensão de universidade, das relações criadas e mantidas entre o intelectual e a sociedade, da representação de um reitor enquanto sujeito criado sócio-historicamente, assim como também perceber de que modo uma prática política numa instituição pode refletir fielmente a sua funcionalidade inibindo um caráter poético da mesma, e ainda, mesmo reconhecendo seus limites, problematizar e indagar o momento presente.

ENSAIOS

MEIO SÉCULO DE UMA REVISTA INTERROMPIDA

Abdias Moura¹

O tema sugerido para a elaboração dos textos nesta edição comemorativa da revista *Estudos Universitários* não poderia ser mais estimulante: o contexto político vivido pelo Brasil, especialmente Pernambuco, nos primeiros anos da década 60 do século XX.

Vejo três linhas de abordagem possíveis para dar o meu recado: uma de natureza técnica (com o uso dos conceitos da análise sociológica), outra mais leve - uma grande reportagem retrospectiva, ainda que sem ilustração gráfica - e, finalmente, a que me pareceu mais adequada: uma espécie de “memória” de quem, em 1962, acumulava três atividades diferentes no Recife, uma delas na redação do *Jornal do Commercio/JC*, como Chefe da Reportagem; outra no serviço público federal (assistente do professor Pinto Ferreira, na UFPE); e a terceira numa repartição recém-instalada pelo governador Cid Sampaio (1910-2010) - Comissão de Desenvolvimento de Pernambuco - Condepe, (nome que já sugeria o sentido renovador da administração estadual).

Na época de que falo, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (1959), criada pelo presidente JK, estava dando também os seus primeiros

¹ Livre docente de Sociologia pela UFPE, Professor Adjunto aposentado.

passos. E me lembro do poeta Felix Athayde, que se mudara de Olinda para o Rio de Janeiro e estava de férias em Pernambuco, queixando-se aos amigos: ao sair de casa, todos os dias se defrontava anteriormente com literatos e cultores da poesia. Na volta ao Recife, só encontrou economistas (verdadeiros ou falsos), pois todo mundo falava em “desenvolvimento econômico”.

No Brasil como um todo, o tema preferido era a política partidária. Depois de JK, veio a eleição e renúncia teatral do Presidente Jânio Quadros. Só um acordo de bastidores entre civis e militares permitiu a posse do seu sucessor, João Goulart, com a adoção provisória do Regime Parlamentarista. Tancredo Neves (1910-1985) fora escolhido para Primeiro Ministro, provisoriamente, e com seu raposismo permitiu a posse do Vice-Presidente que fora eleito pelo povo.

Para quem é jovem, vale ainda lembrar que estava no auge a chamada “guerra fria” entre EUA e URSS que evitou um conflito armado entre as duas grandes potências mundiais da época, mas que exacerbou as desconfianças recíprocas, tentando dividir o mundo em dois blocos. De um lado, os defensores do sistema capitalista, do outro o socialista, ambos se dizendo democráticos e amantes da paz. Em breve, Cuba (1959) se tornou a primeira experiência de comunismo na América Latina. E os Estados Unidos, sob o democrata John Kennedy (1917-1963), criou a Aliança para o Progresso como forma de blindar qualquer nova adesão de países latino-americanos ao bloco comandado pela União Soviética.

Nesse contexto, Pernambuco começou a chamar a atenção do mundo com o surgimento das Ligas Camponesas. Logo ficou conhecido o nome de Francisco Julião (1915-1999), que conheci na redação do *JC*, quando patrocinou a causa das prostitutas do Recife, proibidas arbitrariamente pela Polícia de sair às ruas da cidade antes das dez horas da noite. Somente depois é que iniciou a luta pelo pagamento dos direitos trabalhistas aos homens do campo e passou a ser objeto de reportagens em grandes jornais de todo o mundo. Ele próprio, candidato a vereador da capital pelo moderado Partido Socialista Brasileiro, foi eleito com uma pequena votação, tendo grande parte dos seus votos sido apurados – não coincidentemente – na urna que funcionou num Colégio Religioso, em bairro de classe média alta. Consta que as freiras votaram maciçamente em seu nome.

Recuando alguns anos, devo falar da primeira vitória eleitoral, no Recife, de candidato a prefeito apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro, o engenheiro Pelópidas Silveira (1915-2008). E, anos depois da eleição para o mesmo cargo, de um político cearense, Miguel Arraes de Alencar, que chegaria ao

Governo de Pernambuco na fase histórica a que me estou referindo, tendo entre seus maiores amigos alguns políticos de linha marxista.

Na fase anterior a esse clima de agitação construtiva é que foi criada a Universidade do Recife. Iniciativa do governador Barbosa Lima Sobrinho, ainda no final da década de 1950. Nela comecei a ensinar em 1960. Seu primeiro reitor, o pacato professor João Alfredo (1898-1971), convidara para ocupar o cargo de Pró-reitor de Extensão Cultural o educador Paulo Freire, que estava desejando testar um novo método de ensino dirigido sobretudo aos camponeses da palha da cana, sabendo serem estes os principais responsáveis pelas impressionantes estatísticas de analfabetismo em Pernambuco.

A linha de raciocínio de Paulo Freire era de tal forma simples que de início não provocou suspeitas de “esquerdizante”. Para ele, não era viável utilizar, no ensino de adultos, a mesma linguagem e o mesmo material usados tradicionalmente nas cartas de ABC dedicadas a crianças. Como ponto de partida para cada classe de ensino organizada deveria haver previamente uma pesquisa identificadora do universo vocabular do educando.

Assim é que surgiram as primeiras classes em que não se exigia texto impresso. O orientador (não se falava de professora, muito menos do abusivo “tia”, de hoje) se utilizava de retro-projetores para lançar as palavras-chave sobre uma tela (ou a simples parede caiada). O aprendiz as sentia como se estivesse numa sessão de cinema. E em vez de ler “Ivo viu a uva”, comum no meu tempo de criança, tentava entender a mensagem contida em cada frase. Esta poderia ser “o cam-po-nês cor-ta a cana”, ou “o ho-mem gos-ta de li-ber-da-de”. Testado, em caráter experimental, o método foi um sucesso: em poucas semanas, alguns alunos podiam escrever cartas aos familiares e amigos, com suas letras imprecisas.

Ao tempo em que o método começou a ser testado, eu não estava no Recife, mas no Rio de Janeiro, fazendo o curso da Cepal/ONU em Capacitação em Desenvolvimento Econômico, afastado provisoriamente do *Jornal do Comercio*. Quem financiou minha viagem e hospedagem na então capital federal foi o governo do Estado, através da Condepe, dirigida pelo jovem economista Zito de Souza Leão. A Universidade do Recife me deu permissão para afastar-me das aulas e não cortou meus salários. Voltando à minha cidade, dediquei-me nas horas vagas a formular um esquema de aulas, a que chamei de “Introdução à Análise Sociológica”, então transformado num pequeno ensaio com gráficos desenhados por um colega da Condepe. Comprei um retro-projetor portátil e passei a fazer projeção dos gráficos para meus alunos.

Um dos companheiros condepeanos mais queridos, o então quase adolescente Jarbas Maciel, que chamávamos de Jarbinha, ao ver uma dessas projeções, exclamou que minha análise parecia ser um desdobramento, para nível superior, da metodologia adotada por Paulo Freire na alfabetização de adultos. Ele me pediu para fazer uma visita àquele educador, que eu não conhecia. Na realidade, afora a possibilidade de projeção, as duas concepções pouco tinham em comum, mas Jarbinha salientou que eu conseguira reduzir o pedante linguajar sociológico à sua expressão mínima, o mesmo que PF tentava então fazer com a linguagem do adulto analfabeto.

O Serviço de Extensão da UFPE funcionava em um pequeno edifício, próxima ao QG da 7ª Região Militar, onde Paulo Freire me recebeu e convidou para expor meu esquema a dois grupos de estudantes universitários (um de Goiás, outro de São Paulo) que iriam visitá-lo alguns dias depois. Compareci, nos horários marcados, e fiz as duas exposições. Meu ego transbordou, quando ouvi de uma estudante paulistana uma frase gentil, não sei se totalmente sincera: “Aprendi hoje, nesta aula, mais do que em todo o meu curso de Sociologia”. Meu contacto com o grande educador começou e terminou naquela semana.

A revista *Estudos Universitários*, editada pelo Departamento de Extensão da UR, subordinada oficialmente ao próprio reitor, era trimestral. Tinha um Conselho Consultivo, constituído por 12 professores “acima de qualquer suspeita de esquerdismo” e uma Comissão de Redação da qual faziam parte os professores Gláucio Veiga, Joel Pontes e Rui de Costa Antunes, este último, ex-deputado comunista. Havia publicado, até então, os seus três primeiros números. O quarto, que deveria corresponder ao período de abril-junho de 1963, sofreu um grande atraso por se tratar de uma edição especial, embora isso não fosse explicitado em nenhuma de suas páginas. Na realidade, era quase toda dedicada à explicitação do método de Paulo Freire, mas incluiu entre os artigos a minha “Introdução à Análise Sociológica”, afora dois ensaios até certo ponto desvinculados do tema principal: um de Juracy Andrade (“João XXIII ou a Igreja que muda”) e outro em que Pilar Gómez debate sobre teatro. Para completar o número, um informe sobre o Primeiro Congresso de Cultura Cubana, assinado por Alfredo Guevara, e um pronunciamento a respeito do nacionalismo, de autoria do secretário executivo da revista, Luiz da Costa Lima. Para completar, resenhas de livros, assinadas por Nelson Saldanha, Francisco Bandeira de Mello, Marcius Cortez, Jomard Muniz de Brito, Sten Vjarild e Afonso Ávila.

O conteúdo fundamental da revista era constituído por cinco artigos, a saber: *Conscientização e alfabetização – uma nova visão do processo*, por Paulo

Freire; *A fundamentação teórica do Sistema Paulo Freire*, por Jarbas Maciel; *Educação de Adultos e Unificação da Cultura*, por Jomard Muniz de Brito; *Conscientização e alfabetização – uma visão prática do Método Paulo Freire*, por Eurenice Cardoso; e *Alfabetização e Cultura Popular na alfabetização* (sic, por politização) *do Nordeste Brasileiro*, por Pierre Furter.

Se a revista nº 4 custou a ser editada, demorou ainda mais para ser distribuída, a ponto de não haver hoje originais intactos, nem mesmo nas bibliotecas universitárias. Mas, certamente, os líderes militares que ocuparam o poder no Brasil a leram com atenção. E, depois do golpe de 1964, não somente o seu criador como vários outros educadores que tiveram seus nomes associados àquela experiência foram objeto de processo policial militar.

Já contei em livro (*Memórias do Século XX*) que, logo após a promulgação do AI-1 (9 de abril de 1964), fui surpreendido ao ver meu nome incluído numa matéria de uma coluna, discretamente publicada no *Jornal do Commercio*, sob o título “Inquérito”, com os seguintes dizeres: “Benjamim Santos, Wilma Vaz, Luiz Pinto Ferreira, Abdias Moura, José Xavier Pedrosa de Moraes e Fernando Saldanha estão convidados a comparecer, terça-feira, dia 8, à Procuradoria da Universidade do Recife, para depor ante o major Manoel Moreira Paes, encarregado do IMP da UR”. Alguns nomes me pareceram truncados (sendo o meu próprio abreviado, tal como o uso geralmente), o que me fez imaginar que se tratou de uma notícia copiada por algum redator de um possível edital mais amplo, que não chegou a ser publicado. A própria sigla de Inquérito Policial Militar saiu com letras trocadas (IMP em lugar de IPM). Ainda assim, compareci a tal Procuradoria, que funcionava, ironicamente, nas mesmas instalações antes ocupadas pelo educador Paulo Freire, vizinha do QG da 7ª RM.

Somente depois desse meu primeiro e único depoimento, em que nenhuma acusação concreta me foi feita, nem cobrada qualquer explicação sobre métodos de ensino, tomei conhecimento, mais uma vez pelos jornais, de que uma Comissão Geral de Inquérito, presidida a nível nacional pelo Almirante Paulo Bosídio, isentara alguns funcionários de todo o Brasil “dos resultados ou processos penais a que estejam sujeitos ou venham a ser indiciados”. De tal relação, 13 nomes eram ligados à Universidade do Recife: Paulo Reglus Neves Freire; Ionard (sic, por Jomard) José Muniz de Brito, Luís de França Costa Lima Filho, Astor (sic, por Authur) Eduardo de Oliveira Carvalho, Juracy da Costa Andrade, Jarbas Augusto Ribeiro Maciel, Antonio Bezerra Baltar, Rui de Costa Antunes, Luís Pinto Ferreira, Amaro Soares Quintas, Abdias Cabral de Moura Filho, José Xavier Pessoa de Moraes e Francisco das Chagas Costa Tito. Isso significa que meu chamamento para depor não se deu em função

do artigo publicado na revista “Estudos Universitários”, mas em face de outra acusação, que descobri ter partido de um ex-colega de redação do *Jornal do Commercio*, como expliquei também no meu livro *Memórias do Século XX*. Mas aqui não quero me fixar em minha situação pessoal, e sim na da equipe que fazia a revista “Estudos Universitários”

Apesar daquela “isenção” a nível federal que citei acima, li no *Diário de Pernambuco* de 12 de junho de 1965 que 23 pessoas constantes de processo instaurado na Universidade do Recife haviam sido denunciadas à Justiça Militar como “subversivos”, sujeitas, portanto, a punição. A lista era encabeçada por Paulo Freire e continha meu nome e o de Jomard Muniz de Brito, nenhum outro dos que haviam colaborado no nº 4 da Revista.

O resto é História, não é apenas memória. Paulo Freire asilou-se em outro país, até que muitos anos mais tarde foi anistiado e, com a redemocratização, pode dirigir a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo; Jomard Muniz de Brito, que passou um tempo ensinando na Paraíba, voltou a Pernambuco, onde continua escrevendo e inovando a literatura. De minha parte, fui absolvido das acusações de atividades subversivas pelo pleno do Superior Tribunal Eleitoral, através de parecer do general Pery Bevilacqua, a pedido do advogado Nilzardo Carneiro Leão.

Meu artigo para a revista “Estudos Universitários” voltou a aparecer, em sua versão definitiva, com a publicação pela Editora da UFPE do meu livro *A Sociologia reconstruída*, no dia 10 de maio de 2012.

SONHO, PESADELO E RETOMADA

Juracy Andrade¹

O início dos anos 60 do século passado foi uma época de grande efervescência no Brasil todo, especialmente em Pernambuco e no Nordeste, que viviam uma experiência de reinserção plena na Federação com a velha SUDENE (1959) de Celso Furtado. A Frente do Recife elegia prefeitos e conquistara o Governo do Estado com a eleição de Miguel Arraes (1962). O povo se conscientizava de seu poder nas urnas (anulado pelo golpe militar de 1964). Na cena cultural, o Movimento de Cultura Popular (MCP-1960) da Prefeitura do Recife e o Serviço de Extensão Cultural (SEC-1962) da UFPE (então Universidade do Recife), além de promoverem avanços substanciais na educação de adultos, atraíam ao Recife personalidades da cena nacional e internacional, grupos teatrais de vanguarda como o CPC da UNE (1961) - que não era a UNE de hoje, um departamento do PCdoB -, Teatro de Arena, Oficina, com figuras que se tornariam exponenciais, como José Celso, Augusto Boal, Nelson Xavier, entre outros.

É nesse contexto que surge, em 1962, a revista *Estudos Universitários*. Idealizada por Luiz Costa Lima, então se iniciando nas letras e na crítica literária, hoje conceituado professor e crítico, juntamente com outros integrantes da equipe do professor Paulo Freire. Ela respondia à necessidade de dotar a uni-

1 Juracy Andrade é jornalista, com formação em Filosofia e Teologia.

versidade e o meio intelectual pernambucano de um instrumento de trabalho ágil e moderno, o que fazia falta por aqui. Integrava-se ainda ao que ficou conhecido como Sistema Paulo Freire de Educação, algo mais além da mera alfabetização e educação de adultos e que formava um sistema muito mais abrangente de educação e cultura. Mais tarde, no exílio, Paulo Freire (1921-1997) publicaria obras magistrais, como *Pedagogia do oprimido* (1968), que trariam mais elaboradamente o que se pesquisava e estudava embrionariamente no SEC.

Devido a divergências pedagógicas com Germano Coelho, que dirigia o MCP, Paulo Freire se afastou do movimento e criou o SEC, a convite do reitor João Alfredo. Ali teve oportunidade e apoio para aperfeiçoar e aplicar seu método revolucionário de alfabetização a partir de palavras geradoras e também para estruturar o mais amplo e abrangente Sistema Paulo Freire de Educação.

Quando a universidade obteve licença para operar a Rádio Universitária (1968), o reitor João Alfredo (1898-1971) achou que o melhor operador da mesma seria o SEC. Laurênio Lima, que tinha experiência na BBC de Londres e integrava a equipe do SEC, foi nomeado seu diretor. Eu, que exercia a função de avaliação da aplicação do método de alfabetização, fui também escalado para produzir programas (Resenha de Jornais e Resenha de Editoriais). Mais tarde, depois do golpe, encontrei cópias de todo esse material nas mãos de um capitão (esqueço o nome) que chefiou o IPM da universidade. O SEC ganhou assim dois grandes instrumentos para exercer seu trabalho inovador nos setores de educação, cultura e informação.

Bons e promissores tempos. O golpe que os militares e a burguesia paulista quiseram dar em 1961 tinha sido debelado, sobretudo devido à coragem e rapidez de ação de Leonel Brizola no Rio Grande. Acreditávamos que não havia clima para golpe, pois um já tinha sido abortado, e havia uma grande quantidade de oficiais realmente nacionalistas e sem ligações com o *War College* dos Estados Unidos. O Partido Comunista Brasileiro (PCB, o Partidão) tinha liberdade de ação, embora ainda fora da legalidade desde 1947. Mas, além de não ter a intenção de implantar logo aqui uma ditadura do proletariado, não eram tantos assim os seus adeptos. Como Celso Furtado disse, numa conversa com Paulo Freire de que participei (objetivo: falar a ele sobre o SEC), o Nordeste já se referia diretamente à Europa. Personalidades e políticos vinham aqui ver o que estava acontecendo, sem pagar pedágio no Rio ou São Paulo. E aqui chegando, não iam beijar a mão de Gilberto Freyre, como acontecia tradicionalmente, procuravam o superintendente da Sudene Celso Furtado, Paulo Freire, o governador Miguel Arraes, o prefeito Pelópidas Silveira, Paulo

Rosas. A efervescência política e cultural no SEC era tão grande que a lacerdista Sandra Cavalcanti enviou ao Recife, sob pretexto de aprender o que se estava fazendo aqui, um grupo de alunas da PUC-Rio como espias. Eram as Mata-Haris da vanguarda “mal-amada” de Carlos Lacerda, o eterno golpista, então governador da Guanabara.

Acredito que o golpe de 1964 não foi só resultado da Guerra Fria e da convicção de Washington de que uma ditadura amiga, uma ditadura “do bem”, serviçal aos interesses estadunidenses, é algo muito bom; democracia é coisa para brancos, de preferência anglo-saxões. Foi também provocado e financiado (fora o financiamento comprovado dos EUA) pela burguesia paulista, que assim conseguiu atrasar em meio século o desenvolvimento do Nordeste (exceção da Bahia até há pouco tempo).

Os belos sonhos de uma geração sofreram a assombração trágica do pesadelo de 21 anos de ditadura, mais a “redemocratização” de Sarney, Collor e FHC. A retomada da revista *Estudos Universitários*, que está completando 50 anos de criação, resgata de certo modo aquele sonho.

ABAIXO A CENSURA. VIVA A BLINDAGEM

Marcus Cortez

“Ou a cultura acaba com o patrulhamento ideológico ou o patrulhamento acaba com a cultura.”

“Para quê a censura se a blindagem é abstrata.”

“Blinde seu carro, não a sua alma.”

Vou escrever essas frases nos muros do Recife. Farei assim uma imitação barata dos clássicos do gênero: o povo francês. Os franceses escreveram os melhores muros da história:

“Prenons la révolution au sérieux mais ne nous prenons pas au sérieux.”

“Bientôt de charmantes ruines.”

“Le sexe de La nuit souri à l’œil unanime de la révolution.”

Mas deixando de lado essa brincadeira introdutória, vou adiantar o que pretendo dizer nesse vigilante texto. A blindagem à informação está comendo os miolos da inteligência brasileira. O intelectual que filtrou uma informação

pertinente e deseja reparti-la com a sociedade pode tirar o cavalinho da chuva que vai ficar latindo para a lua. A caravana parou e pelo andar da carruagem, a coroa será poupada, pelo menos, por enquanto. O deserto se agiganta. A pasmeira se espalha nos oceânicos afluentes do besteiro. O patrulhamento sobre a informação, em seu estilo platinado, segue firme e forte adubando a indigência mental. Vamos aos fatos.

Eu, vigilante desde a mais tenra idade, venho tentando divulgar uma informação que carrego do tempo da minha prisão no Dops da Duque de Caxias e na Operação Bandeirantes da Tutóia, em São Paulo, no ano de 1968. Era voz corrente entre os presos políticos que a Rede Globo de Televisão cedia seus estúdios do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, para que fossem gravados os vídeos-teipes da garotada dizendo que errara ao aderir ao terrorismo e que, arrependidos, acreditavam agora na Revolução de 1964, no Brasil Grande, no Milagre Econômico, etc etc...Os meninos chegavam mais mortos do que vivos, geralmente encapuzados, sendo que suas máscaras só eram retiradas quando eles já estavam de frente para as câmeras e dos responsáveis pela produção, principalmente da equipe de maquiadores. Os teipes em forma de anúncios tinham de trinta a sessenta segundos e entravam no ar, às vezes, no mesmo dia da gravação. Portanto, eles deviam ser aprovados na ilha de edição. Eram veiculados em todo o território nacional, as emissoras de rádio e televisão ofereciam seu espaço gratuitamente.

Quem acoberta a tortura, torturador é. A denúncia é grave e, certamente, oportuna nesses tempos de Comissão da Verdade.

Não sou cachorro agressivo, não mordo e não dou coices. São sessenta e oito anos de murro em ponta de faca, mas se uma coisa me doeu nos cascos foi a patrulhada cometida contra a revista da Biblioteca Nacional. A revista furou a blindagem em torno de um determinado livro que questiona o processo de privatização ocorrido no Brasil. O livro de autoria de um jornalista vencedor de dois prêmios Esso é objeto do mais escandaloso silêncio já visto no país. Pois bem, a citada revista publicou uma resenha sobre a maldita obra. Caros leitores, o bafafá foi federá, a represália dos incomodados beirou ao patético. Resultado: o editor pediu o boné, não sei quem do conselho editorial foi mandado embora porque o assunto privatização está proibido. Lançado no começo desse ano, o livro continua na lista dos dez mais vendidos. Essa lista é elaborada e publicada semanalmente por aquele jornal (estado de São Paulo) do qual tive a honra de andar nos carros que o próprio emprestava aos torturadores de São Paulo, financiados pela fina nata das multinacionais e do empresariado nacional, conforme denúncia feita no meu livro "O Golpe na

Alma”. Muito bem, esse veículo de comunicação amiguinho dos torturadores nunca procurou o jornalista autor do livro para entrevistá-lo, nunca discutiu o conteúdo da obra com seus leitores e do alto de sua ariana superioridade, permanece fazendo cara de paisagem.

Falando sério, se eu tivesse vinte anos e estudasse jornalismo, faria uma pesquisa sobre como atua a blindagem regionalmente. Tenho até um título para a obra: o impossível acontece. Talvez abrisse a tese com o caso de certo político mineiro que foi parado por uma blitz de trânsito se recusou a fazer o teste de bafômetro porque estaria embriagado, além de dirigir com a carteira vencida. A notícia teve um relativo destaque na televisão e em alguns jornais de circulação nacional. Porém, na santa terrinha do emérito congressista, reinou o nada consta reafirmando aquela história de que em Minas, o silêncio é de ouro. Em São Paulo, a blindagem funciona maravilhosamente no que diz respeito à segurança pública. O rapaz que quebrou a lâmpada no rosto de outro rapaz em frente ao Conjunto Nacional, na Avenida Paulista, teve a prisão decretada pela Justiça, mas a Polícia não o pegou. O jovem foragido, segundo fontes confiáveis, tem um dinheirinho e se o banqueiro Daniel Mendes está solto, por que ele que surra “viado” vai em cana? Há também uma blindagem poderosa em torno da fuga de dois do bando de sequestradores daquele badalado publicitudo. Essa misteriosa fuga é segredo nacional.

Na nossa diletta Recife há uma informação que não se divulga de jeito nenhum, onde já se viu desrespeitar o principal ícone da cultura pernambucana, o Duque de Apipucos, o Dr. Gilberto? Nunca vi nada em nossa imprensa que Gilberto Freyre, com y, é o autor da letra do Hino da Arena, o partido político da Ditadura Militar. Nosso Duque amava a Gloriosa. Na criação da letra, ele soltou todo o seu fervor golpista. Acho que essa informação não devia ser omitida porque, por exemplo, o Dr. Giba em termos culturais estava anos na frente de muitos jovens militantes xiitas. Há um depoimento do autor de “Casa Grande e Senzala” em um documentário para televisão sobre a sua experiência com a maconha que é surpreendente. O Duque, podes crer, era mucho loco...

Desconfio que estou me excedendo nas galhofas. Então vou falar de um assunto pertinente. Para variar a nossa imprensa está comendo mosca. No máximo, uma notinha sem vergonha sobre a única coisa nova que apareceu nos últimos tempos em nosso país tropical. Estou me referindo ao esculacho. O esculacho nasceu entre a moçadinha de Santa Cruz, interior do Rio Grande do Sul, a galera grudou para valer nas redes sociais plantando a semente de que todos devem participar do passado recente do nosso país protestando contra a tortura e os torturadores. Sem concessões, o negócio é chegar no pé do ouvido

dos verdugos e dizer que eles praticam a tortura, crime hediondo. Ah, se eu tivesse trinta segundinhos no horário nobre da Rede Bobo, meu cara orixá de estimação, você precisa ver o estrago que esse vovô faria abordando esse assunto. Não precisava nem muita verba de produção, uma câmera na mão e uma ideia na cabeça...

Perdão pelo estilo grotesco, mas a blindagem ao livre pensar me deixa mais cego que já sou habitualmente. Há cinquenta anos atrás, quando tinha dezoito primaveras e colaborava na Estudos Universitários, número dois, três e quatro, sentia orgulho de escrever na revista que aborrecia a esquerda sectária e a direita raivosa. A gente descia o cacete no realismo socialista, no autoritarismo stalinista, mas também não alisava para cima dos exploradores do povo, dos mesquinhos acumuladores de riquezas, dos especuladores do capitalismo selvagem. O saldo foi positivo. Hoje somos vanguarda. Nosso único compromisso continua sendo com o livre pensar e o livre criar.

O SERVIÇO DE EXTENSÃO CULTURAL E A REVISTA ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Almery Bezerra de Mello

Fui, sim, sem querer e quase sem saber, indicado pelos colegas do SEC (Serviço de Extensão Cultural) da então Universidade do Recife, tempo depois UFPE, para coordenar a equipe formada em torno de Paulo Freire que soube reunir jovens (e menos jovens) provenientes dos mais diferentes horizontes, em torno de uma proposta: orientar a Universidade para prestar mais atenção às necessidades da sociedade do entorno do que àquelas do “interior” da própria Universidade...

Paulo Freire, com a compreensão do Reitor João Alfredo, abriu um espaço para os que viram desenhados os caminhos para muitas ousadias: criar uma Rádio Universitária, uma Revista de Estudos Universitários, um núcleo de pesquisa e experimentação de educação de adultos e particularmente de alfabetização de adultos.

E ainda, incentivou e colaborou na visão de um espírito ecumênico que permitiu a convergência de forças cujas motivações podiam ser as mais diversas, desde que o objetivo fosse o mesmo: criação de uma sociedade brasileira cada vez mais democrática.

Foi neste contexto que o SEC assumiu, entre outros, um papel muito especial: fazer face ao problema do analfabetismo dos adultos.

Foi um apelo ao qual responderam os mais variados atores: professores, movimentos estudantis, Ligas Camponesas, sindicatos, associações de moradores...

Dos primeiros experimentos do que mais tarde – e, aliás, muito rapidamente – se destacou o que se chamou de “método de alfabetização de adultos em 40 horas”. Esta foi a manchete, formulada e repetida por diversos jornais, o que surpreendeu o “lado de cá” (a esquerda) e logo amedrontou o “lado de lá” (a direita) – era assim que os do lado de cá apelidávamos os do lado de lá...)

No dia 1 de abril de 1964 eu estava no Rio de Janeiro vindo de um encontro da Ação Popular realizado em Belo Horizonte. As ameaças de golpe eram cada vez mais insistentes. O Governador, Dr. Miguel Arraes, voltou do comício dos marinheiros, no Rio de Janeiro, certo de que se preparava o golpe e que não haveria condições de resistência. O general Murici “mui amigo” me fez uma inesperada visita, às 7 horas da manhã, para me aconselhar a afastar-me das atividades que me punham em certa evidência: mantinha uma meia página no Jornal “Última Hora”; era assistente da JUC e respondia pelo SEC – Serviço de Extensão Universitária da Universidade do Recife.

Entre as muitas iniciativas do SEC, destacavam-se a edição da Revista de Estudos Universitários, a Instalação da rádio Universitária e particularmente a difusão e assistência técnica aos “Círculos de Cultura” que desenvolviam a alfabetização de adultos segundo “Método Paulo Freire”.

O fogo sobre o SEC começou cedo e bem nutrido. Esta de “alfabetizar adultos em 40 horas” foi logo entendido como uma ameaça de introdução de milhares e milhões de novos eleitores que pela “ natureza do método” eram induzidos a votar à esquerda. Analfabeto não votava...

“Não pode!” explicou-me o Coronel/Governador do Ceará que mandara me convidar ao palácio para explicar-lhe o que estaria eu a fazer em Fortaleza a convite dos movimentos estudantis. Ouvindo o que lhe dissera sobre o que os estudantes queriam saber: “como alfabetizar adultos em quarenta horas”, retorquiu sem vacilar e muito brandamente: “aqui não pode! Nós tivemos muito trabalho e levamos muito tempo para equilibrar o tabuleiro das forças políticas do estado e não posso permitir que isto seja ameaçado “em quarenta horas!”

A Revista Estudos Universitários foi alvo de um ataque mais frontal e com o peso do nome de Dr. Gilberto Freyre cuja fotografia publicada pela Revista lhe pareceu feia e distorcida propositalmente e que, segundo ele, só poderia ser arte de comunistas infiltrados no SEC.

O Coronel que me interrogou na Comissão de Inquérito instaurada para examinar a situação do SEC quis saber quais providências havia eu tomado diante das advertências do Dr. Gilberto Freyre. A minha resposta, negando a competência do professor para enquadrar a Revista, foi dada em latim e provocou a inevitável irritação do Coronel.

As denúncias do Dr. Gilberto Freyre continuaram em série de artigos publicados no Jornal do Comércio e no Diário de Pernambuco. Quase todos os colegas do SEC foram interrogados e presos, a começar por Luiz da Costa Lima, o primeiro responsável pela Revista.

O meu exílio foi solicitado pelos militares, tendo à frente os generais Justino Alves e Murici, a Dom Helder, sobre o pretexto de que não havia mais condições de garantia de minha vida. E lá me fui eu “para além dos verdes mares” a preparar um doutorado e a difundir o Sistema Paulo Freire de Educação de Adultos entre os militantes dos movimentos de libertação das então colônias portuguesas assim como de ONGs e algumas entidades do governo argelino.

Da convivência com exilados brasileiros mundo afora, recolhi as lembranças dos “dias de sol”, publicadas, sob forma de crônicas, pela Editora Massangana em 2007 com o título “PARA ALÉM DOS VERDES MARES”. Só recentemente fui informado através das “Circulares Interconciliares” (Volume II, Tomo I, p. 200) que as autoridades, segundo confissão do General Murici a Dom Hélder Câmara no dia 5 de maio de 1964 “desistiram de intimar o Pe. Almeri... a regressar ao Brasil entregando-se à prisão para interrogatório”. O meu substituto na assessoria da JUC não chegou a ser intimado: foi sequestrado, torturado e assassinado. Chamava-se Pe. Henrique. Vimo-nos pouco antes da sua morte em um Seminário latino-americano de assessores eclesiais dos movimentos estudantis católicos, realizado na capital do Paraguai. Deste encontro um relatório final foi escrito por mim e publicado em Montevideu sob o título de “América Latina: protesta estudantil y fe cristiana”.

JOMARD, LUÍS, GILBERTO, PAULO ET AL.: FRAGMENTOS DE MEMÓRIA¹

Roberto MOTTA, Ph. D.

JANEIRO DE 2008

Entre meus trabalhos inéditos (que serão jogados no lixo menos de uma semana depois que eu morra) encontra-se uma longa e inacabada *História de Jomard*, que nunca paro de aumentar. Os trechos que ora apresento tratam, em esboço, de nosso relacionamento com Luís Costa Lima e da atmosfera intelectual que prevalecia no grupo por este liderado. A “história” não segue ordem rigorosa. Convém notar também que, enquanto escrevo sobre Jomard, Luís, Gilberto e outros, jamais deixo de contar a minha própria história.

Em 1962, emergindo de quase dois anos de estudos de Filosofia nos seminários de João Pessoa e de Olinda, fui a muitas festas e reuniões em casa de Luís.

1 * Dimas Veras há muitos meses me dá a honra de solicitar, para publicação, trechos dos meus cadernos de diários e memórias sobre Jomard Muniz de Britto e associados, nos primeiros anos da década de 1960. Os trechos aqui selecionados foram redigidos 25 anos, ou mais, depois dos acontecimentos a que se referem. Nenhuma memória é gratuita. Todo registro, por mais objetivo que se pretenda, é refratado pelos interesses, preferências, preconceitos de quem os redigiu. Mas garanto ao leitor que não introduzi, nem quando primeiro os redigi, nem quando os revi para esta publicação, nenhum elemento consciente de distorção. De acordo com o costume desse gênero de escritos, o texto, redigido ao correr da pena (ou do teclado), no decorrer de muitos anos, muitas vezes abandonado e retomado, apresenta repetições (que procurei reduzir) e, de vez em quando, incoerências ou “sinceridades sucessivas”, acompanhando a evolução do autor.

Dizei-me agora, musas, que tudo presenciais e de tudo sabeis, enquanto nós só ouvimos a fama e nada ao certo conhecemos, quem mais comparecia a esses eventos. Lembro-me, em primeiro lugar, de Adão Pinheiro. Sobre este, já noutro caderno eu disse quanto lamento que nosso relacionamento não tenha perdurado. Adão e eu estivemos em terras estranhas. Ainda hoje sou admirador do seu perfeito gosto artístico.² Foi em sua companhia que descobri, por exemplo, a pintura de Piero della Francesca e a música do Renascimento. Eu o conheci no Instituto Joaquim Nabuco, ao qual estávamos ambos ligados “por aquél entonces”, ele como diretor do “museu antropológico” e eu como intérprete e tradutor.

Vou enumerando nomes à proporção em que me vêm à cabeça. Sebastião Uchoa Leite. Roberto Cavalcanti de Albuquerque, algumas vezes. Walter Costa Porto, alguma vez perdida. José Luís Libonati, muitas vezes. Arthur Carvalho, provavelmente muitas vezes. Olímpio Arroxelas Galvão. O muito jovem Március Frederico Cortez, meu primo remoto. Entre as moças, lembro-me de Maria de Pompéia Imbelloni e Marfisa Cysneiros. Boa parte do grupo trabalhava na Universidade, com Paulo Freire, mas não me lembro absolutamente deste nas festas de Luís ou de Jomard.

Destaque todo especial se deve, entre os simpatizantes do grupo, a Pierre Furter. Constava que fosse suíço de língua francesa, provavelmente genebrino. Era prestigiadíssimo e escutadíssimo. Lembro-me dele fazendo pelo menos uma conferência no Serviço de Extensão Cultural --o SEC-- da que não sei se já era a Universidade Federal de Pernambuco ou se ainda era a Universidade do Recife, sobre o “Nouveau Roman”,³ tendo eu gravado, de modo especial, a passagem em que, é verdade que citando e não afirmando, ele dizia que se podiam baralhar as páginas de um livro e fazer a leitura na sequência que daí resultasse. Já se entevia a moda do estruturalismo. Era a vitória final, por uma espécie de redução ao absurdo, da sincronia sobre a diacronia. Esse Pierre Furter, que teve algum livro ou artigo publicado em português, e era ligado a não sei que instituição estrangeira --talvez ao Conselho Ecumênico, sediado em Genebra-- desapareceu da lembrança das pessoas e isto, pelo menos, desde meu retorno, em dezembro de 1964, de minha primeira e longa

2 Tratava-se não só de Adão em sentido estrito, mas de uma configuração de pessoas e ambientes, da qual também faziam parte Ariano Suassuna, cujas aulas de Estética, para meu grande proveito, eu segui na Faculdade de Filosofia durante o ano de 1962; a casa, ousou dizer, o salão de Irene e Abelardo Rodrigues; o próprio Luís Costa Lima, além de outros ingredientes.

3 Hoje exatamente, em Paris, onde mais uma vez me encontro, ouço a notícia da morte de Alain Robbe-Grillet, líder do *Nouveau Roman*, cujo nome eu havia inteiramente esquecido. Estou certo de que nunca li nem quis ler nada desse autor. Para talvez meu grande prejuízo, nem li e nem gostei. (20 de fevereiro de 2008).

viagem à Europa: 23 meses, três invernos, desde janeiro do ano anterior.

Uma palavra, também, sobre minha atuação ou minha inação. Meu prestígio era muito reduzido. Eu era encarado como um menino inofensivo e o pior é que eu era um menino inofensivo, apesar de meu senso crítico. Noutros cadernos já dissertei, *per longum et latum* sobre como eu era naquele tempo, já tracei e retracei meu *portrait of the artist as a young man*, não me dispondo aqui a refazê-lo. Eu tinha pretensões a ser inteligente, mas não tinha pretensões a liderar. Não sem algum exagero literário, direi que eu me refugiava e escondia em meu foro íntimo e, se não fosse por minha chatice (que eu talvez não tenha como exagerar), através da qual eu me comunicava e tentava me impor ao dito resto do mundo, eu passaria completamente despercebido.

Tudo, em Pernambuco, tendia a radicalizar-se nos primeiros anos da década de 60. Partindo para a Holanda logo em janeiro de 1963, não segui diretamente os desenvolvimentos deste ano, nem do seguinte. Não acompanhei, por exemplo, o percurso de Arthur Carvalho, duramente perseguido pelo regime militar, com aposentadoria proporcional e desvantagens anexas. O mesmo vale para Jomard. Se vim a adquirir elementos de Marxismo, os quais, eu penso, têm duravelmente influenciado minha visão do mundo, isto não se deve ao círculo liderado por Luís, tal como o tangenciei em 1962. Para dar uma ideia das tendências, menciono três livros que ele me sugeriu e emprestou. Eram leituras de altíssimo nível e até hoje lhe sou grato pelas sugestões e pela confiança. Primeiro, o *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure; segundo, *A Civilização do Renascimento na Itália* (ou como quer que seja exatamente o título), de Jacob Burckhardt (ou como quer que se soletre exatamente o nome), do qual me ficou a ideia do “Estado como obra de arte”; e, terceiro e principal, tendo exercido sobre mim longa e forte influência de interpretação e metodologia, *O Outono da Idade Média*, de Johan Huizinga. Nada, portanto, que se assemelhasse a uma interpretação marxista da cultura e da história.⁴ Nesse mesmo ano, mas por outros caminhos, eu me impregnaria de influência marxista lendo, como bom escolástico que sempre tenho sido, o *Manual de Materialismo Dialético e Histórico* (ou título parecido) da Academia de Ciências da União Soviética. Mas minha base religiosa e tomista era (e é) muito forte para que eu aderisse ao materialismo, mesmo dialético.

4 Lamento que, nas últimas cinco ou seis décadas, eu não tenha tido muita aproximação com Luís. Mas o certo é que, naquele tempo, nós nos dávamos bem e nunca brigamos. Luís chegou a sugerir meu nome para ministrar já não sei que disciplina da área de Literatura na Universidade Católica. (Naquele tempo eu era capaz de tudo...) Mas eu não pude ficar quando se descobriu que, ao mesmo tempo, eu estava matriculado no curso de Ciências Sociais da mesma universidade. Se o convite tivesse chegado a bom termo, minha carreira poderia ter sido inteiramente diferente.

O certo é que aqueles rapazes queriam um lugar ao sol. Eles queriam tomar parte na História, influenciar, dirigir a História. Que História fosse essa é coisa que nem eu, agora, nem, eu penso, eles, então, sabiam exatamente o que fosse. Uma coisa é certa. Não havia muito lugar, nessa história ou nessa História, para Gilberto Freyre. E vou tentar enumerar alguns motivos para tal “forclusion”. Gilberto pensava e se exprimia, não através de conceitos claros e distintos – e nisto ele tinha alguma coisa de parecido com Jomard –, mas através de “imagens” (no momento não quero explicar o que estou entendendo por esse termo). Isto não podia deixar de irritar a racionalidade de um professor como Luís Costa Lima, ou mesmo de Jomard, por mais “imagista” que, a seu modo, pudesse ser. Eu mesmo, conforme já descrevi noutros relatos, colocava, pelo mesmo motivo, Gilberto abaixo de Padre Daniel Lima. Se não fosse anacrônico,⁵ eu também o teria situado em nível inferior ao de Newton Sucupira, por me parecer que este pensasse, ao contrário de Gilberto, de maneira lógica e articulada. Eu sempre fui grande apreciador da ordem dos conceitos.⁶

Depois havia o fato de Gilberto ser arrogante, de uma arrogância que, dada a envergadura de sua obra, não podia deixar de impressionar. Gilberto era arrogante e Gilberto era diferente. Era, por assim dizer, inqualificável, ou, talvez melhor, inclassificável (até por ele mesmo). Era *ganz ander*, totalmente outro, com relação ao que se fazia ou ao que se pensava, ou talvez melhor, ao modo como se pensava, no Recife. Como entender, como etiquetar, onde colocar esse homem, que não era nada de muito definido e que queria ser tudo? Mas, se eu não tomar cuidado, jamais terminarei de falar de Gilberto, de Jomard e de mim mesmo. Essa atitude do círculo de Luís não é tão diferente da forte oposição, da verdadeira e muitas vezes ferrenha rejeição, que Gilberto sempre suscitou em Pernambuco, mais, em certas fases, entre gente de Direita que de Esquerda.

Gilberto não estava disposto a ceder espaço àqueles rapazes, nem muito menos a Paulo Freire, embora pudesse promover outros, na medida em que (como diz o Duque de Saint-Simon sobre Luís XIV) a promoção refletisse a sua própria glória. E havia também o fato de que Gilberto, a partir do fim da década de 40, havia acentuado sua adesão à Direita tradicionalista.⁷ Ora, o período em que estou me situando, era regido pelos grandes princípios da

5 Eu conheci Newton Sucupira tarde demais para ter por ele a idolatria que, aos oito anos de idade, comeci a ter por Daniel.

6 Desde aquele tempo, evolui consideravelmente em matéria de epistemologia.

7 Gosto de destacar a forte influência, exercida sobre Gilberto, pelo pensamento regionalista, tradicionalista e, a seu modo, modernista, do francês Charles Maurras (1868-1952).

Esquerda progressista. Estou sem dúvida simplificando uma história a ser escrita de modo detalhado. O movimento de Paulo Freire, de Luís, de Jomard, de Arthur e doutros, dificilmente poderia deixar de ter assumido conotação antigilbertiana, embora esses personagens não se confundissem. Paulo Freire era um, Luís Costa Lima outro.

E eu não quero também deixar de dizer que, apesar de minhas restrições, posso compreender a revolta de Gilberto diante do menosprezo que sofreu *in his own turf*. Muitos de nós, que não possuímos a grandeza de Gilberto, temos sido menosprezados em nosso próprio terreno. Mas não temos como expressar nosso ressentimento, a não ser através de comentários e diários íntimos. Para Gilberto houve a “divina surpresa” do regime militar. Com isto eu não quero dizer que tivesse se encarregado pessoalmente de denunciar Luís, Jomard, Arthur, ou mesmo Paulo Freire. Houve artigos dele muito fortes, segundo consta, contra o Reitor João Alfredo, que teria permitido aquela movimentação. Eu me lembro também de artigos com um “p. s.” do gênero “não se entende como Fulano, punido pela Revolução, esteja agora trabalhando numa subsidiária da Sudene”.

Mas não estou agora querendo escrever a história de Gilberto, porém a história de Jomard. E aquele tempo, de 1961 a 1962, foi decisivo para meu amigo, porque ele se uniu a Paulo Freire, que rapidamente assumiu a liderança de um movimento que queria acompanhar o sentido da História. Não sei o que Jomard e Arthur Carvalho possam ter dito ou escrito para merecerem, aos 25 anos de idade, o castigo da “aposentadoria proporcional”. Nem um nem outro, salvo por laivos, em maior ou menor grau compartilhados por tantos de nós, possuía, em termos marxistas, grandes adesões ideológicas. O círculo de Luís Costa Lima, ao menos em 1962, era de uma esquerda muito relativa. No próprio Paulo Freire, eu acho que predominava uma espécie de ecletismo. Todo esse povo ficava longe dos militantes do Movimento de Cultura Popular, ao qual, ao menos para efeitos práticos, não chegou a pertencer.

Jomard era um verdadeiro árbitro das elegâncias. Era ele, por exemplo, que escolhia os bares, que moda frequentávamos, *Cabana*, *Canavial*, vários outros em Santo Antônio e Boa Vista, sem excluir, incerto entre dois mundos, *O Flutuante*. Era ele que consagrava músicas, ele que viria, algum tempo depois, a ser o equivalente pernambucano dos tropicalistas da Bahia. Jomard era líder. Eu, conforme já expliquei, não era. Certamente eu ficava enciumado. Meu prestígio, eu disse, era reduzido. E, no sentido que tantas vezes dou a este termo, eu era inclassificável. Mas isto, exatamente, é a afinidade mais forte que tenho com Jomard. Somos dois “gauches” no mundo.

JUNHO DE 2008

Eu ignorava muitos detalhes do que se passou em 1963 e 1964, simplesmente porque não estava no Recife. Depois que eu voltei da Europa, no princípio deste ano de 2008, falei ao telefone com Március Cortez. E este, que antes parecia reticente, não chegou a ficar propriamente eloquente, mas me informou de coisas que eu ignorava. Jomard era uma espécie de segunda pessoa de Paulo Freire. Chegou a ser enviado para Brasília, como diretor regional do grande programa de educação de adultos dirigido por P. F.. A mesma informação, poucos dias depois, veio a ser confirmada pelo principal interessado.

MAIO DE 1999

Com Arraes na Prefeitura, em 1959, a História sofreu grande aceleração.⁸ Os de minha faixa etária e, mais ou menos, de minha origem social, nos encontramos em situação que requeria de nós opções e atitudes, decisivas para o resto de nossas vidas. Criou-se o Movimento de Cultura Popular. Não, leitor querido, eu não vou de modo algum contar a história desse movimento. Eu me sentia estranho e receoso diante do MCP. Primeiro, porque eu dele não participava, nem a ele fazia falta. Segundo, porque aquele movimento, com *slogans* como “no Recife cultura é movimento popular”, parecia condenar toda a ideia de cultura com que eu me identificava. Entre outras coisas, essa concepção compreendia o gosto pela música clássica, que eu ia muitas vezes escutar na discoteca do Departamento de Documentação e Cultura (DDC), imediatamente abolida em proveito de outras iniciativas do MCP.

Eu já tenho me descrito como um rapaz mediocrementemente endinheirado e mediocrementemente vestido, que nem sonhava, por exemplo, em possuir automóvel. Por mais modesto que fosse meu padrão de vida – o que não convém exagerar – eu não me sentia muito à vontade de estar no Teatro Santa Isabel cheio de camponeses assistindo à representação de peças sobre camponeses. Eu certamente me sentiria mais à vontade ouvindo uma orquestra alemã de música de câmara, ou assistindo uma peça de Ibsen ou de Pirandello. Eu era muito pequeno-burguês e, a meu modo, muito elitista.

Para resumir, eu e os de minha geração, ou, simplesmente, eu e os meus “pareceiros” – incluindo o indivíduo-assunto (como Gilberto Freyre gostava de dizer)

⁸ Eu, aliás, me acredito bastante cético com relação ao conceito não de história, mas de História, com H maiúsculo.

deste relato que, pelo menos em teoria, é o meu amigo Jomard Muniz de Britto – sofríamos o desafio da História e isto eu digo apesar de minha desconfiança com relação ao conceito de História. Pessoas como Jomard e eu tinham de tomar posição. Eu já disse, ou insinuei, que minha posição foi não tomar posição, ficando não digo que *au-dessus de la mêlée* (não sejamos presunçosos), mas *à côté de la mêlée*. Minha retirada inclusive se configura e representa em meus meses de seminários e em minha partida para a Europa, em janeiro de 1963.

Jomard, apesar de tudo, apesar de sua tendência *antiestablishment*, da irreverência e do “deboche”, não possuía perfil esquerdista. Eu pensaria até que, como eu, Jomard possuísse temperamento “apolítico”. Chego a pensar que, *mutatis mutandis*, J. não reagisse ao MCP de maneira muito diferente da minha. Do que me lembro ele não tomou parte na fundação do MCP. Havia lá muita gente do Partido, como meu bom amigo Samuel Kraimer (de que falo noutros trechos destas memórias), que era do PC de carteira assinada e que (agora me vem lembrança) já era funcionário do DDC antes do MCP. E, entre essa gente, pessoas de todo o Brasil e até do exterior. Eu me lembro de uma francesa chamada Ded Bourbonnais, que admitia, quando instada, que assim se chamava por causa dos amores do rei Luís XV (da dinastia de Bourbon) por uma sua antepassada. Ded, como Pierre Furter, há muitos anos saiu de circulação. *Mais où est le preux Charlemagne?*

Sobre o MCP, o leitor que se interessar pode perfeitamente ler as teses e os livros que possam já existir, ou virem a existir. Mas penso que melhor seria se lesse os jornais da época, dia a dia. Eu aqui estou quase exclusivamente confiando em minha memória. Agora eu vou mexer numa casa de maribondos, que é o do relacionamento entre, de um lado, Paulo Freire, o SEC por ele dirigido, e sua brilhante equipe e, do outro, o MCP. Eu não vou agora reler a tese de concurso de Paulo Freire, *Educação e Realidade Nacional*, mas sei que seu ideário apresentava afinidades com o do MCP.

Foi justamente o que eu fiz. Reli exaustivamente a tese de concurso de Paulo Freire, *Educação e Realidade Nacional*. Mas o que digo? O livro se chama não desse jeito, mas *Educação e Atualidade Brasileira*. A data é 1959. Eu chega me comovi abrindo esse livro, nem tanto pelo conteúdo, mas pelos 40 anos passados que revivi de um só jato, com os tipos, o papel, até o cheiro e a cor do livro, que aparece sem menção de editor, mas que foi evidentemente impresso pela Imprensa Universitária da antiga Universidade do Recife.

O ideário de P. F. apresentava, sim, afinidades com o do MCP. É verdade e não me desdigo. Mas, leitura feita, fico achando que são menores do que eu pen-

sava. O Paulo Freire dessa tese não é absolutamente marxista, embora haja influências marxistas em seu trabalho. Não poderia ser marxista o homem que, em certo trecho, diz o seguinte: “Por isso mesmo é que existir é um conceito dinâmico. Implica numa dialogação eterna do homem com o homem, do homem com a sua circunstância. Do homem com o seu Criador. Não há como se admitir o homem fora do diálogo. E não há diálogo autêntico sem um mínimo de consciência transitiva. É essa dialogação do homem em torno das sugestões e até com as sugestões que o faz histórico” (p.31).

Não faltam ingenuidades. Por influência do também ingênuo Anísio Teixeira, P. F. está convencido que o homem do povo, no Brasil, tem horror ao trabalho manual, o que implica, por exemplo, em desconhecer o gosto do homem do povo, nas cidades e no interior, por mecânica de automóvel e as mil oficinas que desde muitas décadas se abrem a cada esquina. Eu, como já disse em texto publicado, não acredito na oposição entre educação “ornamental” e “pragmática”. Um país de bons latinistas e bons helenistas, como a Alemanha guilhermina (1871-1918), será também um país de ótimos físicos e ótimos engenheiros.

Quando me meto a fazer resumos, sou geralmente de um atroz perfeccionismo e só falto copiar o livro inteiro. É o que desta vez vou tentar evitar. Vamos ver se sai tudo num parágrafo. Para P. F., o Brasil vive um período de mudança, que anuncia o tão esperado “desenvolvimento”. Esse período se caracteriza pela industrialização e pela democratização, consideradas como irreversíveis.

Tratava-se, através da educação, de adaptar o homem brasileiro às exigências dos novos tempos. A palavra “conscientização”, salvo grande engano de minha parte, não é nem uma vez usada nesse ensaio, mas “consciência”, “consciência transitiva”, ou equivalentes, aparecem muitas vezes. Pois essa adaptação ao momento histórico só poderá ser feita através da “consciência transitiva”, que envolve solidariedade e visão crítica da realidade. Em nenhum lugar o livro fala em luta de classes, nem sequer implicitamente, porém há referências ao nacionalismo, a nossa situação colonial ou semicolonial, etc..

Enfim, não resisti a meu perfeccionismo. Inclusive a lentidão com que redijo deve-se ao tempo em que fiquei lendo textos de Paulo Freire. Até parece que estou querendo escrever uma tese de doutorado, e não um simples registro de lembranças. Não resisto a transcrever trechos de outro trabalho de P. F., que por acaso encontrei à venda num *stand* do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE. Esse volumeto, de menos de 100 páginas, publicado em 1980, tem o título de *Conscientização*. O texto de P. F. tem todo o jeito

de ter sido retraduzido do espanhol ou do francês, como se percebe pela citação do verso de Manuel Bandeira, no qual, ao original *alumbramento*, corresponde agora *iluminação*.

P. F. esclarece que não inventou o termo *conscientização*, mas que o encontrou no livro de Álvaro Vieira Pinto, intitulado, se não me engano, *Consciência e Realidade Nacional*. Este livro, em certos círculos, teve bastante repercussão por volta de 1958 a 1962. No livro mais recente de Paulo Freire tudo gira, justamente, em torno de conscientização, o que me faz pensar que seu método, com todas as suas implicações existencialistas e fenomenológicas, talvez pudesse ser considerado, pelos marxistas mais ortodoxos, como mais um caso de “idealismo”, talvez de “idealismo menchevizante”, como se dizia na época de Stálin.⁹ A categoria *consciência* é de tal modo privilegiada, que se poderia pensar que se tratasse de uma consciência *a priori*, independente, por assim dizer, de seus conteúdos e das condições objetivas da sociedade, muito embora não seja evidentemente esta a intenção de P. F.. Em *Conscientização* ele fala muito em “amor” e em “diálogo”. “A verdadeira solidariedade não se encontra senão na plenitude deste ato de amor, em sua realização existencial, em sua práxis” (p.59).

Há duas coisas que eu confesso que não sei. Primeiro se houve jamais alguém que aprendeu a ler por ter primeiro se conscientizado. Sejam quais forem os termos utilizados, as pessoas aprendem a ler reconhecendo fonemas e associando, a tais fonemas, determinados sinais gráficos, de tal modo que é afinal muito parecido dizer-se “Ivo vê a uva” e “Vavá vai viver a revolução”.¹⁰

Não se exclui que eu tenha uma ponta de despeito. Quero dizer o despeito de um provinciano por outro provinciano, o qual, contrariando as expectativas, transformou-se em estrela internacional de primeira grandeza. Quando, no primeiro semestre de 1960, Paulo Freire, não sei se com justiça, perdeu o concurso para catedrático de História e Filosofia da Educação na Escola de Belas Artes da Universidade do Recife, quem poderia ter imaginado que um dia viria a superar, em fama nacional e internacional, todos os gênios da Província? Sua adversária foi, como se sabe, a Professora Maria do Carmo Miranda, vista então como grande esperança filosófica de Pernambuco,

9 Quero lembrar-me que objeções análogas foram levantadas ao livro de Álvaro Vieira Pinto, por alguns considerado mais hegeliano do que marxista.

10 Digo isto do ponto de vista do aprendizado em si mesmo considerado. Mas sei que o processo de alfabetizar representa, desde as épocas mais remotas, excelente ocasião para transmitir não só palavras, como ideias e a visão do mundo que organiza as ideias. Mas não pretendo me atolar nesta questão.

aplaudida pela JUC em peso,¹¹ pelos católicos progressistas, que iam lá para “torcer” e bater palmas.

Mas eu me pergunto se Gilberto, que adivinhava as coisas muito de longe, não teria se oposto tão violentamente a P. F. e ao Reitor João Alfredo justamente por intuir que era a isso, ou equivalente, que levaria aquela movimentação. Gilberto, como já destaquei, tinha a pretensão de atuar como Luís XIV e não suportava nenhuma glória que dele não derivasse.¹²

Será que eu jamais teria adivinhado quando, em talvez outubro de 1962,¹³ fui pedir a Paulo Freire que me aceitasse no SEC, que, trinta e tantos anos depois, em Roma, quando eu dissesse “Freire”, as pessoas se lembrariam, não de Gilberto, mas de Paulo? Será que eu jamais teria imaginado que o diretor do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade da Califórnia, em Los Angeles, haveria de considerar, em 1998, como título de glória, seus estudos sobre a obra de Paulo Freire, a quem considera, junto com Dewey, um dos dois maiores educadores do século?

De tudo quanto tenho percebido, o método de Paulo Freire é essencialmente eclético. Há, sem dúvida, afinidades com experiências adotadas logo no princípio da Revolução Soviética. Mas há também o elemento cristão, a insistência, se não sempre em Deus, pelo menos no “amor” e conceitos próximos, o que não exclui um oportuno e sadio contraste entre oprimidos e opressores. Há ainda as muitas infiltrações hegelianas – largamente derivadas de Álvaro Vieira Pinto – e fenomenológicas, com tudo aquilo que, em visão ortodoxamente marxista, representa um desvio em direção idealista, implicando, digamos assim, na reificação da consciência: uma consciência a partir da qual se organiza o mundo. Serei agora talvez de um abominável simplismo, mas direi que justamente esses elementos sincréticos parecem ter facilitado a adoção do método de Paulo Freire, como alternativa a outros métodos, porventura mais radicais.

Decididamente, meu caderno tem de tudo. É quase – mas será que é mesmo, ou sou eu que quero ser diferente? – um “stream of consciousness notebook”. Haverás então de saber, ó leitor, que minha amiga Maristela foi até hoje

11 A JUC era a “Juventude Universitária Católica”.

12 Sobre Gilberto precisamos ainda de trabalho biográfico detalhado, assentado, entre outras coisas, numa edição crítica de seus artigos de jornal, eu no caso pensando nos que publicou tanto no Diário de Pernambuco como no Jornal do Commercio, do Recife, entre 1959 e 1965.

13 A bolsa para a Holanda, que eu logo viria a receber de maneira inesperada, provavelmente em novembro, logo tornaria minha solicitação sem objeto. E quando eu voltei, em dezembro de 1964, desembarquei num mundo inteiramente diferente.

secretária de Educação da Prefeitura do Recife. E secretária muito eficiente, tanto que inaugurou, ou reinaugurou, bem umas doze escolas, além de várias outras realizações.

Houve uma homenagem a minha amiga. A festa coincidiu com a inauguração de uma nova escola em Iputinga, perto do casarão dos Barbalhos. E a escola se chama *Diná de Oliveira*, grande dama do Teatro de Amadores de Pernambuco e, de maneira mais ampla, grande dama da sociedade pernambucana, pertencente a uma família – Rosa Borges – das “principais da Capitania”.

Eu não quero fazer Filosofia da História, mas não resisto a uma reflexão. Será que a cerimônia de hoje não implicava justamente, em seu caráter completamente fora da História depois de tanta história, que quanto mais as coisas mudam, mais são as mesmas? E, evidentemente, houve mudanças nos últimos 30 ou 40 anos. A proporção de analfabetos caiu muito. A mortalidade infantil diminuiu exponencialmente.

Qual então o sentido da História pela qual tantos se sacrificaram? Reynaldo Oliveira, filho de Diná, que fez também um discurso, contou que aprendeu a ler com a mãe, que recortava do jornal as letras da palavra B-O-L-A. E isto ele disse com toda a espontaneidade, sem, até onde percebi, nenhuma implicação teórica.

RESENHAS

CARELLA, TÚLIO
ORGIA – OS DIÁRIOS DE TÚLIO CARELLA
(Recife 1960. Editora Obra Prima, 2011)

Rebeca Santos de Amorim Guedes¹

Nunca procurou as razões por que escreve esse diário. Sabe muito bem que os motivos de qualquer ato nunca são devidos a uma só causa. Há, sem dúvida, um egoísmo inicial, somando-se a isto o desejo de não perder recordação de tantas coisas que se esquecem com o correr das semanas. Considera-o, além disto, como uma prática do escrever que poderia dar maior fluência ao seu estilo; é um desafogo que limpa sua alma de sujeiras; confessa-se em seus cadernos com uma crueza que às vezes é obscena e outras, cândida. (Tulio Carella, Orgia)

O primeiro contato do leitor com o livro não acontece de maneira banal ou amena. Primeiramente, por razão do seu conteúdo: a descrição das relações afetivas e eróticas que o escritor argentino manteve com homens no Recife. Em segundo lugar, para uma postura que está atenta diante do discurso, pela própria construção formal do texto: são duas perspectivas que se alternam em primeira e terceira pessoa na voz narrativa. É a partir destes aspectos que a curiosidade e o interesse acabam chegando inevitavelmente àquele que abre as páginas do diário íntimo deste autor platino.

Não se pode dispensar ou ignorar uma apresentação de Tulio Carella. Vencedor de prêmios celebrados pela Sociedade de Autores Argentinos, Carella

1 Formada em Letras pela UFPE, com Mestrado em Teoria da Literatura.

destacou-se como poeta, ensaísta, crítico e dramaturgo, além de exímio professor de teatro, admirado por colegas de profissão e por seus alunos. Em 1960 recebeu um convite de Ariano Suassuna e Hermilo Borba Filho para integrar a equipe de docentes da Escola de Belas Artes da Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco. Convite aceito – não apenas por consideração aos dois escritores brasileiros, mas, segundo algumas fontes, por insatisfação com o próprio clima político pelo qual a Argentina passava –, Carella não poderia imaginar que os dois anos que passaria no Recife fossem gerar tantas impressões de uma cidade provinciana (que se queria cosmopolita) e tantas cicatrizes de um período de grandes tensões: o entusiasmo da esquerda, almejando grandes mudanças sociais, e o embrião da repressão direitista, o qual já se via atuante de forma silenciosa. Testemunhou-se neste contexto recifense do início dos anos 60 o crescimento e o fortalecimento das Ligas Camponesas (na verdade, movimento ativo em todo o Nordeste) e o medo sentido pela ala conservadora de um contágio geral proveniente da revolução cubana. Estava feito o fim da temporada de Tulio Carella na cidade: sob acusação de fornecer armas contrabandeadas de Cuba para as Ligas, o escritor é “desaparecido”, torturado, e expulso do país em 1962.

Já na Argentina, passado pouco tempo, relativamente distante do ambiente opressor da ditadura brasileira, Carella entrega a Hermilo as folhas de um diário que ele manteve durante o período que passou na capital pernambucana. Provavelmente revisado e aprimorado, lá estava o texto que guardava as experiências sexuais entre o argentino e determinados homens que costumavam vagar pelas margens da cidade, talvez à procura de aventuras e de dinheiro. O resultado desse encontro veio em 1968: com autorização do próprio Carella e tradução de Hermilo Borba Filho, é lançada a primeira edição de *Orgia – Diário Primeiro*. Primeira e única até sua reedição em 2011 pela Opera Prima. O livro de Tulio Carella fazia parte do quarto volume da coleção Erótica. Vale lembrar o fato de que estas páginas nunca foram publicadas na Argentina e os leitores de língua espanhola jamais conheceram as confissões do escritor.

O texto híbrido de *Orgia* (diário íntimo e romance) e a utilização de pseudônimos das pessoas tratadas nas páginas de Carella talvez tenham servido de proteção para que sua publicação fosse efetivada sem mais agravantes em um período de sufocamento para os espíritos criativos. Mesmo usando nomes diferentes, fica clara a associação feita a cada pessoa, reforçada inclusive pelas notas de rodapé. Tulio Carella é o professor Lúcio Ginarte, Ariano é Adriano, Hermilo torna-se Hermindo, o reitor João Alfredo Gonçalves da Costa Lima seria Sorett, caracterizado como um “homem sinuoso, pequeno, com feições

que parecem um pouco com as do sagui”, e desta forma as descrições e opiniões vão sendo feitas em suas páginas secretas.

As palavras impressas em *Orgia* atingem, sem redução de outro tema, três atmosferas confessionais: a descrição dos tipos humanos que habitam no Recife (muitas vezes expressos como irresistivelmente atraentes), as impressões da cidade e a vivência acadêmica na Escola de Belas Artes. Pode-se apontar, no entanto, a predominância de apenas uma delas: o desejo diante dos belos corpos que pareciam se oferecer aos olhos estrangeiros do escritor. É fato que há quase uma mescla entre as reflexões sobre o espaço urbano e as pessoas que nele circulavam. Mas os detalhes se sobressaem nas cenas eróticas que Lúcio Ginarte guarda com primoroso estilo, como se fossem unicamente estas as belezas que lhe confortavam numa terra que não era a sua.

Variados trechos se ocupam de exaltar a pluralidade das raças que colorem a capital mais famosa do Nordeste. Esta admiração não vem desacompanhada da volúpia que sente em conhecer melhor esta cultura pelo contato carnal. Embora exista uma fixação pela cor negra (a questão “que é um negro?” aparece mais de duas vezes ao longo do livro e a frase “o prazer da cor me domina” não deixa de ser marcante), uma das suas relações mais importantes se deu com um rapaz, com físico de halterofilista, louro, bem apessoado, referido pelo narrador como King Kong. Este arrebatamento pelos matizes étnicos era sentido tanto diante do sexo feminino, quanto do masculino, porém o próprio Lúcio esclarece sua escolha: “Aqui, como entre pássaros, o macho é mais atraente”.

O quadro que faz da cidade do Recife é muito belo. Especialmente quando nesta pintura estão as reflexões críticas sobre uma capital onde se alternam tão bruta e visões de riqueza e pobreza. Algumas passagens de *Orgia* são estudos de uma realidade histórica apontada com espanto por um cidadão estranho a este país tropical. Os trechos com linguagem mais trabalhada estão sob o domínio do narrador em terceira pessoa. Este recurso parece provocar uma melhor abrangência do contexto brasileiro e das dissonâncias sociais, suplementado a inquietação lúcida do narrador.

Seu cotidiano acadêmico desfruta de pouca dedicação em seu diário. Obviamente que lá estão alguns episódios significativos para sua fase profissional aqui no Recife, uma vez que existe a crença de que Tulio Carella se tornou um alvo para o 4o Exército porque algum de seus colegas de trabalho, com inveja de seu sucesso entre os alunos, o delatou como um estrangeiro de atitudes suspeitas. A didática presente em sala de aula é descrita com muito orgulho e

as críticas a determinadas posturas autoritárias no ensino não são poupadas pelo professor Lúcio Ginarte: “O ensino deve ser encarado como uma troca. As coisas vão mal quando o mestre nada aprende com os alunos. A maioria dos professores é narcisista: fala, expõe o que sabe, pronuncia conferências. São livros falantes”.

Com exatidão não se sabe dizer o motivo do nome de Tulio Carella estar associado ao contrabando de armas de Cuba diretamente para o Nordeste. Talvez por ser estrangeiro e por falar espanhol, possivelmente pelo fato de um intelectual ter circulado pelo povo, pelas ruas da cidade que estavam à margem dos cuidados do governo, ou quem sabe por trazer até o espaço universitário também reflexões sobre as injustiças sociais sem deixar de estarem aliadas ao processo de aprendizagem das técnicas de ator. O motivo certo não importa mais. O que chama atenção é que hoje temos em mãos o que restou de sua vivência no Recife. Depois de torturado, o 4o Exército viu que não havia ligação alguma de Carella com as Ligas Camponesas e, sob a ameaça de publicar seu diário íntimo, o escritor foi colocado em um avião de volta à Argentina com a obrigação de silenciar sobre sua prisão e sobre os momentos de terror pelos quais passou nas mãos dos militares.

As cicatrizes destes anos tenebrosos ainda estão guardadas com vários intelectuais, estudantes, artistas, escritores, entre outros cidadãos que aos olhos do governo eram uma ameaça à ordem instituída. Porém Tulio Carella, este espírito livre, talvez tenha sofrido a pior delas: o esquecimento de sua obra, o ostracismo de seu ofício criativo.

Neste ano de 2012, quando se completam 100 anos do nascimento do escritor, é importante celebrar a segunda edição de *Orgia*, suscitando a seguinte reflexão: quais ideias são produzidas no leitor 43 anos após a primeira publicação do diário? O fato é que os diários só acumulam mais e mais valor com o passar do tempo e suas folhas foram conservadas para serem bem acolhidas no tempo futuro. Um tempo mais justo talvez, mais democrático, sobretudo consciente de seus erros e suas máculas. Hoje, a atenção que se pode dedicar à sua obra é a testemunha de que o escritor ainda vive através de seu trabalho. Se há, neste caso, alguma ação social da leitura, sua tarefa está no combate ao esquecimento de ideias que realmente marcaram uma diferença.

SANTOS, EVSON MALAQUIAS
DE MORAES (ORG.)
UFPE: INSTITUIÇÃO, GESTÃO,
POLÍTICA E SEUS BASTIDORES
(Recife: Editora Universitária, 2012)

Talita Maria Soares da Silva¹

É com grande alegria que escrevo estas palavras sobre o livro *UFPE: Instituição, gestão, política e seus bastidores*, publicado em 2012 pela Editora Universitária da UFPE. O belíssimo exemplar faz parte de uma fértil produção sobre a memória e a história da UFPE, coordenada pelo professor Evson Malaquias de Moraes Santos.

Esse dossiê foi tecido com a visão de mundo de educadores que fazem parte do legado cultural da UFPE e da sociedade pernambucana. Suas aspirações, frustrações, utopias tingem as páginas desse livro. Parafraseando o crítico Gonzaga Duque a respeito da obra “A Primeira Missa no Brasil”, de Victor Meireles, afirmo: a UFPE não poderia ser senão aquilo que ali está! Algumas construções partem da realidade, outras do imaginário; alguns esquecimentos se fazem necessários para que possamos continuar a jornada, por isso, a partir de uma ética do olhar, essa leitura pode nos ajudar a colocar em questão o que nos parece evidente e natural e, quem sabe, duvidar dos estatutos de verdade e repensar nossa própria identidade institucional.

1 Mestre pelo Programa em Educação da UFPE.

A história da instituição é contada pelos seus pares, quatro gestores da UFPE, que dedicaram parte de suas vidas à construção do projeto UFPE: Jônio Santos Pereira de Lemos, vice-reitor na gestão do reitor Murilo Guimarães (1964 a 1971); George Browne do Rego, reitor no período de 1983 a 1987; Maria Antonia Amazonas Mac Dowell, cuja história se confunde com a história da UFPE, grande responsável pela fundação da Escola de Aplicação, em 1958, e também vice-reitora do reitor George Browne; e Antônio Carlos Palhares Reis, que serviu à UFPE no reitorado de Murilo Guimarães, como Assessor para Assuntos de Ensino e Pesquisa.

O livro se torna singular pela sua ousadia em ultrapassar os muros da UFPE, ao mostrar cada entrevistado em sua totalidade: como ser humano familiar, social, cultural, educacional, histórico e político, não se detendo apenas nos temas “gestão” e “administração”. Apesar do caráter notadamente acadêmico, a riqueza das informações institucionais desperta o interesse de neófitos e curiosos.

Antecedendo as questões institucionais e políticas, o contexto da infância e adolescência na cidade, da família e da formação educacional nos seus primórdios é valorizado nas entrevistas, enriquecendo, e muito, o conjunto de informações sobre os entrevistados, permitindo-nos compreender o contexto em que estavam inseridos, as influências do tempo histórico, dos laços sociais que compartilhavam, dos valores simbólicos que lhe estruturavam a ética, e do papel da família na sua formação.

O tempo histórico, o clima sócio-cultural, os valores da época, as instituições escolares, as aulas, as avaliações educacionais, os concursos para catedráticos, os mestres – saudosos mestres – são tratados pelos entrevistados com carinho, zelo e valorização nem sempre vistos em livros de memórias. Todos retomam, com profunda admiração, o passado com os mestres que contribuíram para a sua formação, não somente intelectual, mas também moral.

As informações sobre a instituição, a gestão e a política, com os seus bastidores, também são largamente exploradas graças à metodologia adotada: a realização de duas entrevistas por entrevistado e pesquisas em jornais e na internet sobre os mesmos.

Eles são chamados a explicarem, a esclarecerem situações e momentos históricos, conceitos adotados, concepções de gestão, rotinas administrativas. Conduzidos magistralmente pelo entrevistador-organizador do livro, Evson Malaquias, os entrevistados fornecem dados preciosos para a preservação da memória institucional da UFPE. A riqueza da reforma do ensino superior, a

criação e fundação do Colégio de Aplicação, as sucessões de reitores e vice-reitores, a presença do Serviço Nacional de Informação na reitoria e perseguições aos docentes, servidores e estudantes são abordadas com abundante informação, e nos mostram o cenário e as disputas da época.

Se a profusão de dados históricos fornecidos pelo livro não for suficiente para induzi-lo a ler, a experiência de prazer proporcionada pela leitura do texto o fará. O belo é uma constante nesse volume, do trabalho gráfico à confecção da capa. O professor Evson Malaquias brinda a nós, leitores, com uma obra ímpar, enriquecedora, de fácil leitura e compreensão.

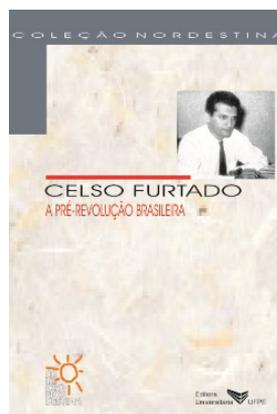
Boa leitura.

PARA CONHECER MAIS

A PRÉ-REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Celso Furtado

Através de reflexões sobre o papel do poder público, das multinacionais e das pressões sociais na formação e na consolidação da economia brasileira, Celso Furtado provoca o leitor a (re)conhecer e a interpretar a realidade social e econômica do país. O autor nos leva a compreender o desenvolvimento nacional e a importância do engajamento, consciente, de todos os setores da sociedade para garantir a autonomia do país.



1964 – O GOLPE PASSADO A LIMPO

Rita de Cássia de Araujo, Túlio Velho Barreto

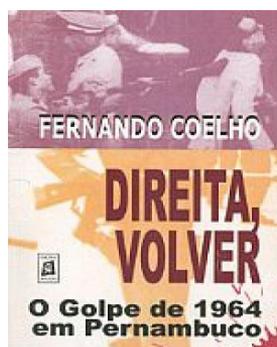
Produto do Seminário Nacional 'O golpe de 1964 - 40 anos depois' (realizado pela Fundação Joaquim Nabuco entre 31 de março e 3 de abril de 2004), esta obra reúne artigos e depoimentos com o intuito de continuar o debate e preservar a memória sobre o Golpe de 64 na esperança de assim evitar... (acessado em 03/07/2012 <http://www.oliveiro.com.br/livros/2483622-1964-o-golpe-passado-a-limpo>)

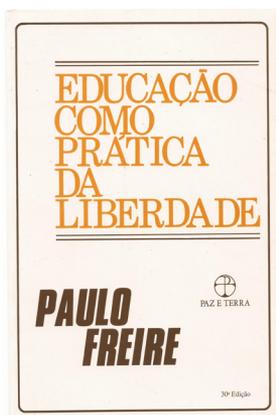


DIREITA VOLVER – O GOLPE DE 1964 EM PERNAMBUCO

Fernando Coelho

O livro é uma análise do acontecimento em Pernambuco, dando ênfase às suas vinculações nacionais e internacionais, quando o autor se encontrava em cena, auxiliar que era da maior confiança do então governador Miguel Arraes de Alencar. A leitura e a reflexão desse livro, bem documentado e bem escrito, de Fernando Coelho, levam o autor a assumir um compromisso em favor do país, o que o torna uma das obras mais importantes no momento histórico em que vivemos. (<http://www.educarlivros.com.br/default.php?topicos=nav/single&topico=778>)

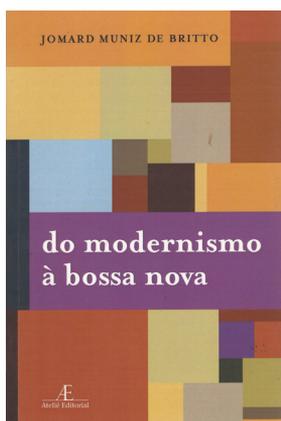




EDUCAÇÃO COM PRÁTICA DE LIBERDADE

Paulo Freire

O que pensar de uma educação que admite o escândalo de um povo marginalizado e imerso na passividade? Neste livro, Paulo Freire, o célebre e grandioso educador, propõe condições e métodos para que ninguém seja mais excluído ou colocado à margem da vida nacional em nome de uma educação orientada para a autenticidade. Escrita quando o autor já se encontrava no exílio, a obra reflete a maturação e a autocrítica, sendo o primeiro texto a refletir sobre suas experiências pedagógicas. Paulo Freire não deixa dúvidas quanto à concepção de educação: defende ardorosamente a pedagogia conscientizadora como força de mudança e libertação. (<http://livraria.folha.com.br/catalogo/1015434/educacao-como-pratica-da-liberdade#prodLinksInfo>)



DO MODERNISMO À BOSSA NOVA

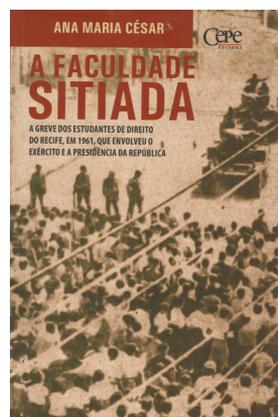
Jomard Muniz Britto

O ensaio "Do Modernismo à Bossa Nova" traz uma reflexão sobre a cultura brasileira do século XX que articula o modernismo e seus desdobramentos com a bossa nova e o tropicalismo. O autor se vale da dialética para analisar as contradições entre os impulsos de ruptura e construção da vanguarda aglutinada em torno da Semana de 22 para examinar as diferentes poéticas modernistas - nas quais inclui Noel Rosa -, chegando até o movimento musical que eclodiu no fim dos anos 1950. Neste trajeto intertextual entre a literatura e a música, Britto não perde de vista a educação, afinal, estava inserido no debate em torno da escola nova e havia integrado a equipe de Paulo Freire quando do lançamento de seu programa de alfabetização para adultos. (<http://www.megabook.com.br/literatura-brasileira/do-modernismo-a-bossa-nova.html>)

A FACULDADE SITIADA

Ana Maria César

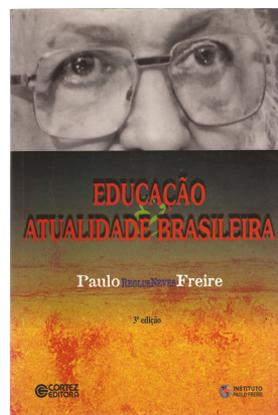
A Faculdade sitiada, de Ana Maria César, conta um episódio importante mas pouco conhecido da história nacional. Em 31 de maio de 1961 os estudantes da Faculdade de Direito do Recife convidaram Celia Guevara, mãe do presidente do Banco Nacional de Cuba, Ernesto Guevara, para fazer uma palestra. O diretor da instituição, Soriano Neto, proibiu o evento, o que terminou deflagrando uma greve e a tomada do prédio pelos jovens. (<http://www.livrarialoyola.com.br/detalhes.asp?secao=livros&CodId=1&ProductId=260878&Menu=1>)



EDUCAÇÃO E ATUALIDADE BRASILEIRA

Paulo Freire

Neste livro estão presentes as principais teses que desenvolverá Paulo Freire ao longo de toda sua vida. O livro também contém depoimentos dos seus cinco filhos: Madalena, Fátima, Cristina, Joaquim e Lutgardes. (<http://www.cortezeditora.com.br/DetailProduto.aspx?ProdutoId={CCF76A9E-D7B3-E011-955F-842B2B1656E4}>)



REVISTA DAS REVISTAS

REVISTA CLIO

A Revista CLIO é um periódico dirigido, prioritariamente, à comunidade acadêmica da Área de História. Com periodicidade semestral, a Revista publica textos de autoria de professores-pesquisadores vinculados às Universidades ou pesquisadores dos quadros dos institutos de pesquisas, nacionais ou estrangeiros.

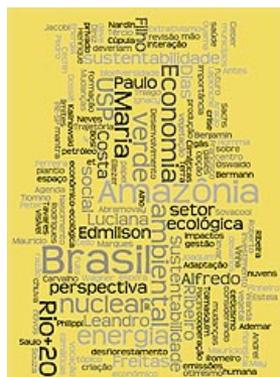
Sua política editorial caracteriza-se pela publicação, a cada edição de: i) dossiês, cujas temáticas estão relacionadas ao campo de investigação das Linhas de Pesquisa do PPGH-UFPE: "Relações de Poder, Sociedade e Ambiente", "Cultura e Memória" e "Mundo Atlântico"; ii) artigos livres, preferencialmente aqueles que apresentem visão interdisciplinar da História e que contemplem diversas abordagens e temáticas; iii) resenhas de livros de interesses da área, transcrições de documentos históricos, entrevistas, depoimentos, etc.

A CLIO oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização do conhecimento.



REVISTA IEA

No momento em que o mundo está voltado para os temas que pautarão a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio+20, em junho, a revista "Estudos Avançados" dá sua contribuição às discussões com um dossiê sobre sustentabilidade. A edição nº 74 (já disponível em versão digital na SciELO) foi lançada no dia 11 de maio em evento na Sala do Conselho Universitário da USP. Na ocasião houve também o lançamento da versão em áudio (sistema Daisy) da revista, produzida pelo Sistema Integrado de Bibliotecas (Sibi) da USP.



NOTÍCIAS

LIVRO CONTA A HISTÓRIA DA UFPE PELOS DEPOIMENTOS DE QUEM PARTICIPOU

Orgulho e satisfação resumem o sentimento geral durante o lançamento do livro “UFPE – Instituição, Gestão, Política e Seus Bastidores”, organizado pelo professor Evson Malaquias de Moraes Santos. O evento foi realizado no dia 29/03/2012, no auditório Professora Gilda Lins de Araújo, da Editora Universitária e foi presidido pelo reitor Anísio Brasileiro e pela diretora da Editora Universitária, professora Maria José de Matos Luna. A obra conta a história da UFPE por meio dos depoimentos das autoridades que fizeram parte da Instituição, os professores Antônio Carlos Palhares, George Browne do Rego, Jonio Santos de Lemos e Maria Antônia Mac Doweel, todos entrevistados pelo professor Evson. A diretora Maria José aproveitou a solenidade para ressaltar que a obra é um exercício de democracia, a partir do momento que dá voz aos que participaram da história. Já o reitor Anísio Brasileiro finalizou o evento destacando a importância da obra e a qualidade do trabalho realizado. Estavam presentes os entrevistados Antônio Carlos Palhares e George Browne e familiares de Jônio Santos e Maria Antônia Mac Doweel, além de professores e funcionários da UFPE.

http://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=43053:livro--conta-a-historia-da-ufpe-pelos--depoimentos-de-quem-participou--dela&catid=36&Itemid=72

EVENTO RELEMBRA 50 ANOS DE CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A Pró-Reitoria de Extensão (Proext) promoveu no dia 10/05/2012 em parceria com o Centro Paulo Freire, o evento “Do Serviço de Extensão Cultural (SEC) à Proext: 50 anos”. Na ocasião, além de celebrar as cinco décadas de interação entre ensino, pesquisa e extensão, também suscitou-se o debate acerca da temática. No começo da década de 60 ainda não era comum a realização de ações extensionistas voltadas para o âmbito cultural dentro da Universidade. Até que o educador Paulo Freire, com seu pioneirismo e coragem, deu os primeiros passos na criação do Serviço de Extensão Cultural (SEC), desenvolvendo projetos de pesquisa e extensão ligados à cultura. As ações desenvolvidas pelo SEC foram destacadas por seu ex-secretário geral, Almeri Bezerra, em paralelo com as atividades da Proext, apresentadas pelo seu atual titular, Edílson Fernandes.

http://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=43368:evento-relembra-50-anos-de-criacao-do-servico-de-extensao-universitaria&catid=524&Itemid=72

ENCONTRO SOBRE ARQUIVOS DE TRABALHADORES NO NORDESTE

Os movimentos sociais precisam preservar seus documentos, construir sua história e suas memórias. A história dos trabalhadores e dos movimentos sociais no Nordeste precisa ser mais referenciada, conhecida, elaborada. Foi com esta preocupação em mente que o NuDoc – UFPE (Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais da UFPE), o Arquivo Público Estadual de Pernambuco – APEJE, a CUT-PE e o Grupo de Estudos Trabalho e Ambiente em Sociedades Açucareiras – UFPE realizaram o 1º Encontro Nordestino: “O mundo dos trabalhadores e seus arquivos”.

O evento aconteceu entre os dias 15 e 17 de agosto, na Universidade Federal de Pernambuco.

<http://arquivosdetrabalhadore.wordpress.com/2012/05/03/hello-world/>

NORMAS EDITORIAIS

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS | NORMAS EDITORIAIS

01. A revista ESTUDOS UNIVERSITARIOS terá publicação quadrimestral, nos meses de abril, agosto e dezembro. Cada número conterà um dossiê temático que constituirá o seu tema central. O tema de cada número será previamente divulgado.

02. Os trabalhos serão no idioma Português. No caso de Estudos deverão ter resumos em português e em outra língua. A publicação dos textos recebidos pela Comissão Editorial dependerá de sua aprovação pela mesma Comissão, por parecerista integrante do Comitê Científico ou outro, quando assim o exija a natureza do artigo recebido. O conteúdo dos trabalhos aceitos para publicação é de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

03. Os originais submetidos à avaliação podem ser recusados, aprovados sem restrição ou aprovados com restrição. Em qualquer dos casos os autores serão comunicados dos pareceres.

04. Textos aprovados podem sofrer modificações de normatização, mas não de conteúdo. Neste caso, os artigos revisados poderão ser publicados sem nova aprovação dos seus autores ou autor.

05. SEÇÕES DA REVISTA:

Os textos remetidos para a Revista devem ser identificados para qual seção está destinado. As seções estão abaixo mencionadas:

- a) **Estudos.** Podem ser de caráter literário, artístico, científico e cultural, preferencialmente dirigido para a área temática de cada número. Deverão ter no máximo 15 páginas, incluindo, quando for o caso, anexos, ilustrações, fotos, referências ou outros elementos pertinentes.
- b) **Ensaio.** Textos que exponham de forma mais livre a exploração de um campo do saber ou questões culturais, científicas e sociais, seja de um ponto de vista retrospectivo, seja da atualidade. Não precisam tratar do tema do dossiê. Deverão ter no máximo 15 páginas, incluindo referências ou ilustrações.
- c) **Memória.** Reedição ou publicação de documentos institucionais ou pessoais de interesse público.
- d) **Entrevista.** Deve ter a extensão de 10 páginas. Pode ser ilustrada. De preferência a entrevista deve ter uma relação com o tema central da Revista.

- e) **Produzindo saberes.** Relatos sintéticos de pesquisas em andamento, de experiências de extensão. Uma página para relato.
- f) **Resenhas.** Devem ter a extensão máxima de 2 (duas) páginas. Terão prioridades as resenhas cujas obras tenham relação com o tema central da Revista.
- g) **Para conhecer mais.** Indicações bibliográficas ou outras que dêem aos leitores a possibilidade de ampliar seu conhecimento sobre o tema tratado no dossiê de cada número.
- h) **Notícias.** Registro de eventos que possuam interesse para a comunidade universitária e para o público em geral. Uma página para cada notícia.

06. Os originais, obedecidas às diversas especificações destas Normas podem ser remetidos para o e-mail da Revista: estudosuniversitarios@ufpe.br

07. Prazo de envio dos materiais: de 15 de janeiro para a edição de 15 de abril; de 15 de abril para a edição de 15 de agosto; de 15 de agosto para a edição de 15 de dezembro.

08. ESPECIFICAÇÕES:

- **Fonte:** *Times New Roman*, espaçamento 1,5 linhas, tamanho 12;
- **Configurações das margens:** superior 2,0 cm, inferior 2,5, esquerda 3,5, direita 2,5 cm;
- Caixa alta apenas para siglas (os títulos deverão ser sempre compostos de caixa alta e baixa);
- Títulos e subtítulos numerados conforme a ordenação;
- Não utilizar tabulação em nenhum ponto do texto.

09. QUANTO À ESTRUTURA, O TRABALHO DEVERÁ TER O SEGUINTE FORMATO:

- a) Título do trabalho;
- b) Nome completo do(s) autor(es);
- c) Nota bibliográfica, com no máximo 50 palavras que contenha titulação, instituição e setor e endereços;
- e) Resumo do trabalho em português e uma versão em outro idioma com até 200 palavras;
- f) Palavras-chave em português e no mesmo idioma da versão resumo (até quatro);
- g) Nota de rodapé com fonte *Times New Roman com tamanho 10*;
- h) As referências devem constar ao final do artigo, segundo norma vigente da ABNT.

10. AS ILUSTRAÇÕES (MAPAS, TABELAS, GRÁFICOS E FOTOGRAFIAS) DEVEM OBEDECER ÀS SEGUINTE NORMAS:

- a) **Imagens:** resolução mínima – 300 dpi; dimensão mínima – 5x5 cm; não devem ser inseridas no word ou em programas similares e precisam estar em jpg ou tiff.
- b) **Mapas:** devem ser digitalizados com a extensão bmp, jpg ou tiff e resolução de 300 dpi. Os cartogramas devem ser monocromáticos (tons de cinza) e com título bem definido, escala gráfica e legenda indicando com clareza as hachuras, coordenadas gráficas e orientação.
- c) **Tabelas e Gráficos:** devem vir com a indicação quanto ao programa e a versão utilizada (somente formatos compatíveis com Windows). As ilustrações devem seguir em arquivo anexo encaminhado por meio eletrônico devidamente identificado. Em casos de ilustrações que não se enquadram nas especificações acima, o autor deverá entrar em contato com a secretária da revista.
- d) O local de inclusão, no texto, tanto de mapas, fotografias, tabelas e gráficos deve ser indicado no texto com sua respectiva legenda e deve seguir em arquivo anexo em CD/DVD.

INFORMAÇÕES GRÁFICAS

Formato

18 x 25 cm

Tipografia

Libre Sans Serif SSi

Libre Semi Serif SSi

Libre Serif SSi

Frutiger 57Cn

